

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Simone Miziara Frangella

CORPOS URBANOS ERRANTES:
Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo.

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes Neto e co-orientação da Profa. Dra. Maria Filomena Gregori.

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 29/03/2004.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antônio Augusto Arantes Neto (orientador)

Profa. Dra. Anita Liberalesso Néri (Faculdade de Educação/UNICAMP)

Profa Dra Sarah Escorel (NESP/FIOCRUZ)

Prof. Dr. Laymert Garcia dos Santos (Depto Sociologia/IFCH/UNICAMP)

Profa. Dra. Adriana Piscitelli (PAGU/UNICAMP)

Suplentes:

Profa Dra Maria Lucia Montes (FFLCH/USP)

Profa. Guita Grin Debert (Depto Antropologia/IFCH/UNICAMP)

Campinas
2004

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

F 851 c **Frangella, Simone Miziara**
Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de
moradores de rua em São Paulo / Simone Miziara Frangella.
- - Campinas, SP : [s. n.], 2004.

Orientador: Antonio Augusto Arantes Neto.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Pessoas desabrigadas – São Paulo (SP). 2. Ruas.
3. Antropologia urbana. 4. Marginalidade social. 5. Corpo –
Aspectos sociais. I. Arantes Neto, Antonio Augusto.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Simone Miziara Frangella

CORPOS URBANOS ERRANTES:
Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em
São Paulo.

TESE DE DOUTORADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

RESUMO

Esta pesquisa busca apreender o universo corporal dos moradores de rua adultos na cidade de São Paulo. O propósito da investigação é, por meio da observação etnográfica das práticas e representações corporais de homens e mulheres de rua, compreender que tipo de relação se constrói entre o espaço urbano e o corpo na situação de “morar nas ruas”. Detive-me nos aspectos da corporalidade que melhor evidenciavam a interface entre estas duas dimensões, por meio da pesquisa empírica e do exercício teórico. A partir deste recorte emergiram algumas perspectivas relevantes na construção corporal do morador de rua da metrópole estudada, tais como as marcas corporais evidentes de sua vida itinerante, as redefinições da fronteira público e privado, e a vulnerabilidade e resistência corporais às condições precárias da rua. O argumento central resultante da pesquisa é de que a construção da corporalidade na rua é uma resposta contingente a ordenações urbanas imperativas, ora marcada pela vulnerabilidade aos processos violentos de repressão e exclusão física e simbólica, ora resistindo, por meio de novas adequações corporais, à sua extinção na cidade.

Abstract

This research attempts to comprehend the bodily universe of homeless people in the city of São Paulo. The aim of the investigation is to understand what kind of relationship is built between the urban space and the body in the situation of “living in the streets”, through the ethnographic observations of body practices and representations of homeless men and women. I focused on the aspects of corporeality that put in better evidence the interface between the two dimensions by means of both empirical research and theoretical exercise. Through this perspective some features appeared more evident in this bodily construction: the body marks of their itinerant lives, the redefinitions of the frontiers between the public and private habits as well as the body vulnerability and resistance within the precarious conditions of the life in the streets. The main argument that resulted from this research is that the construction of corporeality in the streets is a contingent answer to the imperative urban order. A response marked either by the vulnerability of the homeless’ body to violent processes of repression and of physical and symbolic exclusion, or by the resistance - through new body adequacies – against their extinction in the city.

A meus pais, José e Cida,
pela vida

Aos habitantes de rua, pelos pés calejados e os caminhos
desconcertantes

SUMÁRIO

Agradecimentos	9
Apresentação	11
1 – Trajetórias, categorias, imagens e experiências: o corpo revelador	23
Trajetórias	24
O movimento errante e os perfis na rua	37
Imagens e experiências	52
Experiências corporais	60
2 – Os moradores de rua em São Paulo: um breve mapeamento da categoria na metrópole	69
Introdução	70
População de Rua – Crescimento em São Paulo	72
O desentendimento e a dinâmica identitária – fronteiras	107
O contexto etnográfico	119
3 – Corpos em evidência no cotidiano da rua	133
Tateando a Rua: itinerância, margem e resignificação	134
Os pés no asfalto	134
O ato de caminhar	141
O corpo carrega peso	148
Os materiais descartáveis como extensão corporal	154
Marcas e cheiros corporais: produção e manipulação da abjeção	162
Marcas corporais	164
Cheiros	175
4 – Das práticas ordinárias e o limite privado na rua	187
O corpo e as demarcações de espaço	188
O espaço marcado por gênero	193
O olhar e a vizinhança	199
A intimidade do afeto e a sexualidade na rua	208
O ato de comer	220
A comida e as instituições	221
O Refeitório	224
Quando a cozinha vai à rua	238
5 – Contenção e violência na movimentação urbana: o corpo vulnerável	249
Introdução	250
Fragmentos de contenção e expansão corporal no espaço urbano	253
O Rapa: violência direta na intervenção urbanística	265
A violência noturna	270

Considerações finais	285
Referências bibliográficas	291
Anexo 1	303
Anexo 2	309
Caderno de Imagens	313

AGRADECIMENTOS

À Fapesp, pelo integral apoio financeiro ao trabalho.

Ao meu orientador, Antonio Arantes, com quem nos últimos seis anos venho aprendendo muito sobre antropologia e gostando cada vez mais dela; pelo estímulo às minhas perguntas e respostas.

A Bibia, co-orientadora deste trabalho. Agradeço pela leitura atenta, pelas boas interlocuções, questionamentos que me fez e pelo estímulo quanto ao tema. Nosso diálogo é antigo e só tem produzido bons frutos!

Aos meus colegas da linha de pesquisa Espaço e Poder, pertencente ao CEMI (Centro de Estudos de Migração Internacional), pelas discussões teóricas e empíricas estimulantes que fizeram este trabalho andar. A Osmundo, Rogério e Marcelo, pelo apoio no início da pesquisa. A Claudia, secretária do CEMI, paciente espectadora de meus surtos. A Silvana Rubino, esta grande amiga, meu agradecimento é pouco, pelo apoio intelectual, emocional, pelas longuíssimas e produtivas conversas, enfim, por ser você, Sil.

Aos coordenadores do Programa de Atendimento à População de Rua da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, pela atenção às minhas perguntas.

Aos integrantes da Rede Rua de comunicação, pelo imenso apoio, paciência e por possibilitar a proximidade com meus sujeitos de pesquisa: Alderon, Valéria, Vagner, Argemiro, Sorriso, Kenia.

Aos integrantes do Refeitório Penaforte Mendes: Zé Luis, e Zé, Carol, Wellington, Flaviano, Nilza, Luiza, Rosana, Dante. Com vocês a pesquisa se tornou mais fluida e menos dolorosa. Obrigada por me receberem.

Aos usuários do refeitório e moradores de rua da Praça Metrô Brás; particularmente, Carmen, Seu Joaquim e Lourdes. Por me acolherem em seus cantos e possibilitarem este trabalho. A vocês, eu desejo muito mais que diagnósticos sociais e soluções: vocês merecem respeito.

A Tio Roberto, pela oferta da casa e pelo suporte emocional em minha primeira etapa de campo. Foi ótimo!

A Omar, pelo aconchego da casa que me confortava do cansaço e da tensão da pesquisa de campo. Pelas divertidas e intensas conversas e pelas produtivas interlocuções intelectuais.

Aos que contribuíram no percurso da pesquisa e na produção final da tese: Danilão e Fernando, assistentes eficientes de pesquisa; Cecília e Osvaldo, pela construção do banco de dados e pelas valiosas conversas sobre ciência; Ritinha, pela revisão apurada do texto; Patrícia, pela formatação final, pela força na fase “nervosa” e pela enorme paciência. Todas essas eficientes pessoas também são carinhosos amigos.

Aos meus amigos de pós-graduação, que são muito mais que companheiros acadêmicos: Osvaldo, Vilson, Martha Ramirez, Lady Selma, Marta Kanashiro, Ashley Lebner. Quisera eu que nessa solitária trajetória acadêmica as pessoas encontrassem os prazeres intelectuais e afetivos que vocês me proporcionaram.

Aos integrantes dos grupos teatrais Lume e Matula. As trocas de experiências sobre o corpo da rua foram fundamentais para criar outras perspectivas sobre o tema. Espero que continuem.

Aos meus queridos amigos do projeto Mano a Mano, do qual orgulhosamente faço parte. Aos antigos e novos membros, agradeço pelos anos de profundo envolvimento com a temática da rua.

Muitos amigos estão envolvidos na produção dessa tese e, por falta de espaço, não poderei incluir todos. Citarei aqui os que se envolveram diretamente com a “logística” da elaboração: Dri, Gabriela, Claudinha, Joel, Fabi, que tratou do meu “cérebro”.

A Simone Aranha e a Paulita, agradecimentos do fundo do coração pelo suporte dos anos, pelas leituras de capítulos, pelo auxílio no final da tese, pelo mais sensível companheirismo.

À minhas irmãs, Denise e Mônica, por estarem sempre por perto. À Mel e a Fefê por conseguirem ser pacientes com minha ausência. Ao meu cunhado Fabião, pela força constante em meu trabalho. E à minha avó Nicolina, pelas inesquecíveis conversas sobre a memória e pelo carinho. Funcionaram como bálsamo.

A Christian, *per illuminare mio sentiero. Grazie tanto!*

A meus pais, por tudo. Sem eles, nada feito. Não me lembro de ter ficado sem seu suporte silencioso e seu amor em nenhum momento desse longo trajeto do doutorado. Saber de sua presença física ou simbólica permanente me fez compreender melhor a solidão que presenciei nesse período.

APRESENTAÇÃO

*“Há uma famosa lei da física que diz que um corpo
tem que ocupar um lugar no espaço”.*
Raimundo Arruda Sobrinho, morador da Avenida Pedroso de Moraes.

Os moradores de rua constituem um segmento social particular no espaço urbano. Trata-se de uma categoria que, em função de inúmeras e diversas trajetórias de desvinculação social e econômica, passa a habitar “cantos” da cidade impensáveis ao planejamento urbanístico e ao imaginário coletivo dos cidadãos: as ruas, os espaços vazios embaixo de viadutos, as praças, as calçadas, locais atualmente concebidos como de passagem, esvaziados da produção de sociabilidades urbanas que historicamente os marcavam os espaços abertos da cidade. Conformando diversos personagens do cenário das ruas desde a formação do mundo urbano ocidental, esse segmento social vive cotidianamente em contraposição às estratégias econômicas e políticas que ideologizam as cidades contemporâneas – sobretudo as metrópoles.

Os habitantes das ruas se desdobram em circulações pedestres na cidade. Desprovidos de condições materiais e simbólicas que marcam as tradições identitárias convencionais – do mundo da casa e do trabalho –, desconectados das relações sociais intrínsecas a essas duas dimensões e mantidos nas fronteiras liminares da ordem urbana, eles criam uma dinâmica própria nas ruas. Nas contínuas andanças em busca de recursos de sobrevivência, vão marcando interações sociais práticas e simbólicas com os segmentos sociais que os circundam e novas territorialidades no espaço liminar. A partir da movimentação pedestre, o morador de rua também alarga seu universo de interlocuções com o cenário institucional no qual busca parte de seus recursos e amplia assim seu circuito geográfico na cidade.

A dinâmica de sua circulação implica novas sociabilidades, mas seu deslocamento errante – contínuo ou intermitente, conforme a maneira de “estar nas ruas” – inclui embates contínuos com os códigos sociais e urbanos preponderantes. A não-propriedade, ausência de trabalho e a fragilidade das relações afetivas e sociais colocam os habitantes das ruas em uma posição específica na sociedade contemporânea. São vistos por políticos, acadêmicos, instituições sociais, transeuntes como a forma mais visível e extrema de marginalização econômica e social. Mas, sobretudo, os moradores de rua são tidos como “fora do lugar”, desencaixados espacial e simbolicamente porque sua visibilidade é traduzida como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano.

A reação ao movimento itinerante desse segmento é a exclusão. Esta ocorre com a coerção física realizada pelas tecnologias de vigilância do espaço urbano e pelas ações policiais ou de agentes urbanísticos; ou com atitudes de ofensa e humilhação social tomadas constantemente contra os moradores de rua. Qualquer desses procedimentos reforça a sua

circulação e marca um processo de estigmatização contínuo. Em contrapartida, a condição nômade dos habitantes de rua inscreve uma singularidade de resistência e de reformulação de signos no espaço urbano. Essas pessoas experenciam a geografia urbana de forma particular, tomam como moradia e uso privado lugares de passagem ou esvaziados. Fazem da rua um lugar de deslocamento contínuo e dotado de funções diversas daquela preconizada pela ordem urbana.

O universo dos moradores de rua, marcado por duplo movimento de exclusão e de vivência nômade, tem o corpo como *locus* de produção e enunciação dessa experiência. Privados de qualquer outro suporte material e simbólico em suas andanças que não o seu corpo, é neste que se projetam as contínuas e sucessivas intervenções e manifestações de violência que atualizam cotidianamente as tentativas de exclusão desse segmento. Mas é também através do corpo – e, sobretudo, através dele – que surgem as possibilidades de resistência do morador de rua à exclusão. Com reelaborações dos limites e potencialidades do corpo, eles concebem outros parâmetros de funcionalidade e de uso do espaço urbano, assim como agenciam novas representações a respeito de sua experiência social.

Este trabalho trata de investigar a construção da corporalidade de moradores de rua – homens e mulheres – adultos na cidade de São Paulo. Tendo como ponto de partida a premissa de que o corpo realiza e enuncia a dinâmica complexa e conflitiva descrita acima, busquei investigar aspectos da corporalidade que poderiam traduzir os mecanismos de opressão sobre os habitantes de rua, assim como suas formas de adaptação e singularização no espaço das ruas. Entre vários aspectos, destacaram-se: *o modo como esse corpo se torna visível – ou invisível – nas ruas, as delineações das fronteiras entre o público e o privado, as formas de resistir aos procedimentos de exclusão e contenção corporais impostos a esse segmento nesse cotidiano.*

O corpo, neste estudo, emerge como uma atividade simultaneamente física, simbólica, política e social, que se constrói na relação com outros corpos e na interface com a dimensão espacial e social das ruas da cidade. Nesse sentido, ao perceber o corpo, por um lado, como um objeto sobre o qual se inscrevem mecanismos de poder e dominação e, por outro, como um agente que desafia estes mesmos mecanismos, a investigação parece mais próxima de captar a dinâmica que constrói o universo dos moradores de rua. A perspectiva analítica mais contemporânea na teoria social sobre o corpo transcende a dualidade sujeito-objeto construída em

epistemologias anteriores e, com isso, torna-se um meio fundamental para entender transformações sociais e políticas do mundo atual¹.

Para compreender a corporalidade dos habitantes de rua, é preciso entendê-la na interface desse corpo com o espaço urbano, ambas dimensões geográficas e sociais por meio das quais a existência dessa categoria é possível. Portanto, o foco da análise se deu nas manifestações e representações corporais que emergiram a partir do uso da rua, o espaço aberto da cidade que essa população ocupa. Para tanto, cabe indicar que a rua não é vista aqui como um mero logradouro. No presente trabalho, ela é antes considerada como um espaço urbano sobre o qual se constroem um conjunto de ações que atribuem sentidos de lugar e pertencimento, podendo estes sentidos ser múltiplos e mesmo divergentes². Nesse sentido, as ruas, ainda que recentemente submetidas a processos de esvaziamento de ações sociais, podem ser vistas como espaços públicos³.

Apesar dos contínuos procedimentos urbanísticos nas metrópoles contemporâneas – como é o caso de São Paulo – que tendem a isolar segmentos sociais em condomínios fechados e *shoppings* e a controlar circulações pedestres – tornando os corpos, como afirma Sennett⁴, isolados e anestesiados –, a rua permanece como um espaço no qual fronteiras simbólicas são construídas e desafiadas. Na experiência urbana contemporânea, sugere Arantes, essas fronteiras ordenam as categorias e grupos sociais em mútuas relações. Assim, lugares sociais são

¹ Em um artigo elaborado durante o período da pesquisa teórica, retracei a posição do corpo nas teorias sociais a fim de entender a possibilidade de pensar analiticamente a relação entre a cidade e o corpo. Nas diversas perspectivas epistemológicas construídas na sociologia e na antropologia tradicionais, o corpo era visto como um suporte sobre o qual as manifestações sociais se tornavam visíveis. Foram as próprias transformações sociais a partir de meados do século XX que desencadearam reconsiderações acadêmicas a respeito do corpo. Gradualmente, dualidades como corpo e mente, sujeito e objeto, deram lugar a um corpo que é historicizado e ativo na produção das relações sociais. A corporalidade se torna, nesse período, uma matriz fundamental da questão da identidade social no Ocidente. (Para o entendimento mais amplo dessas mudanças, ver (S. Frangella, “Corpos urbanos em trânsito: Construções corporais na experiência urbana contemporânea”. em Arantes, (org). Cidade e política: novas perspectivas, no prelo.)

² R. Leite, 2002.

³ A idéia de espaço público que adoto no presente trabalho tem como pressuposto a convergência entre um conjunto de ações que atribuem sentidos de lugar e pertencimento, e configurações espaciais sobre as quais estas ações incidem. O desenvolvimento desta definição por Leite decorre de um exercício do autor em precisar quando o espaço urbano pode ser considerado um espaço público: “Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção dos sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. (...) Podemos, assim, entender o espaço público como uma categoria construída a partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública (do qual se retira a categoria ação) e de espaço urbano (do qual retém a sua referência espacial).” (idem, p. 116).

⁴ R. Sennett, 1997.

construídos justapostos uns aos outros, superpondo-se e entrecruzando-se de modo complexo⁵. Essa multiplicidade traduz-se em territorialidades e significações que se friccionam no espaço comum de ruas, praças e monumentos⁶.

A corporalidade dos moradores de rua pôde ser enfocada como uma resposta à dinâmica das ruas que habitam. Podemos pensar o corpo e a cidade mantendo relações mutuamente definidoras, nas quais, nos diz Grosz⁷, os corpos se orientam, reinscrevem-se e são reinscritos, transformam-se e são transformados em meio ao caráter fluido e constantemente descontínuo dos fluxos urbanos. Olhando por esta perspectiva, no caso dos moradores de rua, tal relação é feita em medida radical: seus corpos são o único instrumento de diálogo e resistência às movimentações urbanas que, por sua vez, tendem a excluí-los. Foi essa problemática que permeou a etnografia elaborada neste trabalho.

O interesse por essa relação surgiu em minha pesquisa de mestrado, que investigava o tipo de sociabilidade que crianças e adolescentes de rua construíam no espaço urbano⁸. As práticas e representações corporais surgiram como uma dimensão fundamental da elaboração social desse universo. No entanto, embora os meninos de rua partilhem da mesma forma de experiência nômade das ruas e da realidade da exclusão social, constituem uma categoria diversa da dos adultos. A diferença etária marca distinções, entre outras, nas trajetórias de chegada às ruas, nas diferentes dinâmicas de movimentação nestas, nas relações com a procura pelo trabalho.

Nesta pesquisa, optei por pensar a corporalidade dos habitantes de rua adultos, entre 25 e 60 anos, classificados como entes que estão em uma faixa etária economicamente produtiva e, por já serem adultos nessa situação, têm a perspectiva de circulação para fora das ruas mais restrita⁹. Nesse sentido, creio que as formas de territorialidade, as práticas corporais e as imagens

⁵ A superposição de lugares cria atores e cenários limiars e marginais, pois não definidos por nenhum parâmetro social convencional. (Arantes, op.cit, página 106).

⁶ *Idem, ibidem.*

⁷ E. Grosz, 1999.

⁸ S. Frangella, 1996.

⁹ As técnicas de sobrevivência como a mendicância são dificultadas, uma vez que o morador não tem o apelo fragilizado da imagem da infância. As perdas de perspectiva se associam ao gradual aprendizado de sobrevivência na rua e à conseqüente incorporação do estigma do fracasso social, sempre colocado em oposição ao mundo do trabalho. A imagem do habitante de rua é muito mais marcada pela recusa do trabalho, pelo indivíduo perigoso que ronda o centro da cidade. A duração de sua permanência na rua é significativamente maior do que a da maior parte de crianças e adolescentes de rua: os adultos ficam de dois a dez anos na rua. Com o tempo, o trânsito entre seu universo nômade e o sedentário se restringe – o que não ocorre como ainda é presente entre crianças e adolescentes – e a prática nômade sendo possível, sendo o reverso da cultura sedentária.

criadas a respeito de si são diversas, ainda que alguns aspectos corporais sejam comuns. Parte das diferenças entre estas categorias são vistas comparativamente no percurso do texto.

Ao focar as formas de estar nas ruas, acabei por perceber a diversidade de perfis dos habitantes de rua que convivem cruzando inúmeras circulações. Não me detive em nenhuma categoria específica; optei, antes, por entender as relações entre eles nas manifestações de sociabilidade e conflito que emergiam dos contatos nas ruas. No entanto, os perfis estarão descritos no corpo do texto. Entre os atributos que caracterizam a construção dessa corporalidade, além da faixa etária adulta, estão as espacializações de gênero, os diferentes usos do espaço e as marcas corporais.

A pesquisa de campo foi realizada entre abril de 2001 e junho de 2003. Ela foi dividida em três etapas. Na primeira concentrei-me na obtenção junto ao poder público municipal e a instituições de atendimento a esse segmento de dados quantitativos e informações gerais a respeito da população de rua. Dos documentos levantados, foi possível perceber o aumento de moradores de rua na cidade, particularmente na década de 1990. No entanto, estes dados constituíram apenas uma referência para compreender a relevância do problema na cidade, pois o deslocamento contínuo dos habitantes de rua, somado aos poucos levantamentos estatísticos sobre os mesmos e aos padrões de contagem desiguais entre si auxiliaram apenas a ilustrar os perfis.

Neste período, concentrei as entrevistas com agentes institucionais e as visitas às entidades de atendimento, embora tais atividades tenham ocorrido também nas outras etapas. O conjunto desse material foi enriquecedor para construir tanto um mapeamento das demais categorias, quanto para compreender a formação gradual da rede de atendimento que envolve os moradores de rua nas últimas três décadas na cidade. Ainda nessa etapa, dei início às visitas aos locais que passaram a ser o *locus* da observação participante até o final da pesquisa. Acompanhei as atividades da Rede Rua, uma organização de comunicação que trabalha com a população em questão há cerca de quinze anos e edita um jornal mensal dirigido a esse segmento.

A pesquisa etnográfica se concentrou no Refeitório Penaforte Mendes, que oferece refeições gratuitas à população de rua, e no Brás, particularmente na Praça Benemérito Brás, ou Praça Metrô Brás. A escolha por observar o refeitório deu-se, entre outras razões, por algumas particularidades significativas: em primeiro lugar, porque os seus usuários revelavam uma heterogeneidade interessante, e que me parece ser mais restrita nos albergues; em segundo lugar,

o refeitório tem como objeto principal de trabalho a alimentação, o que julguei relevante para poder focar melhor o modo como se davam as relações com o ato de comer. E, por fim, a instituição revelou-se como um espaço instigante para reflexão sobre os embates e a dinâmica das relações de parceria, as quais envolvem o poder público, uma organização não-governamental e entidades filantrópicas.

Freqüentei o refeitório de duas a três vezes por semana, em períodos diversos, presenciando variadas refeições (ora o café da manhã e o almoço, ora o almoço e o jantar), além de participar de outros momentos da rotina da instituição e de entrevistar membros de sua equipe. Minha posição de pesquisadora era clara; mas atuei como voluntária na maior parte das ocasiões. Por estar presente em ocasiões diversas, foi possível perceber a dinâmica do local, repleto de tensões, classificações sociais, posturas corporais e diálogos. Mantive um contato mais freqüente com alguns usuários, o que me permitiu traçar perfis mínimos das diversas categorias da população estudada.

Apesar de o refeitório ter sido um local no qual a observação participante foi substancial e sistemática, os encontros com os freqüentadores da instituição foram demasiadamente fragmentados. Assim, pontuar esquematicamente os personagens que encontrei no refeitório pareceu-me contraproducente. Por isso, eles aparecem em descrições e narrativas no texto. No Penaforte Mendes, optei por intensificar a atividade de observação. Os registros dos conflitos verbais, físicos, da movimentação no espaço, das posturas corporais de homens e mulheres, dos momentos de diálogo, do silêncio, dos cheiros, do modo de comer, da relação com a comida passaram a ser o centro de minhas preocupações.

Para além disto, acompanhei um trabalho adicional que alguns funcionários da equipe faziam, durante a noite, uma vez por semana, nas ruas do centro da cidade. A atividade consiste na prevenção de HIV/DST junto às pessoas que dormem nas ruas, levando-lhes os preservativos, assim como o guia de serviços publicado pela Prefeitura. Visitamos viadutos, praças e ruas. Esta atividade permitiu-me observá-los na rua à noite; conversar sobre questões como sexualidade, doenças; presenciar as atividades de doação de sopa nas ruas; e delinear a dinâmica noturna dessas áreas centrais.

Quanto à Praça Metrô Brás, tornou-se o local privilegiado para as observações sistemáticas na rua. Os primeiros contatos com os moradores da praça foram feitos por meio de membros da Rede Rua, que me apresentaram algumas pessoas. A partir daí, os encontros diários

se firmaram. Pude mapear minimamente as pessoas mais fixadas, e aquelas que estavam ali por um período curto. Com as primeiras, pude ter contato mais cotidiano com quatro moradores da praça: um homem e três mulheres. Estes personagens são os protagonistas de boa parte dos diálogos, narradores de cenas do bairro e da praça.

Considerarei necessário fazer uma breve indicação dos sujeitos com quem estabeleci maior contato durante a pesquisa na rua, a fim de que se possa imaginá-los no espaço estudado e tê-los como referência de minha circulação pela praça. No entanto, para além destes momentos de contato mais denso, criei interações fragmentadas com outros de seus moradores, por meio das quais adicionei observações de suas práticas e enunciações. Muitas destas cenas e conversas pontuais registradas compuseram e complementaram minha análise. No geral, é preciso levar em conta que o cotidiano da pesquisa foi pautado por uma mescla da observação sistemática do refeitório e da praça, conversas regulares e ocasionais com os moradores do lugar e pelo registro de fragmentos de cenas e diálogos, enunciações pedestres emergentes em meus momentos de circulação pelo centro da cidade.

É importante notar que muitas cenas, falas, diálogos, *flashes* apreendidos no trabalho de campo emergiram em outras áreas da região central de São Paulo. Durante as etapas de campo, percorri incessantemente tais áreas, acompanhando movimentos de moradores de rua pela cidade, experimentando a sua atividade intensa do caminhar, seguindo a sua *performance* na procissão da Sexta Feira Santa, detectando a presença deste segmento no entorno das entidades visitadas e mapeando as concentrações nas regiões. Ou mesmo simplesmente andando nas ruas da cidade, em momentos supostos de descanso, mas que trouxeram inesperadas e significativas cenas.

Como ocorreu na pesquisa de mestrado, fiz a opção por recolher diálogos e depoimentos sem o uso do gravador. Este foi usado apenas para entrevistas no meio institucional. A dificuldade de contato mais regular e a forte relutância de alguns em conversar inviabilizaram a entrevista gravada, sobretudo quando os temas giravam em torno de sexualidade, violência, sujeira e limpeza. Muitas respostas eram bastante formais e vagas, outras eram demasiadamente fragmentadas; por vezes, emergia um silêncio que superava as falas. A solução encontrada foi anotar os diálogos e relatos posteriormente e dobrar a intensidade de observação das interações analisadas.

Assim, o trabalho que apresento aqui é uma etnografia construída a partir de leituras de artigos publicados pela imprensa a respeito dessa população, documentos afins, entrevistas com

agentes institucionais, conversas com os moradores de rua e uma observação da dinâmica das ruas e do refeitório. A elaboração do relato etnográfico foi acompanhada das reflexões teóricas que desenvolvi no decorrer da pesquisa.

A tese está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo procurei, tendo em vista o espaço urbano, avaliar brevemente como a categoria morador de rua pode ser visualizada, bem como sua trajetória. Atentei também para as formas em que a categoria apareceu historicamente no espaço urbano, para as imagens construídas sobre sua experiência e, por fim, para como estas questões refletem na experiência corporal. Pensar em como a experiência desta categoria foi sendo construída a partir da formulação de uma subjetividade específica vinculada particularmente ao universo da rua, ao seu nomadismo e ao caráter liminar que se lhe associa é uma interessante introdução à problemática do “estar nas ruas”. As imagens descritas aqui também foram um importante material de reflexão sobre o tema central da tese, a dizer, o corpo.

O segundo capítulo é uma reflexão sobre a heterogeneidade dos vários perfis que vão se constituindo sob o codinome “morador de rua” na cidade de São Paulo, tendo como pano de fundo empírico o processo de formação da rede de atendimento a essa população na cidade de São Paulo, assim como os movimentos sociais que se ocupam atualmente de garantir a esse ator social visibilidade política como um “sujeito de direitos”. Ao contextualizar a realidade do morador de rua a partir deste debate, pretendi apontar as diferentes formas de se situar nas ruas na metrópole em questão – como um ator social que a utiliza também como moradia e as implicações dessas diferenças para a construção de suas identidades sociais e políticas.

Os capítulos seguintes são a elaboração etnográfica propriamente dita. Dividi a análise de acordo com os três temas que me pareceram mais evidentes na construção da corporalidade dos habitantes de rua pesquisados. O terceiro capítulo trata das marcas mais evidentes que esse corpo revela na circulação cotidiana, seja nas ruas, seja no refeitório. A primeira parte do capítulo versa sobre os elementos do mundo tátil que se destacam naquele contexto. Acompanha desde a importância dos pés desses moradores na sua relação com a rua – como suporte de sobrevivência e o viabilizador de sua movimentação errante – até a relação corporal, material e simbólica desse segmento com os materiais recicláveis, signo da possibilidade de sua manutenção econômica. Já a segunda parte trata das marcas e do cheiro que conformam a abjeção corporal associada ao mundo da rua. Procurei entender os mecanismos que contribuíam para a impressão destas marcas e, ao mesmo tempo, de que modo os moradores de rua lidam com elas.

No quarto capítulo trabalhei com os limites do mundo privado que são elaborados a partir do corpo, ou seja, na ausência das paredes da casa que lhe garantam privacidade e conforto, de que modo as tarefas e os comportamentos cotidianos associados ao doméstico se concretizavam. Na primeira parte do capítulo, a tarefa mais difícil: entender como a intimidade, a sociabilidade da vizinhança e as práticas sexuais eram vivenciadas. Pude apreender que, na convivência cotidiana entre os pares, o comportamento associado ao mundo privado era redefinido no espaço aberto ainda como próprio da casa. O mundo privado parece atravessar o espaço público de forma conflituosa, mas ainda é uma referência privada. Na segunda parte, ao falar de uma atividade ordinária e usualmente ligada ao espaço doméstico – o ato de comer –, várias classificações e interações sociais construídas pelos moradores de rua a respeito de seus pares, das instituições que os atendem e do elemento doméstico apareceram.

Por fim, no quinto capítulo, considerei a linguagem que demonstrava com mais precisão o grau de vulnerabilidade da população de rua: a violência. Longe de fazer um apanhado das formas de violência que envolvem esse segmento, procurei focar formas de contenção corporal e agressão que melhor exprimissem o contínuo embate entre a situação de “estar nas ruas” e a contundente oposição a ela, tendo como resultado o corpo vulnerável – a permanentes expulsões do espaço público e a violações corporais. Entre essas formas detive-me na formulação de uma contenção da agressividade e das emoções pelo morador de rua, nas intervenções urbanas que forcem o seu deslocamento, e na agressão noturna e anônima que reforça a condição e a superexposição corporal desse segmento no espaço público.

Estes três temas constituíram os eixos em torno dos quais a corporalidade dos pesquisados foi percebida. Com o tempo de pesquisa, observei outros inúmeros aspectos sobre o corpo, mas que foram deixados para desenvolvimentos posteriores. A meu ver, o desenvolvimento da análise etnográfica pareceu uma imagem caleidoscópica, com uma formação específica de elementos fundamentais para a compreensão da dimensão corporal em questão, mas que poderiam incluir a combinações de inúmeros outros aspectos. Dada a necessidade de entender as experiências corporais dos sujeitos em questão para perceber essas relações entre corpo e cidade, reforcei a dimensão etnográfica, sem contudo deixar de estabelecer diálogos com literaturas que tangem à questão corpo e cidade, de forma explícita ou implícita.

Ao final da tese, incorporei um caderno de imagens fotográficas. A ordenação do conjunto obedece à trajetória de minhas reflexões durante a pesquisa. São imagens feitas por mim ou

coletadas na Rede Rua, e se tornaram expressivas da problemática que eu analisava. Nesse sentido, esse caderno é a tradução mínima do percurso de minha experiência visual em torno da realidade estudada. Não pretende ser um conjunto de ilustrações associadas estritamente às questões da tese, mas tampouco é um ensaio à parte. A riqueza visual e semântica das imagens fotográficas obtidas trouxe visibilidade ao contexto da pesquisa e às questões estudadas.

1.
**TRAJETÓRIAS, CATEGORIAS, IMAGENS E EXPERIÊNCIAS: O CORPO
REVELADOR**

- “ – She is a bump or she’s a playing drunk?
- She’s been a bump all her life.*
- She must have been somewhat before being a bump.
- She was a prostitute in Alaska
- And before that?
- I don’t know. I think she was a small kid.*
- It’s something. A little kid is ain’t a bump nor a prostitute (...).”*
Do filme *Ironweed*

TRAJETÓRIAS

Meu nome completo é Carlos Henrique de Souza; eu nasci em 9 de maio de 1964, em Brasília, DF. Nasci no Hospital de Base. Meu pai era oficial da Aeronáutica. E minha mãe era empregada doméstica então nesse encontro eu nasci. (...) E depois que eu nasci fiquei um ano morando em Brasília. Aí ela [a mãe] não agüentou financeiramente e eu fui morar com meus avós, paulistas (...) Minha criação é toda do Estado de São Paulo. Depois que eles faleceram, eles faleceram (...) E eu vim pra São Paulo e nessa vinda pra São Paulo eu, como não tinha estudos, sempre fui uma pessoa muito revoltada pelo fato de não conhecer a minha mãe. (...) Então logo depois que eles morreram eu comecei a beber, comecei a beber e beber com bastante força; desde o momento que você vive 21 anos com uma família e depois você perde a estrutura dela. Eu bebi. (...) Meu pai também é alcoólatra Eu tive a infelicidade de conhecer meu pai. Meu pai era agressivo quando bebia (...) Com a morte dos meus avós eu vim morar em São Paulo, morava na baixada do Glicério num apartamento junto com esse meu pai e acabou saindo agressão entre eu e ele e nesse final de 1985. Foi no dia 31/12/85. Eu bati a porta do apartamento onde eu morava e fui dormir na Praça da Sé. E com essa (quantos anos isso...), tinha vinte e um anos de idade, começa minha trajetória pela rua. Eu comecei dormir na Praça da Sé. Duas, três noites, tudo bem. Na quarta a noite uma pessoa começou enfiar a mão no meu bolso pra ver se eu tinha dinheiro, eu levantei, meti o pé no peito dele; virou aquela briga e eu vi que na Praça da Sé não dava pra dormir. E comecei perambular, eu não conhecia nada de albergue, não conhecia nada de casa de convivência, eu não sabia pedir esmola. Com 21 anos de idade eu fui criado toda uma vida com minha família. Dos meus pais. Meu avô era aposentado de Furnas, Centrais Elétricas S/A, uma barragem. (...) Então eu tive uma vida, assim, social muito boa. Morava na baixada do Glicério, no apartamento que era do meu avô, aquela coisa toda. De repente, virar morador de rua (...)

(...) Então eu tive uma vida muito boa. De repente dormir na Praça da Sé, meus avós morreram, e agora?(...) Eu não nasci na rua, eu não quero mais perambular pela rua, e eu peço a alguém, por intermédio do jornal. Eu não agüento mais. Se eu ficar mais dezoito anos na rua eu vou morrer louco. Eu já converso sozinho na rua; se uma pessoa passar e me dá um esbarrão eu quero revidar com uma agressão verbal. E as pessoas hoje, a única diferença nossa é que eles moram com a família ou sozinho e eu não moro em lugar nenhum. Depois de dezoito anos não dá para falar que eu não sou não [mendigo], mas com toda a documentação que eu tenho eu ainda sou mendigo e moro na rua. E ser mendigo precisa procurar no dicionário, a mendicância para mim é uma pessoa que (...) aqui em São Paulo é tudo muito doce fala sofrendores de rua, mas lá no

Rio é mendigo mesmo e mendigo para mim não é tanta ofensa assim, mas eu fico incomodado de me chamar de mendigo, andarilho, trecheiro, apesar de trecheiro é mais bonito, principalmente que o jornal tem esse nome. Agora eu me considero mendigo porque uma pessoa da alta da sociedade falou que eu fracassei na vida. E a pessoa que fracassou na vida e não tem nada é um mendigo.

Depoimento de Carlos Henrique de Souza
Jornal *O Trecheiro*,
São Paulo, março de 2003.

O depoimento acima é uma das inúmeras narrativas recorrentes no universo da população de rua sobre sua trajetória até a rua. São histórias contadas, em geral, em uma cronologia irregular, costurando fatos que parecem trazer a essas pessoas uma inteligibilidade para seu deslocamento. Ouvir essas histórias se torna praticamente uma condição inicial para estabelecer um diálogo com esse segmento. A exposição constante de suas histórias de vida pode ser explicada pelo seu alto grau de isolamento social, encontrando no ouvinte a forma de reconstruir sentidos para sua trajetória. Pode ser igualmente justificada pelo provável uso do passado para singularizar-se em meio ao anonimato da rua, interagindo com as emoções do ouvinte e atenuando assim o estigma imposto sobre sua imagem. Narrativas como essa anunciam o processo inicial de uma experiência particular que é, simultaneamente, social, individual e corporal: a do se tornar um morador de rua.

As histórias de vida da população de rua são narradas, em boa parte das vezes, de forma fragmentada e enunciam uma teia de relações e cenas que soa remota, ainda que permaneça repleta de vitalidade como lembrança: a profissão, o trabalho, a demissão; as interações e conflitos familiares; os circuitos de migração pelo país, bastante recorrentes; os problemas pessoais, como o alcoolismo, a drogadição; os problemas psicológicos; as decepções amorosas; as decepções com a sociedade. Ainda que essas narrativas revelem uma heterogeneidade de circuitos anteriores à sua situação de rua, o reconhecimento da passagem para esta se faz quase sempre da mesma maneira¹.

¹ Os modos de constituir a história conferem alguma plausibilidade, uma espécie de “fábula”, e indicam, na verdade, uma série de causas que podem tê-los levado à situação de rua. Brognoli, em seu estudo sobre andarilhos em Santa Catarina, sugere que as trajetórias são uma deriva marginal, um movimento gradual e não consciente, tampouco pré-determinado ou facilmente apreensível. “*O que parece haver é, na verdade, uma sobredeterminação de fatores que escapam a seu entendimento, sendo destacados aqueles que fazem mais sentido*” (Brognoli, 1999, p. 76). Esse tipo de narrativa é compreendido pelo autor como uma deriva vertical, uma enunciação de fatores pontuais nas trajetórias existenciais dos sujeitos vistos de maneira retrospectiva. (*Idem*).

A trajetória até a chegada à rua costura uma primeira sucessão de experiências. A história narrada é, como coloca Escorel, uma “história de perdas”², que cronologicamente se estrutura de uma forma similar, partindo de um acontecimento marcante para acabar na subtração de vínculos anteriores, sejam eles econômicos, familiares, afetivos, religiosos, entre outros³. Na maioria das vezes é iniciada como uma fala pronta⁴, amplamente utilizada como um mecanismo de viração⁵; traz-se o conflito familiar ou com o patrão em destaque, em uma posição de sujeição à ação de outrem ou destes impasses, como que para tornar a legitimar sua condição⁶. Com o tempo de conversa, a realocação cronológica de fatos ou a inserção de outros fatores que podem ter contribuído para a mudança passam a delinear a singularidade e a complexidade de suas trajetórias.

Expressões recorrentes como “de repente, virei morador de rua”, “daí, acabei na rua” marcam nestas histórias a percepção de um deslocamento bruto, concreto e simbólico, para um

² S. Escorel, 1999.

³ Sarah Escorel, que tomou as trajetórias de exclusão social de moradores de rua do Rio de Janeiro como objeto de análise, apresenta a definição de Girola, quando da pesquisa desta sobre os moradores de rua franceses. A sucessão de perdas é colocada como a “história de perdas”: “*uma história sucinta de suas vidas quase sempre estruturada da mesma maneira: perda do trabalho, divórcio, perda da moradia, o álcool, a rua. A história começava sempre pelo grande acontecimento, o dia em que tudo desmoronou e o elemento comum era sempre a perda, o abandono, o homem ‘sem’.* No entender da autora, esse discurso (co-produzido pelos interventores sociais), mostrava o conformismo dos moradores de rua às imagens e histórias pré-construídas dos SDF – ‘sans domicile fixe’” (Idem, p. 99). A autora francesa denominou a narrativa como “*relato mítico da catástrofe*”.

⁴ Escorel apontou com clareza para a dificuldade de apreensão dessas narrativas, seja pela receptividade difícil, seja pela complexidade de lidar com o que ela indicou como “falas prontas” dos moradores de rua, variáveis de acordo com o interesse e os tipos de relação com cada interlocutor. “*A mentira, a ficção, a façanha, a dissimulação, as abstrações e racionalizações se confundem em um discurso de difícil interpretação. A comprovação das veracidades dos fatos narrados era impossível. O conhecimento e a intuição permitiam no máximo aceitar ou não a verossimilhança da narrativa, ou seja, parecia verdade, era plausível, aceitável*” (Idem). Foi interessante perceber, tanto a partir de sua análise quanto de minha experiência de campo, que, à medida que se estreitam os contatos com os informantes e/ou entrevistados, a fala pronta vai dando espaço, gradualmente e com dificuldade, a outras falas e práticas que filtram e repõem a ordem dessas informações do passado.

⁵ Gregori utiliza a noção de viração para indicar de forma bastante adequada a manipulação performática que fazem meninos de rua ao buscarem recursos: “*Viração é um termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Mais usualmente é referido às atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego etc. Os meninos de rua se viram, o que significa, em muitos casos, se tornarem pedintes ou ladrões, ou prostitutas ou ‘biscateiros’ ou, ainda, se comportarem como menores carentes nos escritórios da assistência social. Para eles, a viração contém em si algo mais do que a mera sobrevivência, embora seja seu instrumento. Há uma tentativa de manipular recursos simbólicos e identificatórios para dialogar, comunicar e se posicionar (...). Nesse sentido, é uma noção que sugere, mais do que o movimento – que é dinâmico e constante –, uma comunicação persistente e permanente com a cidade e seus vários personagens*”. (M.F. Gregori, 2000, p. 31).

A noção de viração é também válida para entender a criatividade e habilidade de moradores de rua adultos aprendidas na rua para obter recursos. No entanto, para os adultos, as possibilidades dessa viração são menos variadas que as das crianças e adolescentes. Comparando os meninos e as meninas pesquisados em minha dissertação de mestrado com os sujeitos observados e entrevistados na atual pesquisa, notei que, no caso dos meninos, a maleabilidade associada à faixa etária, ao apelo da imagem infantilizada e à propriedade de circulação mais intensa e mais rápida pelo seu circuito fazem dos meninos viradores mais destacáveis (S.M. Frangella, 1996, *op. cit.*)

⁶ Brognoli, *op. cit.*

novo contexto no qual elementos anteriores não encontram espaço, a não ser como discursos do passado. Tais expressões indicam a percepção de uma passagem, de uma ruptura, violenta, repentina e surpreendente. Revelam, também, uma assunção espantada e incompreendida de uma condição nova, radicalmente diversa, dotada de um conjunto de subtrações entremeadas: sem casa, sem laços familiares, sem trabalho, sem dinheiro, sem proteção, sem dignidade.

A narrativa tenta manter os traços de um passado que aparece em contraste absoluto com o presente, ainda que valores, práticas e representações construídos ao longo das histórias de vida passem a ser atualizados em seus deslocamentos. A trajetória contada tem como ponto de chegada a rua e, como consequência, uma espécie de esvaziamento territorial e identitário anterior. Tornar-se uma pessoa ‘de rua’ implica se ver inicialmente perdida em meio à metrópole, sem um lugar certo para dormir, na maioria das vezes sem conhecer o lugar onde se está, sem dinheiro. Traz a imagem inicial de um doloroso rito de passagem, para o “ser morador de rua”, “ser de rua”, “estar na rua”. E nos introduz a uma realidade que desenha um circuito particular na cidade, que geográfica, econômica e simbolicamente coloca o morador de rua à margem das demais formas de circulação pelo espaço urbano.

No entanto, a história das perdas constitui apenas um lado desse universo. Acompanhando de perto as pessoas que narram essas histórias, percebemos que a desvinculação, muitas vezes, é mais gradual do que os relatos dizem. A rua, como situação-limite e particular espaço de vivência e sobrevivência, é precedida de uma ampla circulação dessas pessoas por vários circuitos. Muitos deles perdem paulatinamente as conexões familiares, passam por vários tipos de trabalho, saem e voltam das ruas com uma certa frequência. Se comparado com a circulação das crianças e adolescentes em situação de rua – que passam contínua e velozmente da rua para suas casas e instituições de acolhimento, e destas novamente para a rua –, o trânsito do morador de rua entre a rua e outros espaços sociais é mais restrito e lento⁷. Essa diferença se dá em função de que, sendo adultos, os recursos e as perspectivas para a saída da rua são mais escassos⁸. Porém, essa forma de circulação se faz igualmente presente nesse universo.

⁷ S.M. Frangella, *op. cit.*

⁸ É importante esclarecer que, embora moradores de rua adultos e crianças e adolescentes de rua façam uso similar do espaço da rua – isto é, fazem deste seu lugar de moradia, de sobrevivência e sociabilidade cotidiana – e dependam da mesma forma de um circuito que lhes assista na cidade, o modo de circulação é diferenciado entre essas duas categorias. Isso se deve ao fato, a meu ver, de que a condição de infância e adolescência singulariza meninos e meninas. Por um lado, estes chegam às ruas em trajetórias diferentes das dos adultos. Ainda que venham de situações de pauperização econômica semelhante à maioria dos habitantes de rua, não é a busca do trabalho ou de outras condições de vida que move sua circulação; e os laços familiares demoram bem mais a se quebrar, daí as constantes

Por outro lado, a entrada no mundo das ruas, simultânea ao processo de perdas, é igualmente gradual. A frase de Carlos, constante do depoimento inicial, evidencia bem isso: “*E comecei a perambular, eu não conhecia nada de albergue, não conhecia nada de casa de convivência, eu não sabia pedir esmola*”. Os mecanismos de sobrevivência são apreendidos gradualmente, adaptando-se às teias de solidariedade e de conflito, aos recursos institucionais, vencendo o trauma de passar a noite ao relento, enfim, acostumando-se com as regras desse universo. Nesta circulação, os mecanismos de “viração” passam a ser, sucessivamente, uma forma de sobrevivência e de construção de uma outra territorialidade; conseqüentemente, de uma nova localização geográfica e identitária na cidade.

Essa vinculação ao espaço urbano implica outra narrativa deste universo, uma “história adaptativa”⁹. Nas falas, os moradores de rua revelam seus esforços para sobreviver, apresentam o círculo de amizades conquistado nas ruas, enunciam as relações com as pessoas e instituições que os ajudam ou lhes dão assistência. Essa história é compreendida de forma ainda mais completa quando se ultrapassa o ato da escuta e se acompanha seu deslocamento pela rua, assim como suas práticas e interações concretas no cotidiano¹⁰. A trajetória de perdas segue paralela e torna-se paulatinamente distante – mas não ausente – de uma outra trajetória, a da adaptação, da vivência

voltas à casa. A condição de menoridade também facilita para meninos e meninas de rua a intensidade de circulação. Ágeis, inquietos, ruidosos, em busca de aventuras, eles se deslocam rapidamente pela cidade e raramente se estabelecem em algum ponto fixo na cidade. (*Idem*).

Ao mesmo tempo, a transformação da concepção das crianças e adolescentes de “objeto de tutela” a “sujeitos de direito” em condição peculiar de desenvolvimento, ocorrida em função do Estatuto da Criança e do Adolescente, homologado em 1990, e a ampliação de atores e instituições de atendimento a essa população estimulada pela lei, criaram um número diversificado de ações em torno da criança e do adolescente em situação de rua. A ampliação dos serviços aumentou os pontos de circulação dos meninos, circulação essa acentuada pela ausência de comunicação e pela disputa entre esses serviços (M.F. Gregori, *op. cit.*). Assim, meninos e meninas conformam um segmento particularizado pela faixa etária e por uma forma de atendimento específica, que geram possibilidades de deslocamento maiores.

⁹ Escorel traz outra interessante definição de Girola. Há uma outra história, que os moradores de rua sobrepõem à sua trajetória de perdas quando falavam de seus esforços para sobreviver. No caso da pesquisa da francesa, “*era uma história de vida ‘adaptativa’, ao mesmo tempo valorizada e valorizante, que se expressava, sobretudo na capacidade de encontrar soluções de sobrevivência dentro de situações extremas – eles se autodenominavam experts no ‘saber de rua’. Apresentavam-se como pessoas sem-teto, experts em rua, que não poderiam ser reduzidas à imagem do ‘mendigo’*”. De uma forma fragmentada e dinâmica ambas as histórias acabam presentes no discurso: “*entretanto, apesar desse processo de revalorização, essas pessoas continuavam a se apresentar como homens sós que fizeram tábuas raso de seu passado e não têm necessidade dos outros para conduzir sua vida cotidiana:*” (Escorel, *op.cit.*, p. 99).

¹⁰ “*Foi andando e sentando com eles’, vendo a cidade ‘a partir de baixo’ e se comportando como uma boa ‘antropóloga’ que a pesquisadora [Girola] conseguiu preencher a história adaptativa com signos identitários, com uma história afetiva e pessoal que ligava os interlocutores aos seus territórios de vida e sobrevivência, e que dava todos os sentidos às suas existências e os enraizavam*”. (*Idem, ibidem*).

associada ao mergulho no mundo da rua e às formas de sociabilidade e interação social geradas a partir deste uso¹¹.

A dinâmica da rua no contexto de vida dessas pessoas é dotada de uma propriedade essencial: o deslocamento nômade. O nomadismo é subjacente aos mecanismos cotidianos da população de rua, na busca incessante de recursos ou em consequência da expulsão contínua de lugares de repouso. A intensidade da circulação varia com as condições diversificadas de ajuste desse segmento social ao espaço urbano; intensifica-se, por exemplo, de forma mais radical com o *trecheiro*¹², andarilho que estende a circulação para além de limites de cidade e estado, sem planejamento algum, e torna-se mais diluída com famílias que vivem debaixo dos viadutos e gradualmente formam favelas. Cria-se uma rede territorial na qual circulam sujeitos com diferentes *intensidades de movimento errante*¹³, que variam nas diversas experiências urbanas contemporâneas.

O movimento itinerante permeia, propicia e condiciona as práticas sociais dos moradores de rua. Marca-se sempre em relação ao universo sedentário, em geral de forma oposta¹⁴. Inicia-se pelo aprendizado dos mecanismos de sobrevivência. Os serviços temporários – alternativa de trabalho oferecida pelos meios econômicos e institucionais a quem se encontra nesta condição – são uma forma de, na maioria das vezes, garantir um recurso mínimo diário para subsistência. O deslocamento pela cidade delinea os caminhos de procura dos serviços, traçando linhas entremeadas e heterogêneas de movimento. Para os migrantes – que, em determinados momentos

¹¹ A indicação de sua situação de rua passa a ser, geográfica e socialmente associada, neste momento, às maneiras que propiciaram sua resistência e permanência: “*Dessa forma, [Girola] conseguiu ultrapassar o ‘relato mítico da catástrofe’ fazendo emergir um relato de pertencimento no qual a origem da história das pessoas sem-teto não se fixava mais a partir da situação de perda*” (*Idem, ibidem*).

¹² Trecheiro é uma designação dada ao e por aquele que “anda no trecho”, isto é, andarilhos cuja extensão de deslocamento vai para além das cidades. O termo é auto-referencial, mas seu sentido parece incorporar várias definições, tanto as êmicas quanto as classificações construídas por outros segmentos em torno da categoria.

Brognoli, em seu estudo sobre andarilhos que se distinguiram entre trecheiros e pardais, em Santa Catarina – os pardais seriam os andarilhos cujo percurso é maior e mais delimitado –, coloca, além do espacial, outros parâmetros que puderam definir em sua pesquisa os trecheiros: do ponto de vista moral, os trecheiros se definem por seu apego ao trabalho e honestidade. Essa qualificação moral leva a uma autoqualificação temporal, a de “trecheiros autênticos”, contrastadas com as dos “trecheiros modernos”, que expulsaram os primeiros por uso de violência. (Brognoli, 1999).

No meu contexto de pesquisa, a autodenominação trecheiro, que por vezes ocorreu, também associava extensão espacial do deslocamento à questão de ser trabalhador.

¹³ *Idem*.

¹⁴ A vida sedentária pode ser definida aqui como dotada de uma lógica de domesticação do meio urbano, em especial do espaço e do tempo, na cidade regulada e moldada por recursos tecnológicos criados e manipulados por meio da espacialização do trabalho, divisão hierárquica da sociedade, periferização das classes subalternas e preservação de áreas centrais da cidade para a circulação e lazer de segmentos privilegiados. (Magni, 1994). Tudo isso traz o enfoque do planejamento urbanístico e um modo de vida dentro de códigos aceitáveis na sociedade contemporânea.

de seu trajeto, podem mergulhar no universo de rua, mas não necessária ou automaticamente são parte dele –, as oportunidades de trabalho condicionam seu trajeto no meio urbano.

No caso dos andarilhos, é o trajeto ou a necessidade de manutenção da mobilidade que determina a escolha pelas oportunidades de trabalho¹⁵, reforçando assim a errância como condição de sobrevivência, e a rua como espaço inevitável para sua existência¹⁶. Já para os habitantes da rua cuja intensidade de movimento se situa entre os dois trajetos acima, fixando-se em algum ponto do espaço urbano, a circulação na busca de trabalhos eventuais está condicionada principalmente a regiões conhecidas e já “domesticadas” em função da sua presença relativamente constante no “canto estabelecido em praças, calçadas ou viadutos”.

Da mesma forma itinerante funciona o recolhimento e venda de material reciclável¹⁷. São atividades que se criam a partir daquilo que a sociedade sedentária rejeita. A coleta de material reciclável ganhou força e tornou-se meio importante de subsistência nas últimas décadas. É uma atividade comum aos moradores de rua, embora apenas uma parcela deles a tenha legitimada perante este circuito sedentário, por meio, por exemplo, das cooperativas de papel e material reciclável¹⁸.

A cultura material, deixada à parte pela sociedade de consumo, é apropriada para vários fins – venda, mobília e utensílios para as “habitações” na rua, moeda de troca interna entre os agrupamentos na rua. A condição para a sua obtenção é o constante deslocamento, o que implica igualmente a impossibilidade de carregar, acumular e transportar muitos objetos. A mobilidade se mistura aqui com o desapego material, deixando de lado ou trocando materiais. Cria-se *“uma relação direta entre percepção do tempo espaço e transitoriedade de sua cultura material”*.¹⁹

Outras táticas de sobrevivência aparecem nesse cenário, passando à margem dos códigos de “normalidade” da sociedade sedentária: a mendicância, o roubo, a vigilância de carros, a prostituição. Estas atividades também representam uma adaptação dos habitantes de rua às condições espaciais e sociais, particularmente no centro das cidades. Cada uma delas pressupõe interações sociais com segmentos diferenciados, expondo o atrito das fronteiras simbólicas que marcam as disputas identitárias do uso do espaço urbano. Técnicas corporais também se

¹⁵ Brognoli, *op.cit.*, p. 84.

¹⁶ Magni, 1994, *op.cit.*

¹⁷ Magni, 1995.

¹⁸ Em São Paulo, há ao menos duas cooperativas formalizadas, a Coopamare (Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis) e a Coopel (Associação Nioac de Catadores de Papéis e Materiais Reaproveitáveis).

¹⁹ Magni,, 1995, *op.cit*, p. 28.

diversificam nestas atividades liminares, aprendidas na rua a partir de códigos compartilhados e manipuláveis de modo a adequarem-se à faixa etária, ao gênero e ao próprio tempo de rua.

As relações de sociabilidade e as interações sociais entre os habitantes de rua são igualmente constituídas a partir do molde itinerante. Pessoas ou grupos reproduzem, muitas vezes, papéis familiares entre os demais que compartilham o mesmo espaço, seja por pouco ou muito tempo. Marcam também relações de vizinhança entre si e com outros segmentos que compartilham seu mundo. No mundo da rua, agrupamentos são formados usualmente de forma provisória temporal e espacialmente. Nestes, várias formas de sociabilidade se manifestam, tendo as trocas ou compras e comunhões dos objetos acumulados cotidianamente como base das alianças: comida, roupas, bebida, drogas, cobertor, potenciais “mercadorias” encontradas no lixo.

Estas trocas efetivam uma particular rede de solidariedade que garante a circulação de objetos necessários à sobrevivência. Tal rede é descrita pelos moradores de rua como de ajuda, de fraternidade. O compartilhamento do álcool – elemento fundamental de sociabilidade neste segmento social –, as festas e fogueiras são fatos sociais que complementam essa malha de relações de mutualidade e solidariedade. Simultaneamente, reiteram aquilo que Brognoli define como sistemas de trocas materiais que demarcam posições de igualdade, *“em contraposição ao mundo hierarquizado e competitivo dos que têm”*.²⁰

Mas essa mutualidade é sempre provisória e dependente de uma série de fatores circunstanciais. Todas estas interações estão mergulhadas em um contexto frágil; podem se romper facilmente, em função do trânsito incessante ou da disputa de recursos e territórios, marcando espaços de sobrevivência e reconhecimento social, os quais operam como um pano de fundo nesse universo. Isso ocorre também muito em função de seus próprios interesses individuais, uma vez que essa circulação nômade é parte dependente dos parâmetros sedentários que marcam a especificidade urbana:

“Se a solidariedade, a ajuda mútua, a partilha do alimento, da droga, da cachaça, do calor dos corpos são, de fato, condições elementares dentre os membros deste subgrupo para sobreviver no mundo da rua, é preciso lembrar que ele interage com o conjunto social, cujo sistema de trocas visa sempre maximizar, barganhar, economizar”.²¹

²⁰ Brognoli, *op.cit*, p. 86

²¹ Magni, 1994, p. 171.

Uma outra característica que se destaca na relação do morador de rua com seus pares é a dinâmica anti-hierárquica, a possibilidade de acúmulo de poder por membros dos agrupamentos que tentam manter lideranças. Com frequência, as tentativas de liderança se enfraquecem frente ao confronto violento e ao uso da força, à zombaria da autoridade, à ridicularização, ao engodo²². Tanto para Magni como para Brognoli, o comportamento anti-hierárquico reafirma a característica nômade, porque se define em relação de oposição ao processo de hierarquização social da dinâmica sedentária, marcada pela divisão do trabalho e pela institucionalização social e política fundada em algum tipo de poder²³.

Uma vez que o circuito nômade se encontra em uma dinâmica intrincada com o sedentário, o esquema hierárquico não está de todo ausente, mas é permanentemente combatido. Como consequência, imprime-se um ritmo, como coloca Brognoli, contraditório e fragmentário no universo em questão. Neste contexto, vale a pena destacar que, se há evitação de uma hierarquia de poder nos agrupamentos na rua, isso não impede a manifestação dos mecanismos de distinção social entre categorias neste meio, utilizando critérios subjacentes ao padrão sedentário. A distinção se faz, por exemplo, tendo em vista quem trabalha, quem está limpo, quem está procurando emprego, quem não bebe, entre outras caracterizações que estabelecem uma hierarquia simbólica estabelecida pelos moradores de rua em referência aos que não estão na rua.

Parte fundamental dos trajetos deste segmento social nas ruas são as entidades de acolhimento e de serviços voltados a essa população. Sejam instituições de caridade, órgãos do governo ou organizações governamentais, elas sempre estiveram presentes no universo da rua. Tais “equipamentos”²⁴ são constitutivos desse universo liminar; servem como fonte de recurso e oportunidades no deslocamento do habitante de rua; procuram minimizar as suas condições de sofrimento e passam a ser eventualmente os mediadores de relações de conflito entre eles e os agentes que promovem sua expulsão dos lugares, ou entre eles e a opinião pública. Mas as redes institucionais também alimentam este circuito de rua, produzindo sua clientela e sendo produzida por ela, “*numa aliança contínua, mas efervescente de conflitos*”.²⁵

²² Brognoli, *op.cit*, p. 89

²³ Os recursos de sobrevivência utilizados pelos nômades urbanos são “simplesmente técnicas variadas com que os indivíduos aprenderam a se familiarizar de acordo com seus atributos pessoais (idade, sexo, ‘validez’ etc) e com a forma como são manipulados socialmente, mas não indicam divisões econômicas ou políticas formais internas ao grupo”. (Magni, 1994, *op.cit*, p. 175).

²⁴ Equipamento é uma designação usual do poder público para indicar as instituições que atendem a população de rua.

²⁵ Brognoli, *op. cit*, p. 94.

À medida que se mapeiam os atendimentos possíveis, percebe-se um conjunto de vínculos fluidos entre o morador de rua e os agentes das entidades, nem sempre constantes, mas substanciais porque são regularmente atualizados nas circulações irregulares do segmento estudado. O morador de rua acata eventualmente as condições oferecidas pelas instituições de atendimento, mas não se rende a elas. Assume muitas vezes o discurso da vitimização, enfatizando suas próprias chagas, para que possa se encaixar na imagem projetada sobre esse segmento, a qual enfoca, sobretudo, suas mazelas e fragilidades. Em suma, a rede de atendimento está absolutamente imersa nesse circuito, em graus diferentes, variando de acordo com a cidade, o tipo de morador de rua que se relaciona com ela e de sua capacidade de articulação.

Por fim, encerrando as características básicas que definem esse circuito itinerante, está o uso do espaço. Os moradores de rua buscam espaços ociosos, brechas na cidade²⁶. Acampam em locais destinados restritamente à passagem de pessoas e carros; dormem em calçadas, sob viadutos e marquises. Fazem de locais abertos suas instalações domésticas, provisórias em função de possíveis expulsões ou abandono por interesses próprios. Eles os tornam territórios “*que ‘dominam’ e conhecem, mas não possuem*”²⁷. Constituem um lugar próprio, ainda que temporário, violando os sentidos projetados nestes espaços pela perspectiva funcionalista do olhar urbanístico unificador²⁸. As táticas de uso e permanência nos espaços da cidade interferem na lógica sedentária de domesticação do meio, do espaço e do tempo.

Os moradores de rua não são o único segmento que vive o circuito nômade na cidade²⁹. Mas sua especificidade está em subverter, de forma radical, o sentido homogeneizador do espaço da rua, ao condensar cotidianamente neste as dimensões pública e privada de sua vida. Criam cidades nômades dentro da Cidade³⁰, tomando de assalto a lógica urbanística com sua imagem composta de “subtrações” e o caminhar permanente, e lembrando constantemente a propriedade plural do espaço urbano, onde lugares se criam por meio da disputa das fronteiras identitárias. Neste cotidiano revelam-se trocas simbólicas, conflitos de racionalidades e uma incessante usurpação semântica dos nomes, monumentos e representações da “*ordem pública*”

²⁶ Magni, 1994, *op.cit.*

²⁷ *Idem*, p. 178.

²⁸ De Certeau, 1994.

²⁹ Podemos pensar que a circulação como forma de sobrevivência ocorre também com outras categorias sociais, em maior ou menor intensidade e com formas diferenciadas: os camelôs, as prostitutas, os michês, os loucos, os artistas de rua, os migrantes e as crianças e adolescentes de rua.

³⁰ De Certeau, *op.cit.*

ritualizadas”.³¹ Os espaços da cidade transformam-se assim em “*suportes físicos de significações compartilhadas*”³².

A experiência existencial da situação de rua se faz da deriva nômade³³. A mobilidade aciona o desapego material, a efemeridade de relações, a simplicidade e a criatividade que adapta as condições que são impostas a esses sujeitos, perspectivas fragmentadas, redefinindo significados de um padrão de sedentarização que esquadrinha, domestica e define pontos fixos sobre os trajetos. No entanto, é necessário destacar que os “nômades urbanos” criam e re-significam valores, hábitos e práticas estabelecidos porque estão em constante relação com os códigos sociais que os excluem. Como coloca Magni, os circuitos nômades na cidade – diversamente do nomadismo clássico de sociedades coletoras³⁴ – não configuram culturas autônomas; mas, antes, são segmentos que estão em uma relação limiar com o meio sedentário. Divergência e compartilhamento com esse meio moldam sua sociabilidade.

As fontes de coleta e mendicância são os excessos e desperdícios da sociedade de consumo; ou seja, o morador de rua parte do resto e da caridade dessa sociedade complexa, reforçando as relações de dependência³⁵. Da interação com o circuito sedentário, pautado pelo consumo e individualismo, segue também a presença destes elementos a fomentar quebras de alianças de solidariedade e partilhas. Além disso, parte da sobrevivência do morador de rua depende da reversão da sua imagem aos olhos de entidades de atendimento, de transeuntes, do poder público, da polícia, tornando-o cúmplice muitas vezes das regras e projeções morais que recaem sobre ele próprio.

Vê-se então que as fronteiras entre o que é de um código social que se pretende hegemônico³⁶, de um lado, e o que é do movimento dos que estão à margem deste, de outro, são

³¹ A. Arantes, 2000.

³² *Idem*.

³³ Magni, 1994, *op.cit*, p. 166

³⁴ As sociedades nômades tradicionais seriam as sociedades de bando, sociedades caçadoras e coletoras, marcadas pelo deslocamento em função de recursos de sobrevivência. Dificilmente acumulam muitos bens materiais, em função da dificuldade de carregá-los. No que diz respeito à cultura material, também são caracterizados pela simplicidade e escassez. Porém, uma grande diferença está no fato de que a coleta e a caça dos nômades tradicionais são feitas no mundo da natureza, enquanto a ecologia com a qual o nômade urbano se defronta é idealizadamente cultural. Do ponto de vista estrutural, as sociedades nômades clássicas são marcadas por uma frágil integração das famílias. (*Idem*, p. 169).

³⁵ As sociedades caçadoras e coletoras clássicas, segundo Magni, têm como princípios básicos a reciprocidade e a generosidade, sendo a partilha dever de todos. (*Idem*, p. 171).

³⁶ Reforçando algumas caracterizações, podemos entender por códigos pretensamente hegemônico os códigos morais que identificam o indivíduo por meio de seus documentos, de seu trabalho, de seus padrões de higiene; incluem-se

imprecisas. Porém, mesmo carregando as contradições que advêm dessa imprecisão, as malhas liminares que percorrem a dinâmica urbana – e os habitantes de rua estão entre elas – articulam um meio de vida divergente dos padrões normativos da cidade. E que se faz, no caso do morador de rua, fundamentalmente, no caminhar. Desta forma, este se caracteriza como um segmento que produz “*território em movimento*”³⁷ e que, ao fazê-lo, constitui territorialidades moventes, marcadas tanto pela transgressão espacial e simbólica da ordem urbana, quanto pela imagem estigmatizada de estarem “fora do lugar”.

Molda-se na rua uma territorialidade “delinqüente” no sentido de que, diferentemente de se colocar à margem, o morador de rua vive nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca³⁸. A adaptação à vida na rua é, simultaneamente, o revés e o *continuum* dos códigos oficializados, constituída em contínua movimentação; é o privilégio do *percurso* sobre o *estado*³⁹. A prática itinerante dota a vida na rua de um sentido cotidiano para seus habitantes, ajustando-se paulatinamente à sua visão de mundo.

Podemos visualizar o trajeto da rua como o produtor de uma nova subjetivação que promove a singularidade deste segmento⁴⁰. Os constantes realocamentos de valores na prática intensa do caminhar conformam um “saber de rua” e podem ser lidos como *reterritorializações*⁴¹. De acordo com Deleuze, por meio do processo de subjetivação, emerge “*a operação pela qual indivíduos ou comunidades se constituem como sujeitos, à margem dos saberes constituídos e dos poderes estabelecidos, podendo dar lugar a novos saberes e poderes*”.⁴² A circularidade é a base que constitui e igualmente desmantela esse processo. O território praticado provoca uma subjetivação individual e coletiva; esta, por sua vez, delimita-o. Nesse sentido, é igualmente um território existencial⁴³.

igualmente as ordenações urbanísticas em torno dos espaços públicos, os discurso urbanístico cuja racionalidade se faz hegemônica, funcional (De Certeau, *op. cit.*) e excludente.

³⁷ A.C. Marques,; F.F. Brognoli; J.L.M. Villela, 1999. Os autores incluem outros grupos, como o dos cangaceiros, neste perfil.

³⁸ De Certeau, *op. cit.*, p. 216.

³⁹ *Idem, ibidem.*

⁴⁰ A multiplicidade de apropriações – marginais ou não – do espaço pode ser encarada igualmente como processo de subjetivação do espaço; são formas micropolíticas de responder ao que Guattari qualificou como “alisamento” de territórios produzidos em contraposição a uma subjetividade própria da ação capitalista – promotora um alisamento particular dos espaços e uma homogeneização dos indivíduos à subjetividade capitalística (Guattari, 1985).

⁴¹ Deleuze, 1992, p. 188.

⁴² *Idem, ibidem.*

⁴³ Os territórios existenciais, de subjetivação, surgem como contraponto ao que Guattari indica como um alisamento capitalístico, “contemporâneo a uma reestriação, a uma reterritorialização artificial”. Ou seja, a subjetividade

Os habitantes de rua se reterritorializam no espaço urbano, afirmando subjetividades constrangidas, limitadas ou aniquiladas pela ordem urbanística, em sua tentativa de homogeneizar espaços, de torná-los funcionalmente diferenciados. O movimento itinerante ao qual é impelido é o vetor do processo de desterritorialização e reterritorialização⁴⁴ dessa população⁴⁵.

É no deslocamento pelo centro da cidade que os habitantes de rua afirmam sua existência, expressam sua subjetividade, criam possibilidades de agência, ainda que sob a marca do estigma, da subtração e da deficiência. O circuito nômade cria algo mais que o reverso da ordem sedentária: de naturezas diferentes, mas inseparáveis, estes dois âmbitos refazem-se um no outro em movimentos não simétricos. É nessa composição contraditória que se atualiza o cotidiano do morador de rua⁴⁶.

Assim, tornar-se um morador de rua significa alterar o espaço urbano e ser alterado por ele. Não implica, naturalmente, uma identidade fixa, estanque e irredutível. Pode ser temporária, embora, na trajetória da maioria, marque seu envelhecimento. Tampouco é um segmento que se reproduz de forma essencialmente geracional. Dificilmente se nasce na rua e se permanece nela na trajetória individual por muito tempo. São poucos os casos de pessoas nascendo nas ruas e permanecendo nelas. As famílias na rua são um fenômeno recente e, em geral, são rapidamente recolhidas por entidades ou assimiladas pelos agrupamentos que formam moradias populares. Suas crianças estão sob a vigilância do Conselho Tutelar.

O morador de rua surge a partir de um processo de rupturas sociais na sua vida e do mergulho em uma experiência cujas práticas e códigos são transmitidos pelos que já se habituaram a esse modo de vida. *“A sobrevivência na cidade depende da transmissão e da experiência deste conhecimento”*.⁴⁷ Dada a dinâmica contingente e fragmentária que permeia a circulação dessa população na cidade, a experiência nesse universo também se diversifica,

capitalística, por meio de signos culturais e econômicos (como a Coca-Cola, por exemplo) que se tornam hegemônicos por diversas áreas do mundo, torna o espaço liso e esvaziado. (*Idem*, pp. 110-113).

⁴⁴ Deleuze e Guattari definem a reterritorialização do nômade como uma “desterritorialização que constitui a relação com a terra, se bem que ele se reterritorialize *sobre* a desterritorialização mesmo”, diferentemente da reterritorialização do migrante, que se faz no depois, e a do sedentário, que se faz sobre outra coisa: *“é a terra que se desterritorializa, ela mesmo, de tal maneira que o nômade aí encontra um território. A terra deixa de ser terra e tende a tornar-se simples solo ou suporte”* (Guattari e Deleuze *apud* Magni, 1994, *op.cit.*, p. 174).

⁴⁵ O nômade *“move-se nos interstícios do corpo social, frequenta as fendas, as fraturas, os pontos de fuga ou ruptura; ao mesmo tempo (...) entra nas mais violentas suturas, reterritorializações, abolições, fascistizações”* (Perlongher, 1987, p. 20).

⁴⁶ Pensando ainda na relevância da construção dessa territorialidade para a população de rua, Stoffels sugere que, nesse momento de sua trajetória, a rua *“pode-se tornar o único espaço sócio-ecológico no qual o mesmo [indivíduo] recompõe seu ego”* (Stoffels, 1977).

⁴⁷ Magni, 1994, *op.cit.*, p. 165.

criando um repertório vasto de respostas às condições precárias com as quais se deparam em sua trajetória.

O MOVIMENTO ERRANTE E OS PERFIS NA RUA

A errância que caracteriza a situação de rua, ou *homelessness*, sempre esteve presente nas cidades, do mundo antigo até as metrópoles contemporâneas⁴⁸, provocada pela combinação de diversos acontecimentos econômicos, políticos, sociais. Tomando como referência apenas o contexto histórico a partir da Idade Média – principalmente o contexto europeu –, nota-se que, para cada período, houve uma leitura do movimento itinerante, de acordo com a organização social e política em vigor, e foram criadas visões diferentes a respeito dos sujeitos que vivenciavam a condição de *homeless*: vagabundos, mendigos, migrantes, incapacitados, sem domicílio fixo. Eram classificados diversamente como perigosos, maus-caracters, merecedores de caridade, os que trabalham etc.

Cada categoria possuía uma forma diferenciada de circular e de estar nas ruas. Com o passar dos séculos, esses personagens diversos foram se somando nos espaços das cidades, constituindo um conjunto dinâmico a cada experiência urbana. Comum a esses períodos é que os errantes constituem sempre um segmento à parte, à margem das ordenações sociais e urbanísticas. O ato de vagar, também traduzido ao longo dos séculos como o de vadiar, foi sendo reconfigurado, e o errante – ou vagabundo⁴⁹ – teve seu estatuto sociopolítico modificado. Mas as representações sobre sua movimentação, elaboradas por autoridades políticas, estudiosos, pela literatura, entre outros, sempre lhe imputaram o caráter de *outsider*:

“Desafiliado por excelência, modelo da dessocialização última, ele [o vagabundo] simboliza na análise do conhecimento, assim como na

⁴⁸ Stoffels descreve a presença de mendigos e indigentes já na Grécia antiga, fruto de expropriações de terras comunitárias e movimentação dos indivíduos para cidades em formação (Stoffels, *op.cit.*, pp. 60-61). A dimensão histórica desse fator social não será aqui desenvolvida, mas apenas tomarei alguns elementos como fonte de reflexão para o movimento itinerante na cidade. É necessário enfatizar também que minha preocupação é a análise da itinerância na cidade, o que não significa que esta não possa ser enfocada nas dimensões extra-urbanas.

⁴⁹ O termo *vagabond* vem sendo utilizado na língua francesa e inglesa e em textos escritos em língua portuguesa ao longo dos séculos para indicar o ato de vagar. A conotação moral negativa que o termo suscita atualmente está presente nas descrições históricas e literárias sobre esse universo, uma vez que essa movimentação sofreu continuamente condenações. Porém, servia, de maneira geral: designava vagabundos, os que vagavam “sem eira nem beira”. Atualmente, porém, outros termos marcam as distinções dentro do universo da errância, e o termo vagabundo está mais restrito a seu sentido estigmatizante.

*literatura, o eterno excluído. Cientistas e experts vêm em suas formas sucessivas e dentro de suas diferentes figuras (...) um universal atemporal (...) Sem emprego, sem recursos e também sem ligações territoriais, familiares, institucionais, é assim atemporal. A análise das configurações da vadiagem e do estatuto sociopolítico dos vagabundos demonstra, **ao contrário**, que as populações que compõem essa categoria, bem como a identidade de seus membros, longe de serem imóveis, mudaram continuamente durante os séculos. Sem jamais estar totalmente integrado – ou mais precisamente assimilado e assim invisível – na ordem social, o vagabundo vê seu estatuto se modificar totalmente em relação (e com) a organização social anterior; longe de desaparecer, ele permanece sempre inserido, ainda que colocado à parte”.*⁵⁰

O movimento itinerante, incerto, entra em atrito com a ordem estabelecida, sedentária. Cria-se então uma relação de poder entre as duas ordens, interdependentes, com as tensões inerentes a essas relações⁵¹ projetadas sobre os que se deslocam permanentemente na contramão dos modelos dominantes de organização econômica e social. Nessa fricção, são a própria errância e as características a ela associadas – sem emprego ou casa fixa, o deslocamento contínuo, a dificuldade de obter renda – que se transformam em anomia, a qual gera estranheza e confere estigma a essa população, provocando reações amedrontadas e posturas hostis. Na relação dinâmica que se faz entre os que estão estabelecidos e os *outsiders*, as leituras do movimento errante movem-se temporalmente, ainda que mantendo a mesma posição social, em cujo limiar estão os errantes.

Sobre esse percurso histórico na Inglaterra, Brandon escreveu:

“Quero descrever o elefante do homelessness. É um estranho animal chamado de diferentes nomes em diferentes épocas. Através dos séculos tem sido visto como definitivamente ameaçador e, mais recentemente, mais como patético, confuso e merecedor de simpatia (...) Séculos atrás, os errantes eram tratados como escravos fugitivos; depois eles foram vistos como criminosos potenciais ou reais. A legislação impôs duras punições, em padrões modernos, embora essas fossem práticas normais para o período. Os itinerantes eram vistos geralmente como fonte de todos os problemas e doenças sociais. No século XIX sua presença atacou as virtudes principais da Ética Protestante de indústria e economia. Agora, adotamos uma visão mais iluminada (sábia), mas

⁵⁰ H. Thomas, 1997, p. 200. (Tradução minha), grifo meu.

⁵¹ Para N. Elias (1994), a relação entre os estabelecidos – grupos ou indivíduos que ocupam posição de prestígio e poder – e os *outsiders* – pessoas que estariam fora dessa “boa sociedade” dos estabelecidos pauta-se por uma interdependência entre os termos. A manutenção dessa relação seria garantida por um equilíbrio instável de poder, assegurado pelos estabelecidos por uma auto-imagem que legitimaria sua sensação de superioridade e projetado sobre os *outsiders*, que, por sua vez, introjetariam o estigma que lhes fosse imposto em sua auto-imagem.

*ainda desconcertante, que se deve muito mais aos motivos de controle social que do altruísmo”.*⁵²

Como observa Geremek a respeito dos vagabundos no fim da Idade Média – o que me parece válido até os dias atuais –, a mobilidade era justificada para a ordem social quando se traduzia em um caráter migratório dentro da estrutura e da rede que a controlava⁵³; Magni reafirma: “o migrante (...) é de fato acolhido no seio dos contratos coletivos tradicionais sem que a migração desfaça o tecido social”.⁵⁴ Assim, a errância era aceitável como uma condição passageira e não como um modo de vida. Dessa forma, quando a perambulação era – e é ainda – justificada dentro da moralidade da busca de trabalho, mais amplamente legitimada, essa relação de estranhamento se atenuava. Mesmo assim, o imaginário em torno dos errantes os marca como agentes poluidores, perigosos; mais contemporaneamente, como fracassados.

O movimento errante nas cidades é fruto de inúmeros acontecimentos históricos: expropriação de camponeses e escassez de emprego devido a mudanças econômicas profundas, crises monetárias (provocando a mobilidade por sobrevivência econômica e trabalho); deslocamentos conseqüentes dos efeitos de grandes desgraças sociais, como guerras e epidemias, catástrofes naturais, mudanças políticas. Vários fatores conjugados podem explicar a situação da itinerância, e mais propriamente a situação de rua, mas não cabe aqui tratar deles com maiores detalhes. Os deslocamentos tinham e têm um motor inicial, na maioria das vezes.

No entanto, tais deslocamentos não necessariamente propiciam o encaixe nas ordens sociais estabelecidas, ainda que se encontrem em contínuo diálogo com estas. Muitas vezes, a itinerância, ou a situação liminar, permitiu e permite o estabelecimento de recursos e formas de se situar no espaço social que dotam essa população de recursos de sobrevivência e de sentidos identitários, sejam eles sentidos temporários ou permanentes. Porém, em qualquer das condições – voluntária ou involuntária – ser um errante implica estar condenado a uma permanente situação liminar, sujeito a um número infinito de desaprovações e sanções, concretizadas, na maioria das vezes, em leis de repressão à sua circulação.

Classificações elaboradas em alguns desses momentos históricos são relevantes para pensar no fenômeno do *homelessness* nas experiências urbanas contemporâneas, pois os traços básicos desses perfis são encontrados nos diversos tipos que habitam as metrópoles atualmente.

⁵² D. Brandon, 1973, pp. 1-4. (Tradução minha).

⁵³ Geremek, *op.cit.*

⁵⁴ Magni, 1994, *op.cit.*, p. 35.

Podemos começar pelo mendigo, o vagante, categoria que se destaca nas ruas das cidades de arquitetura sinuosa da Idade Média, cujas fronteiras com o campo eram bastante tênues, com uma intensa circulação de pessoas, animais, carroças; uma cidade feita para pedestres, e na qual ricos e pobres necessariamente se esbarravam, lugares de “amontoamento”.⁵⁵ Os pobres e miseráveis eram, em geral, camponeses desafortunados não vinculados a senhores feudais ou a corporações que monopolizavam os serviços nas aldeias, ou então doentes incapacitados para o trabalho.⁵⁶

A mendicância e a peregrinação eram os recursos dessa população. Mas esta incluía também delinquentes, criminosos e desocupados, que usavam estratégias artificiais para forjar o caráter de indigência⁵⁷. Assim, nesse universo, particularmente na Idade Média, os mendigos passaram a ser diferenciados entre o mendigo verdadeiro, honesto, bom, como os aleijados, os doentes, os loucos, os velhos, as viúvas e os órfãos; e os mendigos falsos, pecadores, vagabundos, que eram os camponeses e artesãos empobrecidos, assalariados sem emprego⁵⁸.

Até hoje, o mundo dos mendigos, de sua aparência degradada e vulnerável, aparece nas paisagens urbanas. Da sua itinerância, que incluía as pequenas distâncias entre um burgo e outro, até a circulação contínua dentro dos limites extensos das metrópoles contemporâneas, o mundo da mendicância continua produzindo *performances* da indigência autênticas e falsas, misturando categorias diversas cujas distinções ficam nubladas na propriedade do anonimato das ruas. De qualquer modo, os mendigos, os “incapazes” e os “vagabundos” passaram a ser a imagem eternizada do fenômeno da errância nas cidades.

A piedade e a caridade em torno dos errantes eram favorecidas por um primeiro incentivo da Igreja ao atribuir um *status* positivo à pobreza que os caracterizava, estimulando a caridade. Porém, como descreve Magni, ao final da Idade Média, após crises econômicas e sociais que agravaram a miséria e instilaram o medo desta, a própria Igreja passou a condenar a errância⁵⁹. Da caridade ao ato disciplinador, as entidades assistenciais religiosas passam a fazer parte desse universo. É ainda nesse período que se fundamenta a “política dos pobres” para os necessitados.

⁵⁵ J. C. Rodrigues, 1999.

⁵⁶ Magni, 1994, *op. cit.*

⁵⁷ *Idem.*

⁵⁸ De acordo com Geremek, as classificações literárias em torno dos vagabundos e miseráveis na Europa desde a Idade Média eram feitas freqüentemente muito mais em função dos temores que esse imaginário causava do que pela efetiva observação dessa população. O mais comum estereótipo com relação aos vagabundos e miseráveis era o da sua organização corporativa e hermética. A mendicância era tratada como profissão, e a fraude era uma arte. Havia a crença de que grupos marginais possuíam alta organização interna. (Geremek, *op. cit.*, p. 307).

⁵⁹ Magni, 1994, *op.cit.*, p. 24.

Nos séculos seguintes, as medidas repressivas foram se tornando mais duras para essa população. Entre o século XVI e o final do século XIX, houve uma seqüência de reviravoltas econômicas e políticas, incêndios, epidemias, gerando levas de pauperizados. Acrescente-se a isso que as cidades cresciam, sem melhorar, no entanto, sua infra-estrutura a fim de acomodar o fluxo de pessoas que a ela chegavam. As leis de repressão à vadiagem e a errância foram se sucedendo, incapazes, porém, de eliminar essa forma de movimentação. Mesmo assim, as cidades foram gradualmente se modificando, separando corpos, funções, aumentando seus limites com o campo e se distanciando das atividades relacionadas a este; e, por fim, determinando lugares mais restritos de circulação da vadiagem⁶⁰.

A racionalidade urbana que se concretiza nos séculos XVII e XVIII (particularmente no XVIII), cuja organização urbana se pauta pelas noções de progresso e de uma funcionalidade espacial análoga à funcionalidade orgânica – e, portanto, por uma distribuição mais equilibrada e complementar dos espaços urbanos⁶¹ –, somada à intensificação da exploração da força de trabalho trazem uma outra leitura da indigência. A errância passa de crime moral a ser considerada crime econômico. A ordenação urbana e a preocupação com a saúde da população, gerando modelos sanitários excludentes que se tornaram exponenciais no final do século XIX⁶², reforçam a projeção dos desempregados e miseráveis como poluidores e perigosos, criminosos.

Entre o século XIX e as primeiras décadas do século seguinte, um outro perfil de movimento itinerante foi adicionado às paisagens sociais – da Europa, dos Estados Unidos e

⁶⁰ D. Brandon, *op.cit*; R. Sennet, 1997, *op. cit*.

⁶¹ Sennett se detém na analogia existente entre a anatomia corporal e os novos fluxos urbanos constituídos. A teoria médica sobre a circulação – que ganhou força no século XVI – garantiu um novo sentido à idéia de locomoção. “*O sentido formal de deslocamento em direção a um objetivo [monumento] cedeu lugar à jornada como um fim em si mesmo*” (R. Sennet, *op.cit*, p. 220). A rua é, na concepção iluminista, um espaço urbano importante que cruzava o centro da cidade ou as áreas residenciais. Os projetistas urbanos fizeram um modelo de tráfego tendo como analogia as artérias e veias humanas, e contínuo deslocamento de sangue e sua irrigação para os órgãos. Os pulmões também foram outra grande referência analógica. Os jardins e as praças passaram a ser concebidos, especialmente na Paris do século XVIII, como pulmões urbanos, densamente arborizados, prontos a garantir aos habitantes da cidade a idéia de respiração saudável, de amplitude, de livre circulação.

“*As origens médicas da metáfora sugeriam que um corpo circulante propicia a seus membros e órgãos mais vida, transmitindo à mínima parcela de cada tecido uma força vital, mormente ao coração e ao cérebro. Embora os pulmões urbanos excluíssem o comércio, o modelo da liberdade corporal em que se baseavam convidava justamente a isso*” (*Idem*, p. 224).

⁶² No Brasil, o fim da escravidão em 1888 revelou-se como um fato político a desencadear um processo de despejo de ex-escravos sem recursos e raríssima oportunidade de mudança de posição social nas ruas e cidades grandes como Salvador e São Paulo. Esse processo se somou à situação de indigência já recorrente nas cidades brasileiras da época, em função da situação de penúria econômica, seca e ausência de planejamento para assimilação da população que migrava para a cidade. Para mais descrições sobre esse período, ver W. F. Filho, 1995. Há algumas referências sobre São Paulo em R. Rolnik, 1999.

também do Brasil – o trabalhador migrante. Com o início da Revolução Industrial, surgiu a necessidade de uma força migratória que circulasse pelas cidades e além delas, circunscrevendo territórios nacionais. O grande fluxo de migrantes gerou conseqüentemente uma inflação do pauperismo nos centros urbanos, redimensionando, por sua vez, os instrumentos de repressão à vadiagem. Nesse período também surgiram as formas arquitetônicas que ampliaram as circulações de pessoas no espaço urbano, ao mesmo tempo em que permitiam o controle da movimentação urbana com maior afinco, mantendo a classe trabalhadora em domínios geograficamente restritos⁶³. Tais fatores não conseguiram conter, no entanto, os fluxos da circulação errante que constituía uma parte do universo do migrante.

Concomitantemente aos movimentos repressivos, expandiu-se a filantropia voltada a essa população. No período da Revolução Industrial, a estrutura da assistência social foi redimensionada. O tratamento dado aos errantes e indigentes passou do caritativo ao educativo e orientador. Eram as entidades de caridade as responsáveis por garantir a provisão de alojamentos, por exemplo. Apenas com as providências estatutárias tomadas por várias nações, como França e Inglaterra, após as devastações sociais e econômicas promovidas pela guerra, que provisões do governo central e de autoridades locais de cada cidade pareceram sobrepujar o trabalho filantrópico⁶⁴. Mesmo assim, até os contextos contemporâneos, as entidades filantrópicas ainda são instituições que constituem uma essencial fonte de serviços oferecidos aos *homeless*⁶⁵.

Esse momento econômico e social em países que sofriam o processo da modernização industrial gerou uma diversidade de trajetos migratórios. Destes, porém, é importante destacar os dos trabalhadores – caracterizados na sua maioria por homens – que, por meio do trabalho, reforçam o circuito da contínua mobilidade, sem ponto fixo de residência. Em países como França, Inglaterra e Estados Unidos, esse perfil está presente em descrições literárias e estudos acadêmicos. Entre os estudos americanos, por exemplo, a caracterização sociológica dos *hobos* indica a peculiaridade desse fluxo migratório⁶⁶.

⁶³ Até esse momento, particularmente na Europa, as poucas medidas para acondicionar a população que chegava às cidades eram, na maioria das vezes, o remanejamento de vagas em hospitais (Magni, 1994, *op. cit.*). A partir do final do século XIX, nos vários contextos de intensificação do trabalho operário, tornou-se necessária a criação de alojamentos (*Lodgings houses*) próximos aos locais de trabalho (Brandon, *op. cit.*, p. 2). As vilas operárias surgiram no início do século XX, nas cidades grandes, em meio ao saneamento urbano que provocava um afastamento das “classes perigosas” (Magni, 1994, *op. cit.*).

⁶⁴ Brandon, *op. cit.*, p. 3; Thomas, *op. cit.*

⁶⁵ Brandon, *op. cit.*, p. 3.

⁶⁶ N. Anderson, 1923; N. Anderson, 1998.

De acordo com o trabalho de Nels Anderson, o *hobo* foi trabalhador migrante que surgiu com a expansão das fronteiras do Oeste norte-americano em meados do século XIX e deixou de existir na década de 1920⁶⁷, quando aquela região já havia sido tomada. Os *hobos* se diferenciavam dos trabalhadores sazonais da época, que possuíam ocupações definidas em diferentes épocas do ano; assim, seu deslocamento pelos Estados do país seguia um trajeto relativamente fixo e habitual. Também se distinguiam dos *tramps*, ou “vagabundos”, indivíduos fisicamente capazes para o trabalho, mas que adotaram a paixão romântica de ver o país e ganhar experiência sem trabalhar, vagueando, pedindo⁶⁸.

Os *hobos* tinham o trabalho como referência central de seu modo de vida, mas as ocupações não eram definidas. Trabalhavam em qualquer atividade, em qualquer época do ano. A variação de atividades se dava em escala nacional⁶⁹. Mendigavam ocasionalmente, na entressafra de alguns serviços, mas viviam primeiramente do trabalho⁷⁰. E, acima de tudo, seguiam o caminho da ferrovia:

*“Enquanto o hobo refletia a tradição da mobilidade, sua ocupação fez da mobilidade uma virtude. (...) indo de lugar a lugar, ele seguiu as linhas de trem. A viagem pela estrada era bem prosaico. Se ele tinha que andar, era ao longo da linha de trem, e apenas até o próximo tanque de água onde ele esperava por um trem de carga. Seu tipo de mobilidade pertenceu a uma era que lhe era própria”.*⁷¹

⁶⁷ De acordo com Anderson, a expansão da fronteira ocorria em dois movimentos. Havia o movimento de assentamento de terra do Leste para o Oeste, apropriando-se dos recursos naturais. Uma segunda fronteira vinha com a construção da linha de trem, gerando a fundação de cidades e vilas e o estabelecimento de indústrias para explorar os tais recursos naturais. Esta segunda fronteira trouxe ondas de pessoas, levas de imigrantes que não se assentaram na terra, mas procuravam empregos em indústrias. Os primeiros *hobos* surgiram para constituir as primeiras movimentações, vivendo uma situação de desafio, aventura, fundando lugares e passando para o Oeste. Mas eles funcionavam, sobretudo como um *in-between worker*, querendo ir a qualquer lugar para arranjar um emprego e igualmente querendo mudar depois. O papel *in-between* tinha a ver com as duas fronteiras (Anderson, 1998, *op. cit.*).

⁶⁸ Os *tramps* são definidos nesse contexto como pessoas sem emprego, que viajam a pé e, geralmente, vivem da mendicância. Na descrição de Anderson, é um especialista no *getting by* (arranjar-se). A distinção entre essas categorias não é imediata nem rígida: “O trabalhador sazonal pode descender dos *hanks* dos *hobos*, e um *hobo* pode cair ao nível do *tramp*” (*Idem*, p. 67). No universo das categorizações políticas do indivíduo errante nesse contexto norte-americano, o trabalho e a mobilidade são dois fatores fundamentais de distinção entre eles.

Mas todos os tipos citados fazem parte da massa desempregada criada após crise econômica americana do final do século XIX (1873-74): “*Tramps* e *hobos* são, portanto, produtos ou subprodutos da imigração estrangeira e da mobilidade interna, da pobreza, do desemprego e da dinâmica social da fronteira. (...) um *hobo* é assim parte e parcela da mobilidade específica de uma fase histórica na qual os princípios do governo eram comunicação e mobilidade” (R. Rauty, 1998, Tradução minha).

⁶⁹ Alguns *hobos* faziam sua atividade em escala internacional (N. Anderson, 1998, *op. cit.*).

⁷⁰ Anderson descreve os *hobos* como dotados de um significativo capital cultural. Não eram analfabetos, liam jornais diariamente, “possuíam um grau mais alto de curiosidade mental e interesse cosmopolita que a maior parte dos trabalhadores” (*Idem*, p. 27, tradução minha).

⁷¹ *Idem*, p. 30. (Tradução minha)

Esse segmento possui um lugar romântico na história americana, por traduzir, por meio de sua errância, o movimento desbravador do território nacional. No entanto, seu modo de existência independente, pouco interativo com demais segmentos sociais, a compulsão internalizada para vagar e o desejo de autonomia que se manifestava em seu comportamento de permanente mobilidade geraram reações hostis e desprezo por parte de segmentos sociais e políticos⁷². Várias leis contra a vadiagem foram estabelecidas naquele país durante o período de surgimento dos *hobos*.⁷³

O *hobo* é uma categoria empírica bastante circunscrita ao contexto histórico norte-americano. Mas sua caracterização alude a um circuito proveniente dos movimentos migratórios do pós-revolução industrial que marcaram igualmente cidades como Londres ou Paris. Seu perfil traduz o modo de vida particular de migrantes cuja trajetória não os levou ao enraizamento em novas terras, mas a dinâmicas constantes da movimentação por territórios nacionais e internacionais e, conseqüentemente, a modos de vida diferenciados. Essa circulação, a qual não se adequou aos moldes controlados da organização urbana, gerou hostilidade. Descreve Thomas sobre o contexto francês:

*“Ao fim do século XIX, na França, sua representação [da vadiagem] nas mentalidades coletivas toma duas formas principais, aquela dos ciganos circulando pelo território francês – que exercem uma profissão ou não – e a do trabalhador migrante, cada vez menos agrícola (dali em diante, mão-de-obra da indústria), à procura de um emprego temporário. Em outros termos, a vadiagem se conjuga nesse caso no duplo estereótipo do nômade freqüentemente estrangeiro (no sentido jurídico) e do indivíduo andarilho, ao mesmo tempo em que emerge a imagem do clochard. Além disso, o vagabundo é considerado como trabalhador de caráter intermitente, vivendo freqüentemente de expedientes, nem sempre confessáveis, ocasionalmente ladrões e até criminosos”.*⁷⁴

Dois diferenças se ressaltam na comparação com as formas de circulação até então descritas: a primeira é que o migrante em questão estende consideravelmente seus trajetos territoriais. Sua busca pelo trabalho adquire, em geral, escala nacional, a procurar melhores serviços em períodos nos quais o mote propulsor da vida econômica era o progresso. A segunda

⁷² Rauty, comentando o trabalho de Anderson após quarenta anos de sua publicação, comenta a hostilidade demonstrada pelos Sociólogos da Escola de Chicago com o trabalho do autor, particularmente com o assunto. Nesse sentido, Anderson foi uma figura paradoxal na universidade em questão. (Rauty, *op.cit*, p. 2).

⁷³ Rauty cita algumas leis, desde a primeira, decretada em 1874, até ataques generalizados incentivados pela Vostead Act, em 1919 (*Idem*, p. 8).

⁷⁴ Thomas, *op.cit*, p. 116 (Tradução minha).

diferença é que sua dinâmica itinerante tem o trabalho como ponto dos trajetos definidos de acordo com as oportunidades oferecidas. Nesse sentido, ele se diferencia da figura do vagabundo ou mendigo descrito desde a Idade Média, cuja mobilidade era mais circunscrita às cidades, e para quem a prática da mendicância era uma opção mais recorrente do que o trabalho.

O perfil desse migrante em particular tem ressonância na figura do trecheiro, descrito anteriormente no presente capítulo, e é reconhecível nas estradas brasileiras. O fato de ter o trabalho como justificativa central para suas andanças não necessariamente lhes retira o estigma que o movimento errante impõe, mas atenua sua imagem com relação a outras formas de estar nas ruas: por isso, hoje, trabalho e honestidade ainda são virtudes que esses habitantes das ruas elegem para se contrapor ao “parasitismo” da mendicância estacionada nas calçadas⁷⁵.

Os vagantes das estradas formavam mais uma categoria à parte do circuito sedentário, somando-se aos mendigos e inválidos que percorriam as cidades no início do século XX. Na França, emergiu a figura do *clochard*, um errante que vem do próprio meio urbano, não tem abrigo permanente e circunscribe sua circulação a uma pequena área, um quarteirão, na maioria das vezes. Ainda nesse período, o *clochard* era uma imagem incipiente, reforçada após a Segunda Guerra⁷⁶ e descrita como “*um tipo folclórico, bizarro, mas sedutor, que escolhera um caminho marginal*”.⁷⁷ Sua presença reforça uma dinâmica itinerante reconhecida na figura do mendigo medieval, mas cuja trajetória se constrói pelas formas de pauperização das próprias cidades que habitam.

No Rio de Janeiro do início do século passado, o cronista João do Rio descreveu em tom literário as formas de miséria que assolavam as ruas da cidade: as mulheres mendigas, as crianças pedintes, os covis mal-cheirosos que abrigavam, entre outros, esmoleiros⁷⁸. A indigência também tomava conta das ruas do centro de São Paulo, fruto de uma crônica falência das estruturas econômico-sociais do meio urbano⁷⁹. Nestas duas grandes cidades, a profissionalização da

⁷⁵ Nesse sentido, Brognoli afirma que os “pardais” – andarilhos que adotam percursos estabelecidos e relativamente pequenos, dentro de uma mesma cidade ou entre cidade próximas – são definidos pelos trecheiros como parasitas, mendigos e vagabundos. No entanto, o autor também reforça o fato de que entre os andarilhos há a representação de si a partir do modelo cultural do dominador (simulacro) como tática relacional. Assim, trecheiros e pardais articulam um paradoxo “*que se expressa na tentativa de manter sua singularidade usando os símbolos eleitos pelos outros para conferir a si mesmos uma identificação e um reconhecimento*”. (Brognoli., *op.cit.*, p. 67).

⁷⁶ Thomas, *op.cit.*

⁷⁷ Magni, 2002, p. 19.

⁷⁸ J. do Rio, 1997.

⁷⁹ M. Pinto, 1994.

mendicância, as práticas de pedir e de provocar piedade, consideradas crimes de vadiagem, resistiram às ações repressivas da polícia.

A partir da década de 1950, particularmente nos países europeus destruídos no fim da Segunda Guerra, a quantidade de pessoas desalojadas de suas habitações nas cidades e sem renda aumentou consideravelmente. Mas aumentaram também nessa época as redes de assistência. Em países como França e Inglaterra, o estatuto do *vagabond* sofreu uma mudança. Na Inglaterra, as provisões de residência, acomodações temporárias e centros de restabelecimento passaram a ser exigidos por lei⁸⁰. Décadas depois, a questão do *homelessness* é marcada fortemente no contexto inglês como um assunto que envolve o poder nacional e autoridades locais. Na França, o vagabundo tornou-se o signo de uma falha de solidariedade democrática e da impotência dos dispositivos assistenciais quanto a ajudar eficazmente⁸¹.

Os termos que atualmente caracterizam a movimentação errante nas cidades – *sans-abri*, *homeless*, *sem-teto*, *população em situação de rua* – são frutos de uma gradual adequação da realidade desse segmento à noção de exclusão social, uma noção que emerge na década de 1970 e desde então vem sendo trabalhada em vários contextos sociais diferentes. Particularmente no caso francês, onde o tema “*adquiriu preponderância e estatuto teórico, relevância e publicidade*”,⁸² a noção de exclusão social tornou-se “*uma nova categoria de entendimento, de classificação e estatística social destinada à ação pública*”,⁸³ à elaboração de políticas sociais.

Dentro desses preceitos, a categoria da vadiagem seria a ilustração por excelência da pobreza ou da exclusão: “*sem habitação, sem renda, sem emprego, sem laços familiares ou territoriais, sem destino previsível*”.⁸⁴ Apresentado como atemporal em seu modo de vida errante e cotidiana, o *vagabond* – agora *sans-logis* ou *sans-abri* – acaba sendo um tipo ideal desse modelo de exclusão social, uma espécie de categoria abstrata do reagrupamento de populações que se situam em diversas épocas históricas, à margem do sistema de organização social. Ainda como expoentes desse tipo de exclusão, estão fora do sistema de produção e de consumo padronizados na vida social⁸⁵.

⁸⁰ Em 1948, define-se a Lei de Assistência Nacional (Brandon, *op.cit.*).

⁸¹ Thomas, *op.cit.*

⁸² Escorel, *op.cit.*, p. 52.

⁸³ Thomas, *op.cit.*, p. 196.

⁸⁴ *Idem, ibidem.*

⁸⁵ *Idem*, p. 200.

As nomeações contemporâneas dos errantes têm como pressuposto indicar as condições sociais e econômicas que os colocam à margem social e organizar as medidas a serem tomadas para a inversão de sua condição. Embora estas sejam uma tendência generalizada nos países capitalistas, não ocorrem de forma homogênea, nem ao mesmo tempo. Como afirma Escorel, cada contexto social vai conformar os processos de desvinculação que caracterizam a noção de exclusão social. No caso francês, o trabalho é o vetor por excelência dos processos excludentes. No que diz respeito a outras dimensões do processo de desvinculação social que leva à situação de excluído, a presença de uma política de pleno emprego e do Estado de Bem-Estar Social aliviou os efeitos da ausência do trabalho sobre os vínculos familiares⁸⁶.

No caso brasileiro, esse processo – que ganhou força no debate sociológico a partir da década de 1980 e particularmente na década de 1990 – tem outro perfil. De acordo com a pesquisa de Escorel no Rio de Janeiro, a fragilização e as rupturas dos vínculos familiares e de referência primária são componentes que adquirem especial relevância no conjunto das vulnerabilidades que envolvem a trajetória do excluído⁸⁷. Escorel aponta para as frágeis bases secundárias das sociabilidades relacionadas com a inserção ocupacional e a cidadania. Elas não conseguem superar o suporte básico – material e simbólico – das relações sociais familiares.

As ocupações de sobrevivência nas ruas e os pequenos serviços constituem ainda algum vínculo com o trabalho. Segundo Escorel, em uma sociedade como a brasileira,

*“em que a família e a casa constituem a unidade de pertencimento preponderante, ficar sem lugar não é ficar sem trabalho – essa é uma contingência, um acidente de percurso, muito freqüente na pobreza abrigada – é ficar sem família”.*⁸⁸

A relação com a esfera do trabalho não é, pois, suficiente ou prioritária – como no caso francês – para entender o processo de “desafiliação” social no caso brasileiro. Como conseqüência, no contexto brasileiro a situação de estar nas ruas, morar nas ruas significaria desvincular-se da esfera sociofamiliar e perder seu lugar.

⁸⁶ Escorel, *op.cit.*, p. 263.

⁸⁷ Escorel nos apresenta uma densa reflexão a respeito da noção de exclusão social, desde sua gênese até as possibilidades de aplicação no caso brasileiro. Ela faz uma avaliação particularmente atenta da produção desta noção na literatura francesa, a qual conferiu consistência teórica ao termo, para em seguida confrontá-la com o quadro de exclusão social emergente de sua pesquisa empírica. Escorel afirma que: “O conceito de exclusão social – como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade, ou precariedade e até ruptura dos vínculos nas dimensões sociofamiliar, do trabalho, das representações culturais, da cidadania e da vida humana e, ainda como uma zona integrada por diversas manifestações de processos de desvinculação nos diferentes âmbitos – tem valor analítico para a compreensão de diferentes expressões histórico-sociais” (*Idem*, p. 259).

⁸⁸ *Idem*, p. 264.

De uma maneira geral, atravessando as fronteiras nacionais, podemos dizer que o estatuto político e social dos *moradores de rua*, *homeless*, desenvolvido a partir de meados do século XX, mudou a relação desses sujeitos com o meio institucional que os envolve nas cidades capitalistas. Embora as instituições filantrópicas sempre acompanhassem os movimentos de vagantes nas cidades e o poder público agisse até então muito mais pelo aparato repressivo, a partir daquele momento as iniciativas para prover algum tipo de assistência transformaram-se da década de 1980 em diante efetivamente em políticas de atendimento – que englobam serviços provisionados pelo governo, assim como ações de entidades civis voluntárias e não governamentais – e em leis e estatutos. Ao mesmo tempo em que afirmaram a condição de excluídos sociais do segmento que habitava as ruas, tornaram mais viáveis as políticas de inserção⁸⁹.

Tomei de forma muito breve as classificações e dinâmicas construídas na história das cidades ocidentais, visando a acompanhar a movimentação errante no desenvolvimento das mesmas. Sob codinomes generalizados – antes *vagabonds* e atualmente *homeless* – inter cruzam-se vários perfis que reiteram formas itinerantes encontradas em outros períodos históricos. Na experiência contemporânea, as categorias *homeless* ou *em situação de rua* funcionam como termo “guarda-chuva”, cuja ressonância política é menos excludente e mais homogeneizadora. No entanto, sob essa nomeação, as configurações heterogêneas se juntam: o andarilho em

⁸⁹ Do ponto de vista do entendimento da política pública em torno do morador de rua, tais diferenciações seriam bastante interessante de serem explorada, tarefa que não foi possível no presente trabalho. Há diferentes configurações políticas em torno das iniciativas voltadas à população de rua. Nos países desenvolvidos que concentram grande número de população de rua, as políticas de bem-estar social congregam os poderes nacionais e locais do Estado e os movimentos não-governamentais em uma dinâmica específica, procurando diminuir o impacto por meio de benefícios e serviços que incluem possibilidades de moradia e renda mínima. Na Inglaterra, por exemplo, a *Homeless Act* é uma legislação nacional que visa a garantir, via autoridades locais, a quem está em uma situação de *homelessness* – oriundos da violência doméstica, desempregados, refugiados políticos, entre outros – acomodações e também uma renda mínima. As sociedades filantrópicas e organizações não-governamentais, voluntárias, complementam a oferta de abrigos e oferecem alguns outros serviços mais imediatos. As políticas de *Welfare State* variam consideravelmente conforme os países onde vigoram. Também o tratamento social e político com relação aos *homeless* é heterogêneo, sendo que a combinação entre os atores sociais varia conforme os trajetos históricos que estruturaram essas forças políticas.

Em países como o Brasil, a organização dessa política pública em torno da questão do morador de rua demorou a adquirir uma escala mais sistemática de intervenção. A atuação do Estado, particularmente nas últimas décadas, no que diz respeito às políticas nacionais de combate à pobreza, foi marcada por pouca efetividade social e uma intervenção inoperante; foi, nesse sentido, uma política social fragmentada. Foi no âmbito do poder público municipal juntamente com as entidades filantrópicas que estiveram presentes no país desde o século XVI que as atividades de assistência social ganharam visibilidade. (Uma boa avaliação da década de 1990 se encontra em um relatório de avaliação conjunta sobre as condições dessa população no caso brasileiro e particularmente no de São Paulo. Secretaria Municipal de São Paulo, 1992). No caso de São Paulo, como veremos no próximo capítulo, foi a partir da década de 1990, por meio da longa batalha de movimentos sociais, entidades assistenciais e dos próprios moradores de rua, que esse segmento passou a ser reconhecido como merecedor de uma política específica.

deslocamento contínuo, o mendigo, os “loucos de rua”, e ainda os desempregados que vivem temporariamente nas ruas e freqüentam albergues.

Ocorre, sobretudo, que a adequação política das pessoas que vivem a situação de rua promove possibilidades maiores de sua inserção social e a atenuação da condenação de sua imagem. Mas não elimina a movimentação errante como um modo de vida de parte desse segmento. A errância escapa às políticas sociais. Na heterogeneidade das categorias, a relação com o trabalho e as intensidades de circulação criam perfis heterogêneos, mas a circulação que se inicia com seu processo de desvinculações sociais e pessoais permanece⁹⁰. A qualificação política não domestica a errância que os impele.

Esses perfis heterogêneos se particularizam de acordo com os usos possíveis dentro de cada contexto urbano. Em um diálogo com as movimentações urbanas, de acordo com as possibilidades que estas oferecem aos moradores de rua e as quais este desafia, surgem novos personagens, muitas vezes um amálgama de características dos diversos tipos, a confundir as separações analíticas estanques. Mas alguns tipos permanecem como “*parte do léxico tipológico das ruas*”.⁹¹ O andarilho, o vagabundo e o mendigo são como marcas vivas da transversalidade errante, talvez os mais visíveis em sua condição porque são os que a vivem em sua máxima intensidade, ainda que de formas diferentes. É a partir dessas três “matrizes” que uma pluralidade de situações nas ruas se desenvolve.

⁹⁰ O fenômeno contemporâneo da *homelessness* atinge significativamente cidades grandes, onde o efeito da recessão econômica – problema generalizado no mundo capitalista – se agrava visivelmente. Mas a situação de rua está igualmente presente em cidades de porte menor. O problema é redimensionado, tem maior controle do poder público, mas permanece com uma visibilidade inquietante. Para além do problema da recessão, comum a todos esses contextos urbanos, algumas caracterizações particularizam as paisagens urbanas em questão.

Em alguns contextos urbanos, a imigração ilegal é a responsável por aumentar o número de moradores de rua, como é o caso de algumas cidades européias, como italianas, francesas, espanholas, portuguesas, que receberam os fluxos de imigração ilegal de países da África e, mais recentemente, do Leste Europeu. Nelas os imigrantes que acabam nas ruas são mais visíveis. Porém, notei no período da pesquisa que na Inglaterra, por exemplo, os refugiados podem fazer parte da classificação *homeless*. Mas dificilmente estão presentes nas ruas da cidade. Quem forma essa paisagem são geralmente os próprios britânicos, desempregados. A razão para essa ocultação pode estar ligada ao fato de que o governo inglês tem lei nacional de atendimento obrigatório a quem é considerado *homeless*, e tem medidas rígidas para a ilegalidade; por outro lado, as redes familiares de imigrantes são bastante extensas, favorecendo o compartilhamento de moradias.

Em outras localidades, como Nova Iorque ou em cidades canadenses, as fricções étnicas entre cidadãos daqueles países explodem em relações de desigualdade social, impelindo as minorias étnicas à situação de rua. Em cidades que sofrem ou sofreram conflitos civis violentos, como as do Leste Europeu ou da África, refugiados e pessoas que perderam suas casas têm as ruas como recurso. Tais problemáticas sociais criam tonalidades próprias que se acrescem às questões econômicas que levam às ruas no mundo atual.

⁹¹ D. Snow, 1998, p. 102.

As definições dessas categorias obedecem a contextos temporais e específicos. David Snow recupera no trabalho de Anderson, no contexto americano da década de 1920, as distinções entre os três tipos: “*O andarilho era um trabalhador migrante, o vagabundo um não trabalhador migrante e o mendigo um não-trabalhador não-migrante*”.⁹² Os atributos de diferenciação são, como já colocado anteriormente, a mobilidade e o trabalho. Com o passar das décadas, a figura do andarilho apagou-se no contexto americano e as distinções ficaram nubladas. Na pesquisa de Snow sobre homens nas ruas de Austin (Texas) na década de 1980⁹³, outras tipologias foram estabelecidas, mas a associação entre os andarilhos e as grandes extensões de caminhada, e entre os mendigos e o círculo mais restrito permaneceu. No caso da pesquisa de Snow, ambas as categorias tinham em comum o uso do álcool.

Ou seja, as rearticulações conjunturais que ocorrem com mudanças econômicas e sociais envolvem uma espécie de colagem das tipologias referidas, gerando categorias não fixas, ainda que mantendo alguns princípios distintivos.

Deslocando o olhar para o contexto mais próximo, o da cidade de São Paulo, os desdobramentos recentes da movimentação na cidade dão visibilidade a certos perfis. O padre Arlindo Pereira Dias⁹⁴, um bom conhecedor da população de rua da cidade, identificou em 1995, cinco tipos diferentes de moradores de rua:

*“os que estão nas ruas há anos ‘na malandragem e que não ambicionam sair’, ‘os que encontram nas ruas uma certa sensação de liberdade’, os portadores de doenças mentais, os moradores desempregados, temporários e o grupo de catadores de papel”.*⁹⁵

Esta definição adiciona novos perfis baseados nas respostas concretas de desempregados às condições das ruas em São Paulo. Os desempregados e os catadores de papel – novos trabalhadores das ruas, perfis emergentes nas duas últimas décadas – convivem em seu cotidiano com os “mendigos por filosofia”, com os “loucos de rua” que fazem destas uma “cidade própria”,⁹⁶ com trecheiros, com intelectuais, com empresários falidos, com artistas desempregados, ou então com viciados em álcool e *crack*.

⁹² *Idem, ibidem.*

⁹³ Havia subdivisões entre as categorias: os andarilhos, que se dividiam entre andarilhos tradicionais e *hippies*, os mendigos (tradicionais e *redneck*), e os doentes mentais. (*Idem*, p. 104).

⁹⁴ O Padre. Arlindo é um dos coordenadores da Rede Rua, a ser descrita no capítulo 2.

⁹⁵ *Folha de S. Paulo*, “Há 5 tipos de moradores de rua”. São Paulo, 3 set. 1995.

⁹⁶ Tomo a definição inspiradora de Miriam Chnaiderman, psicanalista que explica, depois de um período de dois anos de observação empírica e a produção de um filme sobre esse segmento. O “louco de rua” é um personagem das

Por fim, considero necessário destacar que as maneiras dos habitantes de rua situarem-se nelas são respostas às suas condições liminares, dadas pela mobilidade incessante nas cidades contemporâneas, cujos limites entre campo e cidade há muito já se perderam de vista, e nas quais a reformulação dos espaços urbanos, esvaziando-os e controlando-os, pode ser traduzida como uma medida da racionalidade urbanística a expulsar antigos moradores e segmentos da população que utilizam a rua para fins de trabalho ou de habitação⁹⁷.

Praças e ruas vêm sendo transformadas continuamente em lugares de passagem, ao mesmo tempo em que se ampliam as construções de condomínios fechados e shoppings, espaços privados que mimetizam o espaço público.⁹⁸ Áreas urbanas que estão sendo revitalizadas são uma indicação do processo de “limpeza”, tendo como perfil o consumo visual⁹⁹. Nesse processo, há um deslocamento de personagens sociais dos espaços que estão sob a mira da intervenção urbana. A circulação, a presença de grandes prédios e dos carros, a velocidade – características caras às metrópoles de hoje – permitem um “deslocamento de multidão”, plural, disforme e, portanto, afeito a mecanismos de resistência à dominação e à exclusão¹⁰⁰.

As políticas urbanas excludentes e controladoras da funcionalidade do espaço constituem um impulso a mais no movimento errante. Contraditoriamente, a transversalidade pedestre dos circuitos de habitantes de rua pela cidade contemporânea, a projetar espaços para dormir em locais de passagem, a fazer de materiais de trabalho objetos já desprezados pela sociedade de

ruas que se diferencia de – e é diferenciado por – mendigos e outros tipos de moradores de rua. Vive sozinho, fixam seus pontos de estadia, formam boas relações de vizinhança com moradores dos arredores e comerciantes, não bebem, não esmolam.

Elegi essa categoria no presente trabalho como reveladora de um perfil particular muito presente no espaço urbano, não tanto pela loucura, ou pelas características que revelam algum quadro de transtorno mental, mas pelo modo como se relacionam com a cidade. Para a autora, os “loucos de rua” “são cara as quem fundam uma cidade própria, sem nada a ver com o espaço institucionalizado, e que possuem uma outra definição do que é público e privado.” (*Folha S. Paulo*, “Filme mapeia loucos de rua”. São Paulo, 9 mai. 1993). A loucura teria sido historicamente abrigada pela cidade: “Sabemos, inclusive por Foucault, que o confinamento asilar dos loucos, historicamente recente, desfaz uma vizinhança antiga entre a cidade e o desatino. O “louco de rua é a memória viva, embora residual, dessa época já revogada em que a loucura tinha direito de cidade e em que a partir mesmo de sua estranheza, mantinha um comércio simbólico rico com a sociedade vigente” (Chnaiderman, 1999).

A questão da saúde mental nas ruas é bastante complexa e, por falta de tempo, não será explorada aqui. É possível diagnosticar vários tipos de sofrimento mental, não apenas nos “loucos de rua”, mas entre os que se utilizam do álcool e das drogas, ou entre os que já estão há muito tempo nas ruas. Vários trabalhos têm procurado lidar com a questão do sofrimento mental nas ruas, a nível nacional e internacional. Enfim, as possibilidades são inúmeras e o diagnóstico é difícil. Pelo meu tempo de observação, é difícil entender os limites entre comportamentos “normais” e “alterados” nesse contexto, ou perceber o que é consequência da vida na rua, e o que não o é.

⁹⁷ Zukin, 1991.

⁹⁸ R. Sennett, *op.cit*; S. Zukin, *op. cit*; De Certeau, *op.cit*.

⁹⁹ Zukin, *op.cit*.

¹⁰⁰ Sennett, *op.cit*.

consumo, a reiterar uma itinerância que assusta e incomoda, reforça sua presença na cidade, ao mesmo tempo em que continuam a se localizar na geografia como *outsiders*.

IMAGENS E EXPERIÊNCIAS

A literatura europeia da Idade Média e Moderna descreveu o mundo dos vagabundos como uma realidade à parte, estranho ao pensamento típico de cada um desses momentos históricos e narrado a partir de conceitos e categorias da sociedade global da época; ou seja, a partir do que era “conhecido”:

*"A descrição do universo dos vagabundos se inseria precisamente nessa concepção de realidade isolada: seu mundo ficava bem à parte, bem delimitado em termos de espaço (as histórias sobre os bairros 'fechados' da miséria, sobre 'os pátios dos milagres' etc. atestam isso), de organização social (papéis e funções) e por fim de regras morais e elementos culturais, que os separavam do resto da sociedade (...)"*¹⁰¹

Tratar os vagabundos e miseráveis como um mundo à parte implicava situá-los como diversos particularmente em dois planos da ordem dos critérios morais e culturais: o primeiro consistia no fato de que o principal fator de diferenciação dos homens era a fé, explicitada na Idade Média pelo forte senso de união da sociedade cristã e reiterada na época moderna, ainda que entendida de maneira mais ambivalente, devido ao pluralismo confessional. O outro critério importante dizia respeito a quanto os indivíduos e os grupos dos homens relacionavam-se a uma determinada língua nacional, a uma certa tradição comum, a de dependência ao soberano, aos laços de sangue e à origem.

*"A literatura destinada a revelar o meio dos vagabundos conseguiu cumprir essa tarefa sem maiores dificuldades. Ao tratar o aspecto da diversidade ela enfatizava a linguagem particular, a formação em 'seita', a dependência com relação ao soberano, a impiedade"*¹⁰²

Assim, por meio da enumeração de categorias morais e culturais pertencentes à sociedade da época, organizou-se a visão literária do mundo dos vagabundos. Da mesma forma que fazia a descrição da diversidade natural e do mundo extraterreno, a literatura europeia enunciava a estrutura interna da miséria e da delinquência: vagabundos e miseráveis, fora da ordem social e

¹⁰¹ Geremek, *op. cit.*, p. 42.

¹⁰² *Idem, ibidem.*

da concepção de humanidade legitimada, apareciam como um “outro”, exótico, situado no espaço terreno¹⁰³.

No mundo contemporâneo, essa alteridade é reafirmada, ainda que inserida em outra complexidade. O imaginário sobre o universo do habitante de rua vai além das imagens construídas em políticas públicas e práticas sociais, nas quais a interseção entre esse sujeito e demais segmentos sociais traduz-se na figura de um sofredor passível da caridade humana ou de um desempregado fruto de problemas sociais. Os moradores de rua – particularmente o mendigo, o qual possui maior visibilidade – entram no imaginário urbano no domínio do exótico, do estranho, do obscuro.

No cinema, por exemplo, ainda que não haja formação de uma caracterização homogênea, os habitantes das ruas são apresentados muitas e significativas vezes como portadores de uma vivência urbana que, no limite espacial e social da margem, expõe situações ou coloca em questão valores e representações que passam a ser repensadas pelos demais personagens¹⁰⁴.

No mundo ambíguo das ruas, a presença incógnita do morador de rua faz deste uma espécie de visionário. Em *O pescador de Ilusões*,¹⁰⁵ Jack, disc-jóquei famoso de Nova York, devido a sua arrogância e postura incoerentes, desencadeia uma tragédia que o leva à depressão e arruína a sua carreira. Sem dinheiro, perspectiva e cometendo atos potencialmente suicidas, Jack é salvo por Parry, um morador de rua que cria diálogos com cavaleiros e princesas e vive em busca do Santo Graal – o qual ele acredita estar localizado em uma casa na Fifth Avenue.

Gradualmente, por meio deste contato, Jack percebe outros sentidos de existência e também vê sua vida entrelaçada à de Parry. A trajetória deste é marcada pela perda da esposa na tragédia provocada pelo disc-jóquei. O mendigo, em sua dor, é a incorporação da culpa de Jack, que então se dedica a ajudar Parry a conquistar sua amada das ruas para ajudar a si mesmo. Costurada pela história da busca do cálice sagrado, a interação entre os dois personagens traz para Jack um caminho possível de redenção.

¹⁰³ A ferramenta de conhecimento que fazia parte do tipo de pensamento típico da Idade Média e que persistiu na cultura popular e de massa da Idade Moderna foi, segundo Geremek, a enumeração em categorias.

¹⁰⁴ O morador de rua como personagem de trabalhos literários ou filmicos é enfocado a partir de diferentes aspectos. Fazer uma análise sistemática das imagens criadas a partir de tal repertório implicaria escrever outra tese. Coloquei-me fora deste propósito: os personagens analisados neste trabalho, particularmente de filmes, são ilustrações de imagens e processos que considero interessantes para minha problemática. Naturalmente, sua riqueza não se esgota aqui.

¹⁰⁵ *O pescador de ilusões (The Fischer King)*, USA, 1999.

Já em um dos episódios do filme *Coisas que você pode dizer só de olhar para ela*¹⁰⁶, Rebecca, uma gerente de banco em torno dos 40 anos, independente, bonita e bem-sucedida, descobre-se grávida de seu amante, que, por sua vez, é casado; ela então opta por fazer um aborto. A situação em que a personagem se encontra parece oferecer um caminho “natural”, até que Rebecca passa a ser questionada por uma moradora de rua que circula em torno do banco e repentinamente lhe aborda. A presença dessa mulher desconhecida, suja, agressiva, de atitudes desvairadas, fazendo perguntas íntimas sobre a vida da gerente, desperta nesta um profundo questionamento sobre a condução de sua vida amorosa e sobre sua condição de mulher.

Durante o episódio, são vários os encontros: alguns momentos são dotados de imprecações e constrangimentos feitos por parte da moradora de rua, que inquiria Rebecca sobre a veracidade de sua imagem feminina e sua capacidade de amar; outros são marcados por uma cumplicidade que partia do compartilhamento dos cigarros (negociados o tempo todo pela mendiga) e da própria condição de mulher, apesar da diferença explícita entre as experiências femininas vividas por elas. A moradora de rua agiu como uma espécie de *alter ego* da gerente que emerge de um outro lugar e de forma misteriosa. Ao fim do episódio, as reflexões e posteriores atitudes de Rebecca aparecem como consequência desse intenso e inesperado diálogo.

Os exemplos acima ilustram uma imagem recorrente produzida no cinema, nas histórias em quadrinhos, na literatura. Os moradores de rua parecem ver o que não é percebido. O sofrimento, o isolamento associados a esse mundo parecem torná-los portadores de sabedorias sobre a vida, sobre a dor e a veracidade dos valores e sentimentos. Tornam-se exemplos de redenção e provadores da moral social. Projeta-se em sua imagem – associada a experiências marcadamente dolorosas, profundas e radicais – a função de questionador da ação do outro. Tornam-se também contadores das histórias nunca vistas, testemunhas dos crimes na rua, de negociações ilícitas, de aventuras estranhas pelo espaço urbano.

Mas há também uma outra imagem a se destacar, praticamente contraditória em relação à primeira. O morador de rua é a representação do sujo, do poluído e do poluidor, e está associado ao espaço do ambíguo e do anônimo. Portanto, é o veículo desta poluição e um potencial instrumento de práticas ilícitas. No contexto dessa imagem, destaca-se a abjeção. No filme *Amores Brutos*¹⁰⁷, El Chivo é um morador de rua que circula pelas ruas da Cidade do México

¹⁰⁶ *Coisas que você pode dizer só de olhar para ela* (Things You Can Tell Just By Looking At Her), USA, 2000.

¹⁰⁷ *Amores Brutos* (*Amores Perros*), México, 2000.

com sua carroça e seus cachorros. No decorrer do filme, aparece como um matador de aluguel ocasional. Primeiramente, mata um empresário que almoçava em um restaurante. Em seguida é contratado por outro empresário para matar o irmão deste, o que não ocorre devido a mudanças de rumo do mendigo.

Sujo, com roupas encardidas, o cabelo desgrenhado e a barba comprida, ambos grisalhos, andando lentamente pela cidade, El Chivo não chama a atenção. No assassinato do empresário, anda calmamente até a frente do restaurante, saca sua arma lentamente, mira e atira. No meio da confusão, some despercebido. Com relação ao segundo potencial morto, El Chivo passa a segui-lo e a acompanhar seus passos cotidianos, sentando-se na calçada em frente ao local de trabalho. Passa incógnito, um mendigo na cidade. Essa propriedade lhe permite ser um agente adequado para atividades criminosas ou poluidoras, ainda que ocasionais, e é igualmente um alvo descartável: se for pego, é dispensável.

O morador de rua emerge como a própria equivalência dessa poluição. Uma descrição literária marcante acontece no livro *El Vuelo de la Reina*¹⁰⁸, um romance argentino que trata da atração de um poderoso diretor de jornal por uma jornalista, culminando em uma história de sedução, poder e violência¹⁰⁹. Camargo, o diretor inescrupuloso, é obcecado por Reina e como não pode tê-la a seu lado novamente, decide puni-la. Arma cuidadosamente um conjunto de ciladas que a faz perder o emprego, o novo namorado e a ficar desesperada. Entre suas estratégias, está a de intervir sobre seu corpo. Para tanto, negocia um acordo com um sem-teto, refugiado da guerra de Kosovo, que dormia com sua mulher na porta do prédio de Reina¹¹⁰: em troca de novos passaportes e passagem de volta para a terra natal (Belgrado), Momir – o morador de rua – subiria com ele ao apartamento de Reina, que estava sedada, e teria relações sexuais com ela.

¹⁰⁸ T. E. Martines, 2002.

¹⁰⁹ O romance se baseia na tragédia ocorrida no Brasil, em 2000, quando o diretor de um famoso jornal assassinou sua ex-namorada, jornalista. O drama é reinterpretado à luz do contexto social e político argentino.

¹¹⁰ “*Uma pareja sin techo duerme desde hace meses a la entrada del edificio contiguo al de la mujer, debajo de un balcón curvo, donde funciona una tintorería que cierra temprano. La pareja tiende con tanto desparpajo sus cartones y franzadas ruinosas, marca su espacio con un instinto de propiedad tan férreo, que para llegar a la puerta del departamento hay que saltar sobre ellos. El hombre tiene menos de cuarenta años y desentona con el desamparo em que vive. Sus brazos son fuertes, la mirada es rebelde y sobradora, y los ojos, siempre hinchados, observan el mundo con un desencanto tan hondo que tal vez sea anterior al mundo. Tanto a él como a su compañera se les han caído los dientes. A ella sólo le quedam tres incisivos de abajo; a él, um canino absurdo, que le desfigura los labios. La vagabunda lleva ya semanas enferma y el hombre passa despierto la mayor parte de la noche, cuidándola y acariciándola. Ella es mucho mayor que él pero no tanto como para ser su madre. Tampoco se le parece em nada. Su cuerpo está cubierto de escaras: hay una sobre el omóplato, em especial, que se le abre como uma segunda boca.*” (Martines, *op.cit*, p.103).

Certo de que Momir carregava consigo as enfermidades e podridões do corpo degradado, Camargo alimenta sua vingança de deteriorar o corpo da mulher que não lhe queria mais:

*“[Camargo] havia pedido a ele [Momir] uma ou outra vez que se mantivesse ágil e alerta para a missão desta noite. Havia lhe ordenado que não bebesse e que, se possível, não enchesse o estômago da podridão que servem nos refúgios da caridade. (...) ‘só uma vez, só esta noite, vou precisar que te enchas de inteligência, de força e de saúde’. O que havia pedido era apenas um lampejo de sua natureza deteriorada: havia lhe pedido uma migalha de sua indecência, da vida que ele mesmo havia posto a perder. (...) Os seres como ele [Momir] deveriam ser apagados da Terra: utilizados para servir e logo aniquilados. (...) nunca quisera tanto acabar com Momir; mas ainda o necessitava”.*¹¹¹

Camargo sente-se fazendo um favor ao casal sem-teto, ao poder providenciar em troca “o que não se mede em passaportes nem em passagens, mas em algo muito mais sutil: os sentimentos perdidos que se deixam cair dentro do ser, tal como já foram alguma vez (...)”.¹¹²

Porque considerava sua atitude uma oferta de redenção, o jornalista não entendia a indiferença de Momir ao corpo de Reina, atuando como um autômato; nem compreendia a desconfiança da mulher sem-teto com relação às suas atitudes, tampouco o horror da mesma ao perceber, posteriormente, as intenções de Camargo. Para este, a vida desgraçada dos sem-teto justificava qualquer ato destes para mudar seu contexto, inclusive os criminosos, que o jornalista julgava tão próximos desse universo de rua.

As duas imagens descritas acima constituem parâmetros oportunos para compreender as representações a respeito dos sujeitos que vivem na rua. Conformam a visão de um universo ambíguo, onde a possibilidade de redenção social e moral pelo sofrimento extremo convive com um processo contínuo de “des-moralização” e de desumanização. Esta ambigüidade também está presente quando nos voltamos para a análise empírica dessa realidade, ainda que de forma diluída.

Os moradores de rua, particularmente mendigos e trecheiros – cujos processos de despojamento e sobrevivência são radicais –, sentem uma grande necessidade de contar suas histórias, enunciar seu sofrimento e os aprendizados sobre moralidade e humanidade. Parecem sempre ter uma história para contar, única, transformadora: seus depoimentos sobre a vida atraem

¹¹¹ *Idem*, p. 238. (Tradução minha).

¹¹² *Idem, ibidem*.

ouvintes. Ao mesmo tempo, podemos presenciar a abordagem feita aos habitantes de rua para que façam “serviços sujos”, práticas ilícitas¹¹³.

Mas, sobretudo, as imagens acima descritas atualizam constantemente a representação do mundo da rua como um lugar “outro”, exótico, obscuro. As pessoas da rua habitam uma margem liminar da cidade, marcada pela não propriedade, pela subtração material e simbólica, pelo deslocamento contínuo e perturbador da definição normativa dos espaços públicos e pelo corpo abjeto, e são vistas como um sintoma e um símbolo das promessas falhas do progresso e da prosperidade¹¹⁴. Estão, portanto, em contraste com uma representação hegemônica do interesse “público”. Neste sentido, estão sujeitas constantemente, em representações e práticas cotidianas, a mecanismos de minimização, de apagamento, de eliminação.

No entanto, sua presença no espaço urbano permanece, e esse circuito liminar se reproduz geográfica e temporalmente. O sujeito estigmatizado se move e se constrói, apesar e por meio do incômodo dos mecanismos de abjeção e subtração a ele impostos para sobreviver e existir. No espaço urbano, ao fazer uma outra trilha, mantendo sua vida sob uma situação impensável e retrazendo continuamente essa margem, surpreendem e assustam. É a ambigüidade de sua condição, a sua permanência contingencial nesse limiar que marca o morador de rua como um “outro”.

A situação limiar e a imagem que emerge por meio dela são ainda marcadas por outra ambigüidade. Os moradores de rua se organizam fora dos limites da tecnologia desenvolvida pelo poder de gestão da vida, isto é, à parte dos mecanismos de investimento e administração dos corpos que se disseminam nas instituições sociais e políticas desde a vida moderna¹¹⁵. Estão distantes das fronteiras mantenedoras da limpeza, da saúde, da funcionalidade espacial pretendida na cidade. Vivenciando um *gap* entre as condições projetadas de poder biopolítico e o limiar da

¹¹³ Em minhas duas pesquisas de campo – com as crianças e adolescentes de rua e com os moradores de rua adultos – , já testemunhei discretamente essas abordagens, sempre parcialmente ocultadas de mim. Como, por exemplo, em Campinas, o caso de uma mulher que se aproximou dos meninos com quem eu estava para lhes propor uma soma de dinheiro se eles matassem o marido dela. Isso acontece, a meu ver, por duas razões: primeiramente, porque as pessoas que estão nas ruas são consideradas amorais e necessitadas de dinheiro a qualquer custo; em segundo lugar, porque estão em um universo onde o anonimato recorrente torna esse mundo nublado.

¹¹⁴ S. Kawash, 1998, p. 320.

¹¹⁵ Refiro-me aqui à noção de Foucault de poder sobre a vida. As formas de gestão da vida, segundo o autor, desenvolvidas a partir do século XVII, são principalmente duas: de um lado, o adestramento dos corpos ampliando suas aptidões, extorquindo sua forças, um disciplinamento corporal, uma anátomo-política do corpo. De outro, surge, um pouco mais tarde (metade século XVIII), uma biopolítica corporal, controles reguladores e interventores das condições que podem fazer o corpo variar (longevidade, nível de saúde, a duração da vida etc.). Para Foucault, ambos são pólos de uma tecnologia em torno da qual se desenvolveu o poder sobre a vida, de investimento sobre ela. (Foucault, 1988, p. 131).

morte¹¹⁶, os moradores de rua apresentam um mundo desconhecido ao cidadão que se encontra do outro lado da relação liminar, porque mantém sua existência à parte desta forma de gestão da vida. Por meio das propriedades ambíguas desse universo, ele aparece como visionário, por um lado, e como um coringa descartável, por outro.

O imaginário sobre o circuito da rua tem ressonância nessa realidade como uma experiência radical e existencial, que expõe de forma mais crua os conflitos e dramas sociais e individuais. Mas a possibilidade de manutenção da vida neste espaço só é admitida como uma vivência temporária, a partir da qual se pode aprender lições de vida. Desta maneira, o universo de rua provoca temor e curiosidade. Como um exemplo, há entre outros filmes que abordam o tema, a comédia “*Que Droga de Vida*”¹¹⁷, de Mel Brooks, na qual um milionário dono de parte de um bairro miserável, a qual pretendia converter em um lugar sofisticado. Ele aceita uma aposta na qual obteria a outra parte da área se lá sobrevivesse durante um mês como um *homeless*.

O milionário enfrenta o desafio e se depara com uma realidade que lhe é completamente diversa. Até o final da aposta, o personagem muda sua mentalidade sobre sua vida. Na rua, ele tem seus sapatos caros roubados, aprende a brigar por comida e a criar habilidades para obtê-la, faz amizades, presencia a morte, entra em brigas por espaço de dormir, conhece um amor. No final do filme, quando Brooks recupera seu dinheiro, resolve investir no bairro a favor dos *homeless* e casa-se na igreja do local. No filme, a rua é o lugar onde todas as questões fisiológicas, psicológicas, sociais, econômicas estão postas em xeque. É por meio desta experiência de rua que a personagem de Mel Brooks se torna humano, sensível aos problemas do mundo que não envolvessem dinheiro. Ao sair dessa experiência, ele não é o mesmo.

Curiosamente, no ano de 2002, uma agência de turismo holandesa oferecia um pacote inusitado¹¹⁸: por US\$ 400, o turista poderia viver durante quatro dias nas ruas de Londres, Paris ou Amsterdã como mendigo, dormindo nas ruas. Os interessados poderiam levar na bagagem apenas um cobertor e um instrumento musical ou um caderno de desenhos que pudesse facilitar a obtenção de esmolas. Com esse dinheiro, o “mendigo” poderia comprar sua comida ou bebida. Quebrando a pretensão de realismo absoluto, a agência holandesa se comprometia com a

¹¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹¹⁷ *Que droga de vida*, USA, 1991.

¹¹⁸ *Revista Veja*, “Mendigo por uns dias: empresa holandesa tem pacote especial para quem quer experimentar a vida nas ruas”. São Paulo, 31 jun. 2002.

vigilância dos turistas, para fazer as fotos da aventura ou intervir em possíveis confusões, ainda que não garantisse ausência de risco¹¹⁹.

A proposta turística gerou reações negativas de entidades de apoio aos *homeless* e da mídia londrina, acusando a agência de tratar a pobreza como mera excentricidade. Como resposta, a gerente da agência, Anneke Bakker, defendia seus propósitos, afirmando que aquela seria a maneira mais segura de saber como vivem os sem-teto e “*de se envolver em um mundo desconhecido, mas muito próximo de quem vive nas grandes cidades*”. Para ela, a experiência poderia sensibilizar os turistas para o problema dos que não têm teto. Para o dono da agência, responsável pela idéia do programa e que teria passado por experiência semelhante quando estava em Paris, “*viver como um sem-teto pode ser uma experiência muito rica*”.

O *estar nas ruas* provoca reflexões sobre o limite da experiência humana. De um lado mais extremo, dois escritores dispuseram-se a viver como párias de culturas diferentes para trazer a público o grau de humilhação e desumanização desse limiar marginal¹²⁰. De um outro lado, mais sutil, há depoimentos e relatos de pessoas que passaram períodos casuais nas ruas e que considerava aqueles momentos como transformadores de sua visão sobre a humanidade. A vida de rua também pode ser percebida de forma sensível e mais intimista ou filosófica nas várias linguagens artísticas e literárias. Todas essas imagens revelam o reconhecimento, no plano da representação, do “outro” que faz com que nos identifiquemos com a sua condição humana.

No entanto, as experiências descritas acima, breves e marcadas por uma rede de apoio que alicerça as pessoas de volta ao lugar de onde vieram, reforçam as fronteiras entre as formas de movimentação urbana, mantendo sempre o morador de rua como uma categoria social “outra”. E, sobretudo, essas experiências não incluem uma característica muito relevante que assinala o processo de se tornar morador de rua: o tempo, cujo progresso gradual entrelaça processos de perda e despojamentos materiais e simbólicos com aderências contínuas às condições irregulares e escassas da rua, com a reformulação criativa de signos do espaço urbano e de interações sociais e com o estigma que se torna o traço distintivo de sua condição e por meio do qual opera para continuar a existir.

¹¹⁹ No fim do *tour* pelas ruas, o turista tinha direito a passar alguns dias em um hotel cinco estrelas da cidade. Segundo a reportagem, houve quem recusasse esta segunda etapa. Idosos, crianças e adolescentes não eram aceitos. A proposta da aventura se assemelha à ação de algumas agências de turismo brasileiras que incentivam passeios por favelas do Rio de Janeiro.

¹²⁰ São eles o alemão Gunter Wallraff, que viveu no meio de imigrantes ilegais turcos e escreveu *Cabeça de Turco*, e o jornalista francês Marc Boulet, que viveu um mês como um pária no sistema de castas hindu. Ele publicou o livro *Na Pele de um Intocável* (Revista Veja, *op. cit.*).

Esse trajeto temporal pode ou não ser levado a caminhos extremos. Dada a heterogeneidade de formas de circulação desse segmento pela rua, as possibilidades são muitas. Há muitas pessoas que passam pouco tempo nas ruas, entre a perda de um emprego e a obtenção de um novo, entre um conflito familiar e seu apaziguamento. Mas o que revela sua particularidade é que o momento vivenciado na rua é uma profunda des-localização e uma sujeição permanente à vulnerabilidade física, psicológica, material e simbólica. Mesmo no caso dos mendigos e trecheiros, cujo processo de despojamento já é bem avançado, não se descarta sua saída da rua. No entanto, nos casos em que isso ocorre, as marcas dessas fronteiras liminares se fazem profundas e dificultam ou impossibilitam o retorno a seus laços anteriores.

EXPERIÊNCIAS CORPORAIS

De volta ao filme *Amores Brutos*. Um policial e um empresário conversam em um carro. O empresário quer contratar El Chivo, o mendigo, para assassinar seu sócio. O policial, colega do morador de rua e mediador da negociação, é quem narra a história de El Chivo ao empresário:

“Ele era professor universitário, resolveu aderir à revolução. Largou mulher e filha e foi lutar. Acabou preso; eu o prendi. Saiu da prisão e virou isso que ele é agora. Encontrei com ele e acabei arranjando-lhe esse lugar onde mora. Daí começou a fazer uns servicinhos pra mim. Vive nessa vida”.

Essa mesma trajetória pode ser lida em outra cena do filme. Na casa velha onde mora, El Chivo abre um álbum de fotografias em cima da mesa. Começa a folheá-lo sorrindo. Vê suas fotos ainda jovem, com a esposa, a filha, ainda bebê no colo. Folheia vagarosamente aquele álbum. Ao final, toma uma foto 3x4, que havia tirado recentemente, e a coloca ao lado de uma outra foto sua, mais jovem, quando em sua “outra vida”. O contraste entre as fotos é evidente e forte. Sua barba grisalha e longa assim como os cabelos longos, o rosto cansado, o olhar duro e amargurado nada têm a ver com a disposição jovem e olhar seguro de outrora. O que poderia ser uma comparação banal que fazemos em nossas retrospectivas de vida parece naquele momento do filme dramática, porque reveladora, através da imagem da passagem, em sua história, para esse limiar.

Mais ao final do filme, El Chivo muda de vida. A transformação é performatizada em um conjunto de atitudes. Em uma noite, o mendigo aparece tomando banho, lavando-se. Em seguida,

ele se posta em frente ao espelho. Começa a cortar a barba. Após cortá-la, já quase rente ao queixo e face, ele se olha; pára o movimento e se contempla longamente. A diferença já começa a se ver. El Chivo termina de se barbear, mostrando um rosto mais arredondado. Corta os cabelos. Já está muito diferente. Corta as unhas dos pés, que estavam grandes. Depois, corta as unhas das mãos. Coloca os óculos de grau quebrados, abolidos havia tempos, dando-lhe um ar intelectual. Coloca camisa e calça, amarra os sapatos, gastos, mas limpos. Carrega uma bolsa preta a tiracolo. A imagem pronta é de outra pessoa.

A trajetória do morador de rua é eminentemente corporal. Não apenas porque o corpo traz visibilidade aos processos que marcam a formação desta categoria. Mas também porque, sendo o único suporte que lhe resta e que lhe é irredutível, atualiza sua possibilidade de existência e as condições atuais nas quais ela se faz. Seu corpo aparece como último território, sobre o que e por meio do qual singularizam-se as manifestações de sua experiência na cidade. Desprovidos de bens materiais, sem casa, absolutamente fora das práticas de consumo, envelhecendo na rua, corpo sujo e fétido que os mimetiza no asfalto, o morador de rua aparece como uma ameaça às definições normativas do espaço urbano e às projeções corporais idealizadas.

Os habitantes da rua estão situados como um contraponto às projeções idealizadas¹²¹ sobre o corpo nas experiências urbanas contemporâneas¹²². Estão longe de concretizar as projeções da aparência, da saúde e da sexualidade constituintes do projeto do *self* que permeia a construção dos corpos contemporâneos¹²³. Passam ao largo dos discursos e tecnologias em torno da corporalidade que invadiram as práticas urbanas cotidianas, as falas da mídia, os projetos

¹²¹ A reflexividade é a tônica nas projeções corporais contemporâneas. Para Giddens, os discursos sobre aspectos da vida social vão sendo introduzidos, materializados no corpo e transformados por indivíduos ou grupos que partilham da dinâmica da modernidade, proporcionando uma incorporação reflexiva do conhecimento (Giddens, 1992, p. 39). A auto-identidade (construção do eu) na vida social moderna torna-se mais complexa, não apenas imposta por um conhecimento e poder institucionalizado, mas concebida por uma contínua reformulação do conhecimento espreado pela mobilidade geográfica, pelos meios de comunicação etc. Assim, as narrativas sobre a vida social não chegam aos grupos ou indivíduos em um processo mecânico, mas são assimiladas nas formas de ação adotadas pelos mesmos.

¹²² Para entender melhor essa relação entre corpo e cidade nas experiências contemporâneas, sugiro a leitura de um artigo que redigi e que é parte do livro *Cidade e política: novas perspectivas*, organizado por Antonio Augusto Arantes. (no prelo).

¹²³ Na sociedade contemporânea, caracterizada pela alta reflexividade, a construção do *self* torna-se o projeto do corpo (Giddens, *op. cit.*; Featherstone & Turner, 1995). Este é o portador visível da construção reflexiva e complexa da auto-identidade, estando cada vez mais integrado nas decisões individuais do estilo de vida do mundo moderno (Giddens, *op. cit.*, p. 42). A constituição dos corpos contemporâneos é permeada por dois processos interligados que se projetam no cotidiano das pessoas: a cultura de consumo e o projeto de rejuvenescimento do curso de vida (Featherstone & Turner, *op. cit.*).

arquitetônicos comerciais e as concepções de autoconservação do corpo. Fazem um contraste gritante com os imperativos de aperfeiçoamento e rejuvenescimento corporal espalhados pelas imagens visuais na cidade. Vivenciam um processo de envelhecimento e morte que é negado nos discursos que se somam ao projeto corporal em questão.

O corpo é a base de sua identidade política e social, porém, isso não ocorre como um fenômeno de reflexividade¹²⁴, como os movimentos sociais emergentes nas cidades há três ou quatro décadas, que propiciaram a criação de novos padrões de comportamentos e identidades individuais e coletivas, a transformação da esfera da intimidade, a emergência da sexualidade e do erótico para o olhar público. O debate daquele período propiciou o aparecimento de novas possibilidades e necessidades do corpo e permitiu que este se transformasse em sujeito e objeto de reivindicação política. À margem desse processo de reflexividade, o corpo do morador de rua se molda por meio de sua circulação, criando-se com ele um agente de uma nova subjetividade, como uma nova identidade política que se faz na contramão dos fluxos urbanos normativos.

Mesmo os habitantes urbanos que compartilham o espaço da rua e têm o corpo como codificador central de suas práticas de sobrevivência e de suas relações sociais marcam uma diferença com os moradores de rua. No caso de prostitutas, travestis, michês, por exemplo, o projeto do *self* é, materializado no e através do corpo (*embodied*)¹²⁵, localizado, concretizado e transformado heterogeneamente nos vários espaços da cidade¹²⁶. Sobre-exposição corporal e sedução convivem com o estabelecimento necessário de relações sumárias e impessoais com os clientes conquistados, em uma combinação de voluptuosidade, tensão e pressa, pautada sempre

¹²⁴ Ainda dentro do movimento de reflexividade, e em meio aos intensos processos de destradicionalização de fenômenos sociais e culturais – portadores de referências tradicionais de autoridade legítima – da sociedade contemporânea, adiciona-se ao corpo outra projeção além de sua exposição e preservação: o de base para a construção de identidades sociais e políticas. (Giddens, *op. cit.*)

¹²⁵ Há divergências na tradução do termo *embodiment* para o português. O neologismo *encorporação* é utilizado por Viveiros de Castro para traduzir *embodiment*, e foi assumido por alguns autores brasileiros que tratam do tema (Vargas, 2000; Jayme, 2001). A adesão ao termo por parte desses autores se dá pelo fato de que ele parece expressar de forma mais adequada a idéia do *embodiment*. Viveiros de Castro opta por traduzir “*a forma inglesa to embody e seus derivados (...) pelo neologismo ‘encorporar’, visto que nem ‘encarnar’ nem ‘incorporar’ são realmente adequados*” (Viveiros de Castro, 1996, p. 138). Refletindo sobre essa inadequação a partir da significação de cada vocábulo, Vargas sugere que, “*em sentido próprio, ‘incorporar’ se refere a algo que, existindo anterior e exteriormente ao corpo considerado, nele entra ou a ele se junta (quando não o nega), enquanto ‘encorporar’ diz respeito a dar ou tomar corpo, corporalizar, materializar, vale dizer, a acepções que não supõem o dualismo mente/corpo implícito nos vocábulos ‘encarnar’ e ‘incorporar’*”. (Vargas, *op. cit.*, p. 3). Mas, outros autores, como Vale de Almeida, preferem a tradução de *embodiment* como incorporação. No presente trabalho fiz a opção de manter o termo em inglês.

¹²⁶ Embora estas categorias aqui estejam sendo pensadas em conjunto, é necessário dizer que há relevantes diferenciações culturais, de valores e perspectivas de gênero entre elas que não puderam ser aqui contempladas. Erotismo, interações e conflitos de gênero, raça, *status* social estão presentes nas práticas de prostituição de rua, atravessadas pela dinâmica fragmentada e circulante da mesma.

pela negociação monetária.¹²⁷ A prática da prostituição, embora realizada de forma diferenciada entre os personagens aqui descritos, tensiona papéis e *performances* sexuais.

As práticas corporais ligadas à prostituição se fazem nos trajetos codificadores de territórios pertinentes para o *trottoir*, nas classificações sociais que ocorrem pelo olhar, pelos gestos, pelas recusas e ofertas corporais revelados na dinâmica contingencial própria das ruas e praças.¹²⁸ O momento do *trottoir* é o momento em que esse corpo se expõe, embelezado, implantado, fantasiado, supererotizado, transformado. Faz parte também dessa prática o aguçar vigilante dos sentidos, uma sensibilidade física, sensorial e psicológica para discriminar as paisagens urbanas e os personagens que circulam em torno desses corpos erotizados. O morador de rua vai no caminho oposto da superexposição corporal e da fruição desse circuito desejante; está no lado oposto desse imaginário de produção do corpo.

Neste sentido, esse segmento assinala um processo de *embodiment*¹²⁹ que se faz no revés desse projeto corporal contemporâneo. E é por meio dessa outra corporalidade que ele cria seus caminhos, sua subjetividade, suas práticas e sua própria resistência no espaço urbano. Seu corpo, uma entidade física, material, social e política, se define, na situação de rua, em torno da abjeção e da subtração material e simbólica. O gradual vínculo da pessoa com a rua pressupõe um aprendizado de mecanismos de sobrevivência, ao mesmo tempo em que marcas corporais que vão denunciando o prolongamento do contato com o espaço urbano: a sujeira que gradualmente vai lhe encardindo, as feições inchadas pelo álcool, a vestimenta rasgada, a postura corporal específica, o olhar introspectivo.¹³⁰

A reação a seu movimento itinerante é a exclusão, a subtração. Por um lado, tem-se a tecnologia de vigilância – grades, cadeados –, que nega incessantemente ao sem-teto um lugar na rua, reforçando contraditoriamente a sua circulação, a violência física e simbólica de policiais, de grupos de extermínio e a de transeuntes¹³¹. Há mecanismos e materiais que tornam e mantêm o

¹²⁷ Pirani, 1997.

¹²⁸ Perlongher, *op. cit.*

¹²⁹ As abordagens recentes, como as fenomenológicas de Merleau-Ponty, abriram espaço para o conceito de *embodiment*. O corpo deixa de ser um objeto analítico ou empírico dado, essencializado e passa a ser situado na história, simultaneamente como agente e objeto. A ênfase é na idéia do *embodiment* como base existencial da cultura e do *self* (Csordas, 1991). O corpo é visto para além de uma entidade na qual se inscrevem mecanismos de poder e dominação e transcende a dualidade mente x corpo, sujeito x objeto. A partir dessa perspectiva, aqui bastante sintetizada, o debate dos últimos vinte anos procura suplantar, em abordagens diversificadas, a separação entre conhecimento e prática, cognitivismo e fenomenologia.

¹³⁰ S.M. Frangella, *op. cit.*; *Idem*, 2000.

¹³¹ São constantes as denúncias de maus-tratos, espancamentos e práticas de extermínio para com os habitantes de rua. Os casos mais amplamente divulgados na década passada foram o assassinato do índio pataxó Galdino dos

corpo do morador de rua limitado e despossuído¹³², como é o caso da eliminação crescente de banheiros públicos gratuitos e da comida escassa que lhe é distribuída. Por outro lado, forma-se uma rede assistencial permanente que busca reintegrá-lo ao circuito sedentário e apagar do espaço urbano os sinais de sua visibilidade e materialidade.¹³³

Apoiado, sobretudo, na sua condição contingencial, o corpo do morador de rua desorganiza a concepção de uso público do espaço urbano, tornando-se uma ameaça simultaneamente ideológica – porque sua presença desafia a própria definição de público – e física – esse corpo materializa tal ameaça.¹³⁴ O corpo do morador de rua é então marcado como um corpo abjeto contra o qual o “público”¹³⁵ luta a fim de reafirmar o sentido aparentemente unívoco do corpo saudável e bonito. Nesse sentido, o morador de rua fica aprisionado nos espaços amplos da cidade, fadado a circular pela cidade olhando para esta como se estivesse fora dela e a apreender a grande escala de seus projetos arquitetônicos a partir das grades que o obstruem.

Mas se é verdade que o *homeless* fica às margens dos discursos e projeções corporais de certos procedimentos hegemônicos urbanos, tornando-o vulnerável, por outro lado, também é verdade que não se vê uma cidade sem seus moradores de rua: eles fazem parte da paisagem urbana. Sua condição nômade inscreve uma singularidade de resistência e de reformulação de signos no espaço urbano. Morando em “qualquer, todo ou nenhum lugar”,¹³⁶ o habitante de rua reforça uma circulação instigada pelos seus interesses próprios – recursos de sobrevivência, briga de grupo, espírito de aventura – ou pela repressão de agentes policiais. Em suas andanças, toma como moradia lugares de passagem ou esvaziados (como casas abandonadas), dorme e come em praças.

Por meio da manipulação do corpo nômade, de sua imagem e condição material, os moradores de rua possibilitam sua permanência na cidade, assim como estabelecem as interações e os confrontos sociais pelos quais obtêm comida, abrigo, ajuda, amizades, trabalhos

Santos em Brasília, em 1997, e o extermínio de menores na frente da Igreja da Candelária no Rio de Janeiro, em 1992.

¹³² Kawash, *op. cit.*, p. 331.

¹³³ *Idem*, p. 321.

¹³⁴ *Idem*.

¹³⁵ Kawash usa o termo “público” ao tentar definir um espaço e um universo de códigos que moldam a cidade e se contrapõem à possibilidade de existência do *homeless*. Pareceu-me que a utilização do termo foi uma resolução que a autora encontrou para a definição de “algo” que tem a qualidade de público e que estaria entrelaçando o espaço público e a esfera pública.

¹³⁶ Magni, 1995, *op. cit.*, p.16.

temporários.¹³⁷ Trazem o mundo da intimidade para os lugares abertos e expostos, exercendo publicamente sua privacidade e violentando uma moral corporal e higiênica normativa, que reforça continuamente um limite entre o que seria considerado público e privado; vivem muitas vezes dos dejetos do consumo sedentário. O aprendizado de sobrevivência nas ruas circunscreve seus limites corporais e torna o seu corpo o suporte material “*que concentra e identifica sua existência passageira*” pelo contexto urbano.¹³⁸

Em suas perambulações, desenham um possível mapa dos centros urbanos, os espaços possíveis de circulação, a abrangência de seu território. Desenvolvem um aguçamento dos sentidos – como no caso das prostitutas, dos travestis e dos michês – codificando, pelo olhar, ouvido e por outras percepções sensoriais, os atores sociais que compartilham suas trajetórias cotidianas. Nessas movimentações, são capazes de circular por muito tempo do dia nas mesmas ruas, sem olhar para frente, mas, simultaneamente, sem esbarrar em ninguém. A percepção do espaço urbano se faz no seu incessante percorrer.

Por outro lado, sua presença é percebida pelos sentidos. O forte cheiro de sujeira que exala de seu corpo é, ao mesmo tempo, motivador de vergonha e forma de isolamento, proteção do corpo do morador, ou mesmo possibilidade de “abrir passagem”. Sua movimentação no espaço urbano gera reações ambíguas, da repulsa imediata à curiosidade de tipos de rua que aparecem como exóticos, recicladores do universo material do lixo do sedentário.¹³⁹ A existência corporal do morador de rua é usualmente forte para que deixemos de percebê-la, tanto pela peculiaridade da construção de sua aparência, quanto pela sensação da possibilidade de fracasso social a que estamos arriscados.

O cruzamento entre atributos de idade e modos de uso do espaço urbano torna diferenciadas as representações e práticas corporais na experiência de estar nas ruas. No universo da criança e do adolescente de rua das cidades brasileiras, por exemplo, a pouca idade e a circulação ininterrupta por instituições ou pelas casas de seus parentes tornam as marcas e práticas corporais, ainda que similares às dos adultos, menos enraizadas (ou dependentes) das ruas da cidade. O tempo maior na rua, somado à ausência de trabalho (em uma faixa etária

¹³⁷ S.M. Frangella, 1996, *op. cit.*; Magni, 1995, *op. cit.*

¹³⁸ Magni, 1995, *op. cit.*

¹³⁹ *Idem.*

economicamente produtiva) reificam uma imagem (também uma auto-imagem) do fracasso social.¹⁴⁰

Do ponto de vista de gênero, as experiências também podem se diferenciar. Meninas e mulheres que permanecem nas ruas enfrentam continuamente o caráter masculino que reveste o mundo da itinerância na cidade. Os discursos de masculinidade e o imaginário da mulher idealizada feminina, limpa, que mora em casa, se projetam sobre o universo feminino das ruas. São também obrigadas a escolher um parceiro que zele por elas e ajude na sua sobrevivência. Por outro lado, homens e mulheres compartilham na prática as mesmas atividades, os mesmos divertimentos com drogas ou álcool, o mesmo espaço.¹⁴¹

A cor da pele pode ser igualmente uma marca corporal que adquire particularidades políticas e sociais em determinados contextos empíricos de situação de rua, como sugere Passaro ao trata de Nova Iorque, onde o peso da imagem de perigosos, violentos, agressivos, “hipermasculinizados”, construída sobre os moradores de rua homens se reforça com relação aos “*non-white homeless*”¹⁴². Do mesmo modo que os atributos de idade e gênero, as marcas da cor e da raça operam diversidades nas formas de estar nas ruas dos contextos igualmente heterogêneos das metrópoles, assim podem ser incorporadas no estigma que envolve esse segmento social¹⁴³.

Considero importante ressaltar o morador de rua como o personagem, sem domicílio, que, sujeito a um permanente deslocamento – superdimensionado se pensarmos na circulação que se faz usualmente –, desprovido de acesso aos patamares de consumo e cuidado corporal, bem como a reivindicações de cidadania, possui uma posição singular no espaço urbano. Está

¹⁴⁰ S.M. Frangella, 2000, *op.cit.*

¹⁴¹ *Idem.*

¹⁴² J. Pássaro, 1996.

¹⁴³ No cruzamento de variáveis a partir das quais sedimentei minha análise sobre a construção corporal dos habitantes da rua de São Paulo não incluí a questão da cor e da raça. Não porque não sejam relevantes. Questões sobre as dinâmicas corporais na rua e a cor faziam parte de meu repertório de perguntas no trabalho de campo. Porém, no decorrer da pesquisa, tais questões tiveram pouca ressonância. Em outras palavras, no contexto empírico paulistano e por meio do enfoque metodológico que dei, não foi possível captar limites identitários que operassem com a cor de forma relevante ou minimamente sistemática. As fronteiras não se tornavam visíveis nem entre eles – que fizeram raras referências ou tomaram poucas atitudes com relação à cor nesse contexto –, nem entre os habitantes de rua e os segmentos sociais com quem se relacionavam. Para os últimos, os atributos que marcavam o estigma dos moradores de rua eram, sobretudo, a abjeção corporal e o modo de sobrevivência.

A homossexualidade, por exemplo, emergiu como um fator muito mais forte de conflitos e adequações. A questão da faixa etária e de gênero passou a ser, juntamente com a observação das formas de se estar nas ruas, a vertente mais significativa no plano da configuração corporal dos sujeitos estudados, o que não implica dizer que a questão deva ser ignorada. Investigações mais precisas e demoradas sobre a questão da cor necessitam ser feitas; se feitas em comparação com outros contextos empíricos das metrópoles, a discussão pode se enriquecer sensivelmente.

permanentemente resistindo material e simbolicamente à sua extinção na cidade, por meio de seus próprios passos. Experiência a geografia urbana de forma particular e acaba, por seu caminhar, por construir uma retórica que está, de uma forma ou de outra, em relação com a ordenação oficial do espaço.¹⁴⁴ Por outro lado, parece impelido continuamente a permanecer recluso em seus limites de sujeira, de marginalidade, de não posse, presos e imobilizados na geografia urbana.¹⁴⁵

Uma vez mantido às margens do projeto corporal da vida urbana, seria possível afirmar que o corpo abjeto do morador de rua, na sua circulação e resistência, nos lembre continuamente das fragilidades do *self* contemporâneo? O corpo abjeto interpela simbólica e materialmente o corpo desejado, idealizado nas práticas que envolvem a cidade e a corporalidade na cidade. Tal interpelação se faz não em um movimento de reflexividade, mas como uma resposta contingencial às políticas de invisibilidade que lhe são dolorosamente imputadas na sua interação radical, física, subjetiva e simbólica com a cidade. A presença dos moradores de rua reafirma as possibilidades corporais e subjetivas múltiplas que ora respondem à e ora refazem a cidade – marcada por ordenações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas imperativas que se confrontam diariamente com as negociações territoriais cotidianas e contingentes pelo espaço público.

É a partir desta perspectiva que pretendi investigar o universo corporal dos moradores de rua de São Paulo. Dediquei-me a perceber, em uma dimensão empírica e com os recortes exigidos, práticas e representações que possam ser construídas nesse contexto, por meio da costura de falas e comportamentos dos sujeitos observados, assim como de imagens e interações entre os moradores de rua e os agentes institucionais que estavam presentes no campo pesquisado. Uma vez que esse diálogo feito entre o corpo e a cidade pressupõe uma ativa adequação de ambas as dimensões, considero esta análise etnográfica, em um contexto específico, uma pequena contribuição à problemática apresentada.

O próximo capítulo é uma introdução ao universo do morador de rua em São Paulo. Essa contextualização é relevante exatamente para entender a especificidade política e social do universo pesquisado, assim como especificar quais os circuitos que marcam a heterogeneidade da população de rua na cidade em questão.

¹⁴⁴ De Certeau, *op.cit*; Frangella, 1996, *op.cit*.

¹⁴⁵ Smith, 2000.

2.

**MORADORES DE RUA EM SÃO PAULO
UM BREVE MAPEAMENTO DA CATEGORIA NA METRÓPOLE**

INTRODUÇÃO

Este capítulo trata de situar – política, social e espacialmente – a categoria *morador de rua* na cidade de São Paulo, mapeando a diversidade por meio da qual as pessoas que estão desprovidas de casa, sem lugar fixo, consideradas “população de rua”, localizam-se no contexto desta metrópole. Com isto, espero contemplar duas questões: em primeiro lugar, construir, com o exercício do mapeamento, um quadro analítico básico dos perfis da população de rua que investiguei nesta pesquisa. Em segundo lugar – como consequência desta primeira questão –, indicar, a partir desse quadro, as possíveis formas que este segmento encontra de *estar na rua*.

A categoria “morador de rua” é adotada neste texto a partir das nomeações e classificações feitas no contexto empírico estudado; isto é, das denominações “morador de rua”, “população de rua” e “habitante de rua” utilizadas nas reportagens de jornal, pelos agentes das entidades de atendimento e pelos próprios sujeitos pesquisados, em um universo que atualmente toma esse personagem como privado de condições adequadas de vida, mas, principalmente, como um indivíduo sem casa, morando nas ruas, em condições intermitentes ou permanentes. Julguei necessário delinear as formas mais evidentes de adequação do personagem social em questão à dinâmica da rua, a partir de alguns critérios iniciais: formas de estar na rua, de moradia ou de ausência da mesma; a relação com o trabalho; as evidências do tempo na rua; e as consequências dessa adesão.

A dinâmica e a heterogeneidade que emergiram de dados coletados em órgãos públicos e entidades privadas, em investigação jornalística e em observações empíricas revelaram duas situações relevantes. Em primeiro lugar, o “estar nas ruas” vem sofrendo uma mudança de tratamento social e político ao longo das últimas três décadas na cidade de São Paulo, em função de dois fatores concomitantes: há um aumento de pessoas na rua em decorrência do agravamento da situação socioeconômica; e um gradual adensamento da teia de atendimento a essa população, abrindo espaço para sua visibilidade política. Tal processo revela o efeito dos problemas socioeconômicos sobre o habitante das ruas, a complexidade de fatores que o envolve, e sua captura nas redes dos movimentos urbanos sociais e políticos.

Tais fatores produziram uma efetiva mobilização de vários setores da sociedade – pertencentes ao Estado ou não – em torno da questão, tendo como pano de fundo a experiência

contemporânea da constituição de uma arena pública, um espaço cuja potencialidade é conferir visibilidade e legitimidade aos conflitos de interesse¹. A movimentação social e política na cidade em torno do tema nas últimas três décadas tornou possível a legitimação no âmbito da sociedade civil da condição dos moradores de rua como sujeitos de direito, que se constituíram como interlocutores válidos nessa arena pública, na qual o direito estrutura uma linguagem que baliza os critérios pelos quais as demandas coletivas são problematizadas e avaliadas.

Porém, a constituição da categoria como sujeito de direito está longe de abarcar o problema em sua dimensão cotidiana. Primeiramente porque a rede de atendimento criada a partir da mobilização nessa arena pública peca, em vários momentos, pela ausência de uma interlocução efetiva entre os diversos atores sociais que dela participam; é o caso, por exemplo, das duras negociações de parcerias entre entidades governamentais, não-governamentais e religiosas. Há uma espécie de vazio comunicativo na dimensão do debate institucional que cerca esse universo.

Em segundo lugar, são as situações de *estar* nas ruas que concretizam o mergulho intenso nas malhas subliminares da cidade e no mundo nômade, porque escapam às possibilidades de captura e reformulação por parte da malha institucional. Tais situações revelam-se em diversas tessituras espaciais, tendo como experiência reveladora máxima o *mendigo*. A gradual *adesão à rua* implica a manutenção de uma relativa distância em relação à malha de atendimento e se traduz em um processo de despojamento material e fundamentalmente corporal, concreto e simbólico. Simultaneamente, é a partir desse processo de despojamento que se adotam outros vínculos e práticas sociais, provocando remanejamentos físicos e simbólicos que convivem com os processos expulsivos que *desterritorializam* a população de rua de seus códigos anteriores. Da sucessão de perdas, passa-se paulatinamente para a identificação – em maior ou menor intensidade – com a dinâmica itinerante.

A análise apresentada neste capítulo se origina de várias fontes, levantadas desde o início da pesquisa (material jornalístico, dados estatísticos obtidos na Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo), e das etapas do trabalho de campo, entre 2001 e 2003. Por meio desse levantamento do universo institucional que envolve o morador de rua, foi possível delinear os mecanismos que tecem a teia que constitui seu universo e mapear, de forma geral, sua

¹ Telles e Paoli, 1996.

circulação na cidade. Apresento, também, de forma sucinta, os lugares da cidade nos quais mergulhei para fazer a pesquisa de campo, a dizer, o Refeitório Penaforte Mendes e o bairro do Brás. Somam-se a isso breves considerações sobre os fragmentos do centro da cidade, nos quais as observações que fiz complementaram esse mergulho empírico.

POPULAÇÃO DE RUA - CRESCIMENTO EM SÃO PAULO

Décadas de 70 e 80

O quadro heterogêneo que desenho aqui é marcado pelas últimas três décadas na cidade de São Paulo. A razão para este recorte temporal está no fato de a partir dessa época o habitante urbano que vive nas ruas ganhar visibilidade na mídia e emergir gradualmente como um ator político na esfera urbana. Até meados da década de 70, a figura do morador de rua estava subsumida na imagem do *mendigo*, perfil indispensável no universo em questão, tomado, sobretudo, como um desajuste inevitável decorrente de fracasso individual frente aos problemas econômicos. O pouco destaque da problemática do morador de rua no campo acadêmico ou mediático até o período indicado acima parece revelar a ausência de uma reflexão mais cuidadosa, sistemática sobre o assunto².

Esse contexto começa a ser modificado na década de 70, torna-se relevante como questão social, econômico e político na década de 80 e intensifica-se significativamente na década de 90. No acervo de reportagens concebido por Maffei Rosa, é notável o aumento gradual de interesse sobre o tema.³ De uma forma geral, começam a se evidenciar na mídia movimentações que caracterizam o universo do morador de rua: o aumento desta população, sua pauperização socioeconômica e a sucessão de rupturas que o leva àquela direção; os mecanismos disciplinares

² Cleisa Maffei Rosa, na época em que fez o levantamento de reportagens que culminou na produção de um acervo em CD-Rom, procurou artigos sobre a década de 60 e não encontrou. A falta das reportagens obviamente não implica a inexistência da categoria, e o período anterior ao contemplado neste presente texto mereceria, como diz a autora, uma investigação mais profunda. No entanto, é um fato revelador da forma como até então a questão parecia ser retratada. (C.M.M. Rosa, 1999).

³ Ver no anexo 1 tabela sobre o aumento de reportagens, obtida em C.M.M. Rosa, *op. cit.* Tratarei aqui das reportagens como um conjunto a ser analisado, salvo algumas notícias que ilustrarão meu argumento. Rosa coletou 635 reportagens publicadas entre 1970 e 1998. Os comentários que teço aqui obviamente não esgotam a riqueza do acervo, tampouco a diversidade de aspectos de que as reportagens tratam e que serão abordadas ao longo da tese.

e controladores do Estado que agem coercitivamente sobre ele; o apoio de entidades em torno de sua vulnerabilidade; e, por fim, os depoimentos e histórias de vida de “gente da rua”.

Estes cinco tipos de notícia compõem em geral o universo mediático que trata da questão da população de rua e revelam a sua condição na cidade. A importância de se considerar o material jornalístico está no fato de que ele denuncia um aumento da preocupação de um problema que era visto isoladamente ora pelas poucas entidades que atendiam esta população, ora pelo poder público, ora pela população. A mídia traz a visibilidade ao lento desenrolar desta problemática no circuito urbano no período indicado. Da investigação das reportagens, somada a dados de entrevistas e acervos institucionais, aparecem algumas características bem significativas desta realidade. As reportagens que aparecem em 70 e em 80 anunciam, de forma esparsa, processos e categorias que foram tomando corpo nas décadas seguintes.

A figura que está presente desde o início da época investigada é a do *mendigo*. Na acepção mais popular, ele é equivalente ao pedinte, ao errante, ao vadio; classificações difusas e estereotipadas, que têm como pano de fundo a caracterização de pessoas deixadas à margem do mercado de trabalho, na sua maioria homens solteiros, migrantes à procura de trabalho em São Paulo, que fazem o exercício da mendicância, encarados ora como incapazes, ora como “malandros”. A situação do mendigo, de acordo com os estudos de Stoffels sobre esse momento, pareceu ser encarada antes como uma desventura pessoal, em geral causada por ele mesmo; ou como uma somatória de forças impessoais que instigam a caridade⁴.

Stoffels faz uma classificação mais depurada dessa categoria. À procura de entender a complexidade da atividade e da ideologia da mendicância, a autora identifica tipos de mendigos na cidade de São Paulo, levando em conta a relação destes com o trabalho, com o tipo de socialização que constroem e com o modo como se classificam. Assim, os mendigos se diferenciariam quanto ao objetivo do gasto do dinheiro que pedem, para quem pedem (clientela específica em ponto específico ou instituições), se há organização ou não⁵. Mas as características preponderantes em torno das quais tais perfis se articulam são a da atividade do pedir e a de

⁴ A imagem condensada nas reportagens adquire delineamentos mais complexos na análise de Stoffels, cuja pesquisa foi feita em meados da década de 70 em São Paulo. (Stoffels, *op.cit.*).

⁵ *Idem*, p. 53.

pequenos trabalhos esporádicos, ambas como fonte principal de subsistência ou como complemento à renda⁶.

Um outro elemento que caracteriza a construção do perfil do morador de rua na época em questão é a migração. Havemos de considerar que era o Centro de Triagem e Encaminhamento (Cetren)⁷ o órgão que recebia, cadastrava e dava assistência básica e oferecia pernoite à população que se encontrava na rua. O Cetren era, de fato, a instituição responsável pelo encaminhamento dos recém-chegados à cidade desprovidos de dinheiro e de referências de estada. Era, portanto, também o órgão que atendia migrantes na cidade de São Paulo. Por esta função, acabou por contemplar ambigualmente duas categorias não necessariamente excludentes, mas tampouco equivalentes, o que indicava a construção de um perfil da população de rua fortemente caracterizado por pessoas advindas da zona rural e, preferencialmente, de outras regiões do país.

A Baixada do Glicério, um antigo terminal rodoviário de onde partiam ônibus para as regiões Norte e Nordeste do país – desativado na década de 70 – tornou-se um ponto de permanência na rua e um importante ícone que centrifuga essas características do universo do habitante de rua na cidade. A população que invadiu os banheiros do terminal depois de desativado, fazendo daqueles cômodos sua morada, marcou o lugar como seu ponto de trânsito. Chamou a atenção dos jornalistas, que fizeram, na década de 80, uma série de reportagens sobre a Baixada e seus migrantes nordestinos; gerou reação do poder público, que, na mesma época, esvaziou o local para a construção de um albergue para a população de rua⁸. Atualmente, a Baixada do Glicério continua a ser referência quando se fala desse segmento social, pois o albergue lá existente é um reconhecido ponto de pernoite e em torno dele continuam

⁶ Stoffels afirma que o uso que ela faz do termo mendigo para designar os mendicantes na cidade de São Paulo deve levar em consideração o fato de que o termo pressupõe um conjunto de: a) determinados grupos de esmoleres que se definem como diferentes de mendigos, usando a técnica do pedido como “uma atitude legitimadora em relação a si próprio, à consciência comum e à ideologia institucional”; b) pedintes, atributo que legitima a representação da população do universo em geral; c) a acepção popular e institucional do termo mendigo, que comporta uma conotação genérica de necessitado, indigente e vagabundo, seja esmolere ou não (*Idem*, p. 136).

⁷ Cetren é um órgão pertencente à Secretaria de Assistência do Estado de São Paulo. Em 1995, passou a ser administrado pela Coordenação Regional de Obras e Promoção Humana e mudou sua sigla para Croph. Nas reportagens e nas denúncias de entidades de atendimento à população de rua, o Cetren era constantemente acusado de maus tratos, em ações similares – quando não coniventes com – às da polícia.

⁸ O administrador regional da Sé, na época em que planejava desalojar as famílias do antigo terminal para construir um albergue, fez a seguinte afirmação: “*Se eu não tomar medidas, isso aqui vira uma bagunça. Todo migrante*

aglomerando-se os moradores na rua. A marca do migrante, contundente há duas décadas, está hoje dispersa em meio a uma série de outras classificações sobre o universo da rua e já não tem mais a mesma significação central.

Naquele momento já se iniciavam as operações de deslocamento dos moradores de rua dos pontos de permanência no centro da cidade. Em 1975, houve um reforço da rede estrutural de recolhimento de mendigos por meio de um plano de atuação intensivo denominado Operação Inverno. Este plano era uma ação conjunta de órgãos da Secretaria de Segurança Pública e Promoção Social, “*com o objetivo de recolher os pedintes e indigentes, transitórios ou permanentes, e submetê-los ao tratamento das instituições policiais e assistenciais*”.⁹ Tais operações consistiam – e consistem até hoje – em cobrir o espaço do centro da cidade por meio de rondas policiais e chamadas telefônicas feitas pela população em geral e tornaram-se marca registrada das intervenções do poder público na movimentação daquela população.

Do ponto de vista do atendimento aos habitantes de rua e do estímulo à sua organização, é necessário ressaltar a presença na cidade de São Paulo da Organização do Auxílio Fraternal (OAF) naquele período. Foi esta organização – privada – a responsável pelo início de uma articulação mais ordenada em torno da problemática do morador de rua. A OAF foi criada em 1955, voltada para diversas atividades sociais institucionais (oficinas abrigadas, casa para meninos e adolescentes, albergues e casa para mulheres). A partir de 1978, criou atenção particular à população adulta de rua, deixando de trabalhar em caráter institucionalizado e assistencialista, e passando a trabalhar na rua¹⁰. Da data de sua formação até meados de 1980, além dela, apenas algumas entidades, em geral religiosas e de cunho assistencialista, contemplavam o problema.¹¹

O objetivo da organização passou a ser o desenvolvimento de projetos que garantissem a participação ativa nas atividades das pessoas que estavam na rua e também sua autonomia, de

nordestino se instala aqui. O viaduto do Glicério não é o albergue do Brasil”. (Folha de S. Paulo, “Prefeitura exige saída das famílias de antigo terminal”, São Paulo, 19 out. 1984).

⁹ Stoffels, *op.cit.*, p. 98. Em 1976, segundo a autora, a Operação Inverno passou a ser chamada “Operação Indigentes”.

¹⁰ OAF – Organização do Auxílio Fraternal, “Dá para ajudar, dá para mudar: só não dá para esperar”, s/d.

¹¹ Entre as entidades, destacam-se a Assistência Vicentina de São Paulo e a Associação das Irmãs de São Vicente de Paula, parceiras de trabalhos da OAF, citadas em reportagens e na investigação de Stoffels. Além delas, há o albergue Lygia Jardim, criado em 1978, a princípio também para acolher migrantes recém-chegados à cidade. (A. C. A. Nasser, 2001).

forma a evitar relações de dependência com instituições e permanência passiva na situação de excluído. Este pressuposto norteia todos os trabalhos da OAF até hoje e marca sua presença na rede institucional que se formará no decorrer das décadas. Em setembro de 1980, a Organização lançou o que viria a ser o primeiro jornal da população de rua de São Paulo, o Jornal *União*.¹² Foi ela também a responsável por incentivar a organização de moradores de rua em torno de reivindicações de direitos, em formas de esparsas passeatas e manifestações, mas movimentações embrionárias de atividades políticas que passaram a ser mais recorrentes posteriormente.

Em suma, esses três fatores – a ênfase na situação da mendicância e da pobreza; a organização do aparato repressivo; e o fortalecimento do apoio de entidades, transformado paulatinamente da perspectiva da caridade para a de justiça social – vão se afirmando nos anos seguintes. Durante a década de 80 – período cuja tendência política foi a de formar campos de debate em torno da conquista da cidadania, permitindo a exposição e negociação das demandas de vários sujeitos coletivos¹³ –, a problemática do morador de rua vai tendo seus contornos ampliados. O reforço da imagem da mendicância mistura-se à imagem do desempregado, e outras atividades de subsistência na rua tomam formas mais definidas, como é o caso, sobretudo, do catar papel. E começa a ser reconhecido esse segmento como uma categoria social a demandar cuidados específicos¹⁴.

Em um conjunto de reportagens de 9 de maio de 1983 da *Folha de São Paulo*, há uma ilustração desse universo. Em um dos artigos, aparece a descrição do tipo de vida que um grupo de moradores de rua levava: os tipos de troca afetiva e material, a forma como obtinham recursos para sobreviver, as trajetórias. Em seguida, em outro artigo, há uma estimativa do número de

¹² OAF, “O nosso jornal já tem um nome: *União*”, São Paulo, 14 set. 1980.

¹³ Autores que investigam a constituição da cidadania no Brasil indicam a dinâmica da década de 80 como o momento em que minorias discriminadas, operários, moradores pobres, mulheres, negros, criaram espaços dinâmicos e descentrados de representação, negociação e interlocução pública, formulando suas reivindicações e necessidades. Consagrou-se assim, historicamente, a possibilidade de reelaboração das condições de existência desses personagens e de constituição de uma esfera pública que lhes garantisse o sentido de pertencimento como sujeitos constituídos de direitos, prerrogativa fundamental de uma construção histórica de cidadania, (Telles e Paoli, 1996; E. Dagnino, 1994).

¹⁴ As reportagens crescentes na década de 80 revelam a preocupação com o problema, sendo que o ano de 1984 é particularmente expressivo desse aumento, com 24 notícias, concentradas sobretudo no 2º semestre (setembro a dezembro). Nove reportagens versavam sobre as intervenções urbanas que forçavam o deslocamento dos moradores (de banheiros públicos desativados e estação rodoviária antiga), oito eram protestos de moradores de rua e da população contra a violência exercida sobre esse segmento, duas sobre mortes na rua, uma sobre criação de albergue, quatro sobre causas de sofrimento nas ruas e moradias insólitas. Já a década de 90 traz 529 notícias (83,3%), 5 vezes mais que a década anterior, tendo sido 1997 o ano mais agitado.

pessoas nas ruas, feita pelos próprios mendigos entrevistados, que inclui as pessoas que andam no “trecho” e circulam na cidade, os egressos de hospitais psiquiátricos e de penitenciárias¹⁵.

Os mendigos entrevistados colocaram, na reportagem, uma classificação diferenciada. Mendigos e catadores de papelão não se misturam com os “bandidos”. Segundo o depoimento de Francisco, os mendigos constituiriam, naquela época, “*uma classe e como tal devem ser respeitados e ter seus direitos assegurados, como banheiros públicos gratuitos e chuveiros, assistência médica e proteção da polícia*”. Catadores de papelão e biscateiros, por sua vez, não esmolariam, salvo “*com muita pinga na cabeça para perder a vergonha*”.¹⁶

O catador de papel aparece em várias reportagens ao longo da década. Embora a atividade já existisse como um recurso de sobrevivência para as pessoas que estavam nas ruas, possuía até então um caráter bem mais ocasional. Passou a ser, naquele período, reconhecido como atividade de subsistência nas ruas, ainda que gerasse muitos embates com o poder público municipal e com a polícia pelo seu caráter não regularizado¹⁷. Os catadores de papel passaram a se diferenciar com relação aos mendigos, aderindo de forma mais contundente às manifestações de protesto ao sofrimento nas ruas, estimulados pela OAF. Enfim, tornaram mais concretas as possibilidades de organização¹⁸.

Mesmo com a crescente diversidade das formas de atividades de trabalho na rua e com o reconhecimento do desemprego como fator cada vez mais preponderante para provocar a situação de rua, o perambular por ela reforçou o processo estigmatizante e uniformizador desse segmento. Em um quarto artigo da *Folha* no mesmo dia, o delegado do Serviço de Proteção e Previdência do Degran¹⁹ afirmou conceber a mendicância como um caso de polícia, sujeito a penalidades previstas nos artigos 59 e 60 da Lei de Contravenções Penais, que pune os desocupados e pedintes:

¹⁵ Até aquele momento não havia nenhuma estatística oficial sobre o número da população de rua. Esta só começaria a ser feita em 1989. É curioso notar como a população de rua percebe a circulação no espaço urbano, pois, comparado às estatísticas oficiais da década de 90 – que serão indicadas em seguida. O número fornecido pelo informante da reportagem é demasiadamente alto: 8.000 pessoas, (*Folha de S. Paulo*, “No Centro eles já são 8 mil”, São Paulo, 9 mai. 1983).

¹⁶ *Idem, Ibidem*.

¹⁷ Em 1988, Jânio Quadros determina uma série de medidas de forma a deter o trabalho dos catadores de papel, justificando que, para além, da ilegalidade, o problema seria a sujeira que causariam na cidade. Esta me pareceu a censura mais radical ao trabalho dos catadores. (*O São Paulo*, “Cercas vão expulsar os catadores”, São Paulo, 9 a 15 nov. 1984.)

¹⁸ *Folha de S. Paulo*, “Catadores de papel fazem protesto”, São Paulo, 6 abr. 1985.

*“Para Orlandi, a mendicância é uma questão de polícia. Mesmo que seja provada sua situação de desemprego e falta de dinheiro para condução, qualquer pessoa que perambule pelas ruas ou durma debaixo de viadutos poderá ser enquadrada por ociosidade e cupidez. Caso o mendigo esteja fazendo suas necessidades fisiológicas na rua, por falta de banheiro público, ele também poderá ser autuado por atentado ao pudor. Os ciganos e andarilhos também estão sujeitos a essa lei”.*²⁰

Ainda que permanecesse nos âmbitos oficiais tal questão estigmatizante, a população de rua naquele período reagia de forma tática. Na mesma reportagem que traz o depoimento do delegado, moradores de rua descreviam suas fugas da polícia e da Operação Inverno ou de rondas do serviço social do Estado, situações de evitação de possíveis disciplina e orientação, constantes no universo dos moradores de rua. A reportagem que inicia essa série, de 9 de maio de 1983, é bem ilustrativa do processo. Mostra a organização dos mendigos, suas reivindicações, o perfil do desempregado:

“Eles não aceitam mais o recolhimento em albergues e nem o cadastramento na Secretaria de Promoção Social. Andam em bandos e deixaram de adotar uma atitude passiva diante da população. São os mendigos, que estão se organizando e querem ser tratados como uma categoria.

***Nas ruas, os mendigos têm a companhia dos catadores de papel e, ultimamente, dos desempregados.** (...) na grande maioria os desabrigados [cadastrados no Cetren] não são mais mendigos e sim desempregados.*²¹

Em função da resistência dos habitantes de rua à entrada no Cetren, a Secretaria de Promoção Social planejou, em 1984, a transferência deste órgão para o Brás e a criação de uma rede de albergues embaixo dos viadutos para garantir pernoite e alimentação a fim de atender a população *“com características ainda difíceis como o mendigo por filosofia, o alcoólatra, daqueles que não querem se misturar com ex-trabalhadores ou desempregados”*.²² Já a

¹⁹ Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo.

²⁰ *Folha de S. Paulo*, “Questão de polícia, diz delegado”, São Paulo, 9 mai. 1983.

²¹ *Idem, ibidem*. A ênfase é da autora.

²² *Jornal do Cambuci*, “Mudanças na Cetren e a criação de uma rede de albergues”, São Paulo, 28 nov. 1984.

preocupação com o aumento da auto-organização destes últimos, propôs-se a idéia de empregar mão-de-obra do próprio Cetren para reformar o prédio a ser utilizado no Brás, além de melhorar os serviços de atendimento da instituição. As propostas apresentadas pela secretaria foram estimuladas pelas estratégias embrionárias daquela categoria, as quais facilitariam formas posteriores de organização política.

Década de 90

Perfis

Na entrada na década de 90, os perfis em questão foram contemplados por uma rede que, antes pequena e desarticulada, começa a se fortalecer e expandir. Para começar no plano mediático da esfera pública. No ano de 1994, por exemplo, saíram 81 reportagens, dentre as quais cerca de 15 sobre as formas de moradia e o desemprego; vinte denunciavam as atividades da Prefeitura para retirar os moradores de debaixo dos viadutos e construir no local outras obras; dezenove eram reportagens de repúdio e denúncia por parte de intelectuais, entidades assistenciais, vereadores e outros sobre o planejamento da Prefeitura; duas eram registros da opinião pública contra a população de rua; cinco eram reportagens sobre a defesa da Prefeitura de suas próprias atividades; cinco sobre a mobilização e reclamação dos próprios moradores de rua sobre o descaso municipal; oito reportagens sobre mortes e sofrimento pelo frio, bem como a ausência de abrigos suficientes.

Junto aos mendigos e aos trecheiros, fixavam-se assim na rua os desempregados e “extrabalhadores”. A transformação do perfil era evidente. O aumento contundente da população de rua – visível já na década de 80 e intensificado em demasia em 90 – ocorreu, sobretudo em função do crescimento do desemprego, consequência de desajustes econômicos ocorridos na década²³ e dos problemas decorrentes deste para a vida urbana. A rua apareceu como alternativa de moradia para os desempregados e suas famílias. A assunção desta realidade levou ao reforço por parte destas categorias de sua imagem como um “sujeito de direitos”, ainda que não estivessem imersos na prática política que tal classificação implica.

²³ Destacam-se aqui o Plano Collor e o Plano Real.

Em 1989, no início do governo de Luiza Erundina, a então secretária do Bem-Estar Social Cleisa Maffei Rosa coordenou um cadastramento da população de rua, passo inicial para as contagens oficiais feitas na década que entrava. Até este momento, havia apenas estimativas feitas pelo Centren (tomando como base as pessoas que faziam pernoite) e especulações sobre a população flutuante da cidade, estimada em aproximadamente 10.000 pessoas. Em 1991, foi feita a primeira contagem de pessoas dormindo na rua, cujo procedimento consistiu em localizar os pontos de pernoite e efetuar a contagem por observação. O resultado foi que havia 3.392 pessoas no centro da cidade²⁴.

As contagens feitas em 1994, 1996 e 1998 adotaram a mesma metodologia e revelaram o aumento crescente da população de rua²⁵. Já em 2000, foi feito um censo de moradores de rua, mas a metodologia adotada foi diversa das anteriores²⁶. O levantamento foi feito por abordagem direta, não havendo, ao que parece, distinção de procedimento nas ruas e nos albergues²⁷. O conceito de população de rua foi definido em cada relatório, e a contagem efetuada em função do mesmo²⁸. Assim, morador de rua, em 1994 e 1996, definiu-se como um segmento – incluindo adulto e criança – em situação de marginalização social, sem residência, dormindo nas ruas e

²⁴ *O Estado de S. Paulo*, “Estudo mostra quem mora nas ruas da cidade”, São Paulo, 20 jul. 1991/ *Jornal da Tarde*, “Famílias em crise. Na rua”, São Paulo, 19 jul. 1991.

²⁵ Como a contagem era por meio de observação nas ruas, não houve abordagem direta à população investigada. Portanto, os dados obedeceram a uma classificação que variava entre exata e aproximada.

As pesquisas dos três primeiros anos foram realizadas por Áreas Regionais do município. Participaram das mesmas funcionários da Prefeitura, a Guarda municipal e representantes de entidades civis. Após um período de organização das equipes e identificação dos pontos a serem percorridos, havia a contagem, em geral realizada em apenas uma noite, com exceção de 1998, quando se estendeu para mais alguns dias a pesquisa nos albergues.

E nos albergues – particularmente em 1996 e 1998 – tais dados foram obtidos via amostragem. Nesses espaços fechados, a amostragem era determinada a partir da proporcionalidade de vagas em equipamentos frente ao universo total de moradores. As pessoas eram contadas e abordadas, respondiam a um questionário com informações básicas sobre idade, sexo, ocupação, pontos de circulação.

Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social, 1994.

Idem, 1996.

Idem, 1998.

²⁶ O censo foi realizado no período noturno, como as demais contagens, mas com uma duração maior. Os distritos municipais (que eram 94) foram distribuídos em 9 distritos censitários. O trabalho de campo foi feito em nove noites, por 80 recenseadores e 9 supervisores de campo. (Secretaria Municipal de Assistência Social, 2000). Uma vez identificados os moradores, obtinham-se as outras informações: idade, escolaridade, tempo na rua etc. Além disso, os recenseadores identificavam características da área de permanência, o sexo e a cor do morador de rua.

²⁷ Nas ruas, abordam-se pessoas que condissessem com as características associadas à imagem do morador de rua: algumas questões eram então aplicadas para uma diferenciação inicial daquelas pessoas de “*possíveis transeuntes, trabalhadores ou pessoas de reduzidas condições econômicas*” (*idem*, p. 4.)

²⁸ A comparação entre os relatórios é possível, e interessante, para que tenhamos idéias de algumas modificações relevantes. No entanto, tais comparações – feitas aqui no presente texto – necessitam ser acompanhadas dessas observações sobre as diferenças metodológicas.

identificado na noite da contagem. Nessas contagens, não eram incluídas necessariamente pessoas que ocupavam o espaço das ruas como moradia e que exerciam atividades nas mesmas – fossem estas lúdicas (namorar, ler, conversar etc), de trabalho ou de cuidados pessoais, ou mesmo de atividades como esmolar²⁹.

A definição sobre a população de rua em 2000 reforça ainda mais, para caracterizar os habitantes de rua, a condição de moradia do que as descrições de atividades feitas nela:

*“O Censo teve como objetivo dimensionar o número de pessoas que vivem nas ruas de São Paulo, ou seja, indivíduos que não têm moradia e que pernoitam nos logradouros da cidade – praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viadutos – ou em casarões abandonados, mocós, cemitérios, carcaças de veículos, terrenos baldios ou depósitos de papelão e sucata. Também foram considerados moradores de rua aquelas pessoas ou famílias que, também sem moradia, pernoitam em albergues ou abrigos, sejam eles mantidos pelo poder público ou privado”.*³⁰

²⁹ Dessas conceituações e do método proposto nesses três relatórios, alguns problemas passam a ser considerados. Em primeiro lugar, o método por observação traz alguns dados vagos e pouco conclusivos. Identificar sexo e idade, por exemplo, foi dificultado. Nesse tipo de abordagem era difícil perceber, no encontro com pessoas dormindo aglomeradas envoltas em cobertores, quais eram mulheres, crianças e homens. Decorre deste fato que em muitas indicações numéricas, a variável sem informação torna-se elevada em demasia, prejudicando, de certa forma, a leitura da composição dessa população por gênero e faixa etária.

No caso da faixa etária isso se complica. No relatório de 1998, por exemplo, devido à dificuldade de, nesse tipo de apuração, precisar a constatação da diferença entre adolescentes e adultos, optou-se por agrupar estas duas categorias. Assim, podemos pensar que os dados produzidos sobre os moradores nos logradouros apontam para tendências já confirmadas, como é o caso do crescimento dos moradores nas ruas, por exemplo. Mas, principalmente nos casos de 1996 e 1998, os dados sobre as pessoas que se encontravam nos albergues parece mais exato.

Outro elemento interessante a se considerar é que, para o sucesso da contagem, atacam-se “duas frentes” em uma noite: os albergues e os logradouros. No entanto, pelas definições de população de rua acima apontadas e pela opção metodológica, alguns perfis da população de rua parecem não ser considerados. Há os que não possuem residência, mas ocasionalmente dormem em casas abandonadas ou pensões. Há também os que constroem casas embaixo dos viadutos, mas que se encontram na seguinte dificuldade: sua moradia, acoplada a outras, não parece se encaixar no perfil “de rua” demandado para o levantamento.

Creio, portanto, que as contagens aqui indicadas apontam, sobretudo para um perfil da categoria “população de rua” – perfil esse obviamente bem dinâmico, transitório – como pessoas que estão na situação mais intensa de circulação pelas ruas: sem trabalho, sem moradia.

³⁰ Secretaria Municipal de Assistência Social/FIPE, 2000, p. 2.

O quadro abaixo demonstra os dados obtidos:

Tab. 1			
Contagem da população de Rua 1994/96/98			
Distribuição por local de pernoite			
Ano	Logradouro	Albergue	Total
1994	2800	1749	4549
1996	3421	1913	5334
1998	3037	3416	6453
2000	5013	3693	8706

Fontes:
Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social, 1994.
Idem, 1996.
Idem, 1998.
Secretaria Municipal de Assistência Social/FIPE, 2000.

Desde o cadastramento de 1991, passando pelas contagens posteriores, delineou-se um perfil demográfico básico que se reitera até hoje. Por meio da aplicação de questionários em albergues e nas ruas, constatou-se que a população de rua pesquisada é, majoritariamente, do sexo masculino, sem família, está na cidade há cerca de seis meses, com idade entre 20 e 40 anos, a maioria sem trabalho qualificado e proveniente da própria região sudeste³¹.

Algumas observações merecem ser feitas a respeito deste quadro, ainda que brevemente. Assim, apresento a seguir algumas considerações sobre três enunciados presentes em uma reportagem do jornal *Folha de São Paulo* de abril de 1991.³²

“Hoje a maioria dos ‘homeless’³³ é constituída de pessoas que já estão há algum tempo em São Paulo. Ao contrário do que se pensava, não são migrantes recém-chegados”. Devido ao agravamento da situação econômica e urbana, a caracterização do morador de rua como migrante passou a ser menos visível³⁴. Há no período uma diversidade considerável de trajetórias:

³¹ Em um questionário aplicado em 1991, os dados obtidos apresentavam similaridade nas características dos habitantes de rua com as demais contagens feitas no decorrer da década, estendendo-se até o Censo de 2000.

³² *Folha de S. Paulo*, “Onde vivem os Homens de Rua em SP”, São Paulo, 22 abr. 1991.

³³ O termo *homeless* é cunhado algumas vezes nessas reportagens como equivalente a “moradores de rua”. Até aquele momento a expressão população de rua ainda não era amplamente utilizada.

³⁴ No ano de 1995 foi publicado um livro contendo o resultado de várias pesquisas sobre população de rua no Brasil e no Canadá. Uma característica a se destacar no conjunto de investigações sobre o Brasil foi a de que entre os que estão nas ruas e os albergados encontram-se não os migrantes que acabaram de chegar ao Estado de São Paulo, mas viajantes do interior do mesmo que foram e voltaram à cidade muitas vezes à procura de trabalho (C.M.M. Rosa,

migrantes vindos da zona rural pouco ou nada habilitados às relações de trabalho na cidade; nascidos na capital que nunca tiveram ocupação profissional definida ou, se a tiveram, não a puderam manter, por problemas familiares ou de saúde; aposentados por invalidez ou legalmente proscritos que não conseguem sobreviver com a aposentadoria; profissionais liberais e operários especializados que perderam o posto no mercado de trabalho e enfrentam problemas familiares, “*como causa ou resultado de um modo comprometido por diferentes vícios*”.³⁵ Nas trajetórias individuais descritas em reportagens sobre a vida na rua, a referência ao lugar de origem aparece muitas vezes como ponto de partida demasiadamente distante, revelando o tempo de circulação dessas pessoas pela cidade. A questão de onde vem torna difusa a imagem do migrante no circuito da rua.

“*O número de mulheres e crianças que moram nas ruas está aumentando. Existem famílias inteiras morando sob viadutos*”. Uma característica que chamou a atenção no cadastramento foi a presença das famílias que moram nas ruas. Embora o dado sobre famílias não altere o perfil básico do homem da rua solitário, ele foi suficientemente destacável para a análise demográfica e para as análises sociológicas da época³⁶. Praticamente inexistente no início da década de 90, registrou-se um aumento grande da ida de famílias inteiras para a rua. Pais desempregados, desalojados de suas casas, sem condições de pagar aluguel sequer em favelas, trazem suas famílias e, em geral, instalam-se debaixo dos viadutos. Tentam, pelo recolhimento de móveis estragados e materiais deixados no lixo, improvisar suas casas nesses locais. Embora estivesse longe de superar a característica preponderante deste universo, a presença das famílias gerou preocupação nos agentes públicos. Entre outras coisas, muitas das famílias se instalavam com outras famílias em baixo de determinados viadutos, criando favelas improvisadas, favelas intermitentes³⁷.

Estas habitações também incluíam agrupamentos de moradores de rua, novos laços efetuados nesse espaço, que também eram efêmeros. Com o passar do tempo, a fixação dessas famílias em determinados pontos da cidade favoreceu a criação de ocupações precárias, ainda que

1995), ou mesmo moradores de bairros muito distantes que passam a semana trabalhando na cidade e dormindo na rua.

³⁵ Nasser, *op. cit.*, p. 23.

³⁶ C.M.M. Rosa, 1995, *op. cit.*

mais permanentes: lugares ermos que viraram bairros. No entanto, muitos locais onde tais moradias não têm reconhecimento como favela ou moradia também não são considerados no censo do IBGE³⁸.

“Grande parte está desempregada. Mas também há trabalhadores da construção civil, catadores de papel, ambulantes e indivíduos subempregados em trabalho temporários”. Como já foi dito anteriormente, emergem como fatores preponderantes o desemprego e o reconhecimento de que, na trajetória das pessoas que habitam as ruas, há um histórico de trabalho ou profissão. Esta afirmação mobilizou os governos municipais durante a década de 90 de formas diversas: da criação de atividades profissionalizantes nas instituições que atendiam esta população a frentes de trabalhos emergenciais. Nenhuma destas iniciativas deu conta da vulnerabilidade econômica e social da população de rua, assim como não estancou as atividades de sobrevivência ligadas à mendicância.

Assim, no governo de Luiza Erundina (1989-1992), vários projetos que previam a colocação dos homens de rua no mercado de trabalho estavam em andamento: o “Mutirão da Cidade”, que incluía atividades como varrer ruas, tapar buracos e melhorar as condições de limpeza; a “Fábrica de Blocos”, que ocuparia as pessoas com a reforma das casas de convivência planejadas para uso dos próprios moradores; e uma “Fábrica de Vassouras”, para ocupar dez pessoas com a fabricação do produto para os varredores de ruas.

A limpeza das ruas também foi iniciativa da administração de Celso Pitta (1997-2000). Em 1997, o diretor de Departamento de Limpeza Pública, Carlos Alberto Venturelli, propôs ao prefeito que as empresas responsáveis pela varrição das ruas e coleta de lixo contratassem

³⁷ *Folha de S. Paulo*, “Viadutos de São Paulo viram favelas improvisadas”, São Paulo, 16 jun. 1991.

³⁸ O IBGE não tem números a indicar. No Censo de 1991, cogitou entrevistar os moradores de rua, mas declinou da proposta. No entanto, recenseou os “domicílios improvisados” (barracos em viadutos), porque seriam considerados residência permanente. *Folha de S. Paulo*, “Censo ignora brasileiros que moram nas ruas e disfarça a miséria do país”, São Paulo, 29 jan. 1992.

Curiosamente, no Censo de 2000, também por decisão técnica, planejadores da contagem não incluíram moradores de rua, sem-terra e andarilhos. Mesmo no caso dos sem-terra, cujas tendas poderiam ser consideradas como moradias provisórias, a argumentação para evitar a contagem era o caráter nômade dessas instalações. (*Diário de Pernambuco*, “IBGE desconsidera excluídos”, Recife, 25 jun. 2000). Essa reportagem não faz parte do acervo estudado por Rosa.

mendigos para ajudar nesses serviços³⁹. O objetivo inicial era que as cinco empreiteiras que faziam a coleta de lixo domiciliar empregassem as 5.334 pessoas cadastradas pela Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, criando oportunidades de trabalho e garantindo a limpeza da cidade. A proposta era também oferecer uma compensação financeira maior do que o recolhimento de papel.⁴⁰

A idéia foi aceita por Celso Pitta, com restrições das próprias empreiteiras, que afirmaram não ter condições de contratar tantas pessoas⁴¹. Houve uma certa animação por parte da população de rua, mas críticas por parte de entidades que há muito trabalhavam com ela, por achar a medida paliativa. Segundo Adelina Baroni⁴², que atua como coordenadora do Programa de Atenção à População de Rua do SAS na Prefeitura⁴³, depois de negociações, a proposta passou a ser a inserção de apenas 2.000 pessoas na limpeza pública. As empreiteiras acabaram absorvendo cerca de 4.000 e permaneceram no trabalho aproximadamente 200⁴⁴.

Em 1998, praticamente metade dos moradores haviam sido demitidos, com a justificativa de corte de verba⁴⁵. Atualmente, ainda empregam moradores – em geral albergados –, mas funcionam como mão-de-obra reserva, contratada por três meses e dispensada em seguida. No plano das propostas de trabalho remunerado oferecidas pela Prefeitura, esta me pareceu a mais significativa da década de 1990, inclusive por indicar como tais iniciativas acabam por preencher vagamente as expectativas de trabalho por parte dos desempregados em questão.

Mas, paralelamente a esses projetos, a batalha por autonomia por parte da população de rua reiterou e redimensionou a atividade mais característica de trabalho na rua, que é a de catar papel. O recolhimento de papel e de materiais recicláveis pela cidade já fazia parte da realidade

³⁹ Segundo as declarações do diretor e do próprio Pitta, a sujeira da cidade – objeto de reclamação constante do paulistano na época – permanecia por causa dos poucos funcionários das empresas e falta de colaboração da população.

⁴⁰ De acordo com a reportagem, segundo Venturelli, na época, um catador de papel ganharia R\$ 5 por dia. A oferta calculada para o trabalho de gari era a de R\$ 400,00 por mês, mais vale-transporte. (*O Estado de S. Paulo*, “Prefeitura quer ajuda de mendigos na limpeza urbana”, São Paulo, 1 fev. 1997/ *Folha da Tarde*, “Limpurb quer contratar mendigos”, São Paulo, 1 fev. 1997).

⁴¹ Algumas condições condicionaram os contratos: a Prefeitura teria que arcar com o aumento das despesas por funcionários, garantir a documentação e dar um endereço para habitantes de rua.

⁴² Entrevista com Adelina Baroni. Entrevistador: Simone Miziara Frangella. São Paulo, 19/04/2001. Acesso em: Arqpes.

⁴³ A Coordenadoria do Programa de Atendimento à População de Rua da Secretaria de Assistência Social foi estabelecida no segundo semestre de 2000.

⁴⁴ Entrevista com Adelina Baroni, *op.cit.*

⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, “Firmas demitiram quase metade dos moradores de rua”, São Paulo, 17 jan. 1998.

dos moradores de rua, mas como uma fonte bem ocasional de recursos. A partir da década de 80, a atividade intensificou-se, explorada indistintamente pelas categorias que circulam pelas ruas, com maior ou menor grau de empenho. À medida que aumentava a população na rua e o material reciclável começava a ser valorizado dentro da cultura de consumo, a atividade de catar papel passava a ser enfatizada como *trabalho* possível na rua pelos próprios moradores e pelas instituições que os atendiam, particularmente a Organização do Auxílio Fraternal, já citada aqui, e a entidade por ela administrada, a Comunidade dos Sofredores de Rua⁴⁶.

A sistematização da atividade contemplou movimentos e manifestações pelo seu reconhecimento na cidade, principalmente na administração de Jânio Quadros (1986-1988), que iniciou uma perseguição aos catadores de papel e lixo. A organização do ofício da catação de papel, no entanto, avançava. Em 1992, ocorreu o Iº Seminário Nacional da População de Rua em São Paulo. Em 1990, Luiza Erundina assinou um decreto regularizando o ofício dos catadores de papel. A partir dali, a atividade ganhou um forte impulso. Em 1993, foi então criada a Coopamare (Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel), que atualmente trabalha também com outros materiais recicláveis, orientada pela OAF.

Intervenções urbanísticas

A década de 90 foi marcada por significativas intervenções urbanísticas, na sua maioria projetadas contra o morador de rua. Muitas das políticas urbanas implantadas têm eco nas administrações anteriores a esse período. Como é o caso, por exemplo, da retirada de pessoas de debaixo de viadutos e o uso destes espaços para outros fins, ligados à necessidade da população de rua (é o caso de albergues) ou à sua contínua expulsão (a criação de estacionamentos). Já na administração de Mário Covas (1983-1985), em 1984, há o cerco de viadutos e afastamento dos mendigos. Segundo o então Prefeito havia um risco da proliferação de favelas, assim como de ocupações ilícitas de espaços públicos desativados, como o antigo Terminal Glicério. A proposta de Covas era a construção de albergues noturnos, a começar pela antiga Rodoviária, o que de fato foi feito na época.

⁴⁶ A Comunidade dos Sofredores de Rua foi criada em 1983, pela OAF e pela Fraternidade das Oblatas de São Bento.

No Governo de Jânio Quadros, parecia claro o projeto de “limpeza estética” das ruas. Além de se contrapor à atividade dos catadores de papel – como já foi colocado anteriormente –, por considerar que estes sujavam as ruas ao vasculhar lugares em busca de papelão, Jânio Quadros deu continuidade ao cerco dos viadutos. Neles abrigavam-se, assim como famílias inteiras, os próprios catadores de papel e de garrafa que tinham aqueles lugares como espaço para guardar o material coletado.

Em 1986, a questão dos ocupantes do Glicério voltou à tona. Sem obter nenhum benefício prometido pela administração anterior, e tampouco sem ter saído do local, os moradores do local enfrentaram a ameaça da nova Prefeitura, de construir um estacionamento no espaço em questão. Moradores de rua se reuniram com a secretária da Habitação, entidades assistenciais e a vereadora Luiza Erundina, mas suas reivindicações, que ficaram de ser analisadas, não tiveram resposta⁴⁷.

O governo de Luiza Erundina procurou trabalhar essas questões de maneira a favorecer uma política de atendimento mais efetiva para com a população de rua. Foi ele o responsável por iniciar os projetos intersecretariais e por estimular a criação de albergues, casas de convivência, construção de banheiros e lavanderia públicos e uma cozinha popular com refeição barata⁴⁸. O diálogo da Prefeitura com as entidades de defesa dos moradores de rua parecia mais fluido, e, sobretudo, havia projetos viáveis. No entanto, o poder público também interveio embaixo de viadutos e outros locais de aglomeração.

A prefeita cedeu à pressão da opinião pública, denunciando a presença dos habitantes nas ruas e reivindicando medidas. Em 1989, a secretária de Assistência Social fez o cadastramento dos habitantes de rua, de maneira que se pudesse facilitar: i) o encaminhamento de pessoas para suas cidades de origem, se assim o desejassem; ii) a garantia de barracos para moradores e centros de treinamento de mão-de-obra. Ainda assim, permaneceu a preocupação com a retirada de moradores dos viadutos. No começo da gestão de Luiza Erundina, a secretaria reconheceu que o número de moradores removidos⁴⁹ (37, na ocasião) era pequeno, e que ela aguardava sinalização da prefeita para agir melhor. Ainda em 1989, a Prefeitura viu com bons olhos projetos de urbanização com centros culturais e de lazer embaixo de viadutos, o que pressupunha o

⁴⁷ *Jornal Cambuci-Aclimação*, “Glicério, dois anos embaixo do viaduto. Sair para onde?”, São Paulo, 24 jun. 1986.

⁴⁸ *Metro News*, “Projeto da Prefeitura”, São Paulo, 11 set. 1989.

deslocamento dos que ali haviam se estabelecido⁵⁰. No entanto, as retiradas de moradores de rua foram bem menores do que nas gestões anteriores⁵¹.

O governo de Paulo Maluf (1993-1996) foi bastante marcado por conflitos entre a Prefeitura e os moradores de rua. Em primeiro lugar, havia as operações de rotina da Guarda Metropolitana para removê-los de bancos e praças em que dormiam e levá-los para o Cetren. Outras vezes, essas retiradas ocorriam debaixo dos viadutos. Essa atividade, irregular, já usual em gestões anteriores, foi marcada nessa administração e na de Celso Pitta pelas denúncias de truculência policial no momento de retirada dessa população. Os moradores debaixo de viadutos tiveram suas roupas, móveis e documentos queimados como forma de expulsá-los⁵².

Em 1994, Maluf sanciona a lei 11.623/94⁵³, que regulamentava o uso dos baixos de viadutos e previa a criação de estacionamentos nos mesmos, gerenciado por entidades assistenciais ou filantrópicas. A lei era de autoria do vereador Hanna Garib. Disse o político a um jornal: *“Com a lei, em primeiro lugar, os viadutos não serão mais depósitos de entulho. Segundo, não serão tocas de mendigos e, terceiro, não vai mais ser possível construir favelas nesses lugares”*.⁵⁴ A medida de intervenção nos viadutos começaria logo após a sanção. Segundo a Prefeitura, o objetivo não seria reprimir a população de rua, que precisaria de lugares mais dignos para se morar. No entanto, a Prefeitura não tinha nenhum projeto de construção de mais abrigos. A lei gerou fortes reações de protesto, sobretudo por parte da Igreja⁵⁵.

⁴⁹ *Folha de S. Paulo*, “Prefeitura tira poucos mendigos da cidade”, São Paulo, 26 abr. 1989.

⁵⁰ *Shopping News*, “Debaixo dos Viadutos – Lazer e Cultura”, São Paulo, 15 out. 1989.

⁵¹ Para Adelina Baroni, que, na época da Prefeita Erundina, atuava na Secretaria de Habitação, os projetos de deslocamentos estavam mais ligados aos casos de áreas de risco – locais com risco de desmoronamento – ou à construção de obras que favorecessem a população deslocada. Havia uma interação entre a Secretaria de Habitação e a de Assistência Social para avaliar tais deslocamentos. Apesar de ter fortalecido esta relação entre as secretarias, a política municipal não possuía um projeto habitacional. Havia alternativas de moradia projetadas, ou seja, ou indicavam-se os projetos habitacionais possíveis aos que estavam sem-teto, ou se incentivavam mutirões de construção de moradia, ou ainda destinavam uma verba de atendimento habitacional, isto é, uma verba temporária para que a pessoa pudesse sobreviver até arranjar um domicílio. Segundo Adelina Baroni, não havia outra possibilidade de garantia de moradia uma vez que ela não seria da alçada do poder público. (Entrevista com Adelina Baroni, *op. cit.*)

⁵² *Diário Popular*, “Moradores de viaduto expulsos por regional”, São Paulo, 5 fev. 1993.

⁵³ *Folha da Tarde*, “Nova lei pode expulsar mendigos que ‘moram’ debaixo de viaduto”, São Paulo, 18 jul. 1994.

⁵⁴ *Folha de S. Paulo*, “Viadutos não serão mais toca de mendigo, diz vereador”, São Paulo, 8 jul. 1994.

⁵⁵ *Diário Popular*, “Igreja repudia estacionamento sob os viadutos”, São Paulo, 15 jul. 1994.

Um momento a se enfatizar foi o surgimento de uma operação antimendigo. Tratava-se de operações de expulsão dessa população de locais do Centro da Cidade, de limpeza das ruas e calçadas, varrendo os dejetos acumulados pelos moradores de rua. Com grande ajuda de comerciantes e parte da opinião pública, administradores regionais montaram mutirões de limpeza de praças, varrendo inclusive pertences dos mesmos. Apesar de protestos de moradores de rua e da Arquidiocese de São Paulo, a população que vivia em torno do local apoiou o movimento.

Tecnologias de expulsão fizeram parte da operação, criando a “arquitetura antimendigo”.⁵⁶ Essas tecnologias foram iniciativas da sociedade civil que se incomodava com os moradores, segundo Adelina Baroni, incentivada pela ausência de uma política dirigida a essa população. Essas tecnologias consistiam em: grades em torno de igrejas⁵⁷ e de árvores, para impedir que habitantes de rua durmam ou urinem nos locais citados; óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torná-lo inviável como lugar de pernoite; colocação de chuveiros em frente a alguns prédios molhando periodicamente o chão à noite, com o mesmo propósito do óleo; e construção de prédios sem marquises.

Uma das metas da limpeza e das grades de proteção era, segundo o administrador regional da Sé, evitar que os “sem-teto” sujassem os pontos turísticos ou destruíssem o patrimônio histórico⁵⁸. Diante das reiteradas críticas a essa política expulsiva, o mesmo administrador afirmou estar limpando as vias públicas e não perseguindo indigentes. Dias mais tarde, Maluf afirmou que daria nova orientação na operação antimendigo, para que não houvesse violência. Simultaneamente, o Conselho Estadual de Defesa de Direitos da Pessoa Humana entra com ação contrária à operação. Em 1995, Maluf retoma a proposta de regulamentação dos vãos livres de viadutos e pontes, para que os mendigos não os utilizassem. Outros processos de limpeza urbana foram reiterados, como na época da Maratona, em 1986, em que a prefeitura acabou por expulsar famílias moradoras dos viadutos por onde os corredores passariam.

No governo de Celso Pitta, destacou-se a Operação Centro, a mais visível forma de intervenção municipal em sua Prefeitura, até 1998. Tratava-se de uma operação da Polícia Militar

⁵⁶ *Folha de S. Paulo*, “Administrador defende obras antimendigo”, São Paulo, 12 set. 1994.

Folha de S. Paulo, “Cidade cria arquitetura antimendigo”, São Paulo, 4 set. 1994.

⁵⁷ As grades já eram colocadas em algumas igrejas desde a década de 80.

⁵⁸ *Folha da Tarde*, “Prefeitura quer retirar sem-teto de ruas e praças do centro de SP”, São Paulo, 12 set. 1994.

que pretendia retirar pedintes, vendedores de semáforo, distribuidores de anúncio. O objetivo, segundo comandantes da polícia, era combater pequenos assaltos, exploração de crianças e extorsões de flanelinhas⁵⁹. Com base em um mapeamento prévio no centro da cidade, policiais de carro e a pé deteriam “suspeitos” e os encaminhariam para os distritos policiais. A operação se concentrou no centro da cidade. Simultaneamente, Pitta conversava com empresários sobre planos de investimentos urbanos na região central.

Em 18 de fevereiro de 1997, primeiro dia de operação, foi utilizado o Comando de Choque da PM. Apesar de conseguirem identificar alguns condenados fugitivos, portadores de drogas, contrabandistas e pequenos ladrões, a maior parte das pessoas detidas era composta por mendigos, levados à delegacia e soltos em seguida. No segundo dia, a operação voltou-se especificamente para os moradores de rua. Abordados e levados à delegacia, eram soltos em seguida, em geral levados ao Cetren. Muitos chegaram a ser recolhidos duas ou três vezes no mesmo dia. As crianças e adolescentes foram levados para o SOS Criança e liberados em seguida.

A operação foi elogiada pela própria polícia e por comerciantes que a comparavam às operações da polícia de Nova York, como o programa “Tolerância Zero”.⁶⁰ Mas foi bastante criticada também⁶¹: a imprensa salientou a falta de estrutura e entrosamento entre a polícia e os órgãos de retenção e encaminhamento da população detida, tornando a operação ineficaz⁶². Centros de Defesa de Direitos Humanos e a OAB reafirmaram o caráter inconstitucional da medida policial. No quarto dia de operação houve uma mudança de ação. Dado o fato de moradores de rua estarem superlotando as delegacias sem necessidade (por não serem “caso de polícia”), policiais militares reduziram seu efetivo e passaram a abordá-los a fim de identificá-los e verificar se estavam sendo procurados pela lei. Ao que parece, a operação permaneceu direcionada às pessoas que dormiam nas ruas.

No ano de 1998, voltaram a aparecer notícias da “arquitetura antimendigo”. Ela ressurgia agora como um procedimento sistemático, adotado também por comerciantes e igrejas espalhados pela cidade de São Paulo. Tratava-se de um tipo de “*segregação materializada em*

⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, “Polícia inicia operação nos cruzamentos”, São Paulo, 16 fev. 1997.

⁶⁰ *Folha de S. Paulo*, “PM usa ‘olhômetro’ na seleção de suspeitos”, São Paulo, 19 fev. 1997.

Folha de S. Paulo, “PM tenta operação tolerância zero no centro”, São Paulo, 18 fev. 1997.

⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, “Para OAB, forma de ação é inconstitucional”, São Paulo, 20 fev. 1997.

portas e janelas de residências, em prédios públicos e privados, igrejas, pontes, praças e viadutos da metrópole”.⁶³ Aos procedimentos já descritos somam-se a colocação de grades pontiagudas em parapeitos de vitrines e janelas e a construção de pisos irregulares debaixo de certos viadutos, de modo que os moradores de rua não pudessem lá permanecer.

Os artefatos antimendigos não são apenas uma prerrogativa de políticas públicas, mas também iniciativas do mundo privado. A justificativa parece ser sempre o mau cheiro dos mendigos e o incômodo visual de sua presença. O governo de Pitta também ficou fortemente caracterizado pela eliminação dos banheiros públicos, mesmo os do metrô.

Essa “arquitetura anti-mendigo” gerou muitas reações de protesto por parte de arquitetos e urbanistas. Oscar Niemeyer criticou o procedimento por acreditar que ele contraria o que considera uma das maiores contribuições da arquitetura brasileira ao mundo, que é a concepção de cidades e construções com espaços para a congregação social⁶⁴. Outros arquitetos e urbanistas afirmaram, inclusive, que não se poderia designar tais procedimentos como arquitetura, propondo qualificá-los como artefatos contra os desajustados, evidenciando a crueldade e falta de solidariedade resultantes de uma situação econômica de desemprego e de alta concentração de pessoas na cidade⁶⁵.

A conjunção de procedimentos arquitetônicos de expulsão e de medidas policiais de deslocamento desses habitantes os leva à contínua circulação por ruas e cantos da cidade. Cria-se um círculo vicioso: o morador de rua, sem acesso a banheiros públicos e sem moradia usa os vãos, as ruas, os bancos de praças, as árvores, para dormir e fazer sua higiene pessoal. O efeito visual e odorífero desse uso gera por parte da população uma atitude de repúdio à sua presença e aciona o poder público, que força a sua supressão na cidade. Quando não é o poder público diretamente, são os artefatos construídos paulatinamente que, perversamente, tentam empurrar o habitante de rua para o “lugar nenhum”.

⁶² *Folha de S. Paulo*, “Falta de estrutura ameaça Operação Centro”, São Paulo, 19 fev. 1997.

⁶³ *O Estado de S. Paulo*, “Arquitetura antimendigo espalha-se por SP”, São Paulo, 26 abr. 1998.

⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, “São Paulo adota arquitetura anti mendigo”, São Paulo, 26 abr. 1998.

⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, “Arquitetos lamentam artefatos antimendigo”, São Paulo, 27 abr. 1998.

A rede de atendimento

Na administração de Celso Pitta fechou-se, por sua vez, uma década caracterizada pelo fortalecimento de uma rede política e pública de atenção à população de rua, considerando a diversidade de categorias existentes. Mesmo enfrentando a série de conflitos com a administração municipal e uma certa morosidade na atuação política, as entidades não-governamentais já existentes na cidade e determinados agentes públicos tornaram a rede de atendimento bem mais extensa e criaram movimentos sociais relevantes. Até o final do governo Luiza Erundina, algumas organizações sociais, privadas – religiosas ou não – que trabalhavam de forma isolada e assistencial⁶⁶ foram fortalecidas. Foi por ocasião daquela administração que o universo institucional que vemos hoje se constituiu, seja por meio de iniciativa do próprio governo municipal, seja pela ação de movimentos sociais e organizações não-governamentais que intensificaram suas atividades.

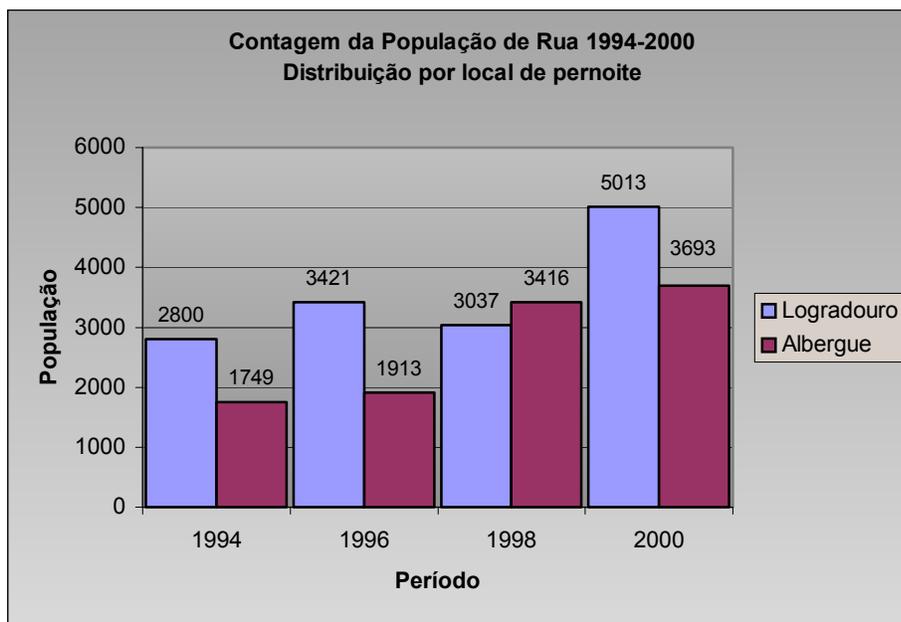
Apontarei aqui as marcas da dinâmica institucional que considero mais relevantes nos anos 90. Há três instituições que constituem a base da política de atendimento: os albergues, as casas de convivência e os refeitórios. Os albergues já faziam parte desse universo, mas eram projetos esporádicos e, em geral, emergenciais. Além do Cetren, alguns albergues, como o Ligia Jardim e o do Glicério, já aqui citados, funcionavam sem poder absorver a quantidade crescente de pessoas que se aglomeravam nas ruas. Na gestão de Erundina, foram criados mais quatro albergues.

O albergue tem como função abrigar as pessoas que não têm onde passar a noite. A maioria deles oferece jantar e café da manhã. Suas características básicas diferem da casa de convivência, pois não oferecem atividades profissionalizantes nem de lazer – salvo assistir à televisão –, mas fornecem banho e possibilidade de guardar roupas. Eles também fazem o serviço de documentação para quem o necessita. Muitos albergues surgiram – e surgem até hoje – em meio às operações Inverno, para tentar proteger os habitantes das ruas do frio, um significativo fator causador de mortes entre os mesmos. Mesmo com a abertura desses albergues emergenciais, em nenhum momento da história das últimas décadas, as instituições conseguiram abarcar o contingente populacional vulnerável às condições climáticas do inverno.

⁶⁶ Salvo a OAF, cuja ação apresentava caráter menos assistencial.

A partir dos dados obtidos nas contagens aqui já referidas – 1994, 1996, 1998 e 2000 – foi possível apreender a movimentação em ruas e albergues a cada biênio. O gráfico abaixo ilustra a distribuição em logradouros, albergues e o número total da população pesquisada nos relatórios.

Gráfico 1



Fontes:

Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social, 1994.

Idem, 1996.

Idem, 1998.

Secretaria Municipal de Assistência Social/FIPE, 2000.

As contagens levaram em conta a distribuição da população de rua levantada nos dias da pesquisa de acordo com logradouros e albergues. Pelo que podemos notar a partir do gráfico, aumentaram, nos seis anos contemplados, os moradores de rua em albergues, ao passo que, nas ruas, houve uma breve oscilação entre 1996 e 1998 e entre 1998 e 2000. No primeiro intervalo, há um grande decréscimo de pessoas nas ruas (- 11,22%), ao mesmo tempo em que há um significativo aumento da movimentação nos albergues (78,57 %). No segundo intervalo, ocorre o inverso desse processo (respectivamente, 65,06% e 8,11%). São dois momentos que se destacam.

Entre os dois primeiros anos, o número de vagas em equipamentos, ou seja, de locais de atendimento municipais e estaduais, praticamente dobrou com relação a 1994. Em 1998, a contagem foi realizada em dezembro, ou seja, após o inverno, quando se torna propícia a abertura

– em geral emergencial – de novos abrigos. Se observarmos a curva da evolução percentual da população de rua, percebemos que, apesar de o número de moradores ter crescido, a permanência na rua diminuiu, aumentando perceptivelmente seu recolhimento nas entidades.

Já entre 1998 e 2000 a movimentação muda de inflexão. A população de rua continua aumentando (34,91% com relação aos dois anos anteriores). No entanto, em relação à rua, o número de moradores em albergues cresce de forma muito inferior. A hipótese é que, se em 1998 evidenciou-se um esforço de prestação de serviços por parte dos governos municipal e estadual (31,04% das pessoas atendidas por ações do governo municipal e 21,34% por ações do governo estadual)⁶⁷, certamente há coincidência do crescimento dessa categoria com a possível desarticulação dessa rede de atendimento nos anos de 1999 e 2000.

Não houve, segundo Adelina Baroni, uma política de atendimento eficaz nesse período. O depoimento da coordenadora indica como possível razão da diminuição brusca de moradores em albergues nos últimos dois anos, os graves problemas econômicos, sociais e políticos da administração de Celso Pitta e da desarticulação de muitos programas municipais. No entanto, a própria coordenadora enfatiza a dificuldade de tornar o atendimento extensivo a toda a população de rua, mesmo com uma política mais extensa, como a que vem sendo realizada pela atual gestão, uma vez que os problemas crônicos do desemprego e da ausência de um sistema habitacional eficiente provocam o deslocamento crescente de pessoas para as ruas da cidade, e a infraestrutura municipal não acompanha esse movimento.

Mesmo assim, os albergues sempre foram uma reivindicação das entidades que com eles trabalham, mais do que pela própria população de rua. Creio que a demanda por espaços fechados de acolhimento faz parte de um imaginário institucional e da opinião pública como uma etapa inicial para mover os habitantes de rua de sua condição. Porém, apesar de muitas vezes demandarem estes espaços – particularmente os desempregados recém-chegados à rua –, as reclamações a respeito do modo como os albergues funcionam, dos maus tratos e da sua rigidez são constantes, denunciados na mídia e reconhecidos pelos agentes da política municipal que entrevistei.

Os moradores de rua se ressentem da forma como são tratados pelos funcionários dessas instituições, assim como pela pouca flexibilidade de horários. Hoje, a recusa em freqüentar o

albergue ainda se manifesta, mesmo no frio. Muitos dos sujeitos que pesquisei acham que, na maioria desses estabelecimentos, o tom religioso e a imposição rígida de regras geram um ambiente opressor. Sobretudo quando as instituições condicionam a saída da rua a uma conduta moral que se contrasta com os hábitos presentes no próprio universo da rua, quer os habitantes de rua compartilhem destes hábitos entre si, quer apenas os suportem. Durante a pesquisa de campo, foi possível perceber também que as regras do albergue, impostas por outro ator social que não um habitante de rua e em um lugar fechado que não permite a maleabilidade de fronteiras territoriais como nas ruas, aumentam consideravelmente a resistência ao confinamento.

Porém, vale destacar que a proliferação de albergues permitiu a emergência de uma nova forma de “estar nas ruas”, uma nova espacialização. Se os poucos albergues existentes anteriormente eram ponto de referência inicial para os recém-chegados na cidade, hoje essas instituições ampliaram suas funções. Seja entrando na situação de rua ou saindo dela, o albergado é a categoria no universo da população de rua que atualmente transita mais intensamente pelo circuito da rua – instituições dentro da cidade. Trata-se de uma população *circunstancialmente* de rua, “*que busca alternar períodos de permanência na rua com períodos de vivência itinerante em instituições assistenciais, como forma de manter pelo menos algumas das características de seu modo de vida anterior*”.⁶⁸

Nesse meio, há os que ingressaram recentemente em situação econômica e social desfavorável que freqüentam os albergues, esperando pela próxima oportunidade de emprego e de moradia e buscando ocupar espaços físicos e de relações em uma determinação temporal – “*uma busca que nasce da ambivalência entre a recusa do cotidiano e a profunda nostalgia do modo de vida anterior*”.⁶⁹ É, como define Nasser, uma situação-limite, que se projeta em uma representação também limite entre o mendigo e o trabalhador. Na ocasião de minha pesquisa de campo, alguns funcionários de albergues que visitei explicavam que, esgotado o tempo permitido de estada no albergue, alguns dos albergados mudavam para outro e, em seguida, para outro. São qualificados informalmente como “trecheiros de albergue”. A circulação contínua, característica da rua, estende-se ao domínio das instituições.

⁶⁷ Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social, 1998, *op. cit.*, p.3.

⁶⁸ A.C.A. Nasser, *op. cit.*, p.36.

⁶⁹ *Idem*, p.38.

As casas de convivência configuram uma parte institucional complementar ao albergue no cotidiano da população de rua. A primeira casa de convivência surgiu em 1992. No final da gestão de Erundina, eram duas. As casas de convivência são estabelecimentos que promovem a convivência grupal, oferecem atividades ocupacionais, educacionais e de lazer, assim como dão espaço ao morador de rua para sua higiene pessoal. Nas casas de convivência tem-se a possibilidade de recorrer a serviços de documentação e referência na cidade, assistência psicológica e médica.

Em 1995, surgiu o restaurante Cascudas por iniciativa da entidade Fraternidade Povo da Rua e das Cônegas de Santo Agostinho, em parceria com a Prefeitura, que cedeu a área do restaurante. O restaurante em questão oferecia alimentação a preço baixo. A partir desta iniciativa surgiram, mais para o final da década, outros refeitórios semelhantes. A proposta de fornecer alimentação à população de rua veio confirmar a ênfase das entidades que trabalhavam com ela na questão das condições dignas de vida na rua. A qualidade e a higiene na alimentação representam algumas delas⁷⁰.

Em meados da década, porém, apesar da ampliação do atendimento, a população de rua – segundo o depoimento de Adelina Baroni e de outros entrevistados em minha pesquisa – passou a demandar mais insistentemente oportunidades de trabalho e moradia em vez de albergues e casas de convivência. Essas reivindicações – manifestas em passeatas e nos emergentes Seminários da População de Rua, assim como em reclamações cotidianas em albergues – mobilizaram as práticas de atendimento que tinham como ponto de partida a perspectiva ideológica de transformação social e estrutural da realidade deste segmento.

É nesse contexto que determinados trabalhos (como os da OAF) têm ressonância, possibilitando a emergência das cooperativas de trabalho e de luta por garantias de direitos assegurados em lei. Dentre essas práticas, surge a Rede Rua de Comunicação, situada no Brás. Até 1995, era denominado Centro de Documentação e Comunicação dos Marginalizados

⁷⁰ Os albergues, assim como as casas de convivência, são as referências fundamentais para esse segmento social na cidade de São Paulo. É impossível aqui pontuar o surgimento de cada uma dessas instituições ao longo da década. Vale dizer que há algumas que se destacam e que permaneceram até o momento de minha pesquisa: a *Associação Minha Rua, Minha Casa* (orientada pela OAF); a *Comunidade Sofredores de Rua*; a *Comunidade Metodista do Povo da Rua*; o *Centro de Convivência Porto Seguro*; o *Albergue Lígia Jardim*; o *Centro Comunitário do Povo da Rua São Martinho de Lima*; o *Assindes (Associação Internacional para o Desenvolvimento)*, conveniado com o governo do Estado); a *Fraternidade Povo da Rua*.

(CDCM). Seu trabalho consistia na produção de vídeos e de jornal e na formação de um significativo acervo de imagens em fotos dos moradores de rua. A instituição surgiu com o objetivo de:

“acompanhar e documentar a vida das pessoas que vivem nas situações-limite, bem como suas formas de organização; divulgar e fazer memória do povo que vive à margem da sociedade; resgatar e construir com os excluídos sua história através de vídeo, notícia, banco de dados, catalogação de artigos publicados em jornais, revistas e produções fotográficas”.⁷¹

Mas, para além disto, a Rede Rua passou a participar da promoção de atividades como as procissões na Sexta-Feira Santa, que reproduzem o Calvário de Jesus Cristo, protagonizadas pelos moradores de rua; debates e seminários a respeito dos direitos da população de rua, entre outros. Em 1991, a Rede Rua iniciou a edição do jornal *O Trecheiro*, redigido e produzido por eles até hoje, e distribuído por e aos moradores de rua. A redação dos artigos fica a cargo da equipe e também de voluntários, incluindo a participação ocasional de algum morador. No decorrer dos anos, a rede de comunicação estendeu seus trabalhos para outros segmentos sociais, inclusive mais organizados, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) e o MTST (Movimento dos Sem-Teto), por exemplo.

Formou-se assim, ao longo da década, uma rede de atendimento mais plural. Sua concretização se deu em função de um tríplice processo: o agravamento das condições econômicas, que gerou o aumento de pessoas na rua e acabou trazendo para a esfera pública o problema não somente do desempregado, mas também do mendigo como uma questão social; a reação às políticas urbanísticas agressivas a esta população, tanto por parte de uma parcela da sociedade civil, quanto por parte das pessoas que vivem nessas condições vulneráveis; e, por fim, o aumento e a organização gradual das práticas de atendimento, decorrentes das condições anteriores, chegando a uma proposta de política de atuação que foi finalmente encampada pelo poder público.

Para ilustrar esse processo, basta dizer que, no final de 1998, Maffei Rosa indicou em seu acervo: sete casas de convivência, dez albergues e um projeto alternativo conveniados com a Prefeitura de São Paulo; três abrigos e três atendimentos à população de rua conveniados com o

⁷¹ *Dossiê Moradores de Rua*, 1995.

Governo do Estado de São Paulo; e doze trabalhos independentes, entre eles, duas cooperativas, a Coopamare e a Coorpel (uma cooperativa de reciclagem de materiais aproveitáveis), um centro de Direitos Humanos, o Restaurante Cascudas, a OAF, a Rede Rua e seis entidades como casas de convivência e albergues.

É fundamental salientar que a construção dessa rede tem impulso definitivo no fim da década de 90 com um projeto de lei que regulamenta na cidade de São Paulo a política de atendimento à população de rua e o direito a espaços na cidade⁷². Este projeto de lei atravessa a década de forma conturbada. Foi elaborado em 1993 pela então vereadora do PT Aldaíza Sposati, a partir de tribunas populares e consultas a organizações e à própria população de rua. Em 1994, foi apresentado à Câmara Municipal, tendo sido aprovado pelos vereadores em 1995. Nesse mesmo ano, porém, o então prefeito Paulo Maluf vetou o projeto. Em 1997, após pressões e manifestações, o veto do prefeito foi derrubado, o projeto foi sancionado e transformado na Lei nº 12.316/97.

No entanto, o prefeito Celso Pitta, ao invés de regulamentar a lei, autorizou o ajuizamento de uma ação direta de inconstitucionalidade, segundo ele, porque esta teria sido originada no legislativo. Dois anos depois, após as manifestações de protesto por parte do Fórum das entidades que trabalham com a população de rua e do Fórum da população de Rua, o prefeito retirou a ação de inconstitucionalidade. Assim, em julho de 1999, foi extinta a ação e os fóruns aqui citados elaboraram uma proposta de regulamentação. A Lei somente veio a ser regulamentada pelo decreto 40.232, assinado pela prefeita Marta Suplicy (2001-2004), em 2001.

Mesmo que a lei tenha esbarrado nos entraves provocados pelo prefeito Pitta, foi sua aprovação o vetor que acelerou a constituição de novos trabalhos com a população de rua a partir de 1997. As manifestações de protesto ocorridas durante esses anos, somadas ao desafio das entidades – privadas e públicas – de conhecer seus usuários e sua realidade e compreender suas reivindicações constituíram os fios da trama que vieram a consolidar a projeção do morador de rua como um sujeito de direitos. É no contexto de tornar esta projeção uma realidade concreta que entramos na década seguinte.

⁷² A história dessa lei está registrada em reportagens de jornal e em um livrinho produzido pelo Gabinete da vereadora Aldaíza Sposati, com seu teor, bem como os endereços e caracterizações dos serviços oferecidos à população de rua. Ver: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2001. *População de Rua tem seus Direitos Garantidos*, Lei 120.316/97 – Decreto 40.232/ Serviços de Atenção, 2001.

2001/2002/2003

Os anos de 2001, 2002 e 2003 – período de minha pesquisa de campo – traduzem-se nos ajustes da política pública – sob responsabilidade da prefeita Marta Suplicy – às demandas da população de rua e às exigências da lei.⁷³ Tratarei aqui de descrever brevemente os projetos em curso nesses três anos. Não é minha pretensão analisar todos os procedimentos da administração, mas antes perceber a dinâmica – entre ganhos e limites – de fortalecimento desta rede e suas implicações para a cidade e para os moradores de rua. Cabe-me apreender, principalmente, o que os entraves que dificultam a implementação dos projetos dizem sobre as classificações em torno da categoria morador de rua e sobre o que escapa à política pública nas malhas da cidade.

Quando de minha primeira visita a Adelina Baroni (abril de 2001), a administração de Marta Suplicy mal havia sido iniciada. Boa parte dos funcionários que estavam no programa de atendimento – incluindo a coordenadora – já trabalhava com esta população na Prefeitura. Quando lá cheguei, recebi um livrinho que continha a Lei, o Decreto, os endereços e as caracterizações dos serviços de atenção à população de rua⁷⁴.

Neste livrinho, há a explicitação da lei: a obrigatoriedade de o poder público manter na cidade de São Paulo os serviços contemplados na lei, de maneira a garantir “*padrões éticos de dignidade e não violência na concretização de mínimos sociais e dos direitos de cidadania a esse segmento (...)*”. Para cumprir tal fim, o poder municipal necessita garantir a instalação e a manutenção com padrões de qualidade de uma rede de serviços de caráter público, em ações intersetoriais e com relações de parceria e convênio com associações civis sem fins lucrativos.⁷⁵

⁷³ Iniciei minha pesquisa de campo em 2001. A primeira etapa consistiu em obter dados preliminares e gerais, estabelecer contato inicial com a rede de atendimento, filtrar inicialmente os possíveis locais a serem selecionados para uma etapa mais específica, em área mais limitada. Durante a etapa inicial fiz a entrevista com Adelina Baroni; a pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados institucionais da Prefeitura; visitei entidades estratégicas na rede de atendimento; fiz observação preliminar de áreas de concentração de moradores de rua.

Na etapa seguinte, nos anos de 2002 e 2003, a ênfase foi dada à observação participante, acompanhando o trabalho do Refeitório Penaforte Mendes (que será aqui descrito) e circulando pelas ruas do Brás, um dos pontos escolhidos para a pesquisa. Mas, além disto, visitei mais algumas instituições, fiz outras entrevistas com funcionários de entidades, assisti a seminários de formação de educadores de rua e retornei à SAS para conversar com Adelina Baroni, complementando informações e verificando quais dos projetos que estavam para ser implementados foram de fato concretizados.

⁷⁴ O livrinho, editado pela primeira vez em 2001 e reeditado em 2002, é o que qualifiquei como uma espécie de “Guia Dois Pés” para o morador de rua. Para cada tipo de serviço, há a localização e legendas em forma de desenhos para ilustrar o que cada serviço oferece.

⁷⁵ Secretaria Municipal de Assistência Social, *op. cit.*, pp. 5-6.

A lei contempla: albergues emergenciais para acolhida, sobretudo no inverno; abrigos para acolhida e alojamento de pessoas na cidade, sejam estas “*em tratamento de saúde, imigrantes recém-chegados, situações de despejo, desabrigo emergencial e mulheres vítimas da violência*”,⁷⁶ centro de serviços oferecidos durante o dia; restaurantes comunitários em locais centrais com oferta de alimentação a baixo custo; casa de convivência com características semelhantes aos abrigos; moradias provisórias para até 15 pessoas moradoras de rua e em processo de reinserção social; vagas de abrigo e recuperação em serviços próprios para pessoas portadoras de doenças e deficiência.

A lei inclui também soluções habitacionais definitivas que atendam pessoas em processo de reinserção social e auxílio moradia e financiamento de construções em regime de mutirão; oficinas cooperativas de trabalho e comunidades produtivas com recursos humanos e materiais para capacitação profissional; programas e projetos sociais com pedagogia de rua; manutenção de um fórum para gestão participativa de programas que trabalhem com a população de rua; reserva do orçamento municipal para fazer cumprir a lei; e, por fim, publicação do censo de população de rua no *Diário Oficial do Município*.

O que se tem então é uma regulamentação e um caráter de obrigatoriedade desses serviços que coloca o poder público municipal no papel de articular – por meio da negociação de parcerias e da avaliação constante da qualidade de serviços – as práticas de atendimento aos moradores de rua. Além de garantir as necessidades emergenciais, a lei engloba os projetos (requeridos pelos mesmos) associados à moradia e trabalho, como é o caso da Moradia Provisória, do Programa de Habitação e do programa das capacitações profissionais⁷⁷. Uma vez que o plano destas atividades já parece concebido por meio das parcerias, é em torno do afinamento das mesmas que a Prefeitura passou a se preocupar.

No livrinho de 2001, havia os serviços que funcionavam antes do exercício da lei e alguns novos⁷⁸. É importante lembrar que estão no livro apenas os serviços que são vistoriados e

⁷⁶ *Idem*, p. 9.

⁷⁷ As questões relativas ao trabalho e aos planos de habitação ainda estão sendo exploradas pela Prefeitura, salvo o caso das moradias provisórias, já em fase de implantação. Por esta razão, considere mais importante no presente trabalho analisar a articulação dos serviços em pleno funcionamento.

⁷⁸ No livrinho havia a indicação de treze “bocas de rango”, ou seja, lugares que oferecem alimentação, entre café da manhã, almoço e jantar; dezesseis casas de convivência; dezenove abrigos e albergues; as duas cooperativas de catadores já aqui mencionadas; o endereço da Rede Rua; dezesseis centros de referência de saúde; e uma casa de oração.

aprovados pela Prefeitura. Isto é, embora não inclua todas as entidades que trabalham com esse segmento social, o universo citado no livro revela uma significativa quantidade de trabalhos que têm esse modelo como regra.

Em maio de 2002, quando a Secretaria da Assistência Social foi assumida por Aldaíza Sposati – autora da lei – já havia outra edição do livrinho⁷⁹, que apresentava o projeto Acolher⁸⁰, o qual dava forma mais concreta à proposta intersecretarial contemplada na lei e projetada no ano anterior. Nesta versão, o atendimento à população de rua está caracterizado por três vertentes: *acolhida*, *convívio* e *autonomia*. Isso inclui a expansão de: com relação a *acolhida*, albergues, abrigos, hospedagens em hotéis, moradias provisórias; com relação ao *convívio*, centros de serviços e casas de convivência; e, por fim, no que diz respeito à *autonomia* – que remete ao estágio em que o morador se vê nas condições reais de saída da rua –, das orientações profissionais, do encaminhamento para empregos e das atividades de capacitação profissional.

Nesse outro livro, mudaram algumas parcerias e acrescentaram-se outras⁸¹. Em um ano, segundo as informações da secretaria, foram criadas, entre abril de 2001 e 2002, 1.442 vagas a mais em equipamentos públicos municipais. Prevendo, no ano de 2002, a abertura de mais 1.500 vagas a partir de junho, a secretaria projetou um total de 5.727 vagas; somadas às 1.200 vagas do governo estadual, a expectativa é de que, no programa Acolher, haja 6.927 vagas. Esta é a iniciativa mais ampla que se notificou na cidade. E, ainda assim, está longe de cobrir os números crescentes daquela população. Se, em 2000, foram contados 8.706 pessoas, no final de 2003 foram contados 10.394⁸². No segundo semestre de 2003, a Prefeitura anunciou em seu *site* a existência de 33 albergues conveniados, com o total de 5.300 vagas⁸³.

⁷⁹ Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002.

⁸⁰ O programa Acolher foi lançado em maio de 2002. Para saber mais sobre seu lançamento, ver http://www.prefeitura.sp.gov.br/noticias/noticias_14050205.asp

⁸¹ Nesta nova edição, há dezessete albergues (e mais seis sendo abertos), um lugar para idosos, duas casas para cuidados especiais, a Casa das Mulheres e de Cuidados, quatro abrigos, seis casas de convivência, dois centros de serviço e nove moradias provisórias.

⁸² A expectativa para contagem de 2002 era de que esta fosse feita pelo Projeto Sempre Vivo, que será descrito mais à frente. No entanto, a contagem era uma função secundária do projeto e, por problemas metodológicos, ficou longe da amplitude e totalização que teve o Censo de 2000. Em outubro de 2003, o recenseamento foi feito pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e divulgado em novembro do mesmo ano. Em três anos, o número de moradores de rua da cidade de São Paulo cresceu 20%. (Secretaria Municipal de Assistência Social/FIPE, 2003).

⁸³ Secretaria Municipal de Assistência Social, 2003b. Disponível em: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/assist_social/2003/11/0001.

A Prefeitura pôde, entre 2001 e 2003, cumprir boa parte de seus projetos anunciados. Visitei alguns dos estabelecimentos novos e acompanhei a inauguração do Centro de serviços e moradias provisórias. Aumentou de fato o número de albergues e abrigos. Restabeleceram-se, segundo Adelina Baroni, as parcerias, rompendo os convênios com entidades que não respeitavam os padrões de controle exigidos pela lei e pelo decreto. Criaram-se casas para atendimento particular, como é o caso de um local para atender especialmente as mulheres em situação de rua, e duas casas de cuidados para convalescença de moradores de rua que fossem recém-saídos de hospitais. Estabeleceram-se as moradias provisórias.

No final de 2003, a Prefeitura divulgou os dados colhidos pela FIPE em outubro do mesmo ano, com estimativa do número de moradores de rua na cidade e indicação de um perfil básico da década⁸⁴. Foram apontadas 10.394 pessoas, sendo que destas, 4.208 na rua e 6.186 em albergues. Segundo a Prefeitura, o aumento de pessoas em albergues, com relação a 2000, foi de 70%. O número de homens na rua permaneceu praticamente inalterado (80,3%), enquanto o de mulheres diminuiu, caiu de 18,6% para 15,4%. A faixa etária está dividida em 35% de pessoas entre 41 e 55 anos; 32% entre 26 e 40 e 14% acima dos 56 anos.

A regulamentação da lei legitimou, do ponto de vista jurídico, político e social, uma categoria social que, agregando perfis heterogêneos, adquiriu uma posição única como “população de rua”, um *sujeito coletivo de direitos* em busca de poder exercer seu direito de cidadania. Nesse sentido, o poder público, em função da obrigatoriedade de fazer cumprir a lei, redefiniu – e ainda está redefinindo – seu peso na arena pública em questão, redimensionando o papel de organizador, mediador e fiscalizador das práticas e debates envolvidos, incorporando as reivindicações da população de rua e das instituições que as assistiam e assistem, fortalecidas e formalizadas ao longo destas últimas décadas.

Isso inclui a tarefa de procurar dar mais respostas às demandas imediatas e crescentes de apoio e acolhimento dos fluxos de pessoas que acabam nas ruas, financiando e apoiando mais casas de acolhida e abrigo, restaurantes, lugares de cuidado médico, assim como redefinindo e negociando constantemente as relações de parcerias com entidades assistenciais privadas e organizações não-governamentais. E, ao mesmo tempo, cria-se a necessidade de formular

soluções mais estruturais para as demandas crescentes de trabalho e moradia, questões que boa parte da população de rua – em particular, migrantes, recém-desempregados – reitera continuamente em manifestações públicas pela cidade, nas reclamações aos albergues e casas de convivência e nas próprias recusas ao uso da rede de serviços.

A Oficina Boracéia, planejada desde o início do governo da prefeita Marta Suplicy e inaugurada em meados de 2003 é, na visão do poder público, a concretização máxima da incorporação das demandas dessa rede via governo.⁸⁵ Localizada na Barra Funda, é uma oficina em sentido amplo. Segundo a secretaria, uma “*oficina de reconstrução de vidas*”, que congrega as atividades das três vertentes contempladas no Programa Recolher. Em uma área de 17.000m², a oficina atende cerca de 1.200 pessoas por dia, abrigando por noite cerca de 500 pessoas (com o acréscimo de 130 vagas em noites frias). Além disso, acolhe famílias e idosos em dormitórios individualizados, dá abrigo especial para catadores de papel com lugares para guardar seus carrinhos e canil para guardar os cães durante o pernoite⁸⁶. Ainda que esteja em fase inicial de andamento, tal projeto explicita a dinâmica da movimentação dos atores da rede institucional.

Mas há muitas práticas sociais no universo da população de rua em São Paulo que se constituem à parte da organização e mediação da Prefeitura. Embora o quadro de serviços contemplados pelo projeto Acolher incorpore a maioria das mais importantes instituições que trabalham com o morador de rua na cidade, há abrigos e projetos em funcionamento não legitimados pelo poder público, por não serem aprovados ou por serem desconhecidos. Há também parceiros nesta rede que têm destaque em atuações fora do escopo governamental. Suas

⁸⁴ Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2003. A pesquisa foi realizada em 29 distritos da cidade. Segue no anexo I, dois mapas indicativos do concentração da população de rua na região do centro, relativos respectivamente a 2000 e 2003. Ambos os mapas, tem como base de informação o Censo da Fipe.

⁸⁵ Na Boracéia haverá “restaurante com oferta de até 1.000 refeições por dia, oficinas de arte, restauro e recuperação de materiais e objetos, espaço para criação e apresentações culturais; área de esportes e lazer” (Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002, *op. cit.*, p. 27). Ela sintetiza as preocupações da secretária e da prefeita em permitir ao morador de rua – em suas categorias diversas – uma reelaboração de seu universo e a possível construção de uma autonomia. Será interessante verificar com o tempo o quanto a rede pública consegue administrar uma instituição com dimensões amplas, que exigem do serviço intersetorial uma dedicação especial. O sucesso desse experimento pode representar, em minha reflexão, uma inovação da política pública no espaço do centro da cidade.

⁸⁶ Há espaço para o cuidado com a limpeza e a higiene do morador de rua, lavanderia, guarda-volumes, serviços de autenticação e cópia de documentos, serviços de correio, um brechó, restaurante popular, posto bancário para abertura de contas populares, centro de leitura e lazer, oficinas e cursos profissionalizantes, que pressupõem parcerias com empresas e organizações não-governamentais, núcleo de separação de material reciclável. O projeto inclui a intersetorialidade com pelo menos três secretarias municipais, assim como parceria com várias outras entidades da sociedade civil, e pretende ampliar – espacial e socialmente – as possibilidades de atuação que se iniciaram em casas de convivência e albergues.

atuações os dotam de um poder de mediação e organização tão significativo quanto da esfera pública. A Rede Rua e a OAF são os melhores exemplos disso. Ambas foram responsáveis por organizar a Marcha dos Catadores de Papel e da População de Rua para Brasília, junto com o MST, em junho de 2001⁸⁷.

A OAF atualmente, além de seu próprio trabalho⁸⁸, divulga sua metodologia para outras instituições, legitimando assim a mais antiga experiência de atuação no universo da população de rua em São Paulo. Já a Rede Rua redimensionou sua importância no início desta década. Se já era referência no universo da população de rua pelo seu papel fundamental na elaboração das imagens de seu universo na cidade de São Paulo⁸⁹ e no incentivo à sua organização, atualmente parece-me ser o grande parceiro civil entre poder público e privado. Tem sido contratada para administração e condução de vários serviços⁹⁰ importantes do Projeto Recolher⁹¹. Tais instituições, por partilharem da mesma batalha pela constituição dessa arena pública, participam das iniciativas da Prefeitura, não sem ocasionais conflitos com a mesma. Elas enfrentam a dificuldade de trabalhar com as demandas e os problemas dos habitantes de rua no exíguo tempo que o poder público exige para a implementação de seus projetos.

Algumas das iniciativas emergentes no começo da presente década marcam, significativamente, possibilidades de lugares diferenciados de interlocução e legitimação da identidade *morador de rua* na esfera pública. Para além da estruturação do trabalho de catação de papel e outros materiais recicláveis, outros dois ofícios se destacam dentre estas iniciativas.

⁸⁷ Trata-se da Iª Marcha Nacional da População de Rua. Os participantes eram, na sua maioria, catadores de papel e de materiais recicláveis. A marcha aconteceu ao mesmo tempo que o Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Neste congresso formalizou-se a ocupação do catador no Código Brasileiro de Ocupações. (*Reciclar: I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis/ I Marcha Nacional da População de Rua*, 2001).

⁸⁸ Entre seus projetos, estão: a Associação Minha Rua, Minha Casa, que estimula a participação social de moradores de rua através de programas de lazer, cultura e trabalho; a Oficina de Marcenaria; e um Centro de Estudos, Comunicação e Documentação.

⁸⁹ O jornal produzido pelo Centro de Comunicação, *O Trecheiro*, que está em seu 11º ano, foi o incentivador inicial da revista *Ocas*, vendida por moradores de rua e iniciada no ano de 2002.

⁹⁰ A recorrência ao centro se justifica por vários fatores. Em primeiro lugar, vários de seus funcionários – sobretudo os seus coordenadores – trabalham com essa população há muito tempo. Em segundo lugar, como no caso da OAF, ainda que a maior parte de seus membros pertença efetivamente à Igreja Católica, o enfoque assistencialista não condiciona ou direciona, a princípio, seus pressupostos de trabalho, tal como ocorre em outras entidades religiosas. O centro de comunicação se pauta pelas idéias de representações de cidadania a serem trabalhadas com e pelo segmento atendido.

⁹¹ Com relação aos albergues, a Pousada da Esperança (em Santo Amaro) passou para sua administração. Os demais trabalhos são de coordenação de parcerias.

Embora não seja possível alongar-se demasiadamente sobre o tema no presente texto, é relevante indicá-los.

A primeira atividade é a cooptação de habitantes da rua para a atuação no Movimento dos Sem-Terra (MST). Essa associação começou a ser estimulada no final da década de 90, pela instituição Fraternidade Povo da Rua, como uma resposta a demandas mais estruturais dos moradores de rua com os quais a entidade trabalhava⁹², no caso, alternativas de trabalho e moradia que ultrapassassem as medidas emergenciais de acolhimento. A atividade da Fraternidade era então atrair as pessoas que estavam nas ruas e nos albergues para as questões da terra e esclarecer, por meio de estudos sociais e políticos propostos pelo MST, as possíveis formas de articulação e organização para assentamento. Após sete meses de trabalho, em setembro de 2001, foi ocupada a primeira fazenda por cerca de 600 moradores de rua.

Até o momento de minha pesquisa, havia uma outra ocupação e um pré-assentamento. Segundo depoimento de pessoas que trabalharam com este grupo, aderiram ao movimento mulheres, homens, jovens e idosos⁹³. No momento, é ainda a Fraternidade Povo da Rua que centraliza essa prática, embora o centro de formação do MST também atue. As iniciativas do Movimento dos Sem-Terra, da Fraternidade e do Movimento dos Sem-Teto (MTST) têm sido notadas pela população de rua, particularmente pelos migrantes e recém-desempregados. A cooptação é contínua e lenta, mas a cada dia mais visível na cidade.⁹⁴

⁹² Até aquele momento a Fraternidade Povo da Rua trabalhava com prevenção HIV/AIDS. Padre Navim, coordenador da Fraternidade, trabalhava no MST e era cobrado pelos moradores de rua para que lhes fosse oferecido algo mais. Mas a interação dessa população com o MST passou, igualmente, por movimentos políticos organizados dos sem-teto, como o MTST. Uma das atividades do MST, nessa proposta, é conquistar a disposição de grupos em situação limite (moradores de rua, cortiços, favelas) para iniciar um novo projeto chamado “rururbano”, organizando territórios de produção próximos aos grandes centros urbanos. (A.P. da Costa e P.S. Magalhães, 2002).

⁹³ Quando perguntei a Valéria, funcionária da Rede Rua, sobre o perfil dos moradores de rua que aderiram, ela expressou: “são pessoas que de certa forma têm algum contato com a terra – moravam em cidade de interior, trabalhavam na roça, tinham um amor pela terra”. Essa é uma afirmação interessante, na medida em que as falas em torno da iniciativa dão uma idéia de solução estrutural e benéfica para a população de rua em geral. Isso se explica, a meu ver, na imagem generalizada do morador de rua migrante, vindo da área rural, no interior. Essa questão mereceria maior investigação. (Entrevista com Valéria Cristina Gomes. Entrevistador: Simone Frangella. São Paulo, 27/06/2002).

⁹⁴ Para saber mais sobre o MST ver: M. Santos e T. A. Nascimento, 2000. Com relação à organização do Movimento dos Sem-Teto e as reformulações do centro da cidade, ver *sites*: <http://www.chasque.apc.org/guifont/psh12.htm>; <http://www.forumcentrovivo.hpg.ig.com.br/sociedade>.

A segunda atividade a ser lembrada é a venda da revista *Ocas*. Lançada no dia 9 de julho de 2002 pela Organização Civil de Ação Social⁹⁵, a revista se assemelha a publicações como a revista inglesa *The Big Issue*⁹⁶. A *Ocas* é vendida nas ruas por moradores de rua e custa R\$ 2,00, dos quais a quantia de R\$ 1,50 é revertida para estes. No Brasil, tem o apoio e o patrocínio da loja de roupas M. Officer e a participação da Rede Rua na colaboração de artigos, e na oferta do uso de sua sede para determinadas atividades da revista. A participação dos vendedores não se limita à venda. Eles fazem reuniões semanais com a equipe da *Ocas*, dando sua opinião sobre a revista de cada mês e sobre possíveis mudanças. Também colocam todos os problemas concernentes à venda da revista ou à interação com os transeuntes e com os demais vendedores.

O surgimento da revista revelou uma importante estratégia para conduzir o morador de rua a participação em uma esfera pública na qual ele se sinta reconhecido. Ser o vendedor da *Ocas*, para estas pessoas, implicou sair do campo da mendicância, participar de um trabalho que é considerado digno e, ao mesmo tempo, incentivador de um produto cultural, a revista. O debate sobre as reportagens, a edição gráfica, o relacionamento com o público indicou o envolvimento dos vendedores com o trabalho feito. A permanência dos mesmos em frente aos pontos culturais da cidade – onde vendem a revista – e o conseqüente reconhecimento de seu trabalho também têm gerado interações sociais benéficas para os vendedores.

As duas atividades descritas acima representam, a meu ver, uma experimentação concreta da dinâmica dos vários atores construída nessa arena pública, em um momento político em que o morador de rua se coloca em uma posição de interlocução com a sociedade civil. No primeiro caso, a iniciativa do MST acompanha uma tendência crescente de diálogo entre movimentos sociais diferenciados, em uma espécie de cruzamento de domínios singulares de discussão e de organização social. No segundo caso, a produção da revista manifesta um processo geográfica e politicamente amplo de concretização de um lugar nessa mesma arena que propicie ao morador de rua a negociação, reelaboração e manifestação das representações sobre si e a sociedade em que vive, assim como a exposição midiática de suas reivindicações.

⁹⁵ A Revista *Ocas* é uma publicação da Organização Civil de Ação Social, que visa a fornecer instrumentos de autovalorização para as populações sem moradia ou em situações precárias. *Ocas* é uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos e está associada à International Network of Street Papers.

⁹⁶ A revista inglesa surgiu em 1991 como oportunidade para que a população de rua daquele país tivesse um rendimento, mas, também, para que ela tivesse espaço para expressar seus pontos de vista e opiniões. A idéia se espalhou e atualmente revistas com a mesma proposta esta são produzidas em 21 países.

O DESENTENDIMENTO E A DINÂMICA IDENTITÁRIA – FRONTEIRAS

Há vários méritos nesta gradual construção da rede política que projeta o morador de rua como sujeito de direito: ela reduziu a violência institucional, abriu caminho para ocupações de trabalho – que creio estarão mais bem sistematizadas com o decorrer do tempo –, tem proporcionado a pessoas que há muito estão mergulhadas na dinâmica desnorteante e excludente das ruas da cidade de São Paulo uma referência mínima de cidadania e a sensação de ter a quem recorrer.

Nos três últimos anos analisados – 2001 a 2003 – o adensamento das interações e funções sociais entre os vários atores que integraram essa rede, e o esforço por fazer valer a lei pareceram concretizar as lutas de movimentos, de organizações políticas e políticos envolvidos com a problemática e dos próprios moradores de rua iniciados nas décadas anteriores. A mobilização econômica e política - incorporada por uma política pública municipal que tomou o problema da situação de rua como central na estratégia política de visibilidade de ações da assistência social - abriu espaço para um adensamento gradual dos vínculos entre parceiros intersetoriais e não governamentais, assim como para as reivindicações elaboradas pelos habitantes das ruas em suas manifestações diversas.

Nesse sentido, é possível afirmar que, de forma ainda lenta, mas persistente, o relacionamento entre esses atores e essas instituições vem se delineando de fato uma rede de serviços de caráter público, no sentido em que percebemos diálogos, conflituosos ou não e a formação efetiva de parcerias. Embora, como veremos em seguida, a movimentação dessa rede abra espaço para rupturas de interação entre parceiros e não possa necessariamente abranger todas as experiências de estar nas ruas, tem havido um fluxo de ações que movem esses vários atores em torno das demandas da população de rua.

Se pensarmos com relação à trama institucional que envolve os meninos de rua de São Paulo, cuja tessitura, segundo Gregori, é dotada de conflitos entre os atores envolvidos de tal

forma que se impede a formação de uma rede efetiva em torno do problema⁹⁷, a rede de atendimento da população de rua parece ter adquirido mais consistência. Podemos detectar tanto nesta rede quanto na trama descrita por Gregori a ausência de comunicação entre muitas instituições⁹⁸. No entanto, a presença de antigos parceiros em cena – como a OAF, os *Sofredores de Rua*, a *Fraternidade Povo da Rua*, albergues mais antigos, a *Rede Rua*, entre outros – e a participação bem mais efetiva dos habitantes de rua adultos em suas reivindicações do que as crianças e adolescentes⁹⁹ garante um fluxo mais delineado *na comunicação* dentro desse universo.

O habitante das ruas, ou as pessoas que se encontram em uma situação de rua, em geral, a ver pela minha pesquisa, tomam a identificação “cidadão de direitos” como ponto de referência. *Somos sofredores da rua, povo da rua, ou somos trecheiros da rua, somos albergados*. Os qualificativos que fazem de si mesmos revelam, nas reportagens de jornal, nas manifestações de protesto e no uso de serviços como o do refeitório, a manipulação do discurso sobre direitos e mecanismos de opressão. As reivindicações – que sempre foram presentes neste universo – são respaldadas pelo conhecimento da lei e do decreto. A circulação dos habitantes das ruas pelos meios institucionais já se tornou uma realidade constante.

Ainda assim, eles têm que encarar os estereótipos negativos diários a respeito de sua imagem. O tratamento como mendigos que recebem por parte de agentes institucionais os revolta: “*Eu não sou mendigo, não, sou um trecheiro*”, dizia um homem respondendo a uma argüição de um membro de uma entidade filantrópica no refeitório. Embora postulados como estes não sejam novos entre os moradores de rua, parecem ser hoje mais sistematicamente combatidos. Uma das metas da administração municipal atual é banir o termo, que consideram

⁹⁷ Gregori, *op.cit*, p. 165.

⁹⁸ Que, no caso dos meninos de rua impeça a solução dos problemas relativos as experiências dos meninos de rua. (*Idem, ibidem*). A noção de trama institucional utilizada pela autora lhe pareceu mais conveniente exatamente por traduzir melhor a dinâmica de conflitos e o paralelismo de ações entre as instituições. Conclui Gregori: “*A trama institucional da infância, tecida por disputas e conflitos alimentados pela existência de um sujeito de direitos que necessitam de proteção, e de uma lei abrangente e polêmica, foi capaz de dar visibilidade ao problema da infância brasileira e de estabelecer novos direitos. Contudo, esse circuito institucional mostra-se perverso, porque se revela incapaz de converter essa atenção em estratégias e coalisões que permitam redesenhar o trançado desse emaranhado, trazendo soluções*” (*Idem*, p. 213).

⁹⁹ Essa é uma questão relevante: tidos até o Estatuto da Criança e do Adolescente como objetos de tutela, a consideração de crianças e adolescentes como sujeito de direitos enfrentou e ainda enfrenta resistências e desconhecimento dos seu real significado. Uma nova adequação de princípios e práticas teve que ser adotada, gerando conflitos.

discriminatório¹⁰⁰. As medidas institucionais têm tentado reformular o sentido pejorativo da atividade da mendicância, um mecanismo de sobrevivência fundamental no universo da rua. A população de rua tem também incorporado tal discurso.

A capacidade de organização de uns, como é o caso de quem acabou de chegar recém-desempregado à rua leva mais facilmente a cooptação pelos albergues e pelos movimentos sociais que se articulam na cidade, como é o caso do MTST e do MST. São também estes moradores de rua os que se encaixam de forma mais adequada ao que é proposto pelos albergues e centros de serviços. São os que se encontram mais predispostos a sair da situação de rua, ou que pouco estiveram nela. É fundamental perceber que a construção desta rede política permitiu a emergência de uma identificação comum que compreende a diversidade de categorias por meio do critério não do trabalho, mas principalmente da ausência de moradia, do pernoite nas ruas da cidade, do tratamento preconceituoso dado pela população e da relação conflituosa com os projetos urbanísticos.

O reconhecimento de um “lugar político”, ainda que não absorva toda a população de rua, mudou sua maneira de estar na cidade. Não alterou suas técnicas de mendicância, por exemplo, mas garantiu uma identidade política usada por uns mais sistematicamente, por outros, ocasionalmente. Assim, o morador de rua pode ser o morador de debaixo do viaduto, o mendigo ou o albergado. Isto é, são atores sociais que estão em uma situação de rua, seja circunstancial ou permanentemente.

O uso da identidade comum fornece uma visibilidade social a partir da exposição e do compartilhamento de códigos socialmente hegemônicos de classificação. Nas últimas décadas, portanto, garantiu-se o reconhecimento de sua situação como um problema político e social e permitindo, de fato, a construção de um espaço de representação, de negociação e interlocução pública, reiterando o perfil das arenas públicas brasileiras que começaram a se formar desde a década de 80¹⁰¹.

No entanto, é necessário ressaltar que a heterogeneidade dos atores da rede, as imagens estereotipadas, os conflitos entre poder público e instituições de atendimento em torno da organização política e administrativa dos espaços utilizados revela as inconstâncias que

¹⁰⁰ Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002, *op. cit.*

¹⁰¹ Telles e Paoli, *op. cit.*

permeiam a rede. Assim como no caso dos meninos de rua, “os antigos corporativismos, o assistencialismo e o modelo autoritário para tratar de questões sociais ainda estão longe de ser erradicados”.¹⁰²

Há uma fragilidade que permeia a interlocução entre os atores sociais que movem tal rede, criando em muitos momentos uma espécie de vazio comunicativo entre as visões díspares e não-intercambiáveis e dificultando a univocidade de práticas e interlocuções elaboradas a partir desta identidade “população de rua”. Essa fragilidade revela, na verdade, dois conflitos importantes que serão analisados a seguir.

Fissuras na Arena Pública

O primeiro dos conflitos diz respeito à abrangência dos atores dessa rede e os impasses que isso gera. As realizações da rede demonstram a projeção gradual dos direitos conquistados junto aos movimentos sociais, sedimentados pela lei e assimilados pela população de rua. Mas esse processo pressupõe também que a adequação não seja tranqüila, exprime a dinâmica dos sistemas de parceria e as dissonâncias de expectativas e tempos entre agentes institucionais esta população. A má comunicação entre a Prefeitura e as entidades de atendimento reforçam o fato de que a predisposição das instituições para com as mudanças nesta esfera pública a respeito do morador de rua não ocorre de maneira imediata.

Há muita resistência em modificar as formas de organização e de valores já sedimentadas por uma lógica com enfoque assistencial. Isto se reflete igualmente na grande dificuldade que a coordenadora Adelina Baroni tem para negociar parcerias com as demais organizações. Conforme seu depoimento, nos albergues e nas casas de convivência, muitos funcionários têm valores arraigados associados às práticas assistenciais. Esta questão indica que, apesar de o trabalho transformar a imagem do habitante de rua, que passa a ser visto como vítima das mazelas do sistema econômico, o “mendigo vagabundo”, que passa seu tempo ocioso, permanece como uma sombra diante do olhar institucional.

Essas imagens nubladas incitam o funcionário da entidade a tratar o morador de rua com atitudes disciplinadoras, muitas vezes autoritárias, reforçando a humilhação cotidiana que sofrem. Presenciei, em minhas visitas às instituições, vários momentos nos quais o exercício de

¹⁰² Gregori, *op.cit.*, p. 166.

autoridade sobre essa população se fazia pelo grito, pela ordem para que a pessoa se mantivesse em seu lugar, por broncas dadas com vigor em frente a outras pessoas. Atitudes adotadas em tom claramente disciplinador. Neste contexto refaz-se a relação de assimetria, exercida inclusive corporalmente.

No Refeitório Penaforte Mendes, um dos locais que priorizei para a observação participante, várias cenas ilustraram esses conflitos. O refeitório é o primeiro restaurante gratuito especificamente voltado para a população de rua e possui a seguinte organização: a Prefeitura é proprietária do local, a Rede Rua o administra, enquanto entidades filantrópicas oferecem a alimentação. Se os funcionários contratados pela Rede Rua seguem um procedimento de tentar manter a calma com os usuários, sem perder a firmeza, de não gritar e não ser autoritário, alguns membros das entidades que fornecem comida tratam os mesmos – do tom da pregação à organização da comida – com uma postura disciplinadora evidente. O contraste entre as duas atitudes evidencia a diferença de classificação que ocorre nos embates cotidianos entre os atores sociais que compõem este universo.

Outro teste da parceria tem sido o conflito em torno da pregação religiosa no refeitório. A coordenadoria propõe que a pregação não esteja condicionada à oferta da comida, mas que seja uma oferta à parte, feita em outro momento. Este é um ponto tenso da negociação, que a Rede Rua tem tentado levar com diplomacia. As entidades têm diminuído seu tempo de fala, mas não abrem mão dela como prerrogativa para o trabalho de doação; muitas vezes, os sermões que antecedem a comida duram mais de quinze minutos, tempo negociado após discussões. Se elas, insatisfeitas, retirarem sua oferta de comida, o refeitório torna-se inativo.

A habilidade requerida para lidar com o termo revela no que diz respeito à questão das necessidades básicas da população de rua, a resistência em transformar uma atitude estritamente caritativa – o que já acontecia em distribuições de sopa na rua – em um serviço de atendimento. O trânsito para o espaço fechado e regado do refeitório não parece garantir tal mudança, pelo menos em curto prazo.

Um outro problema sinalizado é de que a estrutura de certas instâncias públicas pode estar, no momento, aquém das possibilidades de controlar um problema social de tamanho significativo e, sobretudo, que tem como elemento característico a circulação contínua pelas ruas. Esta questão alude diretamente à impossibilidade dessa rede institucional em controlar o espaço

urbano. O Projeto Sempre Vivo foi atuante, em 2002, nos bairros do centro de São Paulo. Após esse período, o projeto foi absorvido pelo Projeto Acolher. O objetivo era constituir equipes de trabalho social – doze equipes, com quatro educadores em cada –, para atuar, em horários variados do dia e da noite, como uma espécie de “educador de rua”, durante a época do inverno¹⁰³.

Na necessidade emergencial de deslocamento de algum morador, os educadores se habilitariam a acionar a CAP (Central de Atendimento Permanente), um serviço centralizador de informações diárias sobre vagas em albergues e em abrigos. Outro objetivo é o mapeamento dos locais ocupados por esta população¹⁰⁴. Caberia aos educadores identificar os possíveis motivos que levam o habitante a estar naquele local, assim como a existência de redes informais de apoio¹⁰⁵.

Nas conversas com as coordenadoras, os problemas de infra-estrutura – que deveria ser garantida pela prefeitura – começaram a obstruir uma tarefa delegada aos monitores. A CAP não assegurava as informações, o que levava o morador de rua, ao ter o cartão e a referência nas mãos, a andar pela cidade, enfrentando sucessivas negações por parte das entidades que lhe foram recomendadas, gerando descrédito. Com relação aos albergues e abrigos referenciados na lista a ser entregue para o morador, nem todos haviam sido notificados de que necessitariam ter vagas garantidas para os moradores cadastrados, como parecia assegurado nas secretarias.

Outro problema do Projeto foi o uso do colete de identificação. Associados à imagem do poder público por meio dele, por um tempo os educadores deixaram de utilizá-lo. A insistência da Prefeitura em manter os coletes criou uma inquietação nos educadores que tateavam a melhor forma de abordagem. Além disso, as administrações regionais do centro da cidade, incumbidas de receber e fornecer informações, davam pouco retorno a perguntas sobre o procedimento, ao passo

¹⁰³ A diferença entre esta atividade e as que faziam parte das Operações Inverno anteriores é que, em primeiro lugar, não pressupõe deslocamento forçado, mas sim a identificação de desejos dos habitantes de rua de sair dela, a entrega de um cartão de referência e endereços para atendimento em abrigos/albergues.

¹⁰⁴ Adelina Baroni me informou que, nas regiões centrais, seriam esses educadores os responsáveis pela nova contagem dos moradores de rua, sendo que os outros pontos fora da região contemplada seriam indicados pelas respectivas administrações regionais da cidade.

¹⁰⁵ A coordenação do trabalho coube à Rede Rua, que colocou duas coordenadoras para administrar a dinâmica do trabalho dos 48 educadores. Entre eles, há funcionários de albergues e casas de convivência, estudantes, ex-moradores de rua. As reuniões de avaliação dos programas são quinzenais e feitas no Refeitório Penaforte. (Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002b). Os educadores cobrem 14 áreas do centro da cidade – Sé, Brás,

que cobravam diariamente resultados diários das contagens. Esses problemas geraram tensão nas coordenadoras, pois, dependentes da estrutura pública e tendo sua autoridade na dinâmica de trabalho pouco reconhecida pelos membros das administrações, tinham pouco a fazer para atender a todos aqueles objetivos.

Quando era necessária a perua da CAP para qualquer ação emergencial, como transportar alguém impossibilitado fisicamente, não havia carros suficientes. Em minha visita à CAP na última etapa de campo, notei que seus recursos eram relativamente limitados para atender à demanda diária de ligações e cobranças de atendimento e deslocamento de moradores de rua na cidade, às negociações trabalhosas com albergues para o encaixe das pessoas recolhidas, aos conflitos com ambulância e hospitais, bem como tinham dificuldades em suprir necessidade de dar respostas à opinião pública e à Secretaria de Assistência Social.

E, para encerrar as dificuldades de ajuste dessa arena pública, há determinados mecanismos de deslocamento forçado da população de rua que permanecem paralelos à criação das novas políticas de atendimento. As expulsões de debaixo de viadutos, bastante criticadas nos governos anteriores, ainda são práticas recorrentes. Por um lado, a Secretaria de Assistência Social, em conjunto com a Secretaria da Habitação, da Saúde e as Subprefeituras, tem feito operações de transferência de grupos e famílias que habitam viadutos para alojamentos provisórios, onde aguardariam até serem inseridos nos programas habitacionais da Prefeitura.

No entanto, tais procedimentos não têm sido feitos sem conflito. Durante a pesquisa de campo, acompanhando o desenvolvimento dos projetos, notei a insatisfação de vários educadores quanto às formas de se efetivar estas transferências. Por um lado, porque os alojamentos provisórios não respondem concretamente às promessas feitas pela Prefeitura. Apenas para ilustrar, no mesmo período em que a Prefeitura anunciava em seu *site* a transferência de 160 pessoas para um alojamento provisório e indicava a infra-estrutura proposta, a *Folha On Line* veiculava uma denúncia de que os mesmos moradores teriam sido abandonados nos alojamentos, sem acesso aos recursos prometidos¹⁰⁶. Por outro lado, este deslocamento acontece, principalmente, nos casos de resistência, por meio do uso da força física. Em algumas situações,

Bom Retiro, Consolação, República, Liberdade, Santa Cecília, Pari, Bela Vista, Santo Amaro, Santana, Jardim Paulista, Mooca, Tatuapé.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, M., 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u71344.shtml>. De acordo com Oliveira, os recursos prometidos seriam alguma renda, escola para crianças e ajuda assistencial básica.

as atitudes tomadas por autoridades ligadas à Prefeitura foram de expulsão escorada pela presença policial.

Permanecem também os deslocamentos forçados sem nenhum projeto prévio de transferência dessas pessoas, reduzindo-se à mera expulsão. Em um momento em que me encontrava circulando com os educadores do projeto Sempre Vivo pelo Brás, passamos sob um viaduto. Um dos educadores, morador do Brás, afirmou que ali havia três barracos de papelão até cinco dias antes. As marcas de uso do lugar permaneciam, mas sem os papelões. Perguntei quem teria retirado e ele me respondeu que certamente havia sido a administração municipal, por achar aquele um lugar inadequado de moradia.

A “arquitetura antimendigo” reaparece. Em setembro de 2002, o jornal *O Trecheiro* lançou uma reportagem sobre o investimento da Prefeitura em grades e paralelepípedos embaixo de viadutos entre as estações de metrô Brás e Pedro II, no centro da cidade¹⁰⁷. Esse episódio revela mais um conflito interinstitucional, pois a atitude vinha das subprefeituras (antigas administrações regionais), em uma ação contrária à política até então implantada pela Secretaria de Assistência Social.

Os procedimentos de expulsão de moradores de rua de espaços públicos foram adotados por todas as administrações municipais citadas até agora, seja por razões estéticas, como no caso do governo de Jânio Quadros, seja por motivos de risco, como no caso de Luiza Erundina. Em geral, eles correspondem à pressão da população e da mídia. O problema traz à tona a ênfase dada nas intervenções urbanas e nas políticas públicas como a uma tentativa de controle sobre a dinâmica da circulação dos habitantes de rua. No caso da administração atual, tais iniciativas são justificadas pela ausência de condições dignas ao morador de rua. Porém a explicação torna-se difusa por duas razões: em primeiro lugar, porque as reivindicações pleiteadas por esse sujeito social para garantir a própria dignidade não necessariamente encontram respostas rápidas por parte do poder público.

Em segundo lugar, e o mais importante para o presente trabalho, a justificativa empregada pela Prefeitura demonstra o não-reconhecimento da rua, por parte das inúmeras instituições que constituem a arena, como uma instância fundamental no cotidiano dessa população. A

Secretaria da Habitação, 2003. Disponível em: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/habitacao/2003/03/0001>

¹⁰⁷ *O Trecheiro*, 2003. Disponível em: <http://www.rederua.org.br>.

experiência na rua é, simultaneamente, espacial, social, política e subjetiva. Mas ela se torna contraditória uma vez que a rua é concebida como lugar de passagem e do perigo. A rede de atendimento carrega consigo a premissa de que é inconcebível que alguém esteja habitando as ruas da cidade. Assim, o postulado da política de atendimento é fazer o possível para que a rua não seja uma saída diante de condições de vida precárias¹⁰⁸.

Ocorre que a rua se constitui como um modo de operar e praticar o lugar¹⁰⁹, sobre o qual o morador de rua simultaneamente condensa e complexifica os limites entre sua vida privada e sua vida pública, uma vez que é ali que criam algumas alternativas, temporárias ou perenes, de sobrevivência e/ou permanência na cidade. É ela ainda que fornece elementos para a formulação de identidades possíveis, mesmo que transitórias. A prática e a vivência na rua por estes sujeitos em uma situação-limite reafirma a ausência da univocidade deste espaço, propriedade usualmente reivindicada pela racionalidade imposta pelo olhar urbanístico. O não-reconhecimento da pluralidade semântica da rua traduzida na prática heterogênea dos segmentos que dela se apropriam implica uma relação conflituosa entre o sujeito que assegura a rua como lugar de uso e os agentes, que têm um olhar urbanizador. Isso nos leva ao segundo e último conflito.

Os passos na cidade

Em julho de 2002, a prefeita Marta Suplicy foi às ruas para tentar convencer moradores de rua a dormir nos albergues da capital¹¹⁰. Eu me encontrava em campo na ocasião e comentei a notícia do jornal com as coordenadoras do Sempre Vivo. Elas me disseram que a prefeita estava de fato incomodada com o depoimento de educadores a respeito da recusa em ir para o albergue. Marta procurou os próprios moradores para verificar o fato. Das oito pessoas que abordou na rua, apenas uma aceitou o convite. Em 2003, o dado da FIPE indicou que 44,6% das pessoas em situação de rua nunca dormiam em albergues e não demonstravam vontade de ir.

¹⁰⁸ A epígrafe do livro explicativo do Projeto Acolher resume sua política: "*É indigno a cada um de nós que seres humanos sejam obrigados a viver na rua*". Secretaria Municipal de Assistência Social, 2002, *op. cit.*

¹⁰⁹ No olhar inspirador de De Certeau, lugar é definido como uma ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência, procurando uma estabilidade. Já o espaço se traduz no efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. "*Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito*" (De Certeau, 1994, *op. cit.*, p. 202).

¹¹⁰ *Estado de S. Paulo*, "Marta tenta levar moradores de rua para albergues", São Paulo, 16 jul. 2002.

Há uma questão que vai além das possibilidades de organização da política urbana. Embora a evitação dos albergues por parte da população de rua seja justificada pelos possíveis maus-tratos e incompreensões, estes não explicam a grande evasão e a recusa sistemática evidentes nas reportagens recolhidas, em meus registros de campo e no depoimento de agentes institucionais. Na heterogeneidade que constitui esse universo reside um fator que escapa à malha institucional, assim como burla os procedimentos repressivos: a identificação gradual do indivíduo com a dinâmica intermitente e fragmentária da rua, cujo tempo circular, “disruptivo” e aprisionador nubla as possibilidades reais de saída do circuito urbano que lhe foi imposto, ao mesmo tempo em que apresenta ao morador de rua outras formas de estar nas ruas.

Na complexa dinâmica de classificações em que se encontram, a fragilidade dos limites entre estar ou não na rua reforça o fato de que a rede de atendimento está incluída no universo de precariedade da população de rua. Nesta, o circuito da pobreza – que inclui, neste caso, sobretudo, os habitantes de rua adultos e os meninos e meninas em situação de rua – encontra uma nova configuração, diversa da que historicamente a constituiu, pois a ela adicionam-se o trabalho filantrópico e o aparato repressivo das instituições de apoio mais sistemático, respaldadas pela lei¹¹¹.

Embora a constituição de uma identidade política e a extensão das possibilidades de circulação no espaço urbano facilitem as possibilidades de saída, não retira os habitantes de rua da colocação à margem das possibilidades de outras circulações urbanas. O aprisionamento da experiência circulante da rua inclui a própria rede de atendimento¹¹². O alcance limitado da política de assistência deve-se muito à impossibilidade de cobrir as expectativas de mudança econômica, social e afetiva dos moradores de rua. Essa deficiência está inclusa no conjunto de perdas que conduz a trajetória do morador de rua. O anonimato no espaço urbano é o hiato encontrado após passar por estas perdas.

No entanto, é preciso ressaltar que, a partir desse hiato, caminhando para a gradual adesão àquilo que a rua propicia, cria-se uma nova espacialidade: laços de sobrevivência, outros tipos de sociabilidades e possibilidades provocadores de uma nova movimentação. Ao tomar a rua como

¹¹¹ Esta ampliação do caráter agasalhador da pobreza que é próprio das ruas se estende igualmente para o segmento dos meninos e meninas de rua, que experimenta também ambos os processos: a abrangência da política de atendimento e o trânsito contínuo, mais intensificado no caso, pela circulação casa, instituição de atendimento, cenários urbanos e, entre eles, a rua. (Gregori, *op. cit.*).

uma territorialidade própria, que mescla as fronteiras entre o cotidiano privado e público, o morador de rua estabelece, taticamente, um “contra-uso”, que subverte o espaço regulado e propicia a formação de um “lugar”,¹¹³ de fronteiras espaciais e políticas marcadas em relação de oposição e enfrentamento à ordem urbana, a qual insiste na regulação dos fluxos liminares que percorrem o espaço urbano.

Esse “contra-uso”, persistente e errante, afirma a construção de um lugar em permanente disputa na afirmação pública de reconhecimento de sua singularidade.¹¹⁴ Na prática cotidiana de um espaço que aparece a princípio como a síntese da trajetória de subtração surge a formação de novos territórios, as novas negociações identitárias na relação dos moradores de rua com os segmentos sociais que compartilham o entorno de seu território e entre os mesmos em uma disputa desta espacialidade. Isso traz uma dimensão de afirmação de sua presença social e política que não se dá apenas por meio da forma discursiva, mas se faz também andando.

As cenas presentes em minha pesquisa são compostas por uma variação significativa naquilo que engloba a expressão “moradores de rua”. Essa variação é correspondente às categorias que estabelecem diversas espacialidades, tendo em comum a fragilidade das rotas econômicas e sociais e a vulnerabilidade no espaço público. Os passos carregam toda a ambigüidade que caracteriza dinamicamente a constituição de sua situação de rua: as dores e privações, as formas de sobrevivência, as rearticulações dos signos identitários compartilhados no espaço urbano e a sua recolocação como um sujeito no espaço público, seja pela relativa ou total vinculação com a rede de atendimento, seja pela presença conflituosa e resistente nos espaços da rua.

Assim, em São Paulo essa população está no espaço urbano de forma muito diversificada. “Com e apesar da arena política, que os codifica genericamente como população de rua”. Neste universo, há o movimento de procura de fixação espacial: recém-desempregados e migrantes albergados que se apóiam de fato na rede de atendimento, utilizando os abrigos, as casas de convivência e os refeitórios alternadamente com suas diárias buscas por empregos; indivíduos ou

¹¹² Di Flora, 1987; Gregori, *op. cit.*

¹¹³ Em sua pesquisa, *Usos, contra-usos e a formação do espaço público*, a partir da análise de práticas e representações de espaços revitalizados, Leite trabalha com uma instigante noção de lugar. A construção social de um lugar implica demarcações espaciais e ações simbólicas que acabem ou em uma convergência de sentidos, ou em uma demarcação da diferença. (R. P. Leite, 2001).

¹¹⁴ *Idem*, 2002.

grupos familiares que tendem a reproduzir casas na rua, gerando, pela ilegalidade de sua moradia, um embate direto com os controles urbanísticos, mas ainda lançando mão parcialmente dos serviços oferecidos à população de rua; e “trecheiros de albergue”, imersos em um cotidiano que se pauta unicamente por assegurar as vagas nos albergues e usufruir dos demais serviços, provocando circulação de modo contínuo pelas instituições.

De outro lado, mantendo a circularidade mais intensa, podemos encontrar os que usufruem da rede de atendimento como apoio ocasional ou sistemático, enquanto continuam mergulhados em situação de dormir e morar na rua. Aqui, aparecem os habitantes das áreas periféricas que dormem nas ruas durante a semana e voltam às suas casas no fim de semana¹¹⁵. Os trecheiros, andarilhos cuja trajetória do caminhar se estende continuamente por outras cidades, são como personagens que levam a itinerância em seu pólo mais intenso. E, por fim, há os que são chamados de, e muitas vezes se intitulam, mendigos, habitantes de rua que se desvincularam totalmente do mundo institucional, longe do banho e da entrada em lugares fechados, dormindo permanentemente em praças, viadutos, calçadas.

Difícilmente podemos considerar estas formas de identificação como permanentes, tampouco afirmar que os habitantes de rua passam por um ou outro desses processos. As fronteiras de diferenciação, ainda que marcadas fortemente pelos sujeitos pesquisados nos diálogos, para simbolizar uma posição subjetivada e criar apropriadas negociações cotidianas, são bastante porosas. O sentido dado a estas categorias não é uniforme, assemelha-se a uma colagem¹¹⁶. Por essa razão, a movimentação contínua pelas ruas torna difusa a categorização estanque. No presente trabalho, tais categorias se tornam visíveis por meio de uma perspectiva analítica.

No entanto, algumas diferenças são reafirmadas nos diálogos e interações momentâneas. Assim, ao indagar o que escapa à trama institucional, voltei-me da diferença classificatória para o movimento de adesão temporal à rua, presente nestas diversas categorias, em maior ou menor grau. Este processo representa, a meu ver, o elemento que vincula o habitante de rua à cidade, trazendo-o para uma espacialização diferenciada na geografia urbana, enganadora das intervenções urbanísticas e pouco absorvida pela dinâmica do poder público. A trajetória nas ruas

¹¹⁵ A justificativa para esse procedimento está no fato de que há muito mais recursos e serviços no centro da cidade, e o preço da passagem de ônibus torna impossível voltar para casa todos os dias.

singulariza um modo de estar nelas. Ao centrar meu trabalho na rua, optei por enunciar a relação destes com a cidade a partir das elaborações e marcas corporais mais significativas, fundamentais para revelar a constituição desse lugar praticado.

Ao fazer tal escolha, deixo de lado categorias destacadas neste universo, como os moradores organizados em movimentos políticos ou os moradores que passaram apenas por albergues¹¹⁷. Mas, diante da problemática proposta pela pesquisa, penso que os sujeitos praticantes dos espaços que escolhi podem revelar melhor a transversalidade física e simbólica que seu trajeto institui na ordenação urbana por meio de suas marcas, práticas e técnicas corporais. As formas que abordarei aqui são referentes à dimensão relativa à corporalidade, ou melhor, aquelas que levam em conta o corpo como um território físico e simbólico de produção de relações sociais e políticas colocado em interface com o espaço urbano.¹¹⁸

O CONTEXTO ETNOGRÁFICO

Finalizando o capítulo, farei uma breve introdução sobre os locais que escolhi para realizar a experiência etnográfica. Pretendo, com esse delineamento, dar uma visão inicial dos espaços de observação participante, nos quais busquei os elementos que propiciaram fazer as reflexões sobre o universo corporal do segmento estudado. Vale dizer que ambos os espaços estão situados no centro de São Paulo, onde a população de rua se concentra.

Refeitório Penaforte Mendes

O Refeitório Penaforte Mendes, localizado no bairro Bela Vista, foi um local de visitação intensa nas três etapas de campo. Considerado a princípio apenas como um ponto de contato com a população estudada, tornou-se um dos locais de observação sistemática, ainda que o espaço da rua tenha sido o principal alvo de minhas observações. A razão para esta atenção ao refeitório se dá pelo fato de que, nas visitas feitas a ele no início do trabalho de campo, revelou-se uma

¹¹⁶ Brognoli, *op.cit.*, p. 66.

¹¹⁷ Ou seja, não há enfoques sobre o movimento dos sem-teto, por exemplo, ou uma avaliação longa sobre espaços fechados onde moradores de rua morem cotidianamente.

¹¹⁸ N. Smith, 2000.

dinâmica de interações e conflitos entre os moradores de rua, e destes com as entidades envolvidas no funcionamento do refeitório.

O cotidiano do espaço possibilitou, assim, uma visibilidade significativa das fronteiras classificatórias entre estes atores sociais, revelando muitas das fronteiras identitárias que moldam esse universo. Uma outra razão é que a natureza do serviço principal do refeitório – servir comida – permitiu a investigação de uma série de práticas e representações corporais, assim como negociações diárias estabelecidas pela alimentação e pela higiene, que trouxeram significativos *insights* para minha problemática.

O Refeitório Penaforte se situa em uma rua ao lado da Praça XIV Bis. Ao longo da praça está a Avenida Nove de Julho. A área é parte do centro da cidade. Para cima do refeitório, as ruas convergem para a região dos Jardins. As duas estações de metrô mais próximas pressupunham fazer um trajeto considerável: ou subimos as ruas em direção aos Jardins e chegamos à Avenida Paulista na estação de metrô Consolação; ou caminhamos pela Avenida Nove de Julho em direção à estação Anhangabaú. Ambos os trajetos levam cerca de meia hora.

O local é uma casa antiga da Prefeitura. Possui dois andares. Após a entrada, no andar de cima, há uma mesa com um ou dois funcionários que recebem os usuários. No restante do espaço, mesas são dispostas. Ao fundo, está a cozinha. O refeitório tem capacidade para alimentar entre 300 e 500 pessoas, mas cabem apenas 300 de uma vez¹¹⁹. Os demais aguardam na fila do lado de fora. No andar de cima há capacidade para 120 pessoas se sentarem, em mesas para quatro pessoas. Ainda nesse andar, preenchendo todo o lado direito, ficam, respectivamente, a secretaria, o almoxarifado, os banheiros dos funcionários, a sala de vídeo e som, os banheiros dos usuários, e, por fim, um bebedouro.

Descendo uma rampa próxima à entrada, chegamos ao andar de baixo, que abriga o restante dos usuários do refeitório. Passando por este espaço, há uma espécie de quintal, onde as pessoas às vezes se sentam para fumar. Na hora de servir a comida, no canto oposto a este quintal, são dispostas mesas em fileiras, onde se apóia a comida, que será servida nos pratos e

¹¹⁹ Em minha primeira visita ao refeitório em 2001, foram várias as reclamações dos funcionários sobre o aumento crescente da demanda e a limitação da equipe, que terminava por ficar com excesso de trabalho. Durante o ano, após alguns breves conflitos, optaram por manter o limite de 300 atendimentos. Esse pareceu ser o primeiro conflito com a Prefeitura. Esta propôs diminuir o número de atendidos para 250. Para Zé Luiz, que coordenava o refeitório na primeira etapa da pesquisa, isso era contraditório com a proposta de apoio ao usuário. Com a equipe reduzida, levava-se muito tempo para orientar os voluntários da entidade.

distribuída. Enquanto a comida não chega, os funcionários dificilmente descem, concentrando suas atividades no andar de cima.

O refeitório foi inaugurado no final da administração de Celso Pitta (novembro de 2000). Durante a pesquisa, era o único com uma infra-estrutura voltada especificamente para a população de rua e que não cobrava a alimentação. O refeitório segue os procedimentos adotados pela gestão de Marta Suplicy, por meio do projeto Acolher. A comida é avaliada diariamente por uma nutricionista. Há uma equipe da Rede Rua que coordena o serviço: ela é responsável pela abertura e fechamento da instituição, pela negociação e diálogo com as entidades que fornecem alimentação, pela limpeza das dependências antes e depois de servir a comida.

Também faz o registro dos nomes atendidos, dialoga com as pessoas que freqüentam as instituições e as direciona para outros serviços desejados. Além da equipe, há outros funcionários contratados pela Rede Rua, muitos dos quais são albergados. Há voluntários, que são pessoas que vêm ocasionalmente ajudar e moradores das ruas e dos albergues.

Em seguida, há as parcerias com as entidades filantrópicas que oferecem a alimentação. Quando do início de meu trabalho de campo, o almoço era oferecido sempre pela mesma entidade, a Fundação Renascer; e havia uma noite de sopa e lanches no fim de semana. No decorrer da pesquisa, as parcerias aumentaram, o que pôde ser observado no campo de 2003. Os almoços permaneceram diários, mas cresceu o número de jantares, que passaram a ser oferecidas quatro vezes por semana. Às quartas e quintas serve-se o café da manhã. Estas últimas refeições são fornecidas por entidades religiosas que variam a cada noite¹²⁰. No fim de semana, há almoço e lanche. A negociação de novas parcerias e o reforço das já existentes indicaram um refinamento do diálogo entre os responsáveis pelo refeitório e as entidades. No entanto, certos conflitos na relação de parceria e entre os usuários e as entidades permaneceram, como veremos em outros capítulos.

A Rede Rua também contratou, no mesmo ano, duas educadoras sociais, para tratar de outros propósitos da instituição: abrir espaços para discussões sobre os problemas da população de rua e sobre outras questões sociais; incentivar o resgate de auto-estima; fazer do refeitório um espaço de sociabilidade para além dos horários das refeições. As educadoras organizaram

¹²⁰ Entidades como Teresinha de Jesus, Anjo da Sopa, 1+1 é sempre mais que 2.

oficinas de “fuxico”¹²¹, bijuteria e boneca ministradas no período da tarde e monitoradas por voluntários. No fim de semana há a oferta de jogos e exibição de filmes comerciais.

A cada quinze dias, durante a semana, um grupo exhibe filmes nacionais e outros programas específicos com o propósito de estimular conversas coletivas sobre os assuntos apresentados na tela¹²². Alguns procedimentos também foram tomados com relação à organização e ao ambiente. Há música ambiente atualmente no refeitório; em alguns momentos, em seu lugar, são exibidos vídeos educativos ou com programas usuais de televisão, particularmente durante os momentos que antecedem o fornecimento da alimentação.

Também alguns procedimentos se modificaram no decorrer da pesquisa. De início, as pessoas entravam, davam seus nomes ao funcionário que os recepcionava, recebiam uma ficha com a qual retiravam a comida e um copo de plástico. No último ano de pesquisa, a equipe que coordena o trabalho optou por fazer um cadastro dos usuários, dando-lhes uma carteirinha. A idéia era que quem fosse cadastrado poderia já se sentar e aguardar porque teria seu almoço assegurado. Quando iniciei a última visita de campo havia cerca de 1.064 cadastrados, mas cuja circulação era suficientemente intensa para criar um fluxo regular de aproximadamente 400 a cada almoço, a capacidade básica do refeitório. Durante a etapa de campo, participei do cadastramento de novos usuários.

O Centro de São Paulo

A ênfase no centro da cidade de São Paulo se dá, como já colocado anteriormente, por ser este o local de concentração desta população. Lá estão os trabalhos ocasionais, a circulação de dinheiro para esmola e a possibilidade de conseguir comida; encontram-se os “bicos”, como guardar carros, ajudar no carregamento de produtos para feira, trabalhar como ambulante, catar papel, assim como, nessa região, os pontos da mendicância são mais rentáveis. Mas, acima de tudo, o centro da cidade é o lugar no qual se concentram e se entrecruzam fluxos de capital, de

¹²¹ O fuxico é uma espécie de costura de tecido através do qual se criam pequenas flores a serem bordadas em panos, bolsas etc.

¹²² A participação dos usuários em todas essas atividades é significativa, ainda que apenas uma pequena parcela deles seja assídua nas atividades. Pude perceber que o refeitório ampliou a possibilidade de diálogo com a população atendida. No entanto, essas atividades ainda são recentes, e a relação entre quem ministra as atividades e os usuários pareceu-me estar em fase de adequação.

signos identitários, de negociações concretas e simbólicas, e que permite com mais propriedade a formação das heterogêneas espacialidades.

Embora cada área do centro tenha sua peculiaridade histórica e econômica, assim como uma dinâmica específica, a permanência dos moradores de rua nelas ocorre de maneira bem similar. As contagens de 2000 e 2003 revelam um mapeamento geográfico desta população que já se delineava antes, mas que se adensou desde a década de 90. Se partirmos da região do “antigo centro”, o Marco Zero – a Sé –, podemos perceber que essa presença se irradia para o Norte até o bairro de Santana, para o leste até a Penha, para o Oeste até a Lapa. Ao sul, esta concentração se destaca em Pinheiros e Santo Amaro.

No entanto, é no núcleo mais central desta circunscrição geográfica que se intensifica a concentração de moradores de rua¹²³. Pontuando os principais, há, além da própria Sé, a República, Santa Cecília, Largo São Bento, Anhangabaú, Bela Vista, Liberdade, Viaduto Glicério, Parque D. Pedro II, região do Brás, Viaduto Alcântara Machado (Mooca), entorno do Terminal Tietê, entorno do Mercado Municipal, estação da Luz, Elevado Costa e Silva (Minhocão). Destes, visitei a Praça da Sé, o Pátio do Colégio, o Largo São Bento, o Mercado Municipal, a Bela Vista (Av. Abolição), o Anhangabaú, o Canindé. Por fim, dentre as áreas centrais, tomei o Brás – e, particularmente, a Praça do metrô Brás – como o meu *locus* de observação sistemática na rua.

Brás

O bairro

O Brás não foi uma escolha arbitrária. Dentre as áreas centrais – similares no que diz respeito aos arranjos espaciais dos moradores de rua –, a escolha por esta se deu por vários motivos. Desde a primeira incursão ao campo, o lugar chamou-me a atenção do ponto de vista etnográfico. É um dos bairros com grande concentração de moradores de rua. No Censo de 2000, foram contados 971¹²⁴. A presença de, ao menos, três importantes albergues – Reciclázaro I e II e

¹²³ Os lugares destacados foram observados em reportagens, em relatórios institucionais e em minhas idas à rua.

¹²⁴ A pesquisa da FIPE de 2003, encomendada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, registrou uma diminuição significativa de moradores de rua no Brás (entre 240 e 359 moradores). Apesar disso, o bairro ainda concentra um grande número deles. (Secretaria Municipal de Assistência Social/FIPE, 2003, *op. cit.*). Em 2002, o *Projeto Sempre Vivo* cadastrou, em dois meses, 492 moradores na rua.

o Arsenal Esperança¹²⁵ – recepcionando uma grande quantidade de pessoas por dia a variedade de material reciclável disponível e o alto movimento comercial do bairro que proporcionam recursos tornam o Brás uma referência de lugar para esta população.

Mas há outras características do bairro que o tornam interessante. A sua histórica condição como bairro operário e acolhedor, primeiro de imigrantes estrangeiros e, em seguida, de migrantes nordestinos, marcou uma tradição de circulação e abrigo que se estende, para além dos migrantes, aos desempregados ou aos perdidos na cidade. Constituindo-se, aos poucos, a partir do final do século retrasado, como uma espécie de subcentro em relação ao Centro Velho da cidade, foi marcado como um bairro composto simultaneamente de residência operária, indústrias e comércio¹²⁶.

Se, no início do século XIX, era tido como um conjunto de chácaras que serviam como residências de famílias ricas, o Brás passou a ser caracterizado como bairro a partir de meados de 1870, com a chegada dos trilhos ferroviários: uma curta ferrovia que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo (Estrada de Ferro Central do Brasil)¹²⁷ e pioneira ferrovia paulista (São Paulo Railway), ligando Jundiaí ao porto de Santos e tendo uma estação importante no Brás. Esta ferrovia servia tanto de escoamento do café para os mercados no exterior, quanto para trazer os imigrantes, na sua expressiva maioria italianos¹²⁸, para o trabalho na lavoura cafeeira nas fazendas do interior do Estado.

Junto com a ferrovia, chegou ao bairro a Companhia de Gás, em 1872, garantindo uma nova iluminação; em seguida, o bonde, primeiro puxado a burro, depois eletrificado. Iniciou-se ali, praticamente nesse período, a construção de grandes fábricas¹²⁹, para onde parte dos

¹²⁵ Os dois albergues Reciclázaro eram conhecidos até bem pouco tempo por nomes diferentes: o primeiro era denominado Albergue do Gasômetro, situado à própria Rua do Gasômetro. O segundo era conhecido como Dario I e se tornou Albergue Reciclázaro Brás, situado à rua José de Alencar. O Arsenal Esperança, ou Assindes, situado ao lado da Estação Bresser, é uma entidade religiosa que administra um grande prédio pertencente ao Governo Estadual. A entidade atende cerca de 1.100 homens por dia, abriga apenas cinco mulheres, que são doentes mentais, e recebe um contingente de refugiados estrangeiros. O espaço serve como albergue e casa de convivência ao mesmo tempo, e funciona igualmente como um serviço de agência de empregos temporários. É uma fortíssima referência entre os moradores de rua.

¹²⁶ M. P. B. Vêras, 1992, cap. 4.

¹²⁷ L. Diafêria, 2002.

¹²⁸ Todos os livros investigados sobre o Brás, assim como as referências dos autores, apontam para a maciça presença dos italianos, o que não indica que não houvesse outros fluxos imigratórios ainda na passagem para o século XX: espanhóis, portugueses, alemães, chineses, árabes, libaneses, turcos, japoneses, húngaros, lituanos.

¹²⁹ Há algumas fábricas, cuja lista Lourenço Diafêria destaca da obra de Geraldo Sesso Junior, que ilustram o denso processo de industrialização do bairro: 1ª fábrica de massas alimentícias, fábrica de móveis, destilaria a vapor,

imigrantes que não estavam nas lavouras de café se direcionava. Para completar o movimento, surgiu em 1888 a Hospedaria dos Imigrantes (antes Hospedaria do Brás). Estes foram os marcos do início da caracterização deste bairro como abrigo da força de trabalho operária, traduzida em levadas maciças de imigrantes, sobretudo italianos. O mesmo perfil se estendeu para áreas contíguas que se definiam em oposição às áreas do outro lado da São Paulo Railway e do Rio Tamandateí, como o Pari, a Mooca, o Bexiga¹³⁰.

O Brás criou uma cara na cidade de São Paulo. Lá surgiram pioneiramente os cortiços e as vilas operárias, moradias populares alugadas, organizadas ao lado da fábrica. O Brás era foco irradiador desta modalidade de habitações coletivas – cortiço, vilas, quintalões, moradias de padrão similar com variações nas formas de ordenação¹³¹. Entre muitas casas geminadas, encaixavam-se fachadas pesadas de fábricas, pequenas oficinas e fabriquetas. Por conta da distância do bairro com relação a outras áreas e dos poucos recursos econômicos, era a casa e a vizinhança que marcavam o compartilhamento de uma identidade operária. Até 1920, o bairro era o epicentro do movimento operário em São Paulo e, nessa época, local das manifestações anarcossindicalistas e operárias da cidade.

O Brás tornou-se, em função da segregação inicial projetada pelo restante da população paulistana, um bairro com vida própria, independente e com a criação prematura de serviços e comércios. Formou uma efervescência de sociabilidades próprias: restaurantes que se mantêm tradicionais, bares, festas populares, *footing*, mendigos na porta da Igreja do Brás, pilhagens, cinemas, um cineteatro, enfim, um centro popular¹³² que dinamizava a vida urbana paulistana¹³³. Intensificando esta dinâmica, iniciou-se, a partir da década de 1920, a entrada progressiva de nordestinos, intensificada nas décadas de 1940 e 1950, com as grandes secas no Nordeste.

Outra linha ferroviária ganhava importância, a estação Roosevelt, tida como estação do Brás ou estação do Norte. Na década de 50, desembarcavam nela cerca de 1.100 nordestinos por dia. A chegada dos nordestinos reforçou o caráter popular do bairro e permitiu a sua

Fábrica de Juta Santana, Cristaleria Germânica, fábrica de balanças, uma fábrica de violões, o Moinho Matarazzo, entre outros. (L. Diaféria, *op.cit.*, p. 171).

¹³⁰ A separação geográfica corresponderia igualmente a uma segmentação de classes sociais. A oeste do Rio Tamandateí, do Córrego Anhangabaú e da linha do trem, situava-se o centro da cidade, depois os bairros de aristocracia rural e da burguesia industrial (Véras, *op. cit.*, p. 103).

¹³¹ *idem*, p. 105.

¹³² L. Diaféria, *op.cit.*

¹³³ *Idem, ibidem.*

caracterização como subcentro diversificado e com ampla instalação do comércio. Do ponto de vista urbanístico, a movimentação no bairro era caótica. A ferrovia é um signo urbano fundamental do Brás, criava seus efeitos: passagens de nível, porteiras, congestionamentos de trânsito, estações cheias, colisão de bondes. Os trilhos ferroviários cortavam a primeira rua do bairro, que permanece uma das referências principais até hoje – Avenida Rangel Pestana.¹³⁴

No final década de 40, simultaneamente, diminui a vinda de italianos e ocorre o deslocamento espontâneo dos italianos que já moravam ali para outros bairros, provocando uma redução drástica da população fixa do bairro. Tais graduais deslocamentos diminuíram a caracterização italiana e deram lugar ao comércio e aos produtos e formas de sociabilidade nordestinos. Em 1950, o Brás, já recortado pelas linhas de trem, foi desfigurado e redefinido pelas grandes avenidas e viadutos. Em 1979, inaugurou-se o metrô, com desapropriações e expulsões de moradores, esvaziando ainda mais o bairro. Em 1978, a Hospedaria dos Imigrantes deixou de ser hospedaria, passou a ser o Museu da Imigração.

As porteiras e cancelas foram substituídas por muros, seccionando antigas e vitais ruas do Brás.¹³⁵ Entre as décadas de 1950 e 1970, o bairro encolheu, em termos geográficos e populacionais. Atualmente, são cerca de 20.000 pessoas, ainda que números demográficos e econômicos sejam difusos, dada a permanência da grande circulação. As indústrias foram, gradualmente, deixando a área. Quanto aos seus limites geográficos, foram diminuídos, em função de demolições e aberturas de caminhos para outros bairros. Lourenço Diaféria, por exemplo, que nasceu no bairro, mostra-se inconformado com fato de o Museu da Imigração, antiga Hospedaria, estar localizado na Mooca. Na calçada em frente, atravessando a rua, ainda é Brás. Fruto deste lento abandono por parte da maior parte de seus moradores e da ação da ordem urbanística, o bairro é requalificado como deteriorado; marcou-se com a imagem de exclusão e deterioração. É englobado hoje como parte da área central da cidade, junto ao antigo Centro Velho, em contraste com outra centralidade urbana, como a dos Jardins.

No entanto, o bairro permanece com sua vitalidade, sobretudo durante o dia. Nele funcionam escolas profissionalizantes, como o Senai, e universidades particulares. Embora grandes indústrias tenham se evadido, permanecem pequenas fábricas, empresas que terceirizam

¹³⁴ A princípio era uma estrada e chamava-se Caminho do José Brás, passando posteriormente para Rua do Brás. (L. Ponciano, 2001).

serviços e lojas que confeccionam e vendem produtos de todos os tipos: de peças de máquina para funcionar em indústrias a lojas de roupas e tecidos. As confecções de roupas do Brás vendem para as lojas dos shoppings e têm sido referência quando se fala em comprar “bom e barato na cidade”. Várias ruas, ou conjunto destas, são caracterizadas pelo produto que fazem ou vendem, suscitando cheiros e barulhos singulares: ruas das madeireiras, ruas das peças de máquinas para indústria, ruas dos tecidos, ruas das especiarias, rua das lojas atacadistas de roupa, ruas das palhas, entre outras.

O Largo da Concórdia é o centro da economia informal, dos sacoleiros, e move uma série de atividades a sua volta. Nesta praça e em vários lugares do Brás, impera a venda de produtos nordestinos, entre alimentos, peças de vestuário, música, manifestações culturais – tudo isso também sendo assimilado e reformulado em uma cultura de massa. Mas a existência evidente das casas do norte no Brás reafirma a identificação com a cultura nordestina. Perversamente, o preconceito que se voltava ao “carcamano” anteriormente passou a recair sobre o “baiano”. Ao mesmo tempo, muitos dos comerciantes no Brás são também imigrantes estrangeiros ou descendentes dos mesmos que persistem na região. Isso reafirma, em certo sentido, a diversidade característica do bairro. Garante o sotaque do Brás¹³⁶.

Dadas as suas coordenadas gerais, é importante ressaltar que a circulação que lhe é peculiar desde sua formação mantém-se com diferente intensidade, nos fluxos de pessoas – migrantes e não migrantes – e de trabalho, junto aos mecanismos institucionais ou nas malhas subliminares, ou mesmo marginais do espaço urbano. Nas últimas três décadas funcionou, bem próximo ao metrô, a Cetren, já citada neste capítulo, o que marcou definitivamente o Brás como a região acolhedora de recém-chegados à cidade ou de pessoas sem-teto. Desativado em 1996, hoje o prédio é uma unidade da Febem. Os cortiços e as pensões são ainda freqüentes e recebem os freqüentadores do bairro sem endereço fixo e com algum dinheiro no bolso. Para os que não o têm, as opções são os albergues ali existentes.

E, por fim, há a rua. Em alguns pontos criam-se concentrações, como a Praça Benemérito José Brás, *locus* específico desta pesquisa. Atravessando o viaduto que passa por cima dos trilhos da estação Brás e por onde se chega ao outro lado do bairro, passa-se pelo largo da Concórdia e

¹³⁵ L. Diaféria, *op.cit.*, p. 61.

¹³⁶ *Idem, ibidem.*

anda-se, mais à frente, por ruas, até chegar à Rua José de Alencar, onde se situa o Albergue Reciclázaro Brás. No entorno desta rua e de ruas próximas, há uma série de barracos de compensado e papelão erguidos na calçadas, em uma espécie indefinida de precária habitação, uma vez que ocupam calçadas estreitas e se espacializam de forma vulnerável. Andando mais adiante, à direita, e circulando a estação de metrô Bresser, chega-se ao Arsenal Esperança, que também convive com “quase” favelas nos viadutos próximos.

Praça Benemérito José Brás (Praça Metrô Brás)

Após as caminhadas pelo bairro, concentrei-me na Praça do metrô Brás. Considerei o local bastante estratégico para observação. A estação do metrô ergue-se em uma plataforma, que permite a visão do espaço da praça logo abaixo e em várias direções, uma vez que eu circulava pela plataforma de maneira a observar os cantos. De cima, eu analisava os movimentos nas ruas em volta da praça, das pessoas que dormiam nas calçadas, no palco logo abaixo das escadas rolantes do metrô ou na guarita policial abandonada. Percebia também as movimentações e as conversações entre os moradores da praça. Este foco complementou as observações feitas na própria praça, já na conversa com as pessoas ali.

O metrô Brás se situa ao lado da estação Roosevelt, ou estação do Brás, de onde saem atualmente vários trens metropolitanos. Há uma passagem que permite ao usuário do metrô entrar direto na estação de trem sem ter que descer à rua. Na esquina de uma das ruas que circundam a Praça, a Rua Coronel Mursa, fica a Febem, no lugar do antigo Cetren. Uma das ruas que passa ao largo da Praça, Domingos Paiva, segue ao lado da estação de trem. A praça fica a três quadras da Avenida Rangel Pestana, próxima à Igreja do Brás. Por ali estão também o Albergue do Gasômetro e a sede da Rede Rua¹³⁷.

Com a construção do metrô na década de 70, as desapropriações e expulsões de moradores tornaram aquele pedaço uma área aparentemente esvaziada, embora à volta dela haja prédios habitacionais e institucionais, tal como a atual Febem. A praça sofreu algumas intervenções. Foi palco de aglomerações habitacionais, formando temporárias favelas, que foram removidas em seguida, pela ausência de infra-estrutura e pelos conflitos com a companhia

¹³⁷ Segue no anexo II um mapa da praça com a localização dos pesquisados mais freqüentes no local e uma descrição dos mesmos.

responsável pelo metrô. No final da década de 90, durante a investigação sobre a máfia dos fiscais em São Paulo, houve intervenção urbana do então prefeito Celso Pitta, criando bases retangulares de concreto que receberiam barracas dos camelôs, que seriam transferidos da área da Sé para a Praça metrô Brás. A iniciativa não deu certo e o local permaneceu com as transformações sendo reutilizadas.

Atualmente, os conflitos são estabelecidos entre os moradores de rua e a administração do metrô, em uma tentativa constante de “limpar” e controlar a praça, sobre a qual várias espacialidades são reelaboradas diariamente por aquela população. A praça é um intenso lugar de passagem de transeuntes e passageiros do metrô, dos ônibus e dos trens, principalmente durante o dia. Durante a noite, quando o bairro se esvazia significativamente, o espaço torna-se consideravelmente perigoso. Nesse período, faz-se tráfico de *crack*, e as pessoas que por ali passam estão sujeitas a assaltos e agressões pelo grupo – entre moradores de rua e moradores do bairro – que se concentra na área para o uso de drogas e álcool¹³⁸.

Olhando da plataforma do metrô, colocando-se de frente para a praça, percebemos a seguinte configuração: do lado direito, há uma grande área cimentada repleta dos retângulos grandes de concreto, dispostos em fileiras. Os mesmos retângulos se repetem nas laterais do fundo da praça, à frente. Em 2002, os retângulos foram pintados de vermelho, com um ponto de interrogação em preto. No mesmo lado direito da praça, entre as bases de concreto, há uma pequena casa, que serviria a princípio de guarita da guarda municipal do pretenso “camelódromo”, mas se encontrava desativada e era utilizada por cerca de quatro, catadores de papelão, que deixavam o material recolhido na frente da casa. Também foi pintada de vermelho no mesmo período.

Voltando para a região da praça que se localiza bem abaixo do prédio da estação e passando o olhar desta área para o corredor de concreto contíguo que se estende à frente até o fundo da praça, temos uma área lisa. Bem abaixo, há um palco de madeira, utilizado ocasionalmente para manifestações da população de rua e das instituições que a atendem. Ali dormem pessoas diariamente, durante o dia e também à noite. À frente do palco a área é grande,

¹³⁸ Esta foi uma advertência feita a mim pelos funcionários da Rede Rua. Valéria, por exemplo, havia sido assaltada e cortada à faca por um dos frequentadores da praça que se encontrava bêbado. Permaneci no bairro algumas vezes ao entardecer, quando o fluxo de transeuntes ainda é grande. Mas logo a cena se modificava e as tensões aumentavam.

interrompida pelos quatro primeiros grandes pilares de sustentação dos trilhos do metrô, enfileirados paralelamente ao longo do corredor.

Nestes pilares iniciais, dormem várias pessoas também. Registrei apenas duas pessoas permanentes, próximo aos pilares da direita. Nos demais, a paisagem se modifica a cada dia. Seguindo o corredor, ainda na área da Praça, há uma creche à direita e uma escola à esquerda. Após esses estabelecimentos, as laterais repetem os retângulos – não pintados aqui. Nos pilares de sustentação, ao fundo, mais pessoas dormindo, algumas em pedaços de papelão, outras em colchões e entre caixas de feira, ou em pequenos barracos.

Voltando à plataforma, se olharmos à esquerda, na direção do prédio da Febem, estende-se na praça uma outra área vazia, com um vendedor de balas e doces à frente. Olhando para trás, há o pedaço da praça que se volta para uma estreita faixa onde os ônibus param. Às minhas costas, fica a rua Domingos Paiva, que ladeia o enorme muro da estação Roosevelt. Ao longo do muro, habitações de papelão formam casas, bem transitórias, como a de alguns meninos de rua, ou quase permanentes, como é a de dona Lourdes, que mora ali há 9 anos.

A diversidade da população de rua na praça é significativa. Não é uma área densamente habitada, como é o caso da Sé ou do Viaduto Glicério. Nas etapas de campo, pude perceber de 15 a 30 pessoas a cada dia, sendo que poucas permaneceram por dias seguidos e apenas cerca de seis pessoas percebi estarem ali nas três fases da pesquisa. Há pessoas que ficam no local por dois, três dias, em seguida se vão e voltam meses ou anos depois. Pelas observações dos integrantes da Rede Rua, pelas informações preliminares colhidas no Projeto Sempre Vivo e pelas conversas feitas em campo, constatei que boa parte dos moradores de rua do Brás está ou passa por ali há muitos anos. O Cetren era referência de passagem de várias pessoas com quem conversei.

Nessa circulação, criam-se várias formas de estar na praça. Dona Lourdes fixou sua casa ao largo do muro da estação; a guarita é ocupada por várias pessoas em um ritmo intermitente. Há os que dormem agrupados junto aos ônibus, nas calçadas, formando tendas de papelão sobre seus colchões. E há vários homens e mulheres que dormem em colchões em lugares separados, com seus cachorros e pertences. Morando em pontos diversos da praça, revelavam relações de proximidade e de conflitos com seus vizinhos. Revelavam também um conhecimento grande das pessoas que circulavam por ali, mesmo que por pouco tempo.

Nem todos os grupos de pessoas reunidos nos pontos da Praça eram abertos a conversas, mas alguns, com o tempo de contato, juntavam-se e contavam-me histórias do cotidiano. Essas narrativas indicavam que havia uma rede de relações fluidas, fragmentadas, irregulares, mas presentes entre os diversos moradores do Brás. A partir dessa rede, uma série de interações se constrói entre as regras de sobrevivência e o sistema de classificação social que possuem em seu universo. Regras de moralidade, julgamento social do comportamento do vizinho, regras de solidariedade, misturam-se em meio a um cotidiano tenso na rua.

3.

CORPOS EM EVIDÊNCIA NO COTIDIANO DA RUA



TATEANDO A RUA: ITINERÂNCIA, MARGEM E RE-SIGNIFICAÇÃO

Os pés no asfalto

Ao pensarmos na construção corporal dos moradores de rua na cidade, os pés aparecem como um aspecto fundamental. Sendo um fragmento do corpo que constitui a base da sobrevivência e que afirma a situação itinerante desse segmento, os pés comunicam e realizam as práticas e as significações sociais produzidas nessas apropriações do espaço urbano, assim como evidenciam os conflitos e as distinções sociais que ocorrem neste universo. Nas observações sobre essa parte do corpo ecoam questões que se estendem à corporalidade como um todo: a aparência e o asseio corporais, os efeitos da dureza material e simbólica do asfalto, os vários modos de circular. Os pés são igualmente a marca mais evidente de sua situação de rua, de exposição corporal e da subtração material e social que caracteriza suas vidas.

Na rua, os pés chamam a atenção: vestidos em geral apenas com chinelos havaianas, quando não descalços, tornam-se encardidos pelo contato constante com a poeira da rua, com os materiais que carregam, com o suor, com a ausência de proteção, com o contato direto ou indireto com o asfalto, com os restos de comida. A rachadura dos calcanhares, presente normalmente em quem caminha descalço ou de sandálias, acentua-se visivelmente, criando vincos profundos. As unhas ficam compridas e retêm sujeira. Cortes e arranhões infeccionam com a sujeira. Há diagnósticos constantes de micoses e frieiras¹. Os efeitos da circulação diária para obter recursos de sobrevivência se fazem sentir: inchaço, bolhas, dores do cansaço – dos quais a maioria reclama –, machucados feitos por cacos de vidro, pregos e batidas no chão duro.

As feridas expostas criam sofrimento e empecilhos no andar; há uma grande exposição ao frio implacável e às condições insalubres da rua. Sr. Pedro, um senhor alto, negro, sereno, que

¹ Há uma recorrência de problemas de saúde que me foram informados pelos funcionários de albergues e do refeitório. O diagnóstico do panorama de doenças é feito, sobretudo, em função da observação, uma vez que não há dados quantitativos sistemáticos sobre essa população. Em primeiro lugar, porque poucos são os habitantes de rua que vão a hospitais e postos médicos, dificultando assim um levantamento mais específico. Em segundo lugar, a circulação intensa dos moradores de rua dificulta acompanhamentos e confirmações de diagnóstico médico.

No entanto, localizei uma entidade religiosa (Entidade Razin) que presta um serviço de pré-atendimento médico para moradores de rua no Parque D. Pedro II uma vez por mês. A equipe inclui um médico e um dentista, que avaliam as pessoas, encaminham para atendimento em hospitais e postos médicos, e fornecem receitas para os que necessitam. Através das conversas com membros da equipe e a avaliação das fichas de diagnóstico, pude finalizar um mapeamento mínimo de doenças que se repete neste universo. As anotações que farei sobre as doenças no percurso da tese são resultado das conversas com esta equipe, com os agentes institucionais que lidam no dia-a-dia com os moradores de rua, e com os próprios moradores.

trabalhava como voluntário no Refeitório Penaforte, morou muito tempo na Praça XIV Bis. Costumava, após o trabalho, levar comida para seu canto. Os ratos, ele nos contava, comiam os restos, a vasilha, tudo. Depois, comiam seus pés, que ficaram marcados pelas mordidas. No refeitório, ganhou um sapato para que se protegesse².

De outro lado, as formas pelas quais os pés se apresentam moldam-se à heterogeneidade da circulação na rua, criando uma sutil diversidade, constituída de acordo com o grau de sujeira e com a facilidade ou dificuldade de acesso a sapatos. Quanto mais distante das instituições que oferecem banho, maior sua aparência encardida. Pés assim apareciam diariamente nas calçadas, praças, na frente de abrigos e albergues nas áreas centrais de São Paulo. Eram visíveis também no Refeitório Penaforte, particularmente nos que mendigavam e dormiam nas ruas. A vulnerabilidade das partes corporais aparece de forma exponencial nos pés.

Os pés revelam mecanismos de distinção social neste universo da rua. Há, de início, a afirmação mais evidente: os pés sujos e expostos dos moradores de rua marcam sua condição no espaço urbano contemporâneo. Mas isto não implica uma uniformidade de pés nus e sujos. Há condições diferenciadas dos mesmos, que acompanham, naturalmente, a diversidade da prática de asseio e cuidado corporal e bem como a posse de sapatos. Na dinâmica da rua, poderíamos colocar uma distinção entre ter pés limpos e pés sujos, e outra entre usar sapatos fechados e usar chinelos ou estar descalço.

As fronteiras entre essas circulações são diluídas e é difícil estabelecer tais distinções sociais como estanques, fechadas ou fixas no movimento espacial. Como nos demais fenômenos sociais nos quais aparecem os mecanismos de diferenciação entre as categorias que partilham o universo da rua, essas fronteiras estão em contínuo movimento e obedecem às respostas conjunturais desse cotidiano. Nestas interfaces difusas, as marcas e práticas corporais não são símbolos de identidades fixas, mas antes manifestações de contingenciais e breves situações de diferenciação social que aparecem nos cruzamentos destas diversas circulações.

Os chinelos do tipo *Havaianas* são uma espécie de “padrão” de sapatos de quem está nas ruas. O uso destes chinelos não é uma exclusividade deste segmento social; as havaianas se tornaram uma espécie de símbolo nacional. Porém, os chinelos são a única proteção que, geralmente os moradores de rua têm nos pés, e que lhes serve para as longas caminhadas e para

² Caderno de campo, 18/04/2001.

passar dias e noites em céu aberto. Os chinelos são a fronteira entre a nudez absoluta dos pés e o asfalto e, conseqüentemente, o último elemento da exposição imperativa de sua realidade “*sem-nada*”. Estar com os pés descalços evidencia a situação de subtração material e de despojamento, do largar-se; situação esta provocada, sobretudo, após longas noitadas alcoolizados ou quando são roubados. E, conseqüentemente, assinala fortemente a condição de sofrimento nas ruas, seja esta realmente vivenciada ou manipulada na hora da obtenção de recursos.

Uma cena em minhas visitas à rua trouxe à tona a relevância simbólica desta questão. Em 2003, acompanhei a Procissão de Sexta-Feira Santa, cuja *performance* é desempenhada por moradores de rua que freqüentam a instituição *Sofredores de Rua*³. Havia um conjunto de personagens reproduzindo a caminhada de Cristo até a cruz: o próprio Jesus, carregando uma cruz de papelão, com uma longa veste branca, uma espécie de faixa imitando a coroa de espinhos na cabeça e chinelos. Logo atrás, vinham dois homens, açoitadores de Cristo. Em seguida, vinham os soldados romanos e, por fim, as pessoas que acompanharam o calvário, entre eles, as mulheres ligadas a Jesus. Havia também pessoas da instituição e outros moradores de rua, que se dividiam entre providenciar o som e levar os cartazes de protesto pela situação de desemprego e de rua. Por fim, havia o Padre Lancelotti a conduzir a cerimônia⁴.

A procissão se iniciou no Largo do São Bento, de manhã. Várias pessoas participavam como espectadores, entre elas, habitantes da rua que não estavam ligados aos *Sofredores de Rua*. E era possível distinguir as pessoas que estavam nas ruas, embriagadas, trôpegas, pedintes. Eu observava os personagens se organizarem para dar início ao evento. Enquanto aguardavam, já a postos, uma mulher, aparentemente desconhecida para os atuantes, aproximou-se do homem vestido de Jesus. Conversou com ele, breve e seriamente; em seguida, agachou-se e lhe tirou o chinelo. Minutos depois, um membro da instituição que coordenava a procissão tomou os chinelos de volta, pediu ao homem que os recolocasse e manifestou seu desagrado à mulher que provocara a situação.

³ *Idem, ibidem*. Esta procissão já se tornou uma prática ritual tradicional em São Paulo. No caso que observei, partíamos do largo São Bento e terminávamos defronte da Catedral da Sé.

⁴ O Padre Júlio Lancelotti é um importante personagem no universo do morador de rua em São Paulo. Trabalha com a questão há várias décadas e tem uma posição bastante reconhecida junto a movimentos sociais, ao poder público e aos próprios moradores de rua da cidade.

Esse embate, relativamente discreto em meio às movimentações da organização do evento, chamou-me a atenção. Em minhas observações, dei-me conta de que esta mulher, com seu ato, enunciara que a nudez dos pés de Cristo totalizaria seu sofrimento e reforçaria a denúncia de miséria, sofrimento e más condições de vida durante a procissão. Os pés descalços marcam de forma proeminente o estigma desse segmento, e sua exposição permite mecanismos de mão dupla: reforça a situação política simbólica do “sofredor de rua”, enfocada a partir da situação de vitimização social; e faz parte potencial e circunstancialmente das táticas dos moradores de rua para esmolar ou obter demais auxílios materiais.

Os chinelos se espalham pelo circuito da rua de forma abrangente. Embora este calçado permita uma proteção mínima aos pés, longe do calor e da dureza do asfalto, ainda os mantém sujeitos à sujeira, ao frio e ao desconforto do andar. Mais do que isso, no caso da maior parte dos moradores de rua, é ainda a única cobertura para os pés. Mas neste contexto uma distinção se faz notar ao olharmos os pés das pessoas na situação de rua. Há pés limpos e pés encardidos, como quando estão descalços. Os pés limpos indicam trajetos em que formas de asseio diário são possíveis. A diferença da limpeza nos pés assinala de forma evidente a diferença entre os moradores de rua que circulam de forma contígua por rua e entidades de atendimento e aqueles que evitam estas, estando em permanente situação de rua.

É o caso de uma significativa parte dos usuários do refeitório que frequenta albergue, de forma regular ou ocasional. Os chinelos – menos frequentes nesta categoria –, os pés limpos e as unhas cortadas eram condizentes com o restante de sua aparência: calça ou bermuda limpa, camiseta e uma mala pequena contendo seus objetos pessoais⁵. A preocupação com a boa aparência se estende ao corpo todo, é uma constante entre esse segmento, que passa o dia procurando serviços e vagas em instituições. Uma vez que os pés já estão demasiadamente expostos, há um esforço em marcar que são limpos. Esse cuidado, que parece banal no contexto social em que vivemos – em que a limpeza é uma prerrogativa – torna-se uma referência fundamental na rua, cuja realidade apresenta escassas oportunidades que permitam o cotidiano sistemático da limpeza.

⁵ Vale lembrar que são poucas as pessoas que permanecem no mesmo albergue com a vaga garantida. Em geral, eles têm que retirar os seus pertences dessas instituições e levá-lo consigo.

Uma elaboração interessante dessa diferença de condição através dos pés revelou-se em uma análise de imagens que trazem visibilidade às mudanças de vida de moradores de rua. Elas foram feitas e editadas por um membro da Rede Rua, o qual enfoca a passagem de pessoas da rua para acampamentos ou assentamentos produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra⁶. Uma vez que a adesão ao movimento em questão é vista pelos grupos sociais que trabalham com essa população como uma alternativa de trabalho e dignidade, o propósito foi apontar a mudança como uma recuperação de um lugar social⁷. Entre as imagens, está a dos pés de um habitante de rua ao lado dos pés de um assentado do movimento sem-terra. Colocados de perfil, ambos de chinelo havaianas, pés calejados. Mas a diferença residia no que marcava os pés: enquanto um estava envolto na poeira acinzentada e encardida do asfalto, com cortes e inflamações do longo trajeto no asfalto, o outro se encontrava saudável, coberto de terra, elemento da aparência positiva no contexto da monografia e desta discussão.

Os pés limpos, minimamente calçados, revelam a possibilidade de cuidado e descanso mínimo. No entanto, essa situação não está necessária e exclusivamente condicionada ao abandono – parcial ou permanente – do mundo da rua. Pés limpos apareciam também nos moradores da Praça do Metrô Brás, ainda em menor constância e intensidade. Embora não fosse uma regra geral à área, uma parte destas pessoas arranjava alguma forma de manutenção e cuidado, apesar de a água ser um recurso escasso no local. O encardido diminuía, embora mantivessem a aspereza e as marcas da rua. Tal cuidado se estendia para o resto do corpo. Isso costumava acontecer com os habitantes mais constantes da Praça, cujo lugar de dormir e passar o dia era relativamente fixo, e a circulação se restringia, sobretudo, ao bairro e a alguns de seus arredores. Como também ocorria com albergados que passavam boa parte do dia perambulando por ali ou dormindo nos retângulos de concreto.

Marcas estéticas também emergiram. Na praça, os pés das mulheres me chamaram a atenção. Carmem, Lourdes e outras moças mais jovens expunham as unhas dos pés pintadas com esmalte, alguns dedos descascados, mas explicitamente demonstrados, particularmente por Carmem, que é bastante vaidosa. Fátima, uma moça de cerca de 20 anos que foi “hóspede” de D. Carmem em um pequeno espaço de seu barraco por uns dias, abriu sua *nécessaire* e tirou vários

⁶ A. P. da Costa, *op.cit.*

⁷ Essa movimentação da rua para a terra começou a acontecer na cidade de São Paulo no final da década de 90, e está citada no Capítulo 2.

esmaltes. Carmem disse-me: “*O quê? Lógico que a gente usa o esmalte, a gente precisa se cuidar, mesmo tando na rua*”⁸. Lourdes, sentada na cadeira em frente à casa de Carmem, também colocava em evidência a aplicação do esmalte nos pés rachados e relativamente encardidos.

Já os sapatos são o diferencial neste universo, material e simbolicamente. O sapato (que pode ser um tênis) é um recurso dos mais difíceis de se encontrar para cobrir o corpo. É, portanto, o mais disputado. Do ponto de vista físico, o sapato fechado permite que os pés fiquem mais protegidos do atrito duro do asfalto e torna a caminhada um pouco menos árdua. Em geral, chegam já gastos e tortos, com rasgos e furos. Mas tornam os habitantes da rua menos vulneráveis em seu universo. Do ponto de vista da aparência física e da imagem, a questão dos sapatos adquire alguns contornos variados. Os frequentadores mais assíduos de albergue que circulavam pelo refeitório, por exemplo, vinham, na sua maioria, com sapatos ou tênis. Segundo eles, sapatos eram importantes para facilitar o pedido de emprego, já que os empregadores tinham preconceito com quem usava chinelo. Nesse sentido, atenuava o estigma imposto sobre sua condição, porque os sapatos relativizavam a imagem que lhes era associada – de “vagabundos”⁹.

Já no circuito de quem está permanentemente na rua, e longe do movimento da procura de emprego, o sapato dá uma aparência outra: evita a exposição nua dos pés e constitui uma espécie de posse única. Uma sinalização da importância dos sapatos na rua – e de sua escassez – é a disputa em torno dele. Um dia, na plataforma do metrô, na companhia de um dos membros da Rede Rua, ao olhar para os retângulos de concretos da praça abaixo, vi um homem ali estirado, dormindo; seus sapatos estavam colocados ao lado de sua cabeça. Achei curioso e perguntei a Alderon o que aquilo significava. Ele me respondeu que muitos moradores de rua dormem com os sapatos ao lado ou embaixo da cabeça, assim como os documentos, pois são as primeiras peças a serem roubadas quando se dorme¹⁰.

⁸ Caderno de Campo, 23/04/2003.

⁹ No já citado *Que Droga de Vida* de Mel Brooks, uma das primeiras cenas mostra, apenas enfocando os pés dos personagens, o milionário chegar em seu escritório, juntar-se a seus funcionários e subir para sua sala. Esse trajeto é feito por pés vestidos com sapatos caríssimos e lustrosos, caminhando em passos firmes e duros, quase como em marcha militar. Esse mesmo milionário, assim que chega às ruas em sua inusitada experiência, é abordado por dois homens que lhe roubam os sapatos. Ao final do filme, quando o mesmo milionário está como mendigo e se revolta com a expulsão dos *homeless* do terreno onde se encontrava, ele começa a caminhar em direção a seus “algozes”, com uma multidão de mendigos atrás. De novo a cena se volta para baixo, e aí os pés são completamente outros, sapatos estropiados, pessoas com pés enfaixados, vestindo meias imundas, mas com o mesmo ritmo de marcha. (*Que droga de vida, op. cit.*)

¹⁰ Notas do Caderno de campo, 18/04/2003.

Na Praça do Metrô Brás, Sr. Joaquim e Sr. Rubens andavam quase sempre de sapatos. Sr. Joaquim, não muito alto, bem magro, negro, vivia arrumado, com calça social e camisa, usados em alguns momentos por vários dias e gastos. Raras vezes o vi de chinelo. Seu sapato chamou-me a atenção; elogiei, disse que estava elegante. Ele, bastante envaidecido, colocava a necessidade desta decência para trabalhar; no caso dele, seu serviço consistia em sair pela tarde a catar algumas latinhas e papelões para trocar pela comida e pela pinga diárias. Assim como no caso de Sr. Rubens, que se instalara logo abaixo da plataforma do metrô, ao lado de D. Lina, a obtenção dos sapatos alterava de forma significativa a aparência desses homens na praça¹¹.

Para alguns moradores de rua, em geral os ligados à mendicância, ou os “loucos de rua”, os sapatos completam um vestuário mais formal, ainda que sujo e rasgado. São homens que localizam nas ruas peças de ternos, calças e outros acessórios que lhes conferem um ar mais sóbrio. As condições gastas e rasgadas do material denunciam a reformulação dessa sobriedade no espaço da escassez do consumo. Esta composição é uma elaboração constante e simbólica, no mais das vezes criativa, das aparências criadas a partir das peças de vestuário que lhes chegam à mão. Neste contexto, o sapato é um elemento fundamental, pois ele encerra a sobriedade do vestuário.

A evidência destes pés em relação ao restante do corpo aparece quando nos deparamos com as conseqüências da necessidade imperativa do andar e com as marcas estigmatizantes presentes nas classificações entre eles, nas imagens da mídia, nas conversas com agentes das entidades. As condições físicas e higiênicas dos pés, suas situações de insalubridade, a importância daquilo que os cobre são simultaneamente efeito e prática da dinâmica de circulação particular do universo dos moradores de rua, enunciando a diversidade de trajetos geográficos e sociais possíveis em meio à restrição de lugares que lhes é imposta.

¹¹ No início do filme *Ironweed*, o mendigo Francis se levanta na manhã fria, caminha um pouco, senta-se em um pedaço de madeira e começa a arrumar seus sapatos que achara por ali. Um colega seu, Rudy, recém-saído de um hospital, aproxima-se. Havia ganhado roupas e sapatos novos. Mas foram os sapatos do colega que chamaram a atenção de Francis, enquanto olhava para seus velhos calçados (*Ironweed*, USA, 1987).

O ato de caminhar

Os pés são, sobretudo, o meio de locomoção por excelência desse segmento. O acesso a ônibus, metrô, trens e carros acontece¹², mas bem pouco. A rara oportunidade pode ser justificada principalmente pela ausência de recurso financeiro, embora pesem também aos que possuem um despojamento corporal mais intenso a repulsa e a hostilidade dos demais usuários desses meios de transporte. Em resposta a essa barreira surge um primeiro sentido para a circulação pedestre cotidiana, a percorrer a cidade em busca de recursos e a moldar novas territorialidades possíveis e temporárias no ambíguo esvaziamento de espaços urbanos, tais quais ruas, praças, viadutos.

Os moradores de rua caminham muito. Circulam por praticamente todo o centro da cidade de São Paulo, o que toma quase todo o seu dia e sua energia. Gastam horas deslocando-se entre instituições, à procura de albergues, de *bocas de rango*, catando papelões, atividades, novos itinerários ou lugares para dormir. Para se ter uma noção, ao acompanhar os educadores sociais do Projeto Sempre Vivo na demarcação de trajetos possíveis para futuras abordagens de moradores de rua no Brás, andei uma manhã por todo bairro, anotando a presença e circulação do segmento nas ruas. Apenas esse mapeamento significou cerca de 14 km.

Para compreender melhor a extensão das distâncias que moradores de rua percorriam e o decorrente cansaço que resultava dessas andanças, experimentei vários dias da pesquisa circundar o centro a pé, fazer o trajeto de uma instituição a outra caminhando. Estabeleci alguns percursos entre áreas onde houvesse uma maior concentração da população de rua. Para avaliar determinadas distâncias, refiz o caminho da Praça da Sé – referência zero no mapa da região central da cidade – passando pelo Anhangabaú e chegando ao Refeitório Penaforte Mendes pela Avenida Nove de Julho. Esse percurso rendia praticamente uma hora. Muitos moradores de rua estendiam esse trajeto para regiões bem além da Sé.

As caminhadas geram muito cansaço e machucados nos pés. Não raramente homens chegavam ao refeitório e desabavam nas cadeiras, com os pés estourados, exaustos com as

¹² No Estado de São Paulo, os trens foram, há duas décadas, um meio de transporte, sobretudo dos trecheiros, por uma razão específica: a política de evitar a permanência de andarilhos que vinham de outras cidades estimulou o poder municipal e entidades assistenciais de algumas cidades paulistas a fornecer passes de trem aos trecheiros. (Di Flora, 1987, *op. cit.*). No caso de Campinas, por exemplo, esse procedimento permitiu a contínua circulação de “mendigos” nas estações de trem; havia um vagão onde eram praticamente apenas eles que viajavam. Atualmente, nesta cidade, a linha ferroviária está desativada. Um interessante curta metragem foi feito sobre esse vagão em 1998. (*Mundança*, Brasil, 1998).

andanças. Alguns acabavam dormindo nos arredores do estabelecimento, a fim de se resguardarem para o dia seguinte. São bastante comuns os casos de lombalgia, varizes, dores musculares nas pernas¹³. Quando me encontrava analisando as fichas de atendimento da CAP (Central de Atendimento Permanente), ouvi de uma educadora um caso recente, atendido por elas, de um homem que se pôs a andar pela cidade catando papelão e se perdeu para além do centro. Não podia voltar, pois, além de perdido, estava com os pés tão estourados que não era capaz de caminhar. Recorreu à polícia para que o ajudasse a se deslocar; acabou sendo agredido. Foi atendido na mesma calçada pelos agentes da CAP, passou a noite em um albergue a fim de que pudesse descansar e voltar a seu lugar.

Há um segundo sentido que delinea essa circulação contínua. Os moradores de rua, ao caminharem constantemente, *ganham a cidade a pé*, localizam-se nela, domesticam-na, em termos geográficos e sociais, através dos andar¹⁴. Moacir, o jovem vendedor da *Ocas* que me levou para conhecer os circuitos dos moradores de rua no Brás¹⁵, disse-me, quando lhe perguntei se ele não se cansaria em me conduzir e depois vender a revista:

“Ihhh, não, que me cansar do quê? Eu ando o dia inteiro na cidade, tô acostumado, ô. Teve um tempo que eu ganhava do outro trabalho os passe de metrô pro mês inteiro. Sabe o que eu fazia? Eu vendia os passe e ficava com o dinheiro e fazia o trampo a pé. Qui, ô, a gente que ta na rua ta acostumado já. Dá pra anda o centro todo a pé, o pé agüenta sim. Esse Brás aqui eu conheci ele todo a pé. É muito fácil anda assim. É melhor que pega ônibus e metrô”.¹⁶

Do Terminal Rodoviário Tietê ao Brás; deste até a Praça da Sé; desta até o Canindé. Da Penha à Praça da República; do parque D. Pedro II ao Refeitório Penaforte no Bela Vista; dali até a Avenida Paulista; do Minhocão até Pinheiros. Enfim, são muitas as possibilidades de circulação, entre buscar fontes de alimentação, materiais recicláveis, serviços e cantos para ficar. A partir dos trajetos praticados, vão conhecendo os pontos de sopa à noite, as entidades mais

¹³ Segundo um levantamento da entidade Razin baseado no atendimento de 396 pessoas, cerca de 4% apresentava problemas de lombalgia; 10% tinha micose e frieiras; e 4% apresentavam dores generalizadas, entre elas as dores na coluna e no joelho. (Razin. Atendimento Médico. Texto de circulação restrita).

¹⁴ Um andarilho entrevistado por Brognoli coloca uma expressão significativa dessa necessidade de andar que, no caso desse segmento específico, é vivido com extrema intensidade: “lá vai eu, dá coceira no pé (...). Parece que ta faltando alguma coisa, pensa: sou um homem livre! E vai se embora”. (Brognoli, *op.cit.*, p. 83).

¹⁵ Caderno de campo, 15/04/2003.

¹⁶ Caderno de campo III, 15/04/03.

adequadas para se pernoitar, as praças e viadutos cujo território já está marcado, os restaurantes onde podem garantir uma marmita. Na grande extensão do centro de São Paulo, os moradores de rua conectam-se em teias itinerantes que se estendem para além do mapeamento que a rede de atendimento faz quando localiza os agrupamentos ou organiza em um único material os serviços de atendimento.

As caminhadas contínuas alinhavam redes de circulação que se tornam gradualmente conhecidas aos moradores de rua na medida em que se utilizam delas. Quem chega ao centro da cidade perdido, sem dinheiro, sem o conhecer, entra paulatinamente nestas redes¹⁷. Essa apresentação ao circuito da rua pode se iniciar já nas instituições para onde ele inicialmente é encaminhado – na hipótese de não ter acesso a elas –, nas calçadas onde se aconchega para pernoitar. Nos contatos com quem está na rua há mais tempo (nos albergues ou na própria rua), interam-se dos lugares institucionais para comer, para dormir, para tirar documentos; ou dos melhores pontos para pedir dinheiro, dos agrupamentos com os quais ele pode dormir na rua. Para ter acesso a estas possibilidades, há de se experimentar o trajeto entre elas, que se faz praticamente a pé.

Tais redes pautadas pela itinerância constroem e reconstroem territorialidades e interferem nos espaços urbanos. Essa narrativa da cidade é elaborada em passos, gestos, cansaços, insistências, permanências. Relatam o centro de São Paulo em seu circuito; atravessam e organizam lugares, como o diz Certeau, selecionando-os e os reunindo em um só conjunto, em itinerários que delimitam uma outra cidade, como se a tornassem menor porque conhecida nesta ampla e contínua circulação. Vão gradualmente iluminando movimentações, relações, conflitos espaciais e políticos nos espaços relacionados do centro da cidade. Estes percursos de espaço, no entanto, não são nunca permanentemente definidos; estão sempre sujeitos a re-elaborações, provocadas por mecanismos de expulsão ou pelo desejo de deslocamento. São traduzidos em *delinqüências em reserva*, “por viver nos interstícios dos códigos que desmancham e deslocam”.¹⁸

O ato de caminhar varia conforme as categorias dentro do universo da rua. Os andarilhos são os que o exercem em maior intensidade. Sem parâmetro fixo algum, vão cercando a cidade

¹⁷ Podem chegar de outras cidades ou de outros bairros de São Paulo.

¹⁸ De Certeau, *op.cit.*, p. 216.

durante o dia, e fazem paradas mais breves, bastante contingenciais¹⁹. Entre os andarilhos, como já colocado anteriormente, os trecheiros estendem esta circulação para além das fronteiras da cidade. Permanecem certo tempo nelas, para logo tomarem novamente a estrada até a próxima parada. Neste sentido, as andanças são o eixo vital de suas trajetórias.

Já os migrantes e os demais freqüentadores de albergues caminham diariamente dentro da cidade em busca de serviços de saúde, de instituições que oferecem alimentação. Caminham bastante entre um instituição e outra, e entre locais que oferecem emprego. O fato de estarem nos albergues, manterem os pés limpos e descansarem à noite possibilita descansar, embora o estresse se mantenha por não saberem se no dia seguinte haverá serviço ou se poderão assegurar vaga nos albergues.

De acordo com depoimentos de alguns habitantes de rua e de agentes da rede de atendimento, há também os indivíduos que mudam de albergue de três em três meses – limite de tempo de estada permitido –, que ficam o dia todo esperando por refeição e não estão à procura de emprego. Tais pessoas passam por um crivo de classificação moral acionada pelos demais segmentos da população de rua e por muitos destes agentes, sendo consideradas parasitas, justamente por sua pouca circulação e, conseqüentemente, pelo pouco esforço em obter melhores recursos.

Não podemos deixar de lado os moradores de rua que, na cidade, habitam as praças, os viadutos ou os espaços ociosos, e que exercem o ato de caminhar de uma forma particular. Entre eles, estão incluídos os “mendigos” e os “loucos de rua”, que tendem a estabelecer *loci* territoriais mais permanentes e circunscritos no espaço urbano. Fazem parte deste perfil também aquelas pessoas que criam suas habitações improvisadas e vivem de recolher materiais recicláveis ou outros expedientes desta natureza. Ainda que eles precisem caminhar diariamente, como os demais, atrás de recursos de sobrevivência, ficam limitados aos arredores de suas “habitações”,

¹⁹ As crianças e adolescentes de rua, se contrastadas com os moradores de rua adultos, produzem uma circulação mais intensa bem maior em sua circulação nas ruas da cidade. Por considerarem a rua também um lugar de aventura, por criarem conflitos nos espaços onde se situam brevemente e pela facilidade de sua imagem infantil criar uma possibilidade maior dos mecanismos de viração, os trajetos dos meninos de rua pela cidade me pareceram mais rápidos, mais fugidios e mais fragmentados. Ainda que haja acampamentos de meninos e meninas de rua em praças, viadutos ou outros espaços da cidade, estes, em geral, são abandonados com maior facilidade (Frangella, 1996, *op. cit.*).

dentro da mesma área ou em bairros contíguos. Nestes casos, os lugares mais fixos são uma referência de saída e chegada de um circuito.

Lourdes permanecia muito tempo na Praça do Metrô Brás, no local. Nos anos anteriores, seus serviços eram feitos no Brás. Ela fazia, em geral, faxina nos apartamentos dos prédios vizinhos à praça. Após um atropelamento em que quebrou a bacia e um joelho, passou ocasionalmente a catar papelão, plásticos e vendê-los para as pequenas fábricas no bairro. Carmem passava praticamente o dia por ali. Perguntei-lhe o que fazia para ganhar trocados:

“Ah, cato latinha de vez em quando. Já trabalhei ali pra mulher daquele apartamento (prédio ao lado da Praça), mas agora pego coisa por aí, quando dá, né. Senão é o Manoel [seu marido] quem pega. Não dá pra sair muito tempo daqui, porque primeiro não tem quem olhe a casa aqui, né. Ou saio eu, ou o Manoel. Se saem os dois, então o Joaquim [Sr. Joaquim, seu vizinho] fica olhando. E depois tem as crianças. Quando voltam da escola e da creche, quem vai ficar olhando?”²⁰”

Antigo vizinho de Carmem²¹, Seu Joaquim se deslocava pelo bairro e seu entorno à cata de papelão e latinha, enquanto ela ou seu filho Moa vigiavam as “casas”. Embora não me parecesse uma regra, ocorria na praça uma espécie de divisão de tarefas, estabelecida entre as pessoas que compartilhavam a mesma habitação, ou entre seus vizinhos. No caso de Regina, por exemplo, era seu companheiro, Osório, quem ia atrás dos restos da feira, da pinga e de outras necessidades para eles. O mesmo ocorria com a jovem vizinha de Lourdes, que ficava circulando pela praça com dois filhos pequenos, enquanto seu companheiro procurava papelão e pinga. Seu Rubens, que não parecia ter a atividade da catação, saía muito pouco do local. Como era vizinho de D. Lina, olhava suas coisas enquanto ela circulava.

Há nessa dinâmica específica alguns hábitos cotidianos que implicam pequenos deslocamentos. Entre eles estão o de buscar comida, doada ou comprada (com o dinheiro da mendicância), buscar água, cuja escassez move as pessoas que moram ali a pedir para os

²⁰ Moa, filho de Dona Carmem, tem uns 10 anos, estuda em uma escola a duas quadras da praça. Priscila, a menina de cerca de 5 anos, fica na creche que se localiza na própria Praça do Metrô. É interessante notar que, das pessoas que moram nas ruas com as crianças em condição vulnerável, Carmem foi a primeira que conheci que havia colocado os filhos na escola.

²¹ Seu Joaquim acompanhava Carmem havia tempo. Segundo Carmem, desde que ela saiu de um barraco em uma favela, passando pela Praça do Metrô Brás, em seguida por dois albergues do bairro e de volta à praça, ele a acompanha bem como a seus filhos, morando nos albergues também ou construindo barraquinhas ao lado um do outro.

comerciantes da redondeza ou ir até a Praça da Sé. Também se deslocam a fim de encontrar locais para tomar banho. D. Lina ilustrava essa dinâmica. Após algum tempo de observação, percebi que ela saía, em geral, durante uma parte da manhã. Em uma conversa com ela, comentei que a procurei em sua “casa” e não a encontrei. Disse-me ela:

“Ah, tia, é que de manhã eu tenho que sair daqui, porque quando eu saio, meus cachorros me acompanham tudo. E preciso tirar eles daqui porque a carrocinha vem e pega, sabe? Daí eu saio pra isso. Depois, às vezes, eu vou tomar banho na casa espírita lá. Mas às vezes eu vou ali na Sé buscar água depois. Daí volto pra casa enquanto o Sebastião cuida das coisas pra mim.”

Como D. Lina e Seu Rubens, várias pessoas no Brás arranjam doações de comida ao redor, tomam banho com pouca assiduidade e o fazem por ali; e vivem da caridade e de arranjos, ainda que incertos. Esse é o caso de D. Lina que, com a escassa água que obtém, lava a roupa de outros moradores da Praça e dos arredores. Para ela, a necessidade de circular era menos imperativa, ainda que várias outras pessoas que estivessem ali o fizessem de forma muito mais intensa. Esta diversidade do “estar nas ruas”, assim como define diferentes maneiras de se espacializar, marca as suas formas e extensões de circulação pedestre. Importante ressaltar que em nenhuma delas a prática nômade está ausente, uma vez que a logística cotidiana deles é pautada pela indeterminação, a qual provoca uma re-elaboração constante de sua forma de viver e de suas interações sociais.

A diversidade dos circuitos pedestres também pôde ser detectada no refeitório. Ele pode ser um lugar de passagem de uns ou parte de um circuito mais definido de outros. Dona Antonia, uma senhora portadora de um problema na perna, ia ao refeitório todos os dias na hora do almoço. Ela vinha de um bairro longe, morava temporariamente em um quartinho alugado e fazia um trajeto lento, entre ônibus e caminhadas, procurando pequenos serviços. O refeitório era um breve ponto de parada onde ela comia e descansava as pernas. Havia também um rapaz que confeccionava e vendia artesanato, que vinha em todas as noites de sopa. Ele havia sido baleado no braço e o teve imobilizado por mais de um ano. Neste período, alternava entre a rua e os albergues, vendia seu artesanato de dia e jantava no refeitório à noite.

Já José Américo dormia nas ruas em torno da Avenida Paulista. Morador de rua por opção²², recusava os albergues e vivia em função de alguns serviços de atendimento à população, particularmente do refeitório, que freqüentava todos os dias. Chegava à instituição duas horas antes de cada refeição. Após a alimentação, ficava perambulando no bairro dos Jardins, perto do ponto onde dormia.

Carlos tinha um trajeto similar e dormia na Praça XIV Bis, ao lado do refeitório. Ele ia da Praça ao refeitório, depois, algumas circulações com os amigos, a cachaça, a cola. Em função de conflitos ocorridos no refeitório, ele esteve ausente por alguns meses do lugar, retornando mais tarde.

O refeitório se tornou um ponto em uma circunscrição relativamente definida do trajeto dessas pessoas, em uma situação limite de rua que incorpora determinadas instituições e procura domesticar, em certo sentido, os fluxos itinerantes nos quais estão mergulhados. Tais tentativas de rotina, ainda que garantidas por um determinado tempo – cuja duração varia conforme a trajetória de cada morador de rua –, também estão sujeitas a constantes modificações, seja em função da necessidade de deslocamento dos lugares onde dormem, seja por conflitos criados nas instituições que freqüentam.

De outro lado, uma parcela dos usuários do refeitório com quem conversei ou que cadastrei revelava um trajeto pela cidade bem mais extenso e contingente. Uma das maiores preocupações desses usuários na hora do cadastro era, por exemplo, responder sobre a assiduidade nos almoços²³. Muitas respostas foram: *“como vou saber se vou estar por essa hora aqui pelo centro da cidade? Depende do serviço, dona, depende de estar por aqui”*. A indefinição do trajeto e a perspectiva de deslocamento extenso trazem também um alargamento do quadro de possibilidades, ao mesmo tempo que um universo de incertezas.

²² José Américo vinha do Sul do país. Pequeno, franzino, olhos grandes e fundos, iniciou um diálogo comigo curioso com o que eu estava fazendo. Durante a conversa, ele me disse: *“é, estou na rua, porque na verdade nunca fui muito de trabalhar, nunca precisei, né, ganhei uma herança de meu pai, fiquei por aí, e comecei a circular pelo país. Daí estou pela rua, é só”*. Era impossível saber a veracidade de sua explicação, mas o fato é que José Américo representa um segmento particular que vive nas ruas, cuja subsistência se dá exclusivamente em função de relações e negociações de mendicância.

²³ O almoço era a única refeição que estava sob um determinado controle, justamente porque era o momento em que o refeitório mais recebia usuários. Como medida para controlar o fluxo de pessoas e garantir o mínimo dos 400 pratos, os administradores do refeitório adotaram este cadastro.

O corpo carrega peso

Nas caminhadas pela cidade, os moradores de rua, em geral, carregam vários pertences consigo: seus poucos objetos pessoais, os materiais recicláveis que coletam. O que carregam e a forma como o fazem também variam conforme os modos de circulação pela cidade. Em alguns casos, como ocorre na Praça do Metrô Brás, algumas relações de vizinhança garantem que as habitações construídas possam prescindir dos seus donos por um curto espaço de tempo. Neste contexto, alguns segmentos de moradores de rua arriscam deixar parte de seus pertences enquanto buscam recursos diários. No entanto, dada a precariedade de segurança e a decorrente vulnerabilidade dos espaços onde se fixam – a curto ou longo prazo –, os moradores de rua, na sua maioria, fazem dos objetos extensão de seu corpo quando se deslocam. Como coloca Cecília Loschiavo, “*seu mundo está praticamente às suas costas*”, criando o que ela adequadamente sugere de uma “*pack*” ou “*bag mentality*”.²⁴

No geral, o peso que carregam pode estar apoiado sobre o próprio corpo ou empurrado por este em carrinhos e carroças. Os andarilhos costumam carregar algumas sacolas. Nelas guardam, em geral, objetos de uso pessoal – uma muda de roupa, escova de dentes, algum produto de higiene pessoal, quando possível, panela, coberta e faca, essencial para comer e se defender²⁵. As demais sacolas são preenchidas com objetos encontrados no lixo ou nas calçadas que possam ter alguma serventia em algum momento de sua caminhada. Uma vez que o eixo central de seu cotidiano é a andança contínua, as sacolas e mochilas são elementos constantes de sua imagem.

Já os moradores de rua que têm suas instalações provisórias na rua mantêm os objetos pessoais no lugar de estada e caminham à procura de materiais recicláveis. Nesse caso, diferenciações acontecem, no que tange aos modos de organização dessa atividade. A coleta de materiais recicláveis começou há décadas como uma atividade que cumpria, sobretudo, uma outra função: em primeiro lugar, esses eram os materiais com que os moradores de rua

²⁴ M. C. L. Santos, 1994, pp. 145-155.

²⁵ A faca é um acessório constante entre os pertences dos moradores de rua e varia desde o canivete até a peixeira. Ela possui, de fato, muitas funções nesse universo, mas certamente a mais recorrente delas é a de defesa, como veremos em outros momentos do trabalho. A multiplicidade funcional foi evocada na fala de um policial, narrada por Seu Joaquim. Ao fazer uma revista noturna na Praça do Metrô Brás, um policial localizou uma faca grande presa à calça de Seu Joaquim. Inquiriu a razão daquilo e Seu Joaquim disse: “*é pra cortar laranja*”. O policial liberou a faca, irônico: “*quer dizer que todo morador de rua chupa laranja, então (...)*”.

construíam seus abrigos temporários, formas mínimas de proteção. Com a valorização recente da reciclagem de materiais desperdiçados pela sociedade de consumo, a coleta passou a ser uma forma de rendimento. Atualmente, os moradores de rua associados a esse perfil são, em geral, os que estão ligados às cooperativas ou articulando-os em torno delas.

Atualmente, na rua, essa forma adquire contornos variados. Pode ser uma atividade organizada e sistematicamente direcionada, ou uma prática contingente que visa a suprir uma necessidade básica do dia, como uma marmita ou um cigarro. O expoente da atividade está nos catadores de materiais recicláveis que exercem a atividade como um trabalho diário que lhes confere, como já dito, uma identidade política específica e autonomia mínima para tentar a saída da rua. A adesão a essa atividade de forma mais sistemática representa a possibilidade de um momento de passagem. Em sua grande maioria, os catadores de papel tinham profissão antes de irem para as ruas. Tornaram-se catadores de papel, serviço hoje mais rentável e possível, *nas ruas*. Porém é através dessa atividade que pretendem sair das mesmas.

Em outras palavras, a organização desta atividade em cooperativas²⁶ tomou corpo e se institucionalizou em nível nacional no início da presente década²⁷. Às imagens e práticas construídas sobre e pelos moradores de rua adicionou-se a de *recicladores, reinventores* da matéria inutilizada no consumo do circuito sedentário, que criou a possibilidade de produção de uma renda a partir de um espaço tido como da escassez²⁸. O catador de papelão, de plásticos e de demais materiais recicláveis formou um perfil específico neste circuito itinerante, por meio da institucionalização e sistematização dessa atividade.

²⁶ As cooperativas são forte referência quando se fala de possibilidade de trabalho. Foram citadas no Capítulo 2.

²⁷ Em meados de 2001, houve a 1ª Marcha Nacional da População de Rua em direção à Brasília. Na chegada, os manifestantes participaram do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. O encontro propôs a discussão sobre a organização social, econômica e política dos catadores de papel, propondo debates sobre os benefícios ecológicos da atividade, a gestão de resíduos sólidos, a legislação que poderia incentivar a catação como trabalho nacionalmente reconhecido, o mercado dos recicláveis e a rede de economia solidária. No período do Congresso, formalizou-se a atividade, incluindo o catador como profissional, no Código Brasileiro de Ocupações. Dentre estas discussões, está a proposta de Maria Cecília Loschiavo de pensar a cultura dos catadores como a cultura da resistência. (*Reciclar, op. cit*, 2001).

²⁸ É notável o reaproveitamento dos objetos encontrados no lixo. A lida com os mesmos vai além da coleta e venda de papelão, plástico ou latinhas. Ao caminhar no Brás com os educadores do Projeto Sempre Vivo, deparei-me com um homem agachado no chão, mexendo com os fios internos de uma televisão quebrada. Ele queimava o plástico – produzindo um cheiro sufocante – para vender os fios de cobre. Aparecem neste universo manipulações inúmeras da grande quantidade de lixo reaproveitável.

No entanto, “catar papel” é uma ação que se espalha em uma variedade de situações. Na Praça do Metrô Brás havia os coletores que dormiam na guarita policial abandonada. O material ficava na frente da casa e era recolhido diariamente. Outros catadores de papelão permaneciam pouco tempo na praça, dormindo ao lado de suas carroças em colchões ou papelões. É difícil identificar o grau de organização em que poderiam estar inseridos ou se pertenciam a uma das cooperativas, mas se percebia que faziam a coleta sistematicamente, o que significa que a atividade era um dos principais condicionadores de seus trajetos.

Mas “catar latinha” ou “catar papelão” pode ser igualmente uma atividade bem ocasional, que parece cumprir uma dupla expectativa. Por um lado, ela é utilizada como um recurso discursivo para que expressem que estão procurando se ocupar nas ruas. Nos vários encontros da prevenção HIV/DST que acompanhei, essa era a resposta imediata das pessoas encontradas dormindo nas calçadas. As fichas do cadastro dos moradores da Praça do Metrô Brás feito pelo Projeto Sempre Vivo durante três meses em 2002 indicam que praticamente todos os moradores ali encontrados recolhiam material reciclável²⁹. Ao verificar a presença de alguns deles no meu contexto de campo, percebi que a atividade de catar papel era bem mais fluida e irregular do que se supunha.

Por outro lado, esta atividade configura para muitas pessoas uma forma paliativa de uma coleta regular. Trata-se de um ganha-pão para satisfazer necessidades básicas e diárias. É o caso de Seu Joaquim e de Osório. Seu Joaquim possui um pequeno carrinho de carregar galões de água. Com ele cata papelão e plástico e, por vezes, carrega água para o dono de uma pequena barraca de bebidas ao lado da guarita na praça. Ele saía um pedaço do dia, fazia suas voltas bairro e retornava com a pequena quantidade de material que cabia no carrinho. Osório tinha um equipamento similar onde carregava caixas de madeira e restos da feira.

No caso de Carmem e Lourdes, tal ocupação representava uma ajuda diária, que se somava a outros benefícios obtidos em função de terem “endereço fixo”, serem mães de família e sustentarem filhos nas ruas. Lourdes recebia mensalmente uma cesta básica de uma entidade religiosa. Apesar de seus filhos pouco contribuírem para a renda, havia os bicos e a mendicância ocasional. Carmem, além da Bolsa-Escola dos dois filhos, passou também a ganhar cestas

²⁹ Das 33 fichas que pude analisar sobre os cadastrados na Praça do Metrô Brás, todos homens, apenas nove não catavam latinha.

mensais da mesma entidade religiosa. Outras pessoas na praça recolhiam materiais para complementar os recursos obtidos em mendicância, roubos ou doações.

As carroças e os carrinhos são um complemento do esforço corporal neste universo. Nem todo carrinheiro é morador de rua³⁰. Muitos moradores de áreas da periferia ou de favelas centrais também coletam materiais recicláveis com carroças. No entanto, os carrinhos de mão são um instrumento presente no mundo da rua. Dificilmente os que os possuem freqüentam albergues ou o refeitório, pois para fazê-lo teriam que deixa-los para fora dos estabelecimentos, submetendo-se ao risco provável de serem roubados. Muitos dormem sobre os carrinhos ou ao lado dos mesmos, depositando neles seus objetos pessoais. Percebendo essa dificuldade, no ano de 2003, a Oficina Boracéia construiu um galpão para abrigar cerca de 88 carrinheiros³¹.

Há carrinhos de mão pequenos, como os carrinhos de feira, os de transporte de material escolar ou os de supermercado. No entanto, os mais comuns são os maiores, com a carroceria feita de madeira – às vezes de ferro – encaixado em pneus velhos. A maior parte deles possui alças paralelas na parte frontal onde os braços se apóiam para movimentá-los. Segundo um senhor com quem conversei no acompanhamento do serviço da CAP, é fácil de fazer o carrinho e o material se encontra disponível nas ruas, em ferros-velhos ou em aglomerados de material reciclável em depósitos.

Apesar de ser facilmente descartável, o carrinho em si e o que ele carrega são bastante visados são objetos de assalto, no meio da noite enquanto seus donos dormem; ou, como no caso de Seu Joaquim, que, durante uma breve saída e um descuido de Moa, teve seu pequeno carrinho roubado. Durante alguns poucos dias, ao lado da habitação de Carmem e de Osório, um homem encostou-se em um pilar, com um carrinho de mão grande. Quando o vi, ele parecia descansar e seu carrinho estava repleto de pedaços de móveis, caixas de madeiras e pedaços de ferro. Ele se levantou para buscar algum material e pediu a Carmem que olhasse seu carrinho. Após um tempo de sua saída, Moa ficou olhando alguns dos objetos que estavam dentro do carrinho, entre eles, uma cadeira:

“Ah, pra que ele vai usar? Não tem casa mesmo, ele nem vai sentir falta (...)”.

³⁰ O termo carrinheiro apareceu em minha pesquisa nas discussões sobre política pública e desconheço se é uma categoria êmica.

³¹ Sobre a Oficina Boracéia, ver Capítulo 2.

Carmem repreendeu-o:

“que nada moleque, as coisa são dele; e se ele chega aí e fica brabo, eu disse que ia cuidar, não é? Então não dá pra pegar nada não (...)”.

No entanto, a tensão evidente na discussão expunha a vulnerabilidade desses arranjos de confiança na rua, que me pareceram reafirmados por Carmem principalmente em função de minha presença no local. É difícil confiar integralmente ou por muito tempo nas vigilâncias de vizinho. Assim, há uma necessidade constante de manter consigo, praticamente o dia todo e nos deslocamentos, os pertences e o carrinho.

Os carrinhos e as carroças são utilizados de várias formas. Alguns carregam família e cachorros junto aos poucos pertences e aos materiais recicláveis. Outros fazem do carrinho uma pequena casa, utilizada para dormir, comer, guardar e ordenar seus objetos, trabalhar e se proteger. Nesse sentido, transformam este meio de transporte em *“seu território em deslocamento”*³². Porém, na maior parte das vezes, o carrinho serve para a coleta. Em qualquer uma das maneiras, torna-se um possível recurso material de resistência aos limites que a rua impõe ao deslocamento.

O peso dos materiais é significativo e é carregado por homens, mulheres, jovens e idosos. Presenciei muitos casais empurrando juntos esses carrinhos. Encontrei algumas mulheres circulando pelo Brás e outras regiões centrais, mas a maioria dos carrinheiros é do sexo masculino. Quanto à idade, pude observar muitos homens entre 40 e 50 anos carregando papelão. Isso, no entanto, não é generalizado. No caso de Seu Joaquim, por exemplo, a idade somada ao uso constante do álcool e a alimentação irregular o fragilizavam. O excesso de álcool também comprometia a possibilidade de caminhadas extensas de Osório. São constantes os diagnósticos de fraqueza entre os moradores de rua, em virtude de um processo de envelhecimento pelo excesso de bebida, pela condição insalubre das calçadas, pela alimentação irregular e pela solidão.

No centro da cidade, a coleta e o transporte de material reciclável ocorre durante todo o dia. Porém, após as 18 horas, quando as lojas fecham e deixam suas sacolas de lixo, a atividade se intensifica. Nesse momento, um outro tráfego alinhava a região central e o calçadão da Sé, do

³² A multifuncionalidade do carrinho remete a um *“modo de viver, com o auxílio de certas diretrizes, equipamentos e tecnologia, apoiados numa logística específica, sem um ponto fixo do território que seja considerado lar.”* Marques et alli, 1999.

Anhangabaú, em torno do Largo São Bento, entre outros. Em uma visita noturna ao Pátio do Colégio, ao lado da Praça da Sé, um dos marcos do patrimônio histórico de São Paulo, fiquei surpresa com a cena da movimentação da noite. Sob as luzes amareladas dos postes antigos, circulando nas ruas defronte da Praça, dezenas de carrinheiros passavam lentos, porque pesados, em direções diversas, com as carrocerias abarrotadas de sacolas pretas e transparentes. Eram vários carrinhos cruzando as ruas, no ritmo lento através do qual os carregadores conseguem levar, com a força do corpo, quilos de sacolas plásticas contendo, sobretudo, papéis e plásticos. Eles param nas praças para abrir as sacolas e selecionam o material para vender, organizam-no e o levam para os compradores, que pesam o material e o compram.

Os carrinhos puxados a pé fazem um contraste marcante com o movimento de carros, motocicletas e ônibus na cidade, assim como com a circulação frenética dos pedestres. A cena ecoa como um *gap* temporal no interior da metrópole. A movimentação lenta e difícil dos carrinheiros recorda continuamente uma outra disposição dos corpos na dinâmica urbana, colocada no avesso de características como velocidade e conforto, as “tecnologias da comodidade” as quais marcaram as revoluções urbanas feitas a partir do século XIX e já completamente difundidas nas configurações urbanas contemporâneas³³. Os avanços tecnológicos dos meios de transporte, assim como os desenhos urbanos projetados – a partir das grandes modificações urbanas – que pretenderam a evitação das multidões, a circulação ininterrupta de indivíduos trouxeram, segundo Sennett, a alienação e o anestesiamiento corporal nas grandes metrópoles.

Para o autor, escapar do individualismo e da passividade permitiria que os corpos, diante de obstáculos e dificuldades, movessem-se em busca de seus movimentos livres, recuperassem a sensibilidade, e, através de seu desenraizamento e conforto, dessem conta do Outro e do lugar compartilhado: “*Numa cultura viva, a resistência é uma experiência positiva*”.³⁴ A partir destas concepções, é possível entender a dinâmica corporal dos moradores de rua – que, na movimentação contínua e criativa com os recursos que lhe cabe no espaço da rua, vai na direção contrária ao modelo urbano – como o corpo desenraizado e ativo que busca o autor? A resposta permaneceu incógnita a mim. No entanto, é possível dizer que cenas como as do Pátio do Colégio

³³ Sennett, *op. cit.*

³⁴ *Idem*, p. 265.

podem ser a afirmação de uma possível - ainda que inusitadamente anacrônica - trajetória de corpos, de uma particular economia e tecnologia corporal, a qual parece resistir fortemente à neutralização de suas energias através da privação do trabalho, da comida, das formas de se deslocar.

Os materiais descartáveis como extensão corporal

Já se falou da importância dos materiais descartados pela sociedade de consumo para o universo da rua. Coletados no contínuo deslocamento pela cidade, os materiais de embalagem, já dados como mortos em suas funções e significados iniciais³⁵, transformam-se em meio de subsistência. No entanto, a relação entre os objetos recolhidos em calçadas e lixos e os moradores de rua é ainda mais estreita. Ela vai além da venda para obtenção de dinheiro. Os materiais recicláveis são constantemente re-elaborados, em várias situações do cotidiano desse segmento. A esses materiais são atribuídas outras definições que acabam por criar, como coloca Loschiavo, uma nova materialidade e transformam as paisagens no espaço urbano³⁶.

Materiais como plástico, papelão, compensados, jornal, espuma, arame, alumínio – mas, sobretudo, o papelão e o plástico – constituem a matéria-prima de uma espécie de bricolagem e colagem urbanas³⁷ que os moradores de rua – nas metrópoles contemporâneas em geral³⁸ – elaboram no seu dia-a-dia, seja para revendê-las ou para fins diversos do seu sentido funcional anterior: montar habitações informais, alimentar as fogueiras, e, finalmente cobrir o corpo. Em

³⁵ M. C. L. Santos e A. F. Pereira, 1999, pp. 492–496.

K. Sano, 1999.

³⁶ M. C. L. Santos, 1999b.

Idem, 1999.

³⁷ *Idem*, 1999, *op.cit.*

³⁸ O uso dos materiais descartáveis e recicláveis no mundo da rua é uma constante nas grandes cidades do mundo. Cecília Loschiavo percorreu esse universo em São Paulo, Tóquio e Los Angeles, a fim de precisar as formas de utilização e construção das habitações do segmento em questão. (*Idem*, 1999) Minha estadia em Londres propiciou-me perceber que o uso de papelões e plásticos está presente, ainda que em bem menor grau que São Paulo, muito provavelmente porque na capital inglesa permita-se de forma bastante restritiva a presença dos *homeless* que dormem nas ruas (*sleep-roughers*); moradias provisórias em uma mesma praça, por exemplo, pareceram-me impossíveis. O grau de vigilância dos patrimônios públicos urbanos é demasiadamente alto e a oferta de quartos e abrigos parece ser constante, embora haja, como no caso brasileiro, resistência a estes últimos. Em Roma, por onde passei em um momento da pesquisa, havia *homeless* nos parques, na maior parte imigrantes ilegais, dormindo sobre colchões ou papelões, mas pouquíssimas tendas montadas. No centro da cidade italiana, mendigos idosos dormindo nas portas das igrejas, sobre um papelão. Nas capitais européias que visitei, observei que muitos *homeless* possuíam mantas e acolchoados, mas raramente construía habitações.

meio a esta diversidade de usos e re-significações, os materiais ganham significados indefinidos. As estratégias de sobrevivência pedem o imprevisto:

*“[estes materiais] reaparecem de maneiras inesperadas por uma anônima arquitetura do desespero. (...) Mesmo se os objetos estão mortos para consumo, os homeless iniciam uma nova trajetória sobre os objetos e os materiais”.*³⁹

As habitações dos moradores de rua são feitas basicamente desses materiais, somados aos inúmeros objetos que acham nos lixos, como móveis e eletrodomésticos velhos, ou objetos de decoração, utilizados para dar toques pessoais em meio ao universo da escassez⁴⁰. As habitações informais, como foram denominadas por Loschiavo, são efêmeras e transitórias, dotadas de uma diversidade estonteante de elementos que podem ser deslocados, desapropriados e dissolvidos a qualquer momento. As composições físicas dessas habitações, cuja arquitetura varia bastante nas ruas, compreendem uma conjunção entre a habilidade e criatividade, criando um “outro espaço”, que emerge exatamente a partir do desnivelamento entre a cultura material da sociedade de consumo e a dos moradores de rua.

Do ponto de vista da paisagem urbana, as habitações informais configuram uma desarrumação física, “*desarranjando a funcionalidade asséptica de vidro, aço e concreto desenhada pelos arquitetos modernos e pós-modernos*”.⁴¹ Criam um *anti-design*⁴², assim como um novo sentido de espaço. Ainda que os materiais recicláveis façam parte atualmente de uma cultura do design espalhada em revistas de decoração de casas⁴³, no contexto da rua, eles ganham outra dimensão, pois são utilizados no estado precário, somado à inventividade. Ao mesmo tempo em que portam a exposição pública da pobreza – e, conseqüentemente uma das formas de visibilidade do morador de rua –, tornam viáveis possibilidades de permanência e abrigo.

³⁹ M. C. L. Santos, 1999, *op.cit.*, p. 261.

⁴⁰ Loschiavo cita em sua pesquisa a presença de elementos “clássicos do design” do início do século XX, assim como os marcos da modernidade da casa brasileira dispersos pela rua. Tais objetos foram dessacralizados de sua condição de objetos de classe e passam a ter outro sentido quando compoem as habitações de moradores de rua (*Idem*, 1994, *op. cit.*).

⁴¹ *Idem*, p. 147.

⁴² *Idem*.

⁴³ Em uma iniciativa interessante, a Organização do Auxílio Fraternal passou a oferecer aos moradores de rua oficinas de reciclagem e restauração de móveis encontrados na rua, seguindo um padrão de design da Casa Cor bastante utilizado pelas lojas de decoração. Os móveis são vendidos para essas lojas.

As estruturas das habitações são frágeis, porém, possuem uma organização interna, com divisões funcionais demarcadas com maior ou menor intensidade. A visibilidade desta organização é, muitas vezes, nublada em função da confusão entre roupas e garrafas, entre o que é aparentemente lixo e que é utilizado, entre papelões e sacolas de plástico criando uma codificação indistinta, à primeira vista, da habitação. Embora o levantamento destas instalações seja similar, há diversidade considerável de tamanho, organização e arrumação. Na Praça do Metrô Brás, algumas habitações revelavam algumas dessas singularidades que, em realidade, aparecem também espalhadas pelas ruas da área central da cidade.

As casas de Lourdes, de Carmem e de Seu Joaquim se assemelhavam aos barracos construídos nas favelas da cidade. Tais configurações parecem representar uma continuidade de experiências prévias de vulnerabilidade habitacional vividas pela maior parte dos moradores de rua⁴⁴. Lourdes montou uma habitação extensa junto à parede da Estação Brás, de frente para a Praça. As paredes eram feitas de compensado e papelão e encaixadas de forma retangular, assim como a habitação de Márcia, sua vizinha. Por cima dessas e pelo lado de fora, estavam penduradas muitas coisas, entre lonas de plásticos, panos e panelas. Em frente à porta, ainda na calçada, uma mesa pequena e um caixote. Ao lado, uma espécie de recipiente grande onde colocava alguns utensílios de cozinha e baldes com água. Na rua, à frente disso, um carrinho para coletar plásticos. Um fio atado a dois postes de luz na mesma calçada servia de varal de roupas.

Olhando de relance para o interior da habitação, constatei que havia uma organização mínima. À frente da porta, uma velha penteadeira, com objetos e santos em cima. À direita da mesma, a cama de Lourdes, encostada ao muro da estação. Ainda deste lado da habitação, outra cama servia para o seu filho. Ao fundo, uma montanha de roupas e panos amassados estava no chão. Ao lado esquerdo da penteadeira, um colchão no chão onde dormia a filha. Passado o colchão, havia uma cômoda, conjugada com um armário de cozinha velho e um fogão. Ali, ficava a “cozinha”, embora o colchão da filha praticamente invadissem esse espaço. Vi muitos objetos e utensílios dispostos sobre os móveis e pedaços de cobertor e panos por todos os lados.

As habitações de Carmem e Seu Joaquim eram mais modestas, ainda que as paredes fossem confeccionadas do mesmo material. O barraco de Carmem possuía cerca de dois metros

⁴⁴ Escorel, *op.cit.* p. 123.

sem divisória alguma, encostado a um pilar de concreto⁴⁵. Era feito basicamente de caixotes de madeira e compensados. O “teto” era coberto por uma lona de plástico e outra lona por cima da primeira, para evitar a chuva. Dentro havia um estrado sobre o qual ficam os colchões. O espaço servia apenas para dormir e guardar objetos pessoais e comida. À frente de sua porta estava a casinha de Neguinha, a cadela, também feita de caixote de madeira e coberta com lona. Por cima do barraco e da casinha do cachorro, encontravam-se tênis, sacolas, pedaços de pano, latas e recipientes. Ao lado esquerdo da habitação, uma cadeira, a estrutura de uma pequena mesa quadrada de ferro, sobre a qual ela depositava um recipiente de plástico que continha água. Galões de plástico se encontravam ao lado da mesa, assim como caixotes de madeira que ora ela montava para compor mais algum pedaço do barraco, ora vendia para obter dinheiro.

O barraco de Seu Joaquim ficava bem ao lado do de Carmem, com a porta de frente para outro lado da praça. Não pude entrar, mas fotos de seu “canto” foram tiradas pelos fotógrafos da Rede Rua no dia em que entrevistaram Carmem para uma matéria no jornal *O Trecheiro*⁴⁶. Dentro do barraco, algumas caixas de feira foram ordenadas em prateleiras, e Seu Joaquim colocava nelas utensílios e ingredientes de cozinha. O espaço era ainda menor que o de Carmem, mas a disposição da lona, a presença das sacolas, caixas de madeira, papelão eram consideravelmente as mesmas. Nas duas habitações existia um pequeno carrinho para levar pequenas quantidades de papelão.

Já as outras habitações da praça tinham configuração diversa: as paredes eram bem menos sólidas e as formações do espaço eram variadas. É necessário destacar duas formações arquitetônicas neste contexto. A cinquenta metros do barraco de Carmem ficava o espaço de Osório e Regina. Ele formava uma espécie de retângulo, em que um dos lados era, como no caso de Carmem e Seu Joaquim, uma das vigas de sustentação do metrô. Os outros lados eram feitos de caixotes de madeira, amarrados por uma corda que envolvia toda a habitação. Não havia teto. Um colchão de casal afundava no meio do espaço e sacolas de plásticos se espalhavam e se misturavam com painéis, papelões, pedaços de madeira e outros objetos achados no lixo.

⁴⁵ Em uma entrevista concedida à Rede Rua, Carmem denominou sua habitação de barraco, e assim o fez para mim em nossas conversas. No caso da entrevista, o objetivo de Carmem era mostrar a condição da família desalojada. Neste sentido, ela reforçou muito a idéia de que a existência do barraco era sinal de ausência de uma casa.

⁴⁶ Caderno de campo, 23/04/03.

Dona Lina merece destaque no que concerne aos *designs* habitacionais na Praça do metrô: sua moradia expressa de forma significativa, essa profusão indefinida de materiais que organiza um espaço de morar. A sua moradia se situava abaixo da estação do metrô, próximo ao palco, também encostada em um pilar. Sua casa não possui uma conformação muito definida, tampouco permanente⁴⁷. Mas, de certa forma, era um espaço que se fechava com sacolas e caixas de papelão montadas e preenchidas com mais sacolas, e dois colchões, como vértices de um triângulo. Durante as manhãs, Dona Lina deslocava os colchões para os retângulos de cimento de forma a tomarem sol. No meio do espaço havia um papelão estendido. Dona Lina não dormia nos colchões. Ela os deixava para seus cachorros. Ela dizia que havia se acostumado com cama dura “na época da roça” e preferia os papelões⁴⁸. Havia também um balde para lavar roupas e uma cadeira de plástico. De resto, um número infinito de sacolas, contendo inúmeros elementos, entre garrafas de plásticos, poucas peças de roupa, objetos encontrados no lixo, restos de comida guardados para os cachorros. Todas as sacolas e caixas misturadas espalhadas pela habitação, de modo que a um transeunte soava como a preparação constante de uma mudança. No acompanhamento cotidiano na praça, notei que o acréscimo ou a retirada de elementos de sua casa era contínuo.

O carregamento e a disposição espacial de sacolas de plástico nas ruas são elementos marcantes entre os moradores de rua. Mas chamam a atenção, em particular, os das moradoras de rua. D. Lina e outras senhoras que conheci em conversas nas ruas portavam várias sacolas plásticas e as carregavam para todos os lugares. Conversando com um funcionário do refeitório, fui informada de que elas eram extremamente resistentes a largar as sacolas. Infelizmente, não tive a oportunidade de investigar o conteúdo de forma mais minuciosa. Notei, no entanto, que se tratava de garrafas e pequenos utensílios achados no lixo ou roupas e objetos pessoais. O que saltava aos olhos era não tanto o conteúdo, mas o fato não se desfazerem das sacolas.

⁴⁷ Essas habitações informais, por serem construídas com elementos de pouca durabilidade e precários para a construção de uma habitação, estão sujeitas a constantes modificações. No tempo da pesquisa de campo, isso ocorreu em todas as habitações. Lourdes, que acompanhei nos anos da pesquisa, aumentou aos poucos os pedaços de sua habitação; e, no último ano de campo, a casa de Márcia foi construída contígua à dela. Carmem, em um mês, “desapareceu” com uma pilha de caixas que ela havia amontado para fazer um cômodo atrás de sua casa.

⁴⁸ Como, aliás, o disseram José Américo e outros moradores de rua com quem conversei nas visitas de prevenção de HIV/DST.

Reduzindo a escala dessas habitações informais, os demais moradores ou aqueles que pernoitam na Praça do Metrô não utilizam caixas, sacolas ou erguem paredes e tetos. Dormem em colchões, ou em um sofá velho, ou em camas improvisadas, com os objetos pessoais à mão. É o caso de Seu Rubens, que dormia próximo a D. Lina, e de seus vizinhos. A rotatividade deles em espaços diferentes naquela área da praça era bem grande, à exceção dos dois moradores citados acima. As demais pessoas que ali dormiam ficavam uma semana, às vezes um dia; não havia estada certa. De manhã, Seu Rubens e seus vizinhos, após se levantarem, enrolavam os colchões e colchonetes juntamente com suas mantas e os deixavam encostados a um pilar. Essa maneira de estar no espaço urbano pressupõe o carregamento e a manutenção de menos pertences e incita a maior circularidade, ou é provocado por esta.

Para além das habitações informais, os materiais achados na rua também são utilizados na prática de fazer fogueiras, indispensáveis no ambiente da rua: o fogo feito ao ar livre é fundamental para os habitantes que se encontram nas ruas para, entre outras funções, cozinhar, esquentar água para o banho e, fundamentalmente, aquecer do frio que assola os que vivem nessas condições. Vários materiais são utilizados na fogueira: madeira, plástico, borracha, papel, resultando em uma fumaça cinza e sufocante. Carmem acendia um pequeno fogo por volta das quatro e meia da tarde. Ela queria aquecer água para fazer as crianças tomarem banho. Depois fazia um café. Procurava então manter a fogueira acesa. Ela ia lançando no fogo o que lhe vinha à mão: tampa de pote de margarina, pedaços de caixas de madeira, panos velhos, provocando uma fumaça insuportável e que, no entanto, não parecia incomodá-la.

Por fim, há um terceiro tipo de propriedade na cultura material dos moradores de rua, o que é particularmente relevante para a análise. A associação entre o corpo do habitante de rua e os materiais recicláveis desdobra-se em uma relação material e simbólica de continuidade. Nessa relação, são mais visíveis ou preponderantes o papelão, as lonas plásticas e os jornais, até por constituírem a possibilidade de servir como proteção pessoal, sinônimo de conforto mínimo contra o chão de concreto. Neste cotidiano, os materiais recicláveis se moldam como extensões do corpo do morador de rua. A relação de continuidade criou uma espécie de indistinção corporal entre o corpo e essas substâncias.

Essa continuidade está ilustrada nas habitações informais, uma vez que nelas somente existem tais materiais e os seus habitantes⁴⁹. Porém, está de maneira ainda mais evidente junto às pessoas que dormem em ruas e calçadas ou praças, não carregando pertences e cuja permanência no mesmo ponto é bastante curta. O papelão e os jornais isolam-nos um pouco do frio e do chão duro e, muitas vezes, são sua única proteção. Usados como coberturas provisórias, eles garantem alguma privacidade. Os plásticos os protegem da chuva e servem ocasionalmente como casacos. Independentemente da área espacial – mais reduzida ou mais alargada – em que *estão*, a conexão com os materiais recicláveis é estreita, contribuindo para a elaboração de uma “cultura alternativa da embalagem” [materiais de embalagem]:

“Mais do que uma questão de embalar produtos, [a cultura alternativa da embalagem] é igualmente uma ‘cultura embrulhada’, providenciando alguma proteção aos corpos e almas frágeis; em uma palavra, protegendo a vida. (...) A embalagem assume a forma de seus [homeless] corpos, criando assim volumes urbanos que nos dão a oportunidade de repensar a multiplicidade de significados para os materiais recicláveis nas sociedades contemporâneas: eles estão promovendo vida, ou como Jeudy colocou: ‘é a metamorfose do nada em sobrevivência eterna’”⁵⁰.

Esta relação de continuidade com o corpo traz, no contexto urbano pesquisado – e creio que se estende para outras grandes cidades –, conseqüências ambíguas e contraditórias. De um lado, a proximidade de papelões, sacos e lonas de plástico e jornais com o corpo do morador de rua gera um efeito mimético, com a cor, a profusão de embrulhos e materiais misturados desses materiais no espaço urbano. Muitas vezes, o corpo desaparece, torna-se indistinto. Regina e Osório passam boa parte do dia em seu canto, deitados ou sentados em seu colchão. Localizá-los na habitação a uma pequena distância – como da casa de Carmem – não é uma tarefa fácil. Embora eu nunca tenha presenciado D. Lina dormindo, sua cama de papelão some em meio a caixas e a seus cachorros, embaixo do plástico que cobre seu espaço.

⁴⁹ Analisando uma matéria do Telejornal Bandeirantes sobre a população de rua, a indistinção entre o material coletado para revenda, as paredes das habitações que ficavam debaixo de viadutos e os sacos de lixo cotidianos da família era notável. Cenas como essa se repetem em vários cantos da cidade. (Matéria sobre o Povo da Rua – Jornal Bandeirantes, 01/04/92).

⁵⁰ M. C. L. Santos, 1999, *op. cit.*, p. 496. (Tradução minha).

Caminhando pelas ruas à noite ao fazer a prevenção de HIV/DST, essa paisagem se repetia continuamente. Caixas e tampas de papelão ao lado de caçambas de lixo, ocultando a presença das pessoas que ali dormiam, sacolas plásticas nas quais habitantes de rua se enrolavam, lembrando volumes de lixo, armações de compensado amontoadas, formando uma montanha de restos de reformas e construções que serviam de instalações provisórias. Os educadores sociais se confundiam constantemente e ato contínuo hesitavam na abordagem e ignoravam algumas daquelas formas indefinidas⁵¹.

Nesse sentido, os materiais com que se cobrem os moradores de rua acabam por mimetizá-los aos outros restos urbanos, criando uma invisibilidade, que, por sua vez, provoca situações contraditórias. A invisibilidade pode auxiliar na defesa de seus corpos, tornando-os temporariamente fora do alcance da visão das pessoas, particularmente à noite, quando os perigos de ataque aumentam. A indefinição também cria nos observadores um certo temor do desconhecido e marca uma fronteira espacial que resguarda o habitante de rua, momentaneamente, de sua alta vulnerabilidade.

Paradoxalmente, essa invisibilidade pode torná-los ainda mais vulneráveis, na medida em que os materiais com os quais se relacionam são objeto de contínuo deslocamento no espaço urbano. O caso de Ricardo Soares da Silva, um menino de rua, ilustra bastante este risco. No Largo do Arouche, em 1994, ele dormia enrolado em papelão e jornal na calçada; foi confundido com lixo urbano e teve seu corpo esmagado por um caminhão que recolhia lixo⁵².

Mas outro lado, como uma segunda e oposta consequência, a mesma proximidade entre o morador de rua e os materiais recicláveis pode garantir uma visibilidade expressiva e política do morador de rua, expressa através das manipulações variadas dessa nova materialidade que criam. No que diz respeito à expressividade, podemos pensar nos “loucos de rua”, que costumam ser os portadores de uma criatividade e expressividade lúdica, artística, nas ruas da cidade. Sem obviamente ser uma característica que se estenda a toda a categoria, é possível encontrar nos espaços urbanos moradores de rua em cujo corpo os materiais recicláveis são

⁵¹ Em uma viagem a Ouro Preto, já cursando o doutorado, deparei-me com uma mulher de rua, sentada com as pernas esticadas em um banco no ponto de um ônibus. No banco ao lado, três amontoados cobertos de preto, com uma manta cinza por cima. Achei que eram mais pessoas. Fui até ela perguntar sobre as pessoas e ela me disse: “*Tem gente aí, não. Isso é minhas coisas pra eu colocar quando tiver casa*”. (Ouro Preto, julho de 2001).

⁵² *Folha de S. Paulo*. Caminhão mata menino. São Paulo, 12 de set, 1994.

utilizados como fantasias, apetrechos de vestuário ou que utilizam o papelão e jornal para escrever livros e poesias, enfim, elementos empregados de uma maneira representativa de um universo lúdico não compartilhado pelos demais.

No que concerne à visibilidade política, há uma afirmação dos sem-teto – em geral dos que freqüentam oficinas de trabalho, entidades assistenciais – no que diz respeito ao seu meio de sustento. A procissão da Sexta Feira Santa é um ritual anual que expressa em termos políticos e sociais a forte conexão entre os materiais recicláveis e os moradores de rua. Na procissão, Jesus está vestido com uma túnica branca, feita de saco de estopa. Carrega uma cruz feita de papelão. Nela estão escritos nomes de vários moradores de rua. Os soldados romanos, que vêm logo atrás de Jesus e seus açoitadores, vestem armaduras feitas do fundo de garrafas *pet*; suas cabeças estão circundadas por capacetes de plástico.

Os escudos são recipientes de alumínio. As lanças também são feitas do mesmo material. Atrás deles, os fiéis que acompanham o calvário de Jesus estão igualmente vestidos com túnicas brancas feitas de saco de estopa. E por cima delas vestem outra manta cinza. Ao fundo da cena da procissão, pessoas carregam cartazes, com dizeres tais como: “Confinamento/moradia”, “desemprego/trabalho”, “Profissão catadora”, “catador de papelão, luta pelo pão”. Vestir-se com aquilo que coletam marca, pois, a identificação intensa que os moradores de rua têm com os materiais recicláveis, alternativa mais viável de subsistência e de proteção corporal, ainda que efêmera e precária.

MARCAS E CHEIROS CORPORAIS: PRODUÇÃO E MANIPULAÇÃO DA ABJEÇÃO

As marcas olfativas, higiênicas e estéticas no corpo dos moradores de rua atualizam, fundamentalmente, a dinâmica criada a partir do confinamento espacial e da subtração material a que estão sujeitos, e configuram os atributos básicos através dos quais esse segmento é identificado e estigmatizado na cidade. A sujeira e a aparência abjeta e envelhecida – decorrentes da falta de lugar, do contato constante com o asfalto sujo, da ausência de estrutura que permita práticas de higiene regulares, da depressão – emergem em primeiro plano na corporalidade dos habitantes de rua na metrópole, tanto nas interações sociais internas a esse universo considerado, quanto na relação com os demais segmentos sociais. A fronteira entre sujeira e limpeza, os sinais

do envelhecimento precoce e a aparência resultante do ambiente de escassez constituem os traços distintivos dessa identidade estigmatizada⁵³.

Os moradores de rua proporcionam uma paisagem deslocada nas configurações urbanas contemporâneas, historicamente constituídas a partir da modernidade e marcadas por discursos e práticas urbanísticas que fragmentam e hierarquizam espaços urbanos, por meio da ampliação dos espaços abertos de circulação (justamente os que sobram para as temporárias estadas dos habitantes de rua); da higienização e assepsia do espaço público; e, sobretudo, da política contínua de intervenção urbana de banimento e separação do lixo, dos restos, do fedor sobre as ruas e lugares públicos⁵⁴: “*Com o lixo e os mortos, banidos são também, de certo modo, os pobres, os desviantes, os doentes*”.⁵⁵

No cotidiano dos habitantes de rua, dentro das possibilidades de permanência no espaço urbano que lhes são apresentadas, o amontoamento e mistura entre seus corpos e os materiais recicláveis, o contato corporal com os cachorros e gatos de rua, com os ratos que invadem suas habitações provisórias, com o lixo que circunda os lugares nos quais especializam fazem irromper cenas que sugerem um circuito de ambigüidades e fusões de inspiração medieval⁵⁶ e ferem a legibilidade totalizante e hegemônica que pretende o olhar urbanístico⁵⁷.

Os mecanismos de isolamento e higienização corporal dos contextos urbanísticos reforçam os mecanismos de redução corporal, de estigmatização e de produção dessa abjeção entre os moradores de rua. Os atributos que definem a marca da abjeção, ao trazer essa imagem em primeiro plano para a dinâmica urbana, dissimulam os traços de trajetórias e identificações anteriores à chegada na rua, constituindo fundamentalmente o estigma que fica à parte das

⁵³ O estigma traduzido como uma evidência de sinais corporais que marcam o *status* negativo de um indivíduo é, de acordo com Goffman, a definição primeira (grega) do termo; com o tempo, a noção passou a incluir outros atributos que não os físicos, como culpas de caráter individual ou estigmas tribais de raça, nação e religião. (Goffman, 1978). Creio que, no caso do universo da rua, o termo estigma pode ser pensado de forma adequada em sua acepção original, uma vez que são os atributos enfatizados acima que marcam as imagens do morador de rua, definem práticas e relações, e acabam por gerar conseqüências drásticas a esse segmento. No entanto, no caso empírico em questão, características como desonestidade, fracasso individual e má vontade passaram a se somar ao perfil desse estigma, ampliando identificações negativas a respeito do habitante de rua.

⁵⁴ Sennett, *op.cit.*, e Rodrigues, *op.cit.*

⁵⁵ Rodrigues, *op.cit.*, p. 116.

⁵⁶ *Idem, ibidem.*

⁵⁷ Os mecanismos de controle e de defesa revelam uma faceta da Cidade. A Cidade, como um nome próprio, possui um discurso urbanístico utópico: visa a produção de um espaço próprio, cuja organização racional exclui o que compromete, nivela dados em uma projeção plana, evitando assim resistências criadas pelas tradições e por novos lapsos de visibilidade (De Certeau, *op.cit.*).

projeções urbanas hegemônicas. Nesse sentido, a condição de falta de lugar está marcada no corpo⁵⁸. Se a não-propriedade e o deslocamento contínuo que caracterizam essas vivências soam como uma ameaça aos controles e definições do ‘público’ normatizados no espaço urbano, o corpo abjeto, como coloca Kawash, materializa e expõe essa ameaça:

*“O corpo do homeless emerge como um modo particular de corporalidade, em circunstâncias contingentes, e em relação ao qual [o corpo do homeless] o ‘público’ batalha para definir-se e assegurar-se como distinto e totalizante. O que estou chamando de homeless body é menos um atributo dos homeless e mais um evento que marca a exclusão dos homeless do público”*⁵⁹.

Por outro lado, esse corpo se reconfigura a partir da produção dessa geografia excludente⁶⁰, marcando a interferência mútua entre corpo e espaço. As formas de abjeção que se impõem sobre a condição dos moradores de rua são vivenciadas de duas maneiras distintas: quando assumidas por este segmento como parte dos códigos de legitimação dominantes, elas são utilizadas pelos moradores como um meio de se distinguir socialmente dentre as categorias desse universo. Porém, ao mesmo tempo, a condição abjeta marcada pode proporcionar aos moradores de rua mecanismos de defesa, maneiras de negociação com outros sujeitos sociais. É na manipulação diária das fronteiras da abjeção que o morador de rua redimensiona sua dinâmica social e política no espaço urbano.

Marcas corporais

Para além do olfato, que aparece como primeiro codificador na construção da abjeção em relação aos moradores de rua, outras marcas relativas a questões de limpeza, estética e saúde vão sendo adicionadas. O aparecimento destas marcas obedece ao mesmo processo ambíguo descrito anteriormente: de um lado, imprimem-se marcas da sujeira, do envelhecimento, das doenças e dores, dentro do contexto de ausência de condições objetivas e estruturais para o asseio e o cuidado diário com o corpo, somado ao desgaste emocional provocado pela situação de sobrevivência na rua. De outro, da mesma forma que o cheiro, tais marcas podem ser atenuadas e transformadas, pelos moradores de rua, tanto para melhorar sua imagem, quanto para estabelecer

⁵⁸ Kawash, *op.cit.*

⁵⁹ *Idem*, pp. 322-324.

⁶⁰ *Idem*, *ibidem*.

certas táticas corporais que ajam a seu favor. Essa diversidade está relacionada à heterogeneidade das formas de estar na rua, das condições de operar com seus recursos e sinalizar marcações de um corpo que se coloca continuamente em uma posição de resistência à sua subtração total, material ou simbólica.

A marcas estão impressas no estado das roupas, na qualidade da tez, nos dentes, no cabelo, nas unhas, na limpeza de olhos e ouvidos, na situação dos pés. A composição desse quadro é afetada, em maior ou menor intensidade, conforme o grau de despojamento pessoal do morador na rua, do seu afastamento dos lugares propícios para cuidado, e conforme as condições ou equipamentos que permitam manejar a fronteira entre os espaços sujos e o limpo. Assim, no universo do habitante de rua, a aparência corporal pode variar entre ser completamente dissimulada na movimentação das ruas (como é o caso dos freqüentadores de albergue) ou exprimir a imagem expoente do desgaste corporal através do qual costumamos qualificar os mendigos e “loucos de rua”.

Os moradores e moradoras de rua que vivenciam esse cotidiano expõem a condição de vulnerabilidade e degradação que esse circuito pode proporcionar. As roupas estão sempre imundas, rasgadas, sobrepostas umas às outras. Raros são os que lavam roupas, vão deixando encardir e as abandonam, assim que recebem novas peças. Eles têm unhas dos pés e mãos bem compridas, manchas pretas se insinuando por detrás das mesmas. Os dentes são poucos, formando janelas na boca. O cabelo comprido, emaranhado e ensebado cai sobre as orelhas sem lavar. Os moradores de rua mais chegados ao álcool têm, além daquelas características, as pálpebras e a região em torno dos olhos inchados e cheios de secreção.

As doenças de pele são recorrentes e compõem as marcas da rua no corpo: muquiranas que grudam nos cobertores e roupas⁶¹, chato, piolho, sarna, micoses espalham-se entre cachorros e pessoas, criam manchas brancas, coçam terrivelmente, atingem braços, rosto, virilhas e pés. A tez também racha, resseca e amarela devido à constante exposição ao vento, à poluição, ao sol, à chuva e ao frio. Eles também estão constantemente marcados por sinais de pancadas, facadas, queimaduras, registros de conflitos cotidianos e explosivos. Muitos machucados, devido a falta

⁶¹ As muquiranas são um tipo de inseto ectoparasito do homem; possuem cerca de 2mm a 3mm e grudam mais nas roupas que no corpo. É freqüente nesse universo e razão de contínua reclamação dos habitantes de rua.

de cuidado e higiene, tornam-se chagas e inflamações. A pele é inegavelmente um instrumento relevante para decifrar a linguagem dos embates que cercam os moradores de rua.

A sujeira e o asfalto aderem à pele mais exposta, principalmente a do rosto e dos braços. Ela fica encardida e acaba por se confundir com os cobertores cinzas e com mau cheiro. Em alguns casos, o grau do encardimento propicia o mimetismo com as ruas, e gera um efeito ambíguo de repulsão e esquecimento. Na Avenida Paulista, ao entardecer, a caminhada lenta de um homem, envolvido em cobertor, sujo, chamou-me a atenção em meio à movimentada e colorida ida e vinda de pessoas bem vestidas nas calçadas. Ele aparecia como uma transversalidade da superfície desta paisagem de poder⁶².

O efeito contrário também ocorre. Miriam Chnaiderman, psicanalista que produziu um material audiovisual sobre os “loucos de rua”, contou um episódio interessante em uma entrevista:

*“Quando eu fui atrás da Toninha [uma das personagens do vídeo] todos os camelôs da [Av.] São João, lá do Minhocão, queriam muito que a gente achasse, queriam que a gente ajudasse a Toninha ... a Toninha, eu não conseguia achar a Toninha ... ela ficou da mesma cor que o Minhocão. Eu não conseguia achar, ela mimetiza ... ela fica no meio, no canteiro do meio, no meio do barulho (...)”.*⁶³

Notei essa *mimesis* em vários cantos da cidade, nas praças, nas esquinas dos viadutos, nas calçadas e canteiros de avenidas. A pele encardida é um dos resultados mais visíveis dessa adesão ao espaço da rua e se, por um lado, cria uma imagem difusa aos transeuntes como uma paisagem urbana a mais, por outro lado, a sujeira torna-se um atributo corporal mais destacável no universo dos moradores de rua que a própria cor da pele.

Como já dito, as marcas de abjeção podem ser atenuadas conforme os recursos e o momento das trajetórias de cada homem ou mulher nas ruas. Uma mesma pessoa pode se acomodar na rotina dos banhos diários dos albergues e, semanas depois, ser encontrada dormindo sujas nas ruas. No caso dos que vivem da mendicância, por exemplo, são impressionantes as transformações radicais e súbitas quando eles se sujeitam a ocasionais momentos de limpeza e arrumação.

⁶² N. Oliveira, 1998.

⁶³ Entrevista com Miriam Chnaiderman. São Paulo, 29/11/2003.

Essas mudanças podem acontecer de dois em dois meses ou de quatro em quatro meses, conforme queiram se ver livres da imagem costumeira. Quando tal transformação ocorre – não resultando necessariamente no abandono das ruas –, o contraste operado na relação entre sujeira e limpeza fica demasiadamente evidente. Como, em geral, freqüentam as mesmas praças e calçadas, a diferença é marcante para quem convive com eles, há uma espécie de rejuvenescimento⁶⁴.

Do lado oposto desta aparência radical de despojamento e desgaste corporal situam-se os freqüentadores mais assíduos de albergue, cuja freqüência diária, sinônimo de possibilidade de lavagem diária de roupas, alimentação regular e o resguardo da exposição ao relento, assegura uma aparência na qual os atributos que marcam o estigma do morador de rua perdem força. No Refeitório Penaforte, o contraste entre estas duas imagens – que vinham acompanhadas dos respectivos cheiros – era também um momento de afirmação das distinções entre estas formas de estar na rua, formuladas a partir de representações feitas pelos próprios usuários sobre a diferença entre “abandonar-se na rua” e “querer sair dela”.⁶⁵

Entre essas duas categorias, há os moradores de rua que operam de forma mais difusa e contingencial com os limites entre a sujeira e a limpeza, assim com a preservação corporal – que é o caso dos moradores da Praça do Brás. Para tanto, procuram equipamentos e meios possíveis para realizar a higiene e o asseio corporal: mantêm alguns objetos pessoais, tais quais tesourinha de unha, pente, escova de dentes, sabonetes, que muitas vezes compartilham. Outros materiais, como o papel higiênico, quando não podem ser comprados ou obtidos, são substituídos pelo que estiver à mão: jornal, papel de embrulhar pão, pedaços de tecido.

No caso das mulheres, a higiene íntima requer arranjos criativos. Pouco é dito pelas moradoras de rua sobre como fazem quando menstruam. Vi Fátima comentando com Carmem que comprara absorventes. No entanto, um dos coordenadores do refeitório me relatou que, como muitas vezes não há dinheiro algum, “elas se viram com o que tem na hora”. Segundo uma outra

⁶⁴ Uma ilustração sensível desta experiência de transformação está no filme *Amores Brutos*. El Chivo, ainda mendigo, decide, ao final do filme, mudar sua trajetória. Esta decisão não é comunicada verbalmente. Ele se posta frente ao espelho e começa a cortar os longos cabelos e a barba. Quando esta está bem menor, ele a finaliza com a navalha. Esse ato demorado em frente ao espelho é entrecortado por paradas do personagem ao contemplar-se, reconhecendo as faces, o olhar, e marca para o espectador a mudança no caminho de El Chivo. Para completar, ele coloca sapatos fechados e limpos, embora gastos, e um blazer. E se põe a mudar sua vida (*Amores Brutos, op. cit.*).

⁶⁵ Essa distinção era expressa verbalmente em comentários indiretos formulados para mim, observações veladas e conversas dos usuários com os funcionários do local.

funcionária de instituição, o incômodo com a menstruação move muitas mulheres a procurar os albergues durante o período da mesma. A higiene íntima feminina é necessária no caso das doenças venéreas adquiridas. Embora nem todas as infectadas estejam conscientes da importância do asseio diário para o tratamento, há uma recorrência a determinadas casas de abrigo para pedir auxílio.

A maior parte dos moradores de rua não possui muitos dentes. Em geral, caem os incisivos e alguns molares. Apesar disso, a escova de dentes faz parte de seus pertences pessoais. Na Praça do Metrô, Seu Joaquim me chamou a atenção pelos seus dentes: completos e brancos, reluziam em contraste com sua pele negra. Sara, uma mulher que conheci em uma ida noturna ao Pátio do Colégio, exibia o mesmo sorriso exuberante. Foi elogiada pelos educadores por isso. Em resposta ao elogio, disse sorrindo:

*“Ah, minha filha, tô na rua mas não me descuido não. Todo o dia depois que eu como vou ali, na fonte da Sé, pra escovar meus dentes. Pego minha escova que está escondida aqui, vou lá e lavo a boca, né? Ih ... meus amigos não fazem isso não. Aqui na rua as pessoa não fazem isso. Mas eu não, é por isso que eu tenho tudo eles aqui, o meus dentes, é por isso que eu posso sorrir pros meus amigos (...).”*⁶⁶

A possibilidade de tomar banho – ainda que de forma irregular – e lavar roupas, assim como a disposição de uma arrumação na aparência mínima imprimem diferenças visuais. Na Praça do Metrô Brás, Regina e Osório apresentavam as características do despojamento corporal; e de um cuidado que se limitava a momentos mínimos. O encardimento acinzentado encobrendo a pele mulata, os olhos sujos e nublados, os fios emaranhados do curto cabelo do casal grudados com comida, revelando o afastamento dos circuitos institucionais e das circulações extensas em torno de condições de higiene.

Essa situação era um claro contraste com a de Carmem e seus filhos, apesar das condições infra-estruturais serem similares. O que mudava era o tipo de dinâmica que Carmem mantinha na praça. Abster-se, responsável das duas crianças e a fim de garanti-las ao seu lado, assim como de manter os benefícios que recebia através dela, vinda há relativo pouco tempo dos barracos da cidade, ela ainda mantinha os padrões de limpeza associados ao mundo doméstico de sua trajetória e se esforçava para resguardar uma imagem que a beneficiasse como mãe de família.

⁶⁶ Caderno de campo, 23/04/2003.

No caso de D. Lina e Lourdes, há respectivamente seis e nove anos na rua, a preocupação com a assiduidade corporal e a imagem estava difusa na busca cotidiana de sobrevivência e permanência na praça. Sujeitavam-se, portanto, às oportunidades que lhes permitissem obter comida, tanto para elas como para os cães dos quais tomavam conta, ordenar seu espaço, lavar as roupas para fora, um mundo vivido dentro da praça.

Assim, D. Lina tomava banho semanalmente, mas de forma irregular, “quando dava”, e a sujeira era mais “aliviada”, embora as marcas marrons e acinzentadas do encardido em sua pele bem clara permanecessem particularmente ao redor das orelhas e no pescoço. Lourdes é uma mulher de traços castigados pela gordura e pelo relento. Mulata, os olhos castanhos levemente puxados e desconfiados, andava sempre com um lenço na cabeça, blusa e saia. Andava descalça ou de chinelo, os pés demasiadamente inchados.

No plano estético, as imagens estereotipadas ganham contornos criativos. Alguns cuidados revelam a preocupação em não ter uma aparência de descuido que os vincule às representações negativas sobre a rua. Notei também alguns mínimos padrões corporais diferenciados quanto ao gênero e a idade, ainda que tal demarcação não fosse ritualizada de forma sistemática, sendo difícil precisar claramente as idades dos homens e das mulheres que habitam as ruas. O que há são *flashes* de diversidade que brincam com os limites difusos das categorias classificatórias operadas na rua.

Assim, muitos homens, como é o caso de Seu Joaquim e Seu Rubens na Praça do Brás, ou Luís Mário, o freqüentador do refeitório e morador da Avenida Paulista, procuravam fazer a barba e manter as roupas em mínima ordem, ainda que amassadas e gastas⁶⁷. Interessava-lhes parecer em ordem: em geral, os homens usavam calças e camisas ou camisetas para dentro das mesmas; uma jaqueta ou casaco a tiracolo; sapato, quando podiam, e levavam suas sacolas. A maior preocupação dos homens do refeitório que se mantinham arrumados e dos dois informantes da praça era o cabelo e a barba em ordem, as unhas cortadas e as roupas sem cheiro e ordenadas. No caso dos moradores de rua que não possuem habitação específica e não dormem em

⁶⁷ Seu Joaquim, assim como Seu Rubens, mudava a aparência conforme o dia. No geral, eu o encontrava com a camisa para dentro da calça, relógio no pulso, sapato fechado, limpo, com cavanhaque e bigode. Em outros dias, surpreendia-me alcoolizado, com um ar “jogado”, de chinelos, camiseta suja. Era o momento em que, segundo ele, andava abatido ou gripado. Carmem possuía outra versão: Seu Joaquim ficava assim quando tomava “as pingas dele”. Essas variações compõem o mosaico dinâmico que representa as movimentações e o esforço em torno do afastamento da condição abjeta e seu esquecimento no cotidiano da rua.

albergues, as poucas roupas que vestem são colocadas umas por cima das outras, os casacos amarrados na cintura.

A sobreposição de roupas marca também o vestuário feminino, sobretudo o das mulheres mais velhas e que estão há muito tempo nas ruas: saias sobrepostas – calças vestidas sobre meias-calças; camisetas e casacos de malha amarrados na cintura ou colocados um sobre o outro formando uma espécie de amontoado. Essas mulheres traziam à cabeça chapéus, lenços, túnicas, enrolando os cabelos embaraçados. É bem provável que a sobreposição de roupas tenha uma razão útil, qual seja, de preservá-las junto ao corpo. E, limpas ou sujas, elas acabam por compor um universo estético peculiar, que se destaca ainda mais na dimensão lúdica de alguns “loucos de rua”, os quais usavam, por exemplo, turbantes, e casacos como mantos e chapéus de “realeza”.

Quanto às mulheres mais novas – dos 25 aos 40 anos, mais ou menos –, essa camada de roupas aparece pouco. A diversidade das especializações femininas no espaço urbano se evidencia relativamente nas aparências. Nas mulheres que emergiram no contexto empírico da Praça do Metrô Brás e no Refeitório Penaforte, era possível perceber, ao menos analiticamente, uma diferença na forma de vestir. Algumas traziam a sobriedade e a discrição para as roupas, normalmente compostas de calça ou saia comprida com camiseta de gola bem fechada, cabelos presos, rostos lavados, sem maquiagem. Em contraste, uma outra porção delas andava constantemente vestida com calças ou bermudas justas ao corpo, e camisetas ou miniblusas apertadas, em uma composição simples que mais revelava o corpo que o escondia, em oposição ao que acontecia com as demais.

Naturalmente, como ocorre com outros aspectos da construção corporal que se *situaciona* na rua⁶⁸, essa distinção não é definitiva ou marcada de forma sistemática. Depende inclusive das roupas disponíveis para as mulheres em seu cotidiano; e, efetivamente, não são sua preocupação maior. Mas a diferença aqui explicitada revela um modo possível de se negociar o espaço da feminilidade na rua. Estando em um contexto espacial onde as representações e a linguagem elaboradas são eminentemente masculinizadas⁶⁹, a corporalidade feminina se manifesta de duas maneiras: na ocultação de suas formas ou na exposição das mesmas⁷⁰.

⁶⁸ Butler, 1990

⁶⁹ Lecneiski, 1995.

⁷⁰ O número proporcionalmente pequeno das mulheres na rua é uma das grandes explicações para os olhares curiosos e sedentos. Para mim, era extremamente constrangedor entrar no refeitório quando a maior parte dos usuários já se

Em geral, as mulheres mais jovens, tal qual as adolescentes em situação de rua⁷¹, elaboram formas de atração através da feminilidade exposta, e negociam a partir dela sua sobrevivência e forma de estar nas ruas. No refeitório, aparecem sempre acompanhadas de outros parceiros de rua, são as que mais chamam a atenção. Quando estão sozinhas, são constantemente abordadas. Isso não significa que as mulheres mais velhas não sejam assediadas ou alvo de parceria sexual. A identificação do sexo é suficiente para o assédio, como veremos mais à frente. Mas a ocultação da aparência torna esse signo do apelo sensual mais oculto e auxilia na defesa nas ruas.

Já os homossexuais, apesar do pouco espaço que lhes é reservado nesse universo, apareciam nas ruas e no refeitório, com um certo destaque, porém de maneira discreta. Portavam brincos, os cabelos arrumados, alguns tratados com gel. Vestiam calças e camisetas justas, mas sem exagero. Eram pouco notados no conjunto e vistos com reserva pelos homens da rua, embora convivessem juntos. Os travestis, mais explícitos em suas vestimentas, costumavam se relacionar bem com os moradores nas ruas, mas sua permanência nos espaços de interação sociais com outros segmentos sociais fora das ruas incomodava os moradores de rua. Por essa razão, quando chegavam ao refeitório, acabavam por ficar em uma mesa à parte.

As práticas estéticas são difíceis e irregulares na rua, tanto pela falta dos utensílios e materiais para tal, quanto por um grau de desânimo geral que toma conta do cotidiano. No entanto, quando ocorrem, também como no caso dos adolescentes de rua, aparecem como signos rituais que simbolizam os padrões estéticos e de cuidado corporal elaborados no mundo da “casa”⁷². Em um dia de visita à Praça do Metrô Brás, Carmem e Fátima estavam conversando sobre cosméticos e a melhor forma de usá-los. Carmem era bastante vaidosa e, apesar da ausência dos dentes da frente e da aparência inchada (Carmem estava com um problema no útero), seu modo de se cuidar se destacava no Brás.

Fátima se ofereceu para cuidar dos cabelos de Carmem. Sentamo-nos então em um dos retângulos de concreto, próximo à habitação de Regina e Osório. Neste pedaço de concreto estava

encontrava sentada. Embora sem toque algum, sem nenhuma manifestação agressiva ou jocosa, os inúmeros olhares me intimidavam e expunham. Somente após bastante tempo de convivência acostumei-me, permanecendo ainda com um “escudo defensivo”.

⁷¹ Frangella, 2000, *op. cit.*

⁷² *Idem.*

o colchão de Fátima, que chegara há poucos dias ali na Praça. Fátima abriu um creme de massagem para cabelos e passou nos fios de Carmem. Fátima que, assim como Carmem, não sabia ler, pediu-me que visse as instruções e a validade. Pelas recomendações do produto, ela deveria colocá-lo com os cabelos recém-lavados e, após um tempo, enxaguá-los de novo. Bem, os cabelos dela não estavam lavados e não havia tanta água para os dois. “*Não faz mal, põe aí que depois eu tiro com o pente e aquela água ali*”⁷³.

Carmem tratou dos cabelos e passou a fazer, nos dias subseqüentes às minhas visitas, várias trancinhas no cabelo. No momento em que eu trouxe a máquina fotográfica para registrar fotos dela, fez questão de posar: determinou o dia, revezou-se entre as tranças e a touca, mostrou as tatuagens na perna, completamente asseada. Essa estilização feita em espaço aberto, com recursos escassos, mas com efeitos interessantes sobre a aparência, está diluída no ciclo efêmero de suas atividades diárias. Ela constitui uma vaidade momentânea, uma espécie de hiato nas pressões e discursos diários sobre os perigos, as mazelas e as imagens negativas elaboradas por e para os moradores da praça.

Há uma similaridade com os aspectos da ritualização estética das crianças e adolescentes “de rua”. Com a diferença que, em função de meninos e meninas vivenciarem uma circulação mais intensa da rua para fora dela, e, conseqüentemente, poderem brincar ou manipular de forma mais variada com a possibilidade de “mudarem a cara”. Assim, é possível afirmar que as manipulações estéticas transportam-nos temporariamente para uma outra ordem de representação que não é a que lhes é atribuída, ao estar nas ruas⁷⁴.

De uma forma geral, o limiar entre o sujo e o limpo, entre o abjeto e o “decente”, é manejado pelos habitantes de rua de forma ambígua. Como um primeiro processo, a construção de uma corporalidade abjeta ocorre gradualmente, por meio da perda de vínculos com as instâncias sociais que proporcionam as condições de limpeza e asseio e saúde, da conseqüente exposição às intempéries do clima, à aspereza da rua, aos conflitos corporais, ao uso crescente do álcool e, por fim, à adesão completa à movimentação e dinâmica das ruas. Como efeito dessas condições define-se a imagem degradada, repulsiva e amedrontadora associada aos moradores de rua.

⁷³ Caderno de campo, 13/05/2003.

⁷⁴ Frangella, 2000, *op. cit.*, p. 214.

Em função dessa imagem, moradores e moradoras de rua se esforçam cotidianamente por projetar a prática da limpeza e da boa aparência, evitando a associação de sua imagem aos atributos estigmatizantes que pesam simbólica e materialmente sobre esse segmento. O padrão de vergonha e desagrado historicamente introjetado no indivíduo em torno das questões dos costumes e hábitos higiênicos⁷⁵ é evocado pelo morador de rua, na maioria das vezes, sem sequer uma observação contrária do interlocutor.

É, em realidade, a primeira forma encontrada por essas pessoas para afirmar alguma condição de “humanidade” perdida nas representações sobre os mesmos. E, ao fazê-lo, afirmam distintivamente sua condição em relação a seus companheiros de rua, “mendigos”, “loucos” e “vagabundos”, cuja *história adaptativa* se faz à distância de qualquer vínculo. A afirmação desta distinção não tem apenas um efeito simbólico. A busca pela imagem do corpo limpo ou pelo abrandamento da condição abjeta atenua as agressividades físicas e verbais nas calçadas, auxilia na busca de serviços e facilita interações sociais.

Além disso, as práticas de ordenação e limpeza de suas habitações são experiências da ordem doméstica, trazidas para o espaço da rua. Assim ocorre com a busca pelo banho, pela arrumação das roupas, pela água para o asseio corporal. A preocupação com essas práticas carrega consigo uma experiência histórica dos costumes do “processo civilizador”, o qual elevou em primeiro plano a condição asséptica dos espaços urbanos e determinou como situação de incivilidade a entremeação das fronteiras entre corpos humanos, objetos, animais, restos, muito característica da Idade Média⁷⁶. Na experiência urbana contemporânea, de forma paradoxal, os moradores de rua, vivendo semelhantes condições urbanas daquele período, esforçam-se incansavelmente para manifestar os padrões de civilidade comuns ao imaginário urbano atual.

Porém, na manipulação cotidiana da fronteira entre a sujeira e a limpeza, há representações e práticas contraditórias nesse universo. É certo que a sujeira e a abjeção associadas à rua diagnosticam a desordem tanto para os moradores de rua quanto para os que vivem à parte desse universo. Neste sentido, o controle sobre a deterioração corporal é fruto das

⁷⁵ Elias, 1990, *op. cit.*

⁷⁶ *Idem, ibidem* e Rodrigues, *op. cit.*

restrições que o corpo social impõe sobre o corpo físico, como coloca Mary Douglas em uma medição de distâncias sociais entre “sujeitos poluentes” e “sujeitos puros”.⁷⁷

Mas a própria diversidade de circuitos no espaço urbano e o corpo ativo e resistente dos moradores de rua torna o limiar que codifica socialmente esses corpos mais flexíveis e desafia constantemente a dualidade classificatória que estabelece categorias de oposição integradas, como sugere Douglas quando se refere à dualidade entre o sagrado e o profano. Há uma fragmentação dos códigos distintivos nas práticas itinerantes que cria uma posição ambígua frente a essa classificação.

Em uma das visitas noturnas ao centro de São Paulo, houve uma cena bastante ilustrativa dessa diversidade. Na Rua Barão de Duprat, próximo ao Largo São Bento, a noite cria uma paisagem inusitada: ao longo de três quarteirões, centenas de moradores de rua se enfileiram nas portas fechadas de estabelecimentos comerciais, estendem seus papelões, esperam as sopas e então dormem. Nesta visita de prevenção de HIV/DST, conhecemos uma diversidade impressionante de habitantes das ruas. Dentre estes, vários afirmaram suas recusas aos albergues, oferecendo justificativas heterogêneas, mas recorrentes nas opiniões desse segmento.

Um casal que estava ali, disse-me: *“Ih, não dona, não é legal ficar nos albergues, não. Os drogados ficam lá; e os cobertores têm tudo muquirana”*⁷⁸. Nesta afirmação, houve um cruzamento de representações. Para o casal em questão, a muquirana, o sujo, o poluído estavam associados ao albergue, mesmo sendo evidente que tal animal se impregnava em qualquer cobertor da rua. Como outros argumentos acusatórios que revelam a resistência aos abrigos fechados, o deslocamento espacial da sujeira proporciona uma desassociação necessária do sujo com a rua.

Quase no mesmo momento, encontramos Antonio, moço negro, de cerca de 35 anos, vindo de Pernambuco. Estava limpo, vestido com uma camisa branca impecável e uma bermuda jeans. Ele calçava sandálias. Durante a conversa, ele nos contou que fazia um serviço que lhe rendia o sustento diário. Com este, comia no restaurante popular, tomava banho todos os dias – pagava o banho em pensões, ou ia às casas de convivência –, mandava a roupa para lavar e passar. E dormia sobre um papelão na porta de uma loja. Não gostava de albergue. Perguntamos

⁷⁷ M. Douglas, 1978.

⁷⁸ Caderno de campo, 16/04/2003.

por que não alugava um quartinho. *“Para quê? Aqui eu guardo dinheiro para voltar pra minha terra (...)”*.

Antonio se encontrava em uma posição peculiar, por tornar possível nas ruas a produção de uma corporalidade contrária à abjeta, e, assim, procurando descolar a rigidez da oposição entre o poluído, o interdito, associado ao universo da rua, e o limpo, “sagrado”, para permitir a fluidez dos trânsitos de corpos, representações e práticas nesta dimensão do espaço urbano. Ainda que a flexibilização entre essas fronteiras seja continuamente sobreposta pelo peso do estigma corporal desenhado nesse universo, ela permite um remanejamento e atenuação dos atributos que compõem esse estigma, desafiados nos constantes embates no espaço urbano.

Cheiros

Andando na praça, o olfato registra uma mistura de odores peculiar aos lugares de concentração da população de rua. O cheiro do esgoto que se insinua através dos bueiros confunde-se com o dos restos da comida que, por vezes, se espalham no asfalto, com o cheiro de urina nas calçadas e pilares, algumas vezes acrescido com o de fezes e o da fumaça intoxicante das fogueiras. Alguns odores que compõem essa mistura são comuns nas ruas da cidade e associados ao lixo jogado no subsolo que ultrapassa as fronteiras do concreto e a materiais orgânicos descuidados no meio fio.

Há uma fusão dos cheiros humanos com o dos materiais que denunciam os acampamentos em questão. Concentrada em maior ou menor proporção em outros pontos do centro de São Paulo, é essa mistura que marca as habitações provisórias e esses corpos na rua. De certo modo, esse cheiro se explica pelo quase inexistente isolamento dos corpos com o asfalto, o que faz com que as sujeiras que aderem a ele se transfiram para os papelões e para a pele. Ele também resulta da ausência de banheiros públicos que ajudem a manter no âmbito privado as necessidades fisiológicas, bem como da existência de pouca água, o que não contribui para o banho diário, tampouco para “lavar a casa”.

A Praça Metrô Brás é lavada várias vezes por semana, principalmente a área próxima aos pontos de ônibus e embaixo da plataforma, onde ficam D. Lina, Seu Rubens e os que pernoitam

intermitentemente no lugar⁷⁹. A responsabilidade por essa limpeza semanal é do Serviço de Manutenção da Companhia do Metropolitano de São Paulo. Os funcionários lavam o palco que se situa embaixo da plataforma e o calçadão da área descrita. Mas evitam atingir na lavagem os colchões, caixas e outros pertences dos moradores do lugar. A limpeza pública alivia o cheiro intenso, mas não dá conta de eliminá-lo.

Naturalmente, não se pode atribuir aos moradores de rua a exclusividade na difusão do cheiro de urina em público, uma vez que esse é um ato de “transgressão” higiênica bastante generalizado no cotidiano das grandes cidades. Tampouco, são eles responsáveis por produzir os odores de esgoto e o mau-cheiro resultante das falhas do saneamento básico urbano. No entanto, a proximidade constante com os ambientes onde tais cheiros se intensificam, somada à falta de condições estruturais para manter a assepsia dos locais onde permanecem possibilitam a associação destes registros olfativos com seu universo.

Na Praça do Metrô Brás não existem banheiros públicos. Segundo D. Lina, eles se localizavam até pouco tempo atrás (afirma que há dois anos) na praça ao lado da creche, mas foram fechados. Ela reclamava disso:

*“Sabe, tia, uma coisa que falta aqui no Brás é banheiro. Tinha um ali, ó, mas tiraram e agora fica difícil (...) como a gente faz? Ah, a gente faz as necessidades por aí, nos cantos que dá, mas é dificuldade. Às vezes, nos bares ali, quando o dono deixa ou então por aí, né (...) [e aponta ao redor da praça]. Podia pedir um banheiro (...)”*⁸⁰

Fátima, a jovem acolhida por Carmem, se queixou de uma dor de barriga que a acometeu nos dias anteriores ao nosso encontro. Perguntei a ela como se virava para resolve-la: “Ah, aí, em qualquer canto, matinho aí meio escondido, onde dá, né?”. As alusões dos moradores do Brás a como resolviam suas necessidades fisiológicas eram sempre vagas. Com o tempo de convivência no local, percebi um forte cheiro que provinha de uma das vigas de concreto que sustenta os trilhos do metrô, na passagem entre o canto de Carmem e o de D. Lina. A viga é bastante larga e com uma abertura ao meio. Além de estar amontoada com cobertas, roupas rasgadas e caixas, esse espaço funciona como uma espécie de banheiro. As pessoas entram na abertura larga da viga

⁷⁹ Outros lugares do centro da cidade, como praças e arredores de estações do metrô que incluem aglomerações de moradores de rua, também incluem as práticas de lavagem de calçadões e manutenção regular de limpeza. É o caso da Praça da Sé, por exemplo.

⁸⁰ Caderno de campo, 17/04/2003.

e fazem suas necessidades fisiológicas. Os homens costumam urinar em pé do lado de fora. E, embora o odor marcante de fezes e urina caracterize o local como um sanitário improvisado, isso não impede que as pessoas guardem coisas ali, como um homem que observei entrar no local e trazer de lá seu chinelo. O espaço então é uma espécie de mocó⁸¹, onde excrementos e objetos se misturam.

As habitações informais da praça também trazem a mistura de cheiros. A casa de Dona Lourdes pode ser considerada a mais organizada em termos da distribuição do espaço interno e de infra-estrutura. Mas, sem janelas e coberta por lonas de plástico, seu interior exala esse odor de forma muito intensa e sufocante. Ali predominam os cheiros vindos do suor de corpos e dos animais e dos materiais recicláveis espalhados. Já o “canto” de D. Lina, sem paredes e aberto, facilita maior circulação de ar, mesmo com os odores provocados pelas sacolas e pelos colchões onde dormem os cachorros, sujos e repletos de sarna. No entorno das habitações de Carmem e Seu Joaquim, o ambiente era ainda mais aberto e os cheiros diminuía sensivelmente, apesar do odor da fumaça dos plásticos, borrachas e papelões queimados.

Os corpos também carregam os cheiros da rua e variam em intensidade conforme as possibilidades e disposições de cada um para tratar de sua higiene. Quanto mais próximo do asfalto – como é o caso de D. Lina, que dormia sobre papelões apenas – dos cachorros e da fumaça, mais marcante é o cheiro. O uso contínuo das mesmas roupas e o cobrir-se com os plásticos e papelões colhidos na rua aumentam o cheiro de suor. Em muitos dos casos, esse odor se soma ao do álcool consumido. A extensão dos cheiros aos corpos indicava o grau de interpenetração entre estes e os limites espaciais sobre os quais permaneciam.

Apesar das condições rudimentares para a manutenção de suas habitações e corpos, práticas de asseio eram usuais. Carmem, Seu Joaquim e Lourdes lavavam suas roupas. Lourdes usava um varal para secá-las e Carmem estendia as roupas nas árvores ou sobre os retângulos de concreto. D. Lina não só lavava suas roupas como usava a água – escassa – e os baldes para lavar

⁸¹ Os mocós poderiam ser definidos como espaços físicos, normalmente fechados, nos quais habitantes de rua, adultos ou crianças e adolescentes, exercem atividades diversas, que variam conforme o agrupamento que se apropria do lugar. Podem apenas dormir e fazer suas necessidades fisiológicas ou podem, como no caso dos meninos e meninas de rua, também fumar *crack*, esconder-se da polícia etc. (Frangella, *op.cit*). A palavra mocó é uma expressão continuamente usada pelos habitantes de rua.

roupas sob encomenda. Seu Rubens andava com as roupas razoavelmente asseadas e, ao que parecia, pedia a D. Lina que as lavasse.

Os colchões que abrigam os cachorros de D. Lina eram colocados todas as manhãs sob o sol, para secar e aliviar os cheiros e a sujeira. Assim fazia também Lourdes com alguns de seus tecidos. Em todas as habitações da praça descritas existia uma vassoura, com a qual a poeira cotidiana e a maior parte da sujeira iam sendo colocadas de lado.

Quanto aos cachorros, apenas Neguinha, a cachorra de Carmem, era limpa: tomava banho quase toda a semana. Porém, a cadelinha brincava diariamente com os cachorros de Lourdes, sujos e cheios de sarna, que a acompanhavam em sua circulação pelas vizinhanças do Brás. D. Lina comentou sobre a sarna dos seus cachorros. Falou que tentaria curá-los com querosene líquido, uma receita caseira aprendida na roça. Para tanto, precisava, primeiramente, dar banho neles. Mas como, dizia ela, se havia tão pouca água disponível⁸²?

A escassez de água constitui um problema grave para a permanência das pessoas naquele lugar. Disse Lourdes:

*“Antigamente, quando eu ainda trabalhava nas faxinas e morava lá no bairro, eu acordava e tomava banho antes das faxinas. Agora a água tá difícil. Água aqui tem ali, no cara daquela loja ali. Quando fecha ali, os dois caras que ficam ali me ajudam. Mas agora o cara disse que não sabe mais, porque a firma mudou de dono e a gente não sabe quem tá lá, se vai me ajudar. Mas o Almir [um funcionário de fábrica, seu amigo] me falou que dá pra encanar água lá na minha calçada pra mim. Tem o cano da rua e o buraco lá. Mas falta um cano de PVC assim, um que eles chamam de cotovelo e mais um lá. Só que custa 13 reais e eu não tenho (...)”*⁸³

Carmem também obtinha água de uma loja vizinha, mas o dono começara a restringir a doação. Ela, então, passou a buscar água mais longe e chegava a ir até a Praça da Sé para consegui-la. Com a água, suas crianças tomam banho de caneca na frente da habitação. Carmem, Lourdes, Seu Joaquim tomam igualmente seus banhos na própria praça, mas a atividade não é tão regular e parece bem mais discreta do que no caso das crianças: acontece bem de amanhã ou no

⁸² D. Lina possuía água potável para beber em um galão de plástico. O restante de água que possuía ficava dividida em dois baldes pequenos, onde ela lavava as roupas.

⁸³ Caderno de campo, 13/05/2003.

começo da noite. D. Lina e Seu Rubens tinham mais dificuldade em arranjar meios para tomar banho. Eles recorreriam às ocasionais ofertas em entidades assistenciais⁸⁴.

A manutenção relativa dos corpos e espaços de moradia, procurando afastar os fortes odores que envolvem a rua, pode ser traduzida em uma busca de distanciamento dos cheiros que carimbam, em primeira instância, o estigma que portam e as reações negativas das pessoas, reforçando o isolamento social dos moradores e provocando as cenas de desprezo e humilhação vividas e narradas por muitos de meus informantes. Os costumes e o padrão de higiene de um código convencional internalizado,⁸⁵ incorporados em sua trajetória e mantidos como idealização de limpeza, fazem-se presentes, ainda que praticados de forma parcial ou longe de responder às demandas de higiene disseminadas em senso comum⁸⁶.

Há igualmente um padrão de vergonha associado aos mecanismos civilizadores. Não se fala na rua das funções corporais íntimas, ainda que na prática elas sejam bem mais evidentes, referências do mundo privado nas áreas públicas. O cheiro anuncia os lugares de defecação e urinação, e se contrapõe às indicações vagas de sua localização. A hora do banho oculta as partes íntimas, que são lavadas por debaixo das roupas. O desafio que se coloca para os moradores de rua é a realização de práticas corporais – associadas na vida urbana ao domínio da privacidade da casa – em arbustos, praças, calçadas, espaços ociosos da cidade.

Há uma forma de estar nas ruas que se faz em uma espécie de contraponto a esta procura da manutenção diária de asseio: um processo de despojamento e “largação” corporal, marcado pela ruptura radical com a circulação para fora das ruas da cidade; afastamento das ofertas institucionais e possibilidades de alívio corporal que elas oferecem (banho, lugar para lavar roupas, remédios); o consumo exacerbado do álcool; a pouca ou quase nenhuma preocupação com a imagem produzida ao público; uma aderência física crescente ao asfalto, ao papelão, à sujeira diária da rua; e, sobretudo, o esquecimento do banho.

⁸⁴ O banho é um dos serviços gerais prestados por entidades de atendimento. Mas, para quem tem lugares mais fixos na rua, é mais difícil a permanência nestas instituições.

⁸⁵ As noções de Norbert Elias sobre o processo civilizador apontam para esse processo que foi gradualmente tomando conta da cultura ocidental. Ainda que se pese o fato de que sua análise enfoca o processo histórico europeu – e, sendo assim, particularidades da história brasileira no formato desses padrões fazem a diferença – as matrizes básicas desse desenvolvimento do padrão de comportamento é reconhecível. (Elias, 1990, *op.cit.*)

⁸⁶ Vestir-se com roupas limpas, por exemplo, não necessariamente implica em ter tomado banho diário.

Osório e Regina, vizinhos próximos de Carmem, vivenciavam essa forma. Estavam sempre alcoolizados, o que tornava seus movimentos lentos e difíceis. Sua habitação cercada por caixas e papelão exalava o cheiro de sujeira, fezes e álcool, até a uma longa distância. Restos de comida caem por entre as sacolas espalhadas em torno do colchão. Em um dia de visita de campo, observei Osório varrendo o entorno. Havia uma procura de ordenação, mas ela não atenuava em nada a confusão de poeira e detritos, tampouco aliviava o odor forte. Carmem, Lourdes e Seu Joaquim comentavam com pena sobre o modo como o casal levava sua vida, assim como ocorria com um outro casal que permaneceu durante bom tempo em um colchão em frente a Osório e Regina.

Era a “*pinga, coitados*”, era o “*fim de linha*”. Para os moradores do Brás em cujas habitações e vida cotidiana procuram associar a imagem de alguma dignidade, os habitantes como Regina e Osório, expelindo tal cheiro, em isolamento corporal criado, acima de tudo, por esse odor – e a sujeira e sensação desagradável que proporciona – representavam a degradação que eles conseguiram evitar. Tal concepção se generaliza no universo da rua em outros locais e nas instituições, marcando uma distinção em quem se reconhece querendo sair da rua ou se distanciar das representações que ela impõe na situação de rua.

O mesmo acontece nos albergues. É regra geral dessas instituições solicitar que o indivíduo que entra para dormir tome banho. Alguns usuários – descritos como mendigos pelos funcionários das entidades – se recusam à regra. A permanência dessas pessoas nos recintos fechados gera reações bem nervosas dos demais; os funcionários então forçam os banhos. Embates como estes são comuns, segundo depoimentos de agentes institucionais e moradores de rua. A recusa ao banho é uma característica dessa categoria de morador de rua, que acaba por optar em permanecer ao largo do mundo das instituições.

O forte mau cheiro provoca entre os moradores de rua modos de distinção social. A tentativa de eliminação dos cheiros – discursiva ou praticamente – revela uma necessidade de se distinguir em relação à condição de subtração e, sobretudo, quanto à imagem negativa que lhes é imposta. A necessidade de diferenciação através dos odores reforça as classificações hierárquicas estabelecidas no contexto urbano marcado por um movimento asséptico, em que o olfato, diz

Rodrigues, “*se transforma em um importante sensor de limites sociais. Torna-se definidor de xenofobias. E erige-se em crucial dominante da geografia urbana*”.⁸⁷

No refeitório, as percepções olfativas e o processo de operar distinções sociais eram ainda mais explícitas. O local recebia um número muito significativo de freqüentadores de albergue que tomam banho todos os dias e andam bastante asseados e limpos. Ao mesmo tempo, estava aberto igualmente aos habitantes de rua que têm pouco ou nenhum contato com instituições, aos que exercem a mendicância e dormem nas ruas, aos “loucos de rua”; pessoas que, em geral, possuem pouco acesso às práticas de limpeza e higiene. Entre estas duas categorias visivelmente mais opostas, estão aqueles cujos deslocamentos implicam atenuações entre nenhum ou completo asseio, como é o caso das pessoas que moram nas ruas, mas tomam banho irregularmente, ou dos albergados que passam o dia na rua a beber.

Toda essa diversidade convive transitoriamente no espaço fechado e relativamente pequeno do refeitório. Nessa efervescência, particularmente na hora da espera da comida, o local concentrava muitos odores. No almoço, que abrigava cerca de 300 pessoas de uma vez, o calor abafado tornava agudos os cheiros do encardido e da sujeira. À noite, apesar de haver um número bem menor de pessoas, o cheiro dessas misturas era ainda maior, em função do número de alcoolizados que aparecia para a sopa. Era forte também o cheiro do detergente, com o qual se tentava desodorizar o local.

No final das refeições, os banheiros ficavam insuportáveis, principalmente o dos homens, pequeno para tantas pessoas que por ali passavam. O banheiro feminino, provavelmente pelo fato de o número de mulheres que freqüentam o refeitório ser menor⁸⁸, era bem conservado. O banheiro é inadequado, pois são três compartimentos do banheiro para 300 pessoas. Mesmo com o mictório no masculino, é, de fato, pouco espaço. Há apenas duas pias pequenas e não há pia fora do banheiro.

Apesar de não se poder evitar essa mistura de odores, as operações de higienização do refeitório garantem o ambiente limpo. Um dos procedimentos da equipe responsável era uma conversa sobre limpeza: pediam para não deixar a mesa suja com alimentos; para conservarem o banheiro, jogarem o papel no lixo. Segundo a equipe, os próprios usuários solicitam essa limpeza.

⁸⁷ Rodrigues, *op.cit.*, p. 116.

⁸⁸ Durante o almoço, apareciam, no máximo, entre 10 e 15 mulheres. No café da manhã e no jantar, o número era ainda menor, cerca de 4.

A impressão que a equipe tem é a de que, com o passar dos anos, o cadastramento e a boa convivência com os freqüentadores, o cuidado com o lugar melhorou. De um modo geral, há uma vigilância por parte dos usuários com relação à manutenção de limpeza e desodorização do lugar, o que implica muitas vezes conflitos entre usuários em função do olhar acusador sobre os possíveis “poluidores”.

No refeitório, as situações mais visíveis do constrangimento em razão dos odores estão relacionadas aos usuários que moram nas ruas e passam muitos dias sem tomar banho. Entre eles estavam aqueles que passavam o dia alcoolizados e exerciam a mendicância ocasionalmente, e os que, independente de serem alcoólicos ou abstêmios, já haviam feito uma opção de não freqüentar mais albergues. Juvêncio, um homem magro de aparentes 35 anos, barba e cabelos longos, era bem conhecido dos funcionários. Segundo eles, o rapaz tomava banho de 10 em 10 dias aproximadamente. Chegava ao refeitório cheio de sacolas, lavava as mãos no banheiro e se sentava. Cristóvão, olhos sujos e nublados, cheirava a álcool, misturado ao encardido de suas roupas. Cada vez que atravessava o refeitório para tomar água no bebedouro que ficava ao fundo do estabelecimento, um rastro de mau cheiro marcava sua passagem. Muitos apareciam com as roupas sujas sobrepostas umas às outras, casacos que se aglomeravam em seus corpos, mesmo em dias de calor.

Esse cheiro desnorteia quem não está habituado a ele. Uma noite, no refeitório quase vazio, decidi fazer anotações, sentada em uma das mesas. Após algum tempo, um moço jovem se aproximou e perguntou se podia se sentar perto de mim. Distraída, disse que sim. Ele se sentou. Em um segundo, seu cheiro acre e penetrante exalou em torno da mesa. Era demasiadamente forte. Minhas narinas começaram a arder, eu não conseguia respirar direito. Olhei para ele discretamente. O rapaz estava imundo, o rosto lambuzado de terra e cinzas, as orelhas acinzentadas de sujeira, a roupa impregnada da mistura característica de fragmentos de comida, fezes, o ácido das roupas sem lavar, o álcool.

Ele estava com olhos arregalados, para baixo, completamente absorto em si mesmo, alcoolizado e triste. Não parecia reparar no efeito que estava causando. Depois de um tempo passou a me encarar. Eu não conseguia identificar se estava com vergonha ou curiosidade. Fiquei muito constrangida. Não queria sair da mesa para não parecer desprezá-lo. No entanto, o cheiro nauseante tomou conta do espaço e me impediu de ficar ali. Finalmente, Flaviano, um dos

funcionários do refeitório, me chamou para tratar de outro assunto. Pedi licença e saí. Quando conversava com o coordenador, uma jovem usuária passou por nós, parou, e olhando para o rapaz sentado, disse: “*aí, a coisa tá pesada, tá pegando hoje, viu!!!!!!!*”⁸⁹.

Reclamações sobre o excesso de mau-cheiro de alguns usuários são feitas pelos demais aos funcionários do refeitório. Porém, no geral, a reação é mais silenciosa, fazendo com que as queixas diretas com relação à “suportabilidade” do cheiro partam dos funcionários. Homens e mulheres mudam de mesa quando o cheiro incomoda, o que acaba isolando os “malcheirosos”. O efeito disso é uma espécie de segmentação social naquele espaço: de um lado, os moradores de rua que estão em condição de permanente mendicância, e de outro lado, os demais.

A instituição toma como princípio não rejeitar nenhum morador para que ele/ela possa conviver e se sentir melhor. Mas os funcionários chamam a atenção para a sujeira do usuário:

“Às vezes, [aqui no refeitório] o cara está cheirando, nós temos que chamar ele e enviá-lo para o Jacaréi, porque ele não tem mais noção. Você chega no cara, não está dando pra suportar e ele não percebe (...) aí ele acaba aceitando”. [há um encaminhamento do refeitório para o albergue do Jacaréi.] (...) a gente chega a esse ponto aqui porque nosso motivo é educacional mesmo, é fazer com que a pessoa perceba e que pra mim não importa se ela tá bem vestida ou se tá suja e tal, mas é o mínimo que a gente pode exigir aqui dentro, a partir do momento em que ela vai incomodar outras pessoas então tá na hora (...) Mas o morador de rua que não toma banho só vai fazê-lo se for convencido e não é em geral obrigado. Mas depois volta a seu lugar na rua e “alguém tem que lembra-lo de que ele está sujo novamente”⁹⁰.

Fiquei me perguntando sobre a autopercepção do extremo mau cheiro por parte de seus portadores. De acordo com o coordenador, José Luiz, os usuários não têm consciência de seu mau cheiro; quando conseguem percebê-lo, enchem-se de vergonha. A anestesia do olfato está certamente relacionada à perda das referências sensoriais que um indivíduo, tomado pelo álcool, por possíveis crises nervosas, ou há muito tempo envolvido com tais odores sofre. Mas é certo também que a convivência obrigatória com determinados cheiros convida à tolerância e ao esquecimento de sua própria condição. E, embora os odores sejam utilizados como um sensor da hierarquia produzida através das variadas maneiras de estar nas ruas, as distinções não implicam

⁸⁹ Caderno de campo, 07/05/2003.

⁹⁰ Entrevista com José Luiz, 14/05/2003.

processos de exclusão entre as várias categorias dos moradores de rua. Para Carmem, Seu Joaquim e Lourdes, Osório e Regina, mesmo em seu estado de degradação, eram pessoas sofredoras como eles. O mau cheiro marca as diferentes imagens, mas não impede a convivência. Morar na rua obriga a conviver com os odores que compõem a mistura que impregna corpos e habitações. A casa de Lourdes exalava cheiros que eram lembrados pela minha percepção olfativa enquanto a visitava. No entanto, ela morava lá, e não lhe restava opção senão acostumar-se.

Por outro lado, o mau cheiro funciona como uma forma de defesa voluntária – ainda que não necessariamente formulada de maneira consciente – na delimitação de um espaço físico próprio e afastado. É o caso de muitos moradores de rua que já perderam qualquer vínculo social. A Central de Atendimento Permanente (CAP) atende a muitos chamados de transeuntes e de vizinhanças, reclamando de moradores de rua com mau cheiro. Em boa parte dos casos, são pessoas incomunicáveis, resistentes a qualquer mudança de seu território⁹¹.

Se há uma manipulação complexa nas classificações sobre o cheiro e a sujeira dentro desse universo, a mesma não acontece na interação dos moradores com os demais segmentos sociais, cujo conjunto de representações e práticas opera fundamentalmente com o código dominante entre o sujo e o limpo. À exceção dos frequentadores de albergue que conseguem atenuar a aparência de pouco asseio, os demais sofrem invariavelmente o peso do estigma de sujos e os rótulos subseqüentes: vagabundos, poluidores. Tais representações dão a base para as cenas de humilhação constantes voltadas aos habitantes de rua no espaço urbano, assim como ações contínuas para a sua expulsão dos lugares públicos.

Esse processo expulsivo cria um círculo vicioso: as justificativas para sua ocorrência são as imagens negativas e os perigos poluentes do corpo, produzidos nos limites da ausência das condições assépticas projetadas pelo padrão de condutas que molda as referências urbanas contemporâneas. Como um elemento interdito, esse corpo é conduzido à rua, fronteira urbana cuja qualidade da diversidade abriga um lugar para abjeção. Nas ruas, com recursos escassos e fora das possibilidades de consumo, privacidade e tecnologias de manutenção da vida, o habitante

⁹¹ Como era o caso de um homem que morava embaixo de um viaduto vizinho à casa de sua própria família. Segundo seus parentes, era um policial que decidiu abandonar tudo e ficava ali. Tinha barba e unha muito compridas, coberto do cheiro de fezes, imóvel; dessa forma, não permitia que ninguém o abordasse, tampouco o convencesse a sair dali (Caderno de campo, visita à CAP, 22/05/2003).

de rua, ao mesmo tempo que experiencia as projeções negativas e estigmatizadas sobre sua imagem, instrumentaliza o corpo abjeto como um meio de proteção territorial ou como forma de obter recursos.

4.

DAS PRÁTICAS ORDINÁRIAS E O LIMITE PRIVADO NA RUA

*“Casa é liberdade. Desde o momento em que a casa nos prende, não é mais casa.
Hoje já não tenho mais condições de me segurar numa casa com portas e janelas (...)*

Moradia é um lugar sem tijolos.

O povo da rua sonha, não quer se preocupar com paredes.

A casa acorrenta. A casa escraviza. Torno a dizer: Liberdade, liberdade...”.

Pensamentos de Cinira,
moradora de rua, em
O Trecheiro, nº 100.

O CORPO E AS DEMARCAÇÕES DE ESPAÇO

A situação de morar na rua cria uma desvinculação material e simbólica do espaço da casa nos moldes da “parede, janelas e portas”, tal como Cinira descreve acima. O tempo longo de estada e circulação torna a condição de rua, voluntária ou involuntariamente, uma realidade menos transitória. Na errância contínua que torna essa estada possível, a casa de tijolos pode ainda permanecer como um desejo para alguns, mas passa a ser uma perspectiva menos palpável, e a possibilidade de deslocamento no espaço urbano passa a condicionar seu modo de vida. Assim, é pelos mecanismos instáveis, errantes e moventes do espaço urbano que o morador de rua vai tornando o corpo a teia a partir da qual vai demarcando os limites de seu espaço privado.

Alguns moradores de rua optam radicalmente por essa errância, outros esperam por uma casa nova o tempo todo. Há ainda os que erguem habitações constituídas de uma temporalidade frágil, pois, além de estarem situadas em espaços de intervenção urbana constante e hostil à sua permanência, são vulneráveis. Nas habitações informais da Praça metrô Brás, os cadeados e as paredes de compensado e papelão que moldam a casa de Carmem e Seu Joaquim não são fortes o bastante para impedir a entrada de pessoas, o roubo, a importunação. O uso da peixeira ou de outras facas evidencia uma forma usual de manter a proteção atada ao corpo.

O espaço marcado pelas habitações não é suficiente para incorporar as separações funcionais associadas ao mundo privado e doméstico referenciado nas experiências urbanas contemporâneas. Isso tanto diz respeito aos lugares para exercer funções fisiológicas, como vimos no capítulo anterior, quanto ao espaço para cozinhar, para compartilhar a intimidade amorosa, com seus carinhos e conflitos, para as práticas de sexualidade. Tudo isso, portanto, é feito em limites espaciais precários – com ou sem cobertura de papelão e plástico –, colocando em questão o sentido da casa como espaço da intimidade.

O movimento de expulsão dos moradores de rua para os domínios abertos e públicos do espaço urbano, simultaneamente acompanhado dos procedimentos de subtração de equipamentos que facilitem sua estada na cidade torna essas pessoas superexpostas nas ruas. Nelas, os moradores têm que gerenciar a redução das dimensões pública e privada de sua vida. Levando em conta que o espaço da rua não é formatado, na urbanidade contemporânea, para a exposição e

realização de práticas do mundo privado, a construção deste último no universo do morador de rua depende de forma inequívoca da corporalidade dos sujeitos que o habitam.

No contexto da rua, há perda do espaço da casa - portanto, do contexto imediato no qual a construção da identidade social costuma acontecer -, e da experiência doméstica tradicional a que normalmente estão relacionados os atos rotineiros de reprodução social. Conseqüentemente, fora da proteção do olhar público, os moradores de rua constroem, na política espacializada entre dois sítios de experiência física, social e política - o corpo e o espaço urbano -, o seu mundo privado¹. A casa está, desta forma, contida nas manifestações cotidianas corporais desse segmento: nos gestos que delimitam distâncias, nas dramatizações corporais, na domesticação das calçadas e viadutos.

A marcação dos limites privados no próprio corpo não necessariamente evita as tentativas incessantes de eliminação do mesmo; não previne os moradores de rua das agressões ambientais e humanas nem do perigo da morte. A privação de um abrigo adequado, a exposição ao frio, as possibilidades iminentes de um ataque criam uma atenção constante dos sentidos - particularmente da visão e do ouvido - e contribuem para a enorme tensão emocional e física, gerando diagnósticos constantes de hipertensão, gastrite, pressão alta, processos de sofrimento mental, entre outros².

Os moradores de rua vivenciam a contradição entre um padrão de intimidade e de vergonha arraigado, e a superexposição de seus corpos. Quando iniciamos um diálogo com um deles, surgem muitas das explicações ansiosas sobre sua trajetória, procurando justificar o fato de não ter uma cozinha ou roupas limpas, de ter vizinhos que “fazem aquelas coisas indecentes”. Pede para que não reparemos na bagunça, na aparência suja e mal-vestida, ou “com o perdão da palavra, nas coisas feias que esse aí fala”. Acentua, muitas vezes, as representações de moralidade, de um comportamento social e corporal em completa dissonância com a dinâmica da rua. O constrangimento deles é evidente.

¹ N. Smith, Neil, 2000, *op. cit.*

² Segundo os dados do Razin, dos 315 diagnosticados nos três meses de cadastro de seu trabalho, 14% foram diagnosticados como hipertensos, e 10% tinham gastrite. Segundo os depoimentos de funcionários do refeitório, são freqüentes colapsos nervosos repentinos nessa população. Muitas vezes, a causa é tensão nervosa; em outros casos, ela decorre do alcoolismo. De todo modo, ambos os diagnósticos estão imbricados.

Por um lado, o morador de rua redimensiona, re-situa seu corpo³. Se a forma, a norma e a estrutura dos mecanismos e movimentos do espaço urbano filtram e afetam os elementos que contribuem para a constituição da corporeidade, esta reage realinhando e reinscrevendo os domínios públicos e privados diante da espacialidade específica em que se encontra. Eles criam uma outra condição subjetiva, muitas vezes contraditória, entre tais limites. O corpo do morador de rua traz os fragmentos de sua vivência itinerante e “disruptiva”. Perde-se, geográfica e socialmente, das formas identitárias anteriores no espaço amplo da cidade, e se recoloca, atravessando as fronteiras urbanas que lhe são impostas.

Assim, os habitantes de rua anestesiavam surpreendentemente os sentidos perante os efeitos excessivos do urbano a que estão expostos o dia inteiro, como a poluição visual, garantida pelos *outdoors*, pelo trânsito e pelo excesso de imagens das metrópoles; ou a auditiva, provocada pelos barulhos infernais dos viadutos, das sirenes de polícia, da maré do tráfego de ônibus, carros e caminhões, pelos barulhos de fábricas, trens, metrô. Estes aspectos do urbano transformam-se em um ritmo de audição e visão confortáveis aos moradores de rua. Quando estão há muito tempo na mesma praça ou calçada, eles assimilam tais sons e imagens a seu cotidiano.

Por outro lado, esses mesmos sentidos são aguçados a fim de se perceber o mal aparentemente anônimo presente nas pilhagens noturnas e nas agressões físicas e verbais iminentes. Ouvidos e olhos se detêm na dinâmica das relações da “vizinhança”, para o que se fala ou se deixa de falar à sua volta, para as abordagens de transeuntes ou de entidades assistenciais, para os possíveis contatos corporais que podem lhe cercar durante o dia. De um modo geral, elas se preparam para a defesa, colocando-se ora na posição de caça, ora na de caçador, em meio ao cotidiano de visíveis tensões sociais.

Outra reinscrição torna visível a manipulação corporal dos habitantes de rua na circulação pelo espaço urbano. A partir de uma pesquisa sobre mimese corpórea transformada em um espetáculo, três atrizes do Lume (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Teatrais/Unicamp)⁴ apresentaram uma leitura dessa corporalidade.

³ E. Grozs, 1999.

⁴ A técnica de interpretação teatral é denominada *mimesis* corpórea ou imitação de corporeidades. Essa técnica, bastante trabalhada nos estudos do Lume, implica apreender matrizes corpóreas e vocais pela observação, imitação e codificação de ações físicas e vocais observadas no cotidiano.

O primeiro trabalho dentro dessa perspectiva de dramatização que diz respeito à temática do morador de rua é do próprio Lume. O espetáculo “Um Dia” trata de situações de trauma profundo que incluem, entre outras, a de

Entre outros aspectos, chamou-me a atenção o fato de que, segundo as atrizes, na quarta fase da etapa de construção de seu trabalho, elas costumavam ir ao zoológico para a observação e composição física de seus personagens. Elas detectaram semelhanças entre comportamento de animais, particularmente, dos macacos, e a dinâmica corporal das pessoas da rua:

*“A relação que estabelecem com o próprio corpo e também com o espaço, principalmente o chão, são quase comuns. É impressionante perceber que qualquer um de nós, vivendo longe das condições de higiene a que estamos habituados e sem todo o aparato de cadeiras e mesas que nos cercam, estaríamos muito próximos daqueles macacos. (...)”*⁵

De acordo com o procedimento metodológico dessa *mimesis*, não se tratou de uma transferência mecânica dos aspectos do comportamento animal para o mundo da rua. Porém, as observações feitas se referem a um comportamento reconhecível nas ruas, particularmente, naqueles moradores que estão nelas há mais tempo e totalmente desconectados de outros vínculos sociais. As atrizes identificaram formas de aderência corporal nos espaço amplos da cidade que, no entanto, privam esses sujeitos dos equipamentos “civilizatórios” e de conforto (tal qual a cadeira ou a cama) e que, simultaneamente os prende no vazio espacial que esse limiar impõe. Como uma forma de resposta às condições nas quais se encontram, vemos pessoas deitadas encolhidas nas calçadas, a mão na cabeça; de cócoras com o olhar longe, coçando suas partes íntimas, catando piolhos.

Porém, opondo-se a essa “primitivização”⁶ imposta pela ausência de condições materiais que permitam a experiência dos padrões civilizatórios de comportamento⁷, contornos e linhas de casas são marcados nas calçadas, espalhados em inúmeras ruas na cidade. Como é o caso de uma mulher que, todas as noites, no calçadão do centro da cidade, em frente a uma loja, formava um

mendigos, presidiários e a do Holocausto judeu. Para o estudo de movimentos corporais ligados ao tema e para a posterior construção dos personagens, os atores do Lume recorreram a observações nas ruas de São Paulo, assim como a uma série de leituras. Após um tempo de estudo e apreensão dos movimentos observados, construíram um interessante espetáculo, no qual o morador de rua aparecia em destaque por meio de suas manifestações corporais.

⁵ Colla, *et alli*, *op. cit.*, p. 110.

⁶ A falta de uma “tecnologia” aplicada ao cotidiano que proporcione conforto, modos de sentar, comer, dormir padronizados em nossa sociedade contemporânea cria uma adequação corporal dessa população para o exercício dessas funções.

⁷ N. Elias, 1990, *op. cit.*

retângulo de caixas de madeira, desenhando sua habitação, defendendo-a ferozmente de quem chegasse perto. Ou o caso de homens que marcavam com giz as divisórias de sua casa na calçada, interrompendo o fluxo de passagem na mesma.

Com o tempo, os moradores de rua vão ganhando uma sensação muito forte de autonomia, associada à potencialidade de deslocar-se constantemente quando da iminência de um conflito ou quando assim desejarem, e ao manejo maleável e produtivo de suas relações com as entidades. Se por um lado, o fato de irem se mimetizando no espaço urbano gera crises identitárias e perigos físicos iminentes, por outro, facilita sua circulação e seus meios de obter recursos, além de criar uma sensação de liberdade. Os que estão há tempos na rua apresentam uma espécie de aversão ao espaço fechado, que é ilustrada, em termos metafóricos, com as expressões de Cinira: as paredes e portas não lhe confortam mais.

Esse incômodo, perceptível nas falas nas ruas, nas inquietações dentro de lugares de reunião, entidades assistenciais, entre outros, constitui uma das queixas com relação aos albergues. A “fobia” pode ser traduzida na dificuldade crescente que os habitantes de rua criam, com o tempo, para se submeter às regras de outrem, sejam elas institucionais ou pessoais. As fronteiras que demarcam seu espaço e sua identificação a ele nas ruas são, na maioria das vezes, materialmente invisíveis, mas significativamente fortes.

Pensar de que forma as fronteiras corporais se delineiam é uma tarefa infinita: as marcas corporais e a interface tátil com as paredes de proteção (os materiais recicláveis), descritas no capítulo anterior, constituíram uma primeira fronteira. Neste capítulo, porém, vou dar foco a algumas questões nas quais pude perceber outras delineações, particularmente ligadas a chaves fundamentais do mundo da intimidade e da forma de serem praticadas no universo da rua. Cada uma dessas dimensões se abre para uma série de outras questões, que aqui não puderam ser trabalhadas mais profundamente. Mas trazê-las à tona propiciou de forma inspiradora a reflexão sobre as fronteiras de público e privado com as quais operam os habitantes das ruas em São Paulo.

O espaço marcado por gênero

Uma noite, andando nas ruas do centro, junto com educadores sociais, deparamo-nos com um senhor magro, completamente alcoolizado, que balbuciava algumas frases. Nós nos aproximamos, e ele contou uma vaga história a respeito de ter que pegar ônibus para uma cidadezinha pequena próxima e, em seguida, nos pediu dinheiro. Dissemos que não tínhamos, mas que se ele quisesse poderíamos ligar para a CAP para que o conduzisse a um albergue até o dia seguinte. O homem não aceitou. Muito trôpego, saiu pela calçada larga da avenida, dizendo frases sem sentido.

Como estávamos fazendo trabalho de abordagem, ficamos andando pela avenida. Em alguns minutos, vimos que o homem caminhava por ali e resolvemos dar-lhe o telefone da CAP. Ao nos aproximarmos, percebemos que ele chegava perto de pessoas que estavam à beira da porta de uma loja. À direita havia um casal dormindo abraçado sobre papelões e envolto em cobertores cinzas. Do lado esquerdo, uma mulher, com o corpo também envolto em uma coberta, deitava-se de lado. Ela fechara os olhos para dormir, mas se via que estava desperta, olhando de soslaio o homem que se aproximara.

Ele estava de pé, muito próximo desta mulher. Nós nos aproximamos para dar o telefone do serviço. Ele, ainda olhando para a mulher, disse-nos em alto som: *“Mas o que eu quero, o que eu preciso, é de uma esposa, eu preciso de uma esposa!”*. Continuava a se aproximar da mulher. Nossa tensão era evidente. O homem estava trôpego, mas era forte. Já o imaginávamos atacando a mulher que ele fitava. O casal ao lado estava desperto e atento. Percebi que, se fosse necessário, eles interviriam. O homem permanecia impassível em sua decisão de se aproximar.

A mulher não se moveu. Continuou deitada de lado. Em um determinado momento, ela levantou a mão em direção a ele, o polegar e o indicador apontados para ele, os demais dedos recolhidos, um gesto que lembrava um revólver. Estendeu a mão e ficou, com os olhos fechados. Ao perceber o movimento, o homem recuou um pouco, embora continuasse a gritar que precisava de uma esposa. Nós nos cansamos de tentar convencê-lo a sair dali e, impotentes, retomamos nosso trabalho. Ele lá ficou, cambaleante, encarando o gesto imperativo da mulher, o qual eu considerava pouco eficaz no caso de o homem decidir realmente atacá-la⁸.

⁸ Caderno de campo, maio de 2003.

O espaço da rua é composto de signos, discursos, práticas e pertinências relativas a um universo eminentemente masculinizado. A construção mais recorrente da figura do morador de rua é a do homem só, provedor desempregado que circula para procurar trabalho e acaba ficando nas ruas. A mulher foi entrando gradualmente no universo da rua, desalojando os limites do espaço ao qual está circunscrita nas práticas e representações, ou seja, a casa. Mas sua presença não foi suficiente para alterar os padrões de classificação de gênero presentes.

O homem só, adulto, e em idade produtiva ainda configura o perfil majoritário dos habitantes de rua em São Paulo. Como descrito no Capítulo 2, a partir da década de 1990, as famílias passaram a ganhar visibilidade e acrescentaram outras imagens para a situação de rua. Porém, o habitante de rua morando sozinho é a realidade quantitativa mais evidente, bem como o perfil mais significativo. As mulheres, por sua vez, são encontradas tanto como parte destas famílias quanto inseridas na dinâmica solitária associada à rua, ainda que em número bem inferior.

Tomemos os dados mais recentes: no Censo de 2000, foi registrado 84,2% de homens e 15,1% de mulheres na rua. Na estimativa da Fipe de 2003, a porcentagem permaneceu praticamente inalterada nos logradouros: 80,3% de homens e 15,4% de mulheres. Nos albergues, a proporção de homens e mulheres é, em 2000, de 84,9% e 14,3%, respectivamente, e 87,2% e 12,4%, em 2003⁹. De uma maneira geral, a diferença quantitativa entre os sexos permanece grande. O aumento gradual das mulheres modificou um pouco a paisagem urbana, no sentido em que se vê um número notável de casais e de mulheres perambulando.

As mulheres que vão para a rua saem de seus contextos familiares e domésticos por inúmeras razões. Uma das mais elencadas é a violência doméstica, a qual atinge adultas e adolescentes, e efetuada por pais, padrastos, maridos, familiares. Outras mulheres vão a São Paulo, sem dinheiro e sem referências, procurar seus maridos migrantes que prometiam voltar acabam se tornando o chefe provedor da família. Algumas chegam acompanhadas de seus filhos, outras sozinhas. Há ainda as que vão para as ruas com seus cônjuges e, muitas vezes, separam-se deles. Várias são idosas e estão na rua em função da quebra de laços com parentes, ou do

⁹ Secretaria Municipal de Assistência Social, 2000, *op. cit.* Secretaria Municipal de Assistência Social/FIPE, 2003, *op. cit.*

abandono dos filhos. E, por fim, a dependência de álcool e drogas constitui outro dos motivos que levam mulheres para as ruas.

O circuito da rua é revestido do discurso da masculinidade. Gestos e expressões verbais associados tradicionalmente à afirmação da virilidade são utilizados o tempo todo; da mesma forma, a afirmação da necessidade de se trabalhar reforça seu papel de provedor e sua honra masculina¹⁰. Mas a qualidade do masculino projetada nos discursos e práticas que envolvem o universo da rua não é necessariamente incorporada na sua totalidade. Como nos coloca Joanne Passaro, “*as pessoas de rua são homens e mulheres em crise*”.¹¹ A crise se deve ao fato de que a situação de rua impõe um desafio aos papéis de gênero tradicionalmente compostos. Por um lado, os homens, por estarem distantes dos vínculos de pertencimento familiares e sociais e desalojados do mundo do trabalho, encontram-se em uma posição contrária àquela que é esperada deles – inclusive por parte deles mesmos – já que lá eles não correspondem ao papel de provedor:

“Para os homens de rua (homeless men) esta crise está relacionada com a posição culturalmente contraditória que ocupam – eles são vistos ao mesmo tempo como hipermasculinizados e desmasculinizados. Estes homens parecem ser independentes do controle de mulheres, famílias e sociedade, e, portanto, são considerados perigosos, violentos e agressivos. (...) acompanhando essas imagens hipermasculinizadas estão as demasculinizadas – homens de rua são homens falidos, em termos tradicionais de gênero, porque são dependentes e incapazes de se manter”.¹²

Por outro lado, as mulheres, cujo domínio está associado ao mundo privado e à circulação no ambiente doméstico, encontram-se deslocadas espacialmente quando “moram” nas ruas. A condição de estar na rua provoca re-interpretações diversas a respeito da imagem dessas mulheres

¹⁰ De acordo com Leczneiski, que estudou os guris de rua de Porto Alegre, a ênfase nas marcas de masculinidade também está presente entre os meninos de rua, nos gestuais e nas lutas corporais que forjam entre si, nas rimas, narrativas e canções que criam cotidianamente. A exaltação da masculinidade também se dá nas falas explícitas sobre baixo corporal e sexo, nas manifestações de desafio e agressividade e no uso abusivo de palavras (L. Leczneiski, 1995).

¹¹ J. Passaro, 1996.

¹² *Idem*, p. 2. (Tradução minha). Um interessante argumento da autora é que, no caso de Nova York, são oferecidas às moradoras de rua um leque mais amplo de benefícios do *welfare state* que possibilita a elas sair da condição da rua. O acesso a tais benefícios depende da boa adequação dessa mulher ao papel feminino tradicional: dependentes, necessitadas, vulneráveis. No entanto, para os homens de rua – geralmente não brancos – não há tal possibilidade. (*Idem, ibidem*).

e aumenta consideravelmente sua vulnerabilidade. Porém, talvez por isso mesmo, o circuito de amparo para que elas saiam da situação de rua é maior do que no caso dos homens. Passaro observou esse movimento no caso de Nova Iorque:

*“As mulheres de rua, (...) são vistas como a apoteose da Mulher – dependentes, vulneráveis, apavoradas. Elas se beneficiam de ideologias tradicionais de gênero porque suas falhas individuais não são compostas por uma falha de gênero – afinal, uma mulher dependente, necessitada não é desafio para crenças dominantes”.*¹³

Em São Paulo, há poucos albergues que incluem as mulheres, mas vários serviços – inclusive fora da rede de atendimento específico para a população de rua, como grupos de suporte a mulheres que exercem a prostituição, ou são vítimas de violência, entidades que assistem famílias – procuram retirá-las da rua assim que a ela chegam. Em 2001 foi criada a Casa de Mulheres. Ela é administrada pela Associação Mulher Vida, em parceria com a Prefeitura. A casa é voltada para as mulheres em situação de rua, e o objetivo do poder público é estimular a reconstrução de vida delas.

No entanto, as mulheres acolhidas são recém-egressas das práticas de prostituição ou que foram vítimas de violência doméstica. Embora elas passem pelas ruas, não são elas necessariamente que constituem o universo feminino da população de rua; isto é, as mulheres recebidas nessa casa, em geral, estavam nas ruas de passagem, fugindo de alguma outra situação e desejando modificar as suas vidas. Os critérios de acolhida também acabam por limitar a entrada das mulheres que já estão há bastante tempo nas ruas. Um exemplo disso é a exigência de que as mulheres sejam indicadas por alguma instituição da rede¹⁴. O objetivo da instituição é receber mulheres que expressem motivação para reconstrução de vida.

Em outras palavras, para ter acesso aos auxílios referidos, as mulheres têm que se comportar de maneira a serem vistas como gratas e dependentes¹⁵. É necessário que elas correspondam a esse papel da “Mulher” a que Pássaro se refere. Aquiescência, gratidão, docilidade, vulnerabilidade e, acima de tudo, uma postura de dependência em relação aos fatores condicionantes externos, institucionais para que possam retirá-las “dessa vida”. Trata-se de

¹³ *Idem, ibidem.*

¹⁴ O outro critério é que todas devem possuir documento.

¹⁵ Pássaro, *op.cit.*

corresponder ao papel de gênero que lhes é imputado pelas convenções. Dessa forma, a maior parte das mulheres saía das ruas.

Às que não se submetem a esse padrão não restam muitas saídas. A rua é a alternativa que lhes sobra. Muitas mulheres não gostam das regras dos albergues e, sobretudo, da proibição de sexo neles. Há as que estão com namorados, as que querem conseguir seu próprio sustento, as que já estão há muito tempo imersas no alcoolismo. Estas são as mulheres que as entidades definem como “*as que não querem sair*”. Estando nas ruas, elas têm que lidar com a ausência de delimitação de seu espaço, estando nesse permanente deslocamento de gênero e convivendo com as contradições da masculinidade vivenciadas pelos homens.

O resultado desse processo explode em expressões de afeto, sexualidade e intimidade intensas e muito conflituosas, opressoras, e continuamente violentas nas fronteiras entre o espaço feminino e masculino. Da parte dos homens, ocorre um duplo processo: o alto grau de solidão e carência afetiva que sentem os impele a buscar essas mulheres vistas, em geral, como parceiras amorosas e sexuais. Mas também há as amigas, as parceiras de rua que sempre podem cuidar deles. Esmeram-se em garantir proteção e apoio afetivo e, por vezes, financeiro.

Por outro lado, a necessidade de reafirmar seu papel de provedor, as fronteiras da masculinidade em seus espaços e os comportamentos oriundos de práticas como o alcoolismo fazem com que os homens de rua se comportem de forma bastante violenta tanto com suas mulheres quanto com as que se encontram sós. Mulheres sozinhas são, na maioria das vezes, compartilhadas por vários parceiros do agrupamento¹⁶. Elas estão sempre expostas a estupros, apanham dos parceiros, que agem sozinhos ou em grupos.

Da parte das mulheres que estão nas ruas, há uma diversidade de respostas para sobreviver a essas condições. Mas duas delas são mais comuns: a primeira delas é que as mulheres podem reorganizar seus laços de dependência nas ruas, “incorporando os ideais tradicionais de *womanhood*”, e aceitar o papel de parceiras fiéis e dóceis, prontas às práticas sexuais. Estas mulheres, quando estão em algum local mais fixo, tendem a assumir os lugares domésticos. Também exigem que os homens com quem estão sejam seus provedores. Procuram satisfazer, por fim, suas próprias demandas sexuais, amorosas e de segurança.

¹⁶ Nesse sentido, como aponta Escorel, tornam-se bens de troca, como a pinga.

A segunda resposta é dada pelas mulheres que marcam seu circuito pela solidão. Optam por estarem sós e circunscrevem corporalmente essa opção ao se lançarem em posturas fortes, agressivas, com relação aos homens com quem convivem. Essa postura é necessária para impedir a apropriação de sua condição feminina por parte destes. São mulheres muito agressivas, que, se necessário, utilizam facas para se proteger. Muitas vezes, essas fronteiras de isolamento são marcadas pela *performance* corporal exacerbada, movimentos de mãos, olhos arregalados, voz alta, tornando difícil situar se tal comportamento é um sintoma de algum distúrbio mental ou uma manifestação de defesa.

Nesse contexto de marcação nublada dos papéis de gênero, a homossexualidade, como uma identidade social, fica ainda mais deslocada. Os homossexuais como tal são extremamente discriminados pelos moradores de rua, principalmente pelos homens. Na realidade, essa opção sexual cria fortes resistências em um contexto no qual a masculinidade é posta em questão cria fortes resistências. Quando a imagem, traduzida em adornos femininos, trejeitos e olhares, se manifesta, ela gera reações hostis. Em alguns casos, até agressões físicas, sobretudo, contra os travestis que moram nas ruas, interagem com os demais habitantes de rua, mas são mantidos marcadamente à distância na vivência pública.

Contudo, contraditoriamente, a discriminação com relação à imagem não combina com a convivência cotidiana entre eles. Os homossexuais compartilham as fogueiras, a pinga, a comida, e fazem parte de outras sociabilidades cotidianas da rua. São incluídos, inclusive, por meio de suas qualidades femininas: carinhosos, acolhedores, dóceis. Elas são incluídas na condição feminina, até no que diz respeito à satisfação sexual. Muitos homossexuais possuíam maridos na rua.

Já as homossexuais mulheres estão em ainda menor número, mas é possível encontrá-las, tanto entre as adultas quanto entre as adolescentes que habitam as ruas. Geram um misto de respeito e desprezo, exatamente por entrecruzarem as fronteiras: são inusitadamente agressivas e masculinizadas na aparência e se protegem bem mais do que as outras mulheres. Ao mesmo tempo, elas têm relações com mulheres, “mercadoria” bem rara no contexto da rua.

Os espaços femininos e masculinos se entrecruzam, reproduzindo definições convencionais sobre gênero que são, por sua vez, desafiadas pela realidade contingencial. Os resultados do conflito entre fronteiras são contradições de comportamentos e representações de

homens e mulheres a respeito desse espaço. No contexto de minha pesquisa, tais interfaces ganharam visibilidade significativa, provavelmente decorrente do grande contato com mulheres nos vários locais de observação participante e principalmente no Brás, já que na configuração da época de meus contatos as mulheres estavam em primeiro plano¹⁷. Porém essas fronteiras estão implícitas e convivem com outras questões no presente capítulo: nas relações de vizinhança, nas formas de intimidade e sexualidade, no manejo da comida.

O olhar e a vizinhança

Nas estimativas de 2000 e 2003 foi contabilizada a porcentagem de pessoas morando sozinhas na rua e em albergues: em 2000, respectivamente, 55,9% e 94,2%. Em 2003, os números são de 48% de pessoas sozinhas nas ruas e 88% nos albergues. O número de pessoas sozinhas nos albergues se explica pela própria estrutura do mesmo. As instituições foram feitas na sua maioria pensando nesse perfil tradicionalmente construído. São poucos os albergues que possuem infra-estrutura para famílias¹⁸. De modo que a recepção nos albergues torna-se logicamente o abrigo de pessoas sós.

É necessário acrescentar que, além da pouca infra-estrutura oferecida pelos albergues, a família não tem interesse nesses espaços transitórios. Ainda que a rua também seja marcada como uma passagem efêmera, a tentativa das famílias é a de procurar espaços – particularmente embaixo de viadutos – para montar suas habitações, expressando um desejo de se manterem unidos, perambular menos, e de buscar suas próprias fontes de subsistência. Essa insistência em permanecer no espaço aberto da rua os torna alvo de “maior repressão institucional”,¹⁹ justamente por ser, para o controle urbanístico e social, a permanência do modelo familiar impensável nas ruas.

¹⁷ Se comparado à proporção da presença feminina nos agrupamentos espalhados pelo centro da cidade, na praça havia uma concentração surpreendente de mulheres habitando o local.

¹⁸ Dos que visitei, há o albergue Projeto Gente Canindé, que possui alguns quartos para família; o albergue Reciclázaro 2. Na leitura de Alderon, um dos coordenadores da Rede Rua, a possibilidade de colocar as famílias em albergues é uma má solução. “Lugar das famílias é em casas populares”. A resistência em colocar as famílias em albergues é que sua presença nas ruas torna ainda mais escandalosas as condições de pauperização socioeconômica e desperta a demanda por soluções mais estruturais.

¹⁹ Escorel, *op.cit.*, p. 136.

A dinâmica da rua reforça a solidão. As relações familiares e as solidariedades primárias pelas quais essas pessoas garantiam a sua inscrição sólida na sociedade²⁰ tornam-se gradualmente distantes, na medida em que aumenta a permanência nas ruas, caminhando para um mundo de relações efêmeras constituídas em deslocamento. E essa efemeridade traz aos habitantes da rua uma grande desconfiança em relação aos pares com quem convivem.

Como sugere Escorel, o isolamento físico decorre significativamente do empobrecimento dos suportes relacionais, na medida em que a sociabilidade flutuante na qual o morador de rua se encontra na rua torna as relações frágeis e ambivalentes. Assim, ele circunscreve nessa solidão uma forma de se preservar de conflitos e de, ao mesmo tempo, inserir-se nas redes de solidariedade e sobrevivência afetiva e material. Nesse sentido, como sugere a autora, “o isolamento e a solidão não emergem como uma contraposição aos agrupamentos”.²¹

Os agrupamentos são formas de sociabilidade que se moldam à temporalidade e espacialidade marcadas pela mobilidade contínua, pela fluidez e pela inconstância. Eles são definidos em escalas diferentes. Podemos pensar na rede de informações e solidariedade que se faz no próprio ato de conhecer esse circuito novo da rua andando. Tal rede se estende para além de áreas geográficas vizinhas e se espalha pelo centro da cidade. Quanto aos agrupamentos, diferenciam-se de acordo com a dinâmica de circulação da área em que estão inseridos. No caso das ruas ao redor do Largo São Bento, por exemplo, o encontro das pessoas ocorre apenas na hora de dormir, e o deslocamento para fora dessa área é intenso, o que dificulta o estabelecimento mais produtivo dessa relação. Já a Praça do metrô Brás, por sua largura e por ser um lugar pertinente para maior permanência, os contatos parecem mais substantivos.

A convivência no espaço da rua pressupõe, nos deslocamentos contínuos, cruzamentos irregulares e heterogêneos entre famílias, homens e mulheres (sozinhos ou em dupla) que exercem a mendicância, “loucos de rua”, catadores de materiais recicláveis. Cada pedaço das áreas centrais onde se concentram os habitantes de rua delinea esse universo de interações, friccionando mundos e territorialidades. Nem todos esses “perfis” estão presentes ao mesmo tempo, nem há uma regularidade na permanência dessas pessoas. Há lugares de onde alguns tipos são “expulsos”, e em outros já se permite maior convivência e fluidez.

²⁰ *Idem*, p. 149.

²¹ *Idem*, p. 165.

Na Praça do metrô Brás, esses cruzamentos estavam presentes. Lourdes e Carmem chegaram à Praça com a família e ali se estabeleceram nos moldes das famílias que se fixam embaixo dos viadutos. Lourdes com seus dois filhos, aguardando o retorno do terceiro, que se encontrava preso. Carmem também com seus dois filhos. Manoel foi embora naquele momento, e ela voltou então a ser chefe da casa. Seu Joaquim se instalou, então, ao lado dela como uma espécie de agregado, um “aparentamento”, a releitura de referência familiar. Márcia, uma jovem vizinha de Lourdes, constituiu aos poucos sua família ali na praça. Juntou-se a um morador dali e tiveram dois filhos.

Dona Lina era uma mulher só, vínculos familiares há muito quebrados. Havia passado alguns anos atrás por uma casa de repouso. Era amparada pelos laços de vizinhança do Brás. Seu vizinho mais constante era Seu Rubens. Acresça-se que, Dona Lina era respeitada na área, e seu canto era cercado por pessoas que dormiam ali uma noite, ou uma semana, tomando a postura de guardiões da casa da “Tia”. Já Matilde, uma outra senhora que circulava pela praça, andava realmente só. Eu costumava vê-la pelos cantos, nos retângulos de cimento, esbravejando. Presenciei discussões suas com outras pessoas no Brás. Mas, no geral, resmungava sozinha, cabelos desgrenhados, roupas sobrepostas e divagações ao ar. Era conhecida como uma “louca de rua”.

Os catadores de papel que habitavam a antiga guarita eram mais arredios à comunicação. Certamente estabeleciam laços e contatos com os demais, mas o faziam de forma menos evidente. Quando acordavam, organizavam os papelões, lavavam roupas, enfim, funcionavam como uma unidade doméstica. Era difícil distinguir quantas pessoas dormiam ali. Vez por outra, eu observava de cima do metrô, próximo ao local, moradores e moradoras daquela área conversando com Carmem e Lourdes.

A “galera da maloca” (termo utilizado por Carmem e Lourdes) compunha-se de vários homens que dormiam na praça e nos arredores, e de algumas poucas mulheres. Entre elas, Márcia, a jovem vizinha de Lourdes, circulava por lá com seu bebê. Sentadas entre dois retângulos de concreto, próximas a uma árvore, essas pessoas constituíam um agrupamento diário em torno de dois elementos básicos de sociabilidade na rua: a fogueira e a pinga. Para Lourdes e Carmem, quando conversavam comigo, *“aquela era a turma da pingaiada”*. Passavam praticamente o dia a trocar idéias, silêncios, álcool e comida.

Regina e Osório, apesar de vizinhos próximos de Carmem e Seu Joaquim, viviam em um mundo próprio, isolados. Estavam fracos e cansados, tomados pelo álcool, alienados. Naturalmente estabeleciam alguns contatos. Havia um homem que lhes trazia verduras. Mantinham conversas com algumas das pessoas que circulavam pela praça. Mas as conversas não eram freqüentes. Eles mantinham-se distantes das pessoas vizinhas e respondiam de forma hostil a quaisquer sugestões no sentido de melhorar a condição de sua saúde, bastante deteriorada.

As relações de vizinhança na Praça do Brás formam uma dinâmica de códigos explícitos outros implícitos, e interações e conflitos circunstanciais, fluidos e efêmeros, conforme o modo, o momento e as formas de cada um se colocar. Há regras, tais como evitar assaltos e agressões aos vizinhos na Praça, respeitar a “mulher dos outros”, devolver a comida ou os objetos emprestados. Essas regras tendiam a manter um equilíbrio naquela convivência heterogênea. O não-cumprimento destes preceitos – o que não raro acontecia – implicava a existência de conflitos.

A Praça do metrô Brás era também um ponto de encontro interessante. Pessoas passam por ou retornam de modo absolutamente irregular. Uma vez, Cesinho, um rapaz negro, de cerca de 30 anos, conversava com Carmem. Cesinho fazia uma visita naquele dia de folga do cumprimento de sua pena em uma colônia (uma espécie de lugar para o exercício da liberdade assistida). Ele vivia na rua havia uns 11 anos e sempre ia e voltava ao Brás. Antes de ser preso (quase dois anos antes), dormia ao pé de uma árvore, na grama, com sua namorada, bem próximo à habitação de Carmem.

Outro rapaz, Pernambuco, recém-egresso da prisão, estava dormindo no pilar ao lado da habitação de Dona Lina. Ele me disse que viera do Nordeste, que estava circulando “por aí”, e que acabou sendo preso porque “perdeu a cabeça”: *“Agora saí, né, e voltei pro Brás porque o Brás é o Brás, né, Tia? [dirigindo-se a Dona Lina]”*.

Além deles, homens recém-saídos dos albergues voltavam à praça. Essa circulação, cuja dimensão temporal é bastante ampla e irregular, revela ligações de vários anos entre os moradores e os que estão na Praça. É como se as relações de vizinhança, quando não eram quebradas por conflitos graves, acompanhassem a fragmentação do tempo que a circularidade impõe.

A vizinhança requer um olho atento a tudo o que se passa na praça e nos arredores. Essa vigilância constante e silenciosa, muitas vezes, dissimulada em um aparente olhar indiferente no

vazio, mapeia para os habitantes da área tanto a possibilidade de armarem suas defesas quando necessárias, quanto a de ampliarem suas chances de obter recursos. Há, assim, uma hipersensibilização em relação a tudo que se ouve e o que se vê, permitindo uma decodificação da presença da ajuda assistencial e dos conflitos e roubos iminentes.

Lourdes, enquanto lavava roupa na porta de sua casa, mantinha os olhos fixados na movimentação da praça. Meu contato com ela foi posterior ao contato com Carmem. No entanto, ela não somente sabia meu nome, como se lembrava das vezes em que passei e com quem eu conversava. Carmem, enquanto falava comigo, observava ao redor: procurava controlar os limites de circulação de seu filho, observava a movimentação da padaria, inteirava-se dos roubos na praça. Mapeavam-se os passos que cruzavam a praça com rapidez.²²

As relações de vizinhança se estendiam para além da praça. Carmem e Lourdes conheciam vários vizinhos dos prédios ao redor. Algumas casas as tinham recebido como diaristas. Sabiam outras informações por ouvirem brigas nos apartamentos ou serem informadas das “fofocas que correm”. Alguns moradores desses apartamentos aproximavam-se como uma forma de se solidarizar com os habitantes de rua. Havia ainda aqueles com ligações mais pessoais com os moradores da praça, como é o caso de uma moça que morava em um prédio ao lado e vinha conversar com o filho adolescente de Lourdes. O marido da jovem estava preso e havia alguma relação velada entre este e o filho de Lourdes.

Na praça, os seus moradores também formulavam distinções entre as pessoas com as quais conviviam. Expressões como “perturbadores da paz”, “maloqueiros”, “folgados e vagabundos”, “fim de linha” eram utilizadas para sublinhar os “outros” dentro do universo da rua. Os critérios que definiam tais distinções pareciam ser pautados por um padrão classificatório de moralidade formulado de forma explícita ou implícita nesse universo e que estava relacionado a qualidades como trabalho, honestidade, decência, não vadiagem. No reforço discursivo dessa moralidade, havia sempre um outro na rua a contrapor-se ao comportamento do falante, como um reforço das marcas distintivas do estigma do morador de rua.

²² A apuração dos sentidos da visão e da audição auxilia os moradores de rua a construir uma ação, uma *performance*, na maioria das vezes defensiva de acordo com quem os aborda. Durante as visitas noturnas, por exemplo, quando os que descansavam sentados na calçada percebiam de longe nossa presença, permaneciam quietos, aparentemente absortos no vazio à frente. Olhavam com o canto do olho enquanto conversávamos com os companheiros ao lado, com os ouvidos atentos. Ao nos aproximarmos, voltavam-se com uma reação que já parecia pronta e que se traduzia ou em um sorriso tímido e a fala baixa, ou em palavras hostis, que encerravam a conversa.

Neste contexto, Carmem e Lourdes viviam tecendo comentários sobre seus vizinhos, ajudadas por Seu Joaquim: a “galera da maloca” era a da “pingaiada”, eram os “vagabundos” e “alguns marginalzinhos”. Regina e Osório eram “fim de linha”, chumbados, decadentes, “pingados”. Havia os *outsiders*, pessoas que vinham de fora e ficavam por ali a “aprontar”. Falava-se mais claramente dos meninos de rua da Praça da Sé, os “arruaceiros”, que iam para a Praça do Brás para “apavorar”.²³ E, por fim, os “maloqueiros” e “aproveitadores” que rondavam pelo Brás, aos quais as duas mulheres me advertiam a prestar atenção, pois poderiam me roubar²⁴.

Essas ressalvas eram feitas não somente por Carmem e Lourdes, mas pelos demais habitantes da região com quem conversei. Muitas vezes, elas eram endereçadas de forma anônima, como que para marcar a presença do “mal”, que estava sempre naquele outro, estranhado nesse contexto, mesmo que as relações entre os pares fosse ambígua. Tais observações, somadas às fofocas que faziam a respeito de seus vizinhos ou de suas visitas, representavam colocar no outro os perigos das atribuições negativas que pesam sobre sua condição. Constituíam, assim, uma inversão da imagem que queriam construir de si mesmos.

Com alguma frequência, a quebra desses códigos de comportamento e o partilhamento dos bens implicavam igualmente a quebra das já frágeis relações de confiança. É como se as tensões criadas pela ambigüidade que permeia o tecido relacional deste universo – ambigüidade esta, segundo Escorel, que coloca em atrito as referências de identidade e solidariedade com as de hostilidade e violência – deslocassem os indivíduos envolvidos nessa sociedade de companheiros para traiçoeiros, por exemplo. Na maior parte das vezes, a boa relação se refazia sem, no entanto, descartar a desconfiança e a dissimulação, sentimentos, aliás, permanentes nessa sociabilidade²⁵.

As cordialidades caminhavam junto aos conflitos. Lourdes vivia reclamando de Márcia para Carmem, embora expressasse carinho pela jovem. Dizia que a menina andava suja e não

²³ Nas relações fronteiriças entre meninos e meninas de rua e os moradores de rua, há vários conflitos que envolvem agressividade e violência. Verifiquei, particularmente, ofensivas das crianças e adolescentes com os adultos, embora também ocorresse o inverso.

²⁴ Muitas dessas observações, obviamente, tinham procedência. Uma das dificuldades da estada no campo foi justamente para transitar pela praça sem estar perto de Lourdes ou de Carmem, por conta dos olhares insinuantes ou bastantes severos e o ar de desconfiança para mim. No dia em que fui à praça com a câmera fotográfica, percebi alguns homens me rondando e olhando para a mesma. Em alguns momentos, desagradava-me fazer o percurso da casa de Carmem até a escada rolante do metrô. Neste trânsito eu percebia minha vulnerabilidade, que, no entanto, não era provocada por situações específicas ou mais evidentes de perigo.

²⁵ Escorel, *op. cit.*

cuidava dos filhos, e que alimentava o vício do marido. Emprestara um botijão de gás para Márcia e ela não o devolvera. Por outro lado, um dia a encontrei em sua casa junto com Márcia. Passaram a falar mal de Carmem para mim. Ainda em outro dia, Carmem e Lourdes falavam de Moema, uma senhora que era comadre de ambas. Queixavam-se de que esta última só aparecia quando queria comer. Essas acusações e mudanças de lado estão, em geral, associadas a quebras nas relações de solidariedade material e afetiva, bastante comuns e intensas na dinâmica itinerante.

Uma ilustração forte da fragilidade desses relacionamentos está em um episódio entre Moa – filho de Carmem – e Seu Joaquim. Em uma tarde, este saiu e deixou sua habitação fechada, trancada com cadeado, como de costume. Carmem também não estava e Moa ficou encarregado de vigiar as casas. Ao lado delas, alguns jovens haviam montado um campo de futebol, e chamaram o menino para jogar. Moa foi e, apesar de estar exatamente ao lado das casinhas, desconectou-se delas. Quando Seu Joaquim voltou, percebeu que haviam conseguido entrar em sua pequena habitação e roubar seu carrinho. Já alcoolizado, Seu Joaquim ficou enraivecido com Moa. Carmem contava:

*“Daí o João voltou e não viu o carrinho. Ficou possesso, né? Ficou bravo com o Moa. Até aí, tudo bem. Mas tava mamado e ficou com tanta raiva que pegou a faca e ameaçou! Daí eu entrei no meio e disse: quer discutir com ele, tudo bem, mas não põe a faca no menino, não, João, que em filho meu não vai pôr a faca não!”*²⁶

Levando em conta que Seu Joaquim é um agregado de Carmem, que segue seu percurso entre idas e vindas de moradias do Brás há muitos anos, essa atitude intempestiva e radical coloca em risco os poucos laços que Seu Joaquim construiu na rua. Moa tornou-se o descuidado, “um outro”, punido no lugar do ladrão.

Por outro lado, dentre as formas de solidariedade, as intervenções dos pares são essenciais para a sobrevivência no circuito a rua. Pernambuco, o jovem egresso da prisão, conversava comigo sobre Dona Lina:

“Ontem à noite eu tava dormindo naquele pilar ali, eu mais o João [aponta o pilar ao lado da habitação de Dona Lina, próxima à de Seu Rubens]. Daí chegou um mané aí de noite, briaco, briaco e queria

²⁶ Caderno de campo, 27/05/2003.

*dormir com a Tia!!! Queria se deitar lá com ela. Na primeira vez que ele quis, a Tia chegou perto de mim e reclamou do mané. Daí eu disse pra ele: 'sossega, mano, vai dormir pro outro lado'. Daí ele veio e insistiu com a Tia. Tinha que levantar e tirar ele de lá, né? Daí eu já levantei a faca, mas o Jão acalmou, o cara tava bêbado. Daí a gente jogou ele lá naquele canto ali e o cara roncou. Mas não é mole não, na rua tem que ficar muito esperto (...)"*²⁷

A cena revela o jogo dos atores. Dona Lina é uma mulher sozinha, frágil e mais velha. É bastante respeitada na praça, onde é conhecida como “a Tia”, e vende seus serviços de lavadeira para muitos habitantes do local. Pernambuco, moço jovem e tenso, é antigo conhecido da senhora. O perigo veio de fora, um homem que pernoitou ali e que os “vizinhos” mal conheciam. Não pediu para entrar, sua estada ali era uma espécie de concessão no território já marcado por aqueles homens. Ele veio de fora, podia ser do tipo “do mal”. O desafio da invasão do espaço já marcado é uma constante na rua, particularmente quando as pessoas já estão sob efeito do álcool. À invasão de território soma-se a tentativa de se apropriar de uma mulher dessa área.

Um outro caso revelou outras formas de intervenção solidária. Em meu primeiro dia de visita à praça, acompanhada de Alderon, resolvi ajudá-lo a entregar o número de *o Trecheiro* para poder me apresentar às pessoas. A 20 metros da de Regina, havia outra habitação, formada por um colchão e, perpendicularmente um pedaço de compesado que evitava o excesso de vento. E, é claro, muitas sacolas, em um ambiente mal cheiroso. Sentada nesse colchão estava uma senhora. Devia ter em torno de 50 anos, negra, olhos estreitos. Estava assustadoramente magra, os ossos de seu braço e ombro se pronunciavam. Estava tão fraca que mal levantou o braço e a cabeça para pegar o jornal. Mas sorria.

Quando perguntamos seu nome, ela nos disse: “*É Maria da Graça, mas seria melhor chamar de Maria da Desgraça (...)*”. Negamos a alcunha gentilmente e falamos então do jornal. Conversando com Carmem (que eu acabara de conhecer), soube que Maria da Graça estava em um estado adiantado de cirrose e praticamente não se levantava. Ela tinha um companheiro que era o responsável por alimentá-la. “*O problema*”, disse Carmem, “*é que ele tá sempre bêbado, então a coitada às vezes nem tem o que comer. Mas, também, tá vomitando tudo*”.

²⁷ *Idem, ibidem.*

Quando voltei na semana seguinte, não encontrei Maria da Graça. Perguntei sobre seu paradeiro a Carmem: “*Th, essa morreu, fia. No começo da semana*”. Carmem contou-me, então, a história que Lourdes também contaria em outra ocasião. Eis a versão de Lourdes:

*“Th, minha filha, a Maria da Graça tava que era só pele e osso, e nem comia. Só que ela tem aquele homem lá que tentava cuidar dela! Mas a gente via que ela já tava perdendo força. Daí, numa noite, eu fui atravessar ali, ó [apontou na direção da casa de Carmem] e daí ouvi uns barulho (...) Fui olhar no colchão e o homem não tava lá [e fez movimentos com as mãos indicando o ato sexual] fazendo aquelas coisas com a mulher???? Mas ela tava morrendo! Bem, aí eu cheguei, peguei um pedaço de pau e dei nele, dei até ele para com aquilo. Daí fui até o orelhão e chamei a polícia. Daí eles perguntaram: ‘o que a senhora quer, D. Lourdes?’; eu falei da Graça. Eles disseram que era pra eu liga pra ambulância. Liguei e eles disseram que não tinham como ir. Daí liguei pra polícia de novo e disse: é o seguinte, vem buscar ela ou eu faço uma gritaria aqui!!!!!! Daí eles vieram e levaram ela pro hospital. Mas deu uns dois dia e ela morreu”.*²⁸

Aqui os atores estão em lugares diferentes. As pessoas envolvidas na cena eram todas vizinhas, conhecidas do mesmo território. No entanto, a atitude do companheiro de Maria da Graça – visto como “bebum” – não foi encarada com bons olhos pelas suas vizinhas, pois ele abusou da condição de fragilidade de sua mulher. Foram, então, acionados os mecanismos de solidariedade diante de uma situação de vulnerabilidade e sofrimento corporal, mesmo que este estivesse de acordo com a intimidade de um casal. E, por fim, a interventora era Lourdes, representante do perfil da mulher só, forte, agressiva, cujo temperamento faz os habitantes do Brás, a polícia e os comerciantes tratarem-na com respeito.

As relações de vizinhança tornam visível que os espaços de estada e moradia dos habitantes de rua se pautam por uma intensa dinâmica de negociação de fronteiras de intimidade, solidariedade, gênero e territorialidade. A geografia da situação de rua, moldada no geral pela propriedade da itinerância e da efemeridade cria diversidades múltiplas de interação social e marcações identitárias. E nestas os domínios da casa e da rua não se dissolvem um no outro. Mas, antes, o mundo do privado é transposto para a dimensão do público, desabrigado das barreiras que caracterizam a proteção do seu domínio e re-situacionado em termos espaciais. Essa

²⁸ *Idem, ibidem.*

transposição se traduz em um *contra-uso* da noção de público, que subverte as fronteiras relacionais entre casa e rua que são, segundo Da Matta²⁹, tão bem separadas no caso brasileiro.

A intimidade do afeto e a sexualidade na rua

Em meio às precárias delimitações do domínio privado nas ruas, é possível notar as manifestações da intimidade. Algumas delas já foram indicadas neste trabalho: as práticas de asseio corporal, as relações de camaradagem e de proximidade entre vizinhos, a lavagem de roupas. Para além destas, a intimidade afetiva entre os casais me chamou particularmente a atenção. Se as imagens ressaltadas sobre e pela população de rua são as figuras solitárias e enclacradas em si mesmas, as maneiras como um casal traz a intimidade e o afeto – aparentemente anestesiados –, para o espaço aberto abrem uma perspectiva para compreender melhor os mundos das relações interpessoais. Os vínculos de afetividade parecem mais intensos do que nas relações de amizade entre os agrupamentos, embora sofram igualmente o risco de rápido desmantelamento.

Os casais são encontrados na rua em número visivelmente maior do que nos albergues, até porque estes raramente têm espaço para abrigar os cônjuges. Eles são divididos em quartos coletivos masculinos e femininos. Em função de sua organização e de suas regras, os momentos de intimidade e práticas sexuais no estabelecimento, tanto entre heterossexuais quanto entre homossexuais, são difíceis de ocorrer, e, quando acontecem, são punidos com a expulsão. Já na rua, ainda que expostos, os casais encontram suas formas de permanecer juntos, ainda que estas também sejam instáveis.

Os casais se formam por uma diversidade de motivos: atração mútua, carência afetiva e sexual, ou necessidade de proteção. Podem chegar juntos à rua ou conhecer-se nela. Em ambas as situações, a fragilidade do relacionamento é evidente. No primeiro caso, os casais podem se dissolver em função do fracasso na obtenção de recursos de sobrevivência, causando a crise do “provedor” no homem e sua possível adesão ao alcoolismo. No segundo caso, adicionam-se a esses motivos as imagens estigmatizadas vinculadas às mulheres - assim como as

²⁹ DaMatta, *op.cit.*

adolescentes³⁰ - que chegam às ruas sozinhas. Elas são vistas de forma ambígua: oferecem o afeto que os homens de rua procuram, mas estão deslocadas do lugar projetado em seu imaginário, que é o da casa. Na hora do conflito, essas imagens são evocadas. Do mesmo modo, o homem que não cumpre com seu papel de provedor e protetor, e que exerce a violência sobre ela, também é colocado de lado. Dessa forma, há um movimento para tentar manter um equilíbrio, entre o carinho e a agressão, a fim de assegurar a relação. Porém a tensão cotidiana não demora a quebrar essa aparente harmonia.

Carmem teve dois maridos. Morou com o primeiro – pai de seus filhos – em um barraco em um bairro de periferia, mas, por seus relatos confusos, muitas vezes percebi que haviam residido também na praça do metrô e em albergues, tendo inclusive frequentado a praça. Eles decidiram sair do barraco por causa da violência do bairro. Mas, nesse ínterim, seu marido, que sofria de cirrose, morreu engasgado com comida no palco que se situa embaixo da plataforma do metrô. Carmem então se mudou para a praça e lá conheceu Manoel, com quem “se amigou”.

Manoel foi quem, com a ajuda de Seu Joaquim, construiu a habitação em que ela mora. Ajudava em algumas coisas, mas não tinha nenhum serviço. De vez em quando catava latinhas. Para Carmem, mesmo não trabalhando muito, era um bom companheiro. Tinha, no entanto, dois problemas: criava conflitos com o menino, Moa, e era mulherengo. Quando a conheci, Manoel morava lá. Participou da entrevista que ela concedeu ao jornal e conversou bastante comigo. No percurso de minhas idas à praça, passei a vê-lo menos. Carmem reclamava dele e dizia: “tá por aí, foi vadiar, né, aquele lá não que nada”.

Um dia, disse-me que Manoel havia ido embora:

“Então, ele saiu sábado, mas não para de arrodar por aqui. Sabe o que é, ele começou a brigar com o Moa, a querer bater muito nele. Eu disse – ocê não tem paciência não, então não dá. Pega suas coisa e cai embora. Tudo bem, Simone. Eu não preciso de nenhum homem mesmo posso fazer sozinha. Fazer o quê, né, filha? É, o Manoel tá com outra. Ele não fica sem não. Quando foi sábado, ele gritou com o Moa pro menino ajudar ele a pegar água. O menino disse que não ia, ele brigou com o menino. Muito ignorante ele. Disse que não dava pra ficar comigo por causa do meu filho. Daí eu disse, então tchau, né, porque do meu

³⁰ Na pesquisa que culminou em minha dissertação de mestrado, a imagem da menina era ambígua. Os meninos chegavam a namorar e ter relações sexuais com as meninas. Mas diziam que meninas para namorar estavam nos bairros. Por sua vez, as meninas diziam que os meninos nas ruas eram muito infantis; em geral, procuravam os meninos mais fortes. (Frangella, 1996, *op.cit.*)

filho eu não vou largar mesmo. Filho meu fica comigo. (...) mas até que tô com saudade daquele homem. De vez em quando dá saudade, né? Ele sai com outras mulheres, sempre saiu, mas eu não dava muita bola. Agora fica aí arodeando....”

Carmem estava triste e saudosa, e dizia:

“não que eu vá arranjar um outro homem agora, eu tenho que respeitar meus filhos (...) fiquei três anos com esse homem (...) mas ele fica aqui rondando, dorme aqui, dorme ali no canto, não é João?”

Próximo ao canto de Seu Joaquim havia um homem obeso, sem camisa, que estava assediando uma jovem. Carmem apontou para ele:

“esse homem aí, veio aqui me encher o saco ontem. Queria alguma coisa comigo (...) não pode ver mulher sozinha que já vem. Queria se mudar pro meu barraco comigo (...) eu disse pra ele que tava sozinha, mas que não queria ninguém aí, não (...)”

A história de Carmem mostra um pouco dessa dinâmica de casal, ainda que, no caso dela haja um diferencial: foi a presença dos filhos que motivou o conflito³¹. Como, em geral, os casais na rua não têm filhos – comumente estes estão com as famílias das mulheres ou nos conselhos tutelares –, as dissonâncias se concentram em outros pontos: traição do parceiro ou da parceira, negação das divisões de função estabelecidas, violência em função do álcool ou mesmo discordância dos pontos de vista, o que, em maus momentos do cotidiano, toma grandes proporções.

A quebra de relações, ainda que seja latente, não minimiza as dores e sofrimentos. Na realidade, por menor que seja o tempo passado junto, a relação ganha uma intensidade ímpar. Em primeiro lugar, estar junto com alguém na rua pressupõe, de imediato, “se mudar” para o canto da pessoa. Esta se torna praticamente uma condição para a intimidade, porque “o canto” é o único espaço para se estar. Dessa forma, é comum acontecer cenas como a do homem obeso, que mal conhecia Carmem e já queria se mudar para seu canto.

Mudar-se implica assumir determinadas funções. No caso dos homens, proteger e garantir. No caso das mulheres, confortar, aquecer e alimentar. Mas “mudam-se” rápido

³¹ Esses conflitos são similares aos problemas frequentes de crianças com padrastos ou madrastas nas famílias que moram nas periferias, onde a decisão das mães a respeito do impasse gera o abandono dos maridos ou a expulsão dos filhos para a rua. Na rua, os impasses tendem a ser diferentes, pois são muito poucas as mães que conseguem manter seus filhos longe da intervenção do conselho tutelar.

também porque a condição de vulnerabilidade torna-os extremamente voláteis. Homens e mulheres travam sérias lutas corporais, muitas vezes, na disputa por parceiros. Carmem afirmou que tratava a infidelidade de Manoel de forma estratégica, pois o deixava ir com as outras, mas sabia que ele a queria, afinal, era a esposa de três anos.

Quanto a “não estar com outro homem tão cedo”, esta parecia mais uma resposta adequada na sua tentativa de preservar uma imagem moral que contribuisse para garantir a guarda de seus filhos do que a expressão do seu desejo. Não descarto a possibilidade de Carmem se preocupar com o ambiente para sua prole. No entanto, ela mesma me disse em alguns dias antes que *“é muito difícil ficar sem um homem na rua. Afinal, tem que tem alguém pra proteger a gente, né? É tão perigoso ficar por aqui sozinha...”*. Provavelmente, para Carmem, esta questão viria a ser um dilema: por um lado, estar com um homem seria trazê-lo para a intimidade de sua casa, o que ela considerava precoce. Por outro, sua condição era muito vulnerável e, nesse sentido, precisaria da presença de um homem.

Ao contrário do que se poderia supor, as questões e fragilidades que envolvem um casal não impedem as manifestações de carinho e afeto de ambas as partes: os olhares, os abraços, a acolhida junto à coberta na hora de dormir, o cuidar. Os elementos que conformam esse afeto podem ser vistos em qualquer ponto da cidade. Percebi-os no Brás, nas visitas noturnas ao centro e no refeitório. Regina e Osório evidenciaram vários momentos de cuidado e carinho um com o outro. Embora ambos estivessem bem debilitados em função da bebida, Regina era a que se encontra em estado físico mais frágil. Osório era quem se encarregava da maior parte dos afazeres domésticos e da garantia de comida. Quando estava na praça, ficava sempre em volta de Regina. Um dia, após vomitar muito, Regina deitou-se em cima de um outro colchão que estava posto sob o sol. Logo em seguida, sentou-se e tentou acender um cigarro. Mas ventava e suas tentativas foram em vão. Osório se aproximou, tomou o colchão de espuma e envolveu Regina nele para que, livre do vento, pudesse acender o cigarro. Depois, ajeitou o colchão para que ela se sentasse e foi cuidar da comida.

Em uma outra tarde, o casal estava sentado dentro de sua habitação que estava com as caixas que faziam as vezes de parede estavam abaixadas, o que permitia uma visão melhor para mim e para Carmem, que ficamos observando. Regina estava sentada sobre o colchão, em meio a uma sujeira enorme, de frente para Osório. Bem lentamente, na medida da sua parca coordenação

cortava-lhe os cabelos. Carmem, que na ocasião ainda não estava separada, sorriu melancólica e disse: “*Ai, como é bom um carinho assim, cuidar assim, não é?*”. Como acontecia com alguns outros casais cujas cenas de afeto presenciei, compartilhavam os cobertores com muquirana, as garrafas de plásticos sujas, tocavam-se impregnados do encardido da rua³².

Em um outro momento, acompanhei durante cerca de vinte minutos a movimentação de um casal na calçada em frente à Igreja do Brás. Ambos negros, o homem devia ter por volta de 55 anos, tinha barba grisalha, grande e engordurada. Ela aparentava ter 45, bem magra, cabelos curtos, saia hippie e jaqueta sobrepondo blusas. Os dois estavam demasiadamente alcoolizados. Ele se encontrava caído, virado parcialmente de lado, encostado em um canteiro defronte à Igreja. Ela estava à sua frente em pé, virada sobre o homem.

A mulher procurava retirar uma das camisetas de seu parceiro. Ele parecia um peso morto, não se mexia. Ela puxava uma das mangas muito lentamente. Vez por outra ele reagia, contraindo o braço com um movimento brusco. Apesar da resistência, após alguns minutos, ela conseguiu seu intento. Tirando uma manga e depois outra, livrou-o da blusa. Dobrou-a cuidadosamente e procurou uma sacola para colocá-la. O velho ficou sentado, já desperto, mas incapaz de se mexer. Quando ela se aproximou novamente, ele gesticulou indicando que queria fumar. Ela sinalizou, trôpega, para que ele aguardasse e pediu aos transeuntes um cigarro. Não obteve, tentou negociá-lo junto à porta da igreja. Por fim, vasculhou um lixo. Conseguiu o que procurava e o levou até o parceiro. No entanto, este mal conseguia se mover. Ela fumou então um pouco do cigarro e o colocou na boca dele.

Tais cenas são os expoentes do cuidado amoroso e do afeto nas condições materiais e subjetivas da situação de rua, que pode ser reconhecida entre as outras categorias da população de rua com outros formatos. Há uma dedicação notável ao parceiro ou à parceira. Porém, se os

³² É a experiência de sentimentos sublimes e íntimos na intensidade da miséria. Nas descrições de Jean Genet: “*Salvador tomava conta de mim, mas durante a noite, à luz de velas, eu procurava nas costuras de sua calça os piolhos, os nossos íntimos. Os piolhos nos habitavam. (...) Gostávamos de saber – e sentir – pululando os bichinhos translúcidos que, sem serem domesticados, eram tão nossos que o piolho um do outro que não nós dois nos dava nojo. (...) com nossas unhas esmagávamos sem nojo e sem ódio.(...) os piolhos eram o único sinal de nossa prosperidade, mas era lógico que ao fazer o nosso estado operar uma recuperação que o justificasse, justificávamos ao mesmo tempo a marca desse estado. (...) Era bom que eu fosse o amante do mais pobre e do mais feio no fundo de tanta miséria. Por causa disso, conheci um estado privilegiado.*” (J. GENET, 1986). Os piolhos tornam-se nesta obra, como afirma Gregori, objetos que simbolizam a aliança entre os dois personagens, uma aliança cujo sentido é a violação. Os piolhos expressariam a mesma transgressão dos dois amantes, mendigos e homossexuais. Mas os piolhos são precários como suporte de significações amorosas. No livro de Genet, somente servem à intimidade dos personagens em questão. Os outros piolhos qualquer lhes davam nojo. (Gregori, 2000, *op. cit.*, pp. 51).

carinhos são intensos, as explosões de tensão entre os cônjuges também o são. Assim como nas outras relações de sociabilidade no universo da rua, qualquer pequeno motivo pode ser o propulsor de posturas desafiantes, falas raivosas, xingamentos. A instabilidade emocional produz alterações nos estados de ânimo sempre muito efêmeros.

Nos mesmos dias em que observei as manifestações de afeto de Regina e Osório, presenciei os dois discutindo, xingando-se. Em um desses momentos de briga, Osório se aborreceu e se deitou no colchão, passando para Regina a tarefa de reordenar as “paredes” de caixa e passar a corda que as sustentava, o que era um trabalho pesado. No refeitório, Marcos, um jovem rapaz que passava boa parte do tempo alcoolizado, vinha com sua companheira. Estava constantemente ao lado dela, mas discutam muito. Em um desses conflitos, Marcos tomou os documentos da moça e os deixou no refeitório. Disse à parceira que os havia queimado, como uma forma de puni-la. Sua atitude engendrou mais conflitos.

As brigas são provocadas por ciúme exacerbado em função da tensão sexual que envolve a exigüidade de mulheres e da repressão contínua das manifestações de desejo de ambos os sexos. Ocorrem igualmente em função do excesso de álcool, da desconfiança, das angústias pessoais. Qualquer que seja a razão, os cônjuges, no auge dos conflitos, evocam as imprecizações e acusações feitas pelo parceiro anteriormente, em geral relacionadas aos deslocamentos de gênero: as mulheres reclamam de que já foram maltratadas e de que são moralmente ofendidas, e os homens enfatizam que foram desrespeitados e diminuídos como maridos.

No geral, a assimetria entre o papel feminino e masculino, ainda relativizada em decorrência da crise de gênero, aparece na emergência do conflito. A virtuosidade, a fidelidade e a honestidade femininas são evocadas o tempo todo pelas mulheres e pelos seus companheiros: mulher de honra, mulher virtuosa – um contraste com relação à prostituta e à jovem solteira. Por outro lado, para a mulher de rua, o companheiro tem que ser um homem bom, honesto e que procura serviço. Do contrário, é fraco, “é boa bisco”, “não serve”. Nos conflitos, as imagens são arranhadas.

Élcio e Gorete eram amigos de Carmem. Encontrei o casal em uma de suas visitas à amiga. Havia várias pessoas ali e as conversas eram um pouco fragmentadas. Gorete explicava que tinha quatro filhos, mas nenhum estava com ela. Ela precisou fugir do ex-marido porque era espancada por ele. Élcio e os irmãos da moça entrevistaram. Logo depois, ela se amigou com ele.

Élcio agora se preocupava porque estava fazendo um serviço e ela ficava sozinha na habitação construída em um lugar distante. Um “cara de moto” a ameaçava de estupro; teriam então que se deslocar.

Enquanto Élcio me contava a história dela e da violência cometida contra ela, Gorete conversava com Carmem. De repente, ela se voltou para mim e disse: “*O que ele ta dizendo de mim pra senhora? Que é culpa minha eu ter largado do marido, é?*”³³. Ela falava olhando para ele, com raiva. Ele, que até então vinha defendendo a moça, revidou o olhar. A tensão veio à tona, controlada pela minha intervenção em defesa de Élcio. Em momentos anteriores, discutiram sobre uma receita de comida. A voz engrossou, a agressividade tornou-se latente.

O álcool é um grande gerador de conflitos. Mas, ao contrário do acontece em geral nas denúncias de violência doméstica feitas pelas mulheres³⁴, as bebidas alcoólicas não podem ser exatamente apontadas por estas como as causadoras de violência opressiva do marido sobre a mulher. Na rua, ocorre que, na maioria das vezes, ou o casal bebe, ou nenhum dos dois o faz. As mulheres de rua compartilham da mesma necessidade do álcool para participar dos mecanismos de sociabilidade, ou para aplacar o cotidiano insuportável. Assim, o álcool funciona como um catalisador das potenciais explosões afetivas de ambos.

A violência física parte muitas vezes de ambos os lados. Constata-se o fato de que as mulheres sofrem agressões mais violentas do que seus parceiros. Porém, em relação ao contexto de violência doméstica usual em residências, há uma diferencial. Segundo o coordenador do refeitório, a tolerância das mulheres aos espancamentos não é grande: “*Normalmente eu via [a agressão] sempre duas vezes. Ela sempre dava a primeira chance. Na segunda ela ia embora*”³⁵. Sua afirmação me chamou atenção para um processo bastante comum nas ruas. O abandono do parceiro é mais fácil do que a saída da casa na vida doméstica pregressa. Pois parte dos elementos que entram no dilema do “deixar a casa” – tais como a desmoralização moral, a problemática com os filhos – estão ausentes; elas não têm muito mais a perder. Quanto à proteção do parceiro,

³³ Caderno de campo, 29/04/2003.

³⁴ Gregori faz uma interessante leitura das queixas de mulheres que foram espancadas pelos maridos: o alcoolismo é um dos motivos que justificam os conflitos familiares. (M. Gregori, 1992).

³⁵ Entrevista com José Luiz; 14/05/2003. Diante da ausência de dados sistemáticos sobre a questão e da extrema irregularidade nas relações amorosas daquele contexto, é difícil confirmar a declaração de José Luiz.

sabem que podem conseguir outro. As territorialidades moventes da rua permitem fugas, quebras, distanciamentos e deslocamentos.

Uma outra questão relevante a respeito dos casais é a forma como operam com a sua intimidade sexual. Quando Carmem mencionou a infidelidade de Manoel, perguntei-lhe se usavam preservativo. Ela me disse que não, mas que também fazia tempo que não faziam nada, porque moravam no barraco junto com as crianças e ela tinha que respeitar seus filhos. De vez em quando aproveitavam os momentos em que elas estavam na escola.

Carmem tinha tanto uma preocupação com os filhos quanto com a sua imagem de decência perante os “vizinhos”. Essa preocupação atinge particularmente os casais mais velhos, os quais são comuns. Os cônjuges em geral não gostam de falar de sexo, particularmente as mulheres. Nas visitas de prevenção de HIV/DST, as mulheres “casadas” se recusavam a conversar sobre a questão ou mesmo a ouvir nossas sugestões. Tampouco costumam expor sua sexualidade em público. Uma vez que “moram no público”, como fazem? Quando não têm um barraco, procuram esconder-se em meio arbustos, papelões, longe dos demais. Sua intimidade sexual é produzida em um certo silêncio: senão no espaço concreto, silenciam no discurso.

Em um certo momento durante minhas visitas à praça, Carmem discutiu com Laura, a moça que freqüentara sua casa algumas semanas. Laura era bem jovem, tinha aproximadamente vinte anos. Andava sempre com as roupas justas. Carmem havia arranjado, com os compensados, uma espécie de quartinho para Laura dormir, ao lado de seu barraco. Dias depois, Laura saiu do local e foi para casa de Lourdes. Carmem contou:

“Ela disse pra Lourdes que eu botei ela pra fora. Nem foi assim. Eu só disse que não dava mais porque ela ficava trazendo homem aqui pro quartinho, nem respeitava as crianças. O homem ficava aqui a toda hora. Ele é casado. Ele diz que ia levar ela pra um quartinho, mas que nada, ele só quer é pôr filho nela. A mulher dele veio aqui e pensou que era eu que tava saindo com o homem. Eu é que não quero levar porrada nas costas.”³⁶

Para além dos conflitos morais, esses embates trazem à tona as formas como a sexualidade se espacializa e se diversifica na rua. Sexualidade é um tema tabu nas práticas discursivas dos habitantes de rua. Na esfera das instituições que os atendem, em especial nos

³⁶ Caderno de campo, 19/05/2003.

albergues que os recebem cotidianamente, não se discute sexualidade; tampouco são permitidas práticas sexuais. O efeito dessa ausência é a minimização da sexualidade, por parte da mentalidade institucional, como uma problemática concernente a esse universo.

O silêncio institucional, somado aos discursos religiosos que acompanham muitos dos habitantes de rua e ao código social dominante na experiência contemporânea, para o qual o sexo está ligado aos hábitos privados da casa, criam fronteiras abismais no que diz respeito a verbalizar e discutir com clareza as questões da sexualidade. Há menções ao ato sexual na rua, mas a referência aberta a este é vedada. Não incluem as palavras denotativas do universo sexual; por vezes, utilizam o recurso da jocosidade, transformando o sexo em puro jargão malicioso, mas não explícito.

Assim, nas conversas de prevenção de HIV/DST, pouquíssimos abriam espaço para as discussões sobre as doenças e a sexualidade³⁷. Em geral, estavam cientes da existência da AIDS e das demais doenças sexualmente transmissíveis, apesar de elaborarem algumas ficções sobre sua transmissão. Aceitavam rapidamente as camisinhas doadas – embora tenham soado vagas as afirmações de que seriam utilizadas –, mas as conversas sobre sexo rapidamente se desviavam para sua sobrevivência nas ruas e outras necessidades. Como já dito, as mulheres, particularmente as que estavam com seus cônjuges, recusavam o diálogo. Já entre os homens solteiros, as brincadeiras a respeito de sexo surgiam mais facilmente.

Despertou-me o fato de que muitos homens mais velhos, entre os 40 e 50 anos, revelaram ter práticas sexuais regulares, ainda que não revelassem quem eram seus (suas) parceiros (as) (se com mulheres, homens, moradores das ruas ou não moradores das ruas, prostitutas etc.). As falas desses homens sobre sexo eram vagas, mas gostavam de afirmar que faziam sexo. No entanto, tornavam-se mais explícitas quando, durante as visitas, um ou outro morador de rua, normalmente mais jovem e alcoolizado, tentava investir em uma das educadoras que ali

³⁷ É importante lembrar que como atividade paralela à do refeitório, a equipe fazia um trabalho de prevenção à AIDS/DST às quartas-feiras, à noite, na rua. A cada quarta-feira era escolhida uma área do centro da cidade para a visita. Acompanhei, ao todo, cinco visitas. Todas foram bastante produtivas e trouxeram informações substantivas para a problemática da pesquisa. A equipe levava camisinhas e guias de serviços confeccionados pela Prefeitura para a população de rua. Ao chegarmos à área, nos dividíamos (éramos em geral cinco ou seis) e abordávamos as pessoas, identificando o tipo de trabalho que fazíamos. Uma vez diminuída a desconfiança inicial, abria-se espaço para longos diálogos.

circulavam. Nesses momentos, transgrediam-se as fronteiras de contenção e disciplina que demarcam os comportamentos considerados aceitáveis na relação com quem os atendia.

Contraditoriamente, escapam nos diálogos inúmeras referências aos acontecimentos sexuais nas calçadas e praças, e as relações que os envolviam. As práticas sexuais eram narradas em alusões indiretas. Nas vezes em que se referiam a eventos que incluíam qualquer conotação sexual, a expressão mais utilizada antecedendo a narração do fato era “com o perdão da palavra”. O ato sexual era comumente transformado em “fazendo aquelas coisas”. Expressões jocosas se alternavam nessas narrativas.

Mas o que pareceu claro é que se o assunto é velado às pessoas “de fora”, é bem menos dissimulado nas interações entre os pares. Gírias desconhecidas, falas rápidas ininteligíveis ao ouvinte não acostumado, mas facilmente compreensíveis para seus vizinhos, espalhavam códigos múltiplos os quais denotavam que a intensidade das relações sexuais é intrínseca à dinâmica de rua. Deboches e gestos a respeito da decência são constantes. Os códigos se estendem inclusive às crianças e adolescentes.

Apesar do silêncio discursivo, a sexualidade é latente nas movimentações dos habitantes de rua. Gestos, toques, olhares, proximidade de corpos, contatos sensuais e lascivos explodem nos contextos de interação social. Na praça metrô Brás, a vista de cima da plataforma do metrô proporcionou-me observações privilegiadas. Em um dia de feriado, portanto, de bem menos movimento na praça, uma moça negra chamou-me a atenção. Era nova, em torno dos 30 anos. Magra, estava vestida com uma bermuda justa e uma mini-blusa colada ao corpo. Descobri depois que se chamava Sandra.

Estava sentada no palco, com outros moradores dali que “freqüentavam” a “galera da maloca”. Nesse dia, ficou pedindo dinheiro para os transeuntes que por ali passavam. Depois, pediu a Dona Lina que lavasse suas roupas e ficou comendo com seus amigos, circulando pelas pequenas aglomerações de pessoas na praça. Em um pilar de concreto próximo à habitação de Dona Lina, um homem dormia em seu colchão, virado para o lado oposto da casa da velha senhora. Ao lado, seu carrinho. Ele acordou e se sentou, ainda sonolento. Sandra saiu da companhia de Dona Lina e caminhou, devagar, até o colchão do homem. Sorriu para ele, passou a mão pelos seus cabelos e sensualmente se sentou no colchão, de frente para o homem, acariciando seu ombro e quase o abraçando.

Ela ria e o provocava. Abriu as pernas de forma a encaixar seu corpo melhor em uma postura de frente para ele. Em seguida, ela o abraçou e o puxou para deitar-se no colchão por cima dela. Ele resistia um pouco. Falou algo, sentado apoiado nas mãos. Ela riu e o puxou, a cabeça dele perto dos seios dela. Transeuntes passavam, observavam. O homem permaneceu ali por alguns minutos, mas logo se sentou de novo, de maneira que não conseguia vê-lo de frente, acariciando as pernas dela. Acendeu um cigarro, que dividiu com ela. Ficaram conversando. A certa altura ele se levantou e se espreguiçou. Ela o abraçou pela perna, puxou-o pela bermuda. Mas nesse momento chegou outro homem, e os três passaram a conversar³⁸.

Vi Sandra outras vezes, em contatos carinhosos com rapazes dali. Pernambuco dizia que ela era velha amiga das pessoas que circulavam pelo Brás. Presenciei tanto ela como outras moças, durante à tarde, deitadas embaixo de cobertas com homens, fazendo carícias, provocações, brincadeiras. Uma tarde, perto de Carmem, um casal que se encontrava em um dos retângulos de concreto expôs essas carícias de forma mais explícita. A moça se deitava e o homem se debruçava sobre ela, os carinhos se estendiam, e então repelia as suas mãos.

A tensão sexual é constante. A lascívia e o desejo se apresentam com uma intensidade ímpar. Embora os códigos de desejo sexual apareçam nos espaços abertos da rua junto às práticas de prostituição, a fruição dos mesmos segue códigos diferenciados. Neste caso, o erotismo condiciona-se ao estabelecimento de relações monetárias de troca e pressupõe relações impessoais com os clientes, combinando voluptuosidade, tensão e pressa. As práticas corporais das prostitutas, dos michês e travestis se fazem também na dinâmica contingente das ruas, mas seu entrecruzamento se dá pelas classificações sociais que pautam a relação entre sexo e dinheiro³⁹.

Entre os habitantes de rua, o desejo sexual frui nos encontros contingentes misturados a demandas concretas e simbólicas. Da parte dos homens, as manifestações da libido são evidentes diante da escassa presença de mulheres – que estão na rua ou as que lhes atendem socialmente

³⁸ Caderno de campo, 01/05/2003.

³⁹ Há inúmeros aspectos dessa codificação que não caberiam analisar aqui. A prática da prostituição, embora seja realizada de forma diferenciada entre os personagens descritos, tensiona papéis e *performances* sexuais. Como é o caso de travestis e michês, que criam relações de dominação e subjugação pelo pagamento em troca do sexo transgressor (Perlongher, 1987); ou das prostitutas, que, por meio da restrição do contato de partes do corpo, reinscrevem as esferas do íntimo (que caberia ao parceiro fora das ruas) e do público (o cliente), refazendo assim certos padrões de intimidade (Pasini, 2000).

nas ruas – e insinuantes quando associadas a seus companheiros homens ou homossexuais “de coberta”. A prática sexual que decorre daí, para além de satisfazer o desejo, é igualmente uma tentativa de reforço da virilidade que se encontra simbolicamente debilitada.

Com as mulheres, o sexo é um desejo também presente, embora dissimulado perante os códigos moralizantes que as classificam. A sexualidade feminina construída se difunde com a necessidade de se associar afetivamente a algum parceiro, em busca de proteção. Entre as solteiras, a vida sexual é mais instável e mais intensa, porque as trocas sexuais territoriais são bem efêmeras. Já as mulheres mais velhas procuram associar mais sua vida sexual à estabilidade – relativa na rua – de um parceiro.

No entanto, ambas estão completamente vulneráveis à invasão agressiva da necessidade sexual – biológica e simbólica – do universo masculino, proveniente da constante ausência de mulheres e das contenções corporais que envolvem o processo de isolamento social pelo qual passam. Os funcionários das entidades de atendimento costumam dizer que, ao chegar à rua, as mulheres que não se associam logo a um companheiro “vão para o paredão”; isto é, passam a ser compartilhadas pelo homem de algum agrupamento.

A sexualidade transcende, na rua, as demarcações de gênero que aparecem nesse universo. A prática homossexual é significativamente disseminada e supera numericamente a presença dos homossexuais na rua. Na ausência de mulheres, e embriagados sob a intimidade dos cobertores, homens cedem seus carinhos a outros homens, ainda que isso seja pouco assumido⁴⁰. José Luiz, coordenador do refeitório, que trabalha há muito tempo com a prevenção de HIV na rua, relata:

“O mais engraçado é ver uma turminha ali, e naquela turminha, sabe, todo mundo vai com todo mundo, e é aquele oba-oba, aquela festa. Imagina a situação. Porque isso eles fazem na própria rua, debaixo do cobertor ali, a maioria homens, alguns homossexuais, uma rodinha lá com quatro aqui (...) eles me diziam ‘sabe como é, aqui debaixo da coberta vale tudo’, ninguém olha o cara e tal (...).”⁴¹

⁴⁰ Os parâmetros com relação à homossexualidade me pareceram confusos do ponto de vista das classificações feitas pelos ou para os moradores de rua. José, o primeiro coordenador do refeitório que entrevistei, dizia-me: “*Tem um que frequenta aqui, que veio me pedir a cola, você viu? Ele é homossexual. Ele falou que numa pesquisa feita no albergue onde ele se encontrava parece que 95% (foi o que ele falou), mas não acredito, acho que são uns 80% para não falar que já praticou*”. (Entrevista com José Luiz, *op.cit*). Essa ambivalência entre assumir uma identidade homossexual e a prática sexual entre homens torna-se, para a rede de atendimento e para os próprios moradores de rua, é uma questão bastante difusa.

⁴¹ *idem*.

O universo dos habitantes de rua é um universo sexualizado. A sexualidade aparece em brechas discursivas, cenas circunstanciais, mas sua latência marca de forma relevante a transversalidade das delimitações da intimidade privada no domínio do público. Na perspectiva relacional entre a casa e rua, a vivência de valores e práticas usualmente associados ao mundo da casa no cotidiano da rua pode significar uma reclassificação dos códigos privados como malandros, impuros, imorais⁴². Nesse sentido, as falas e os atos relacionados ao mundo sexual tendem a ser constantemente dissimulados em brechas do espaço urbano, em silêncios discursivos, em um esforço de contenção dessa latência. Porém, a energia exacerbada no mundo da carência afetiva e social faz com que as manifestações da sexualidade ultrapassem a peneira dos filtros morais e marquem as ruas, as calçadas, as marquises, os viadutos com a sua intensidade erótica, a violência, os códigos borrados e a afetividade que a permeiam.

O ATO DE COMER

A comida é um dos eixos centrais em torno dos quais o circuito na rua se constrói. A ausência de garantias mínimas de alimentação diária estimula fundamentalmente os trajetos dos moradores de rua e costura suas circulações pela cidade. Não há necessariamente falta de comida, embora nem sempre suficiente ou de boa qualidade. Como uma possível alternativa, os moradores de rua entretêm potenciais relações com restaurantes, bares, vizinhança dos lugares por onde estacionam, o que pode lhes garantir, por algum tempo, uma subsistência mínima. Na ausência destas relações, a rede de serviços à população de rua da cidade lhes garante ao menos um prato. E, por fim, há o recolhimento as sobras de feira utilizadas para cozinhar.

Evidentemente, isso não supre as necessidades alimentares consideradas adequadas em nossa cultura nutricional. Mas mantém a existência do morador de rua⁴³. E, apesar da relativa “variedade”, ter acesso a uma dessas formas de alimentação pressupõe estar no lugar certo, na

⁴² Da Matta, *op. cit.*

⁴³ Dos 315 atendidos pelo Razin no período de três meses, 4% foram diagnosticados com fraqueza, 3% com anemia, 1% com desnutrição. Olhando as fichas individuais de atendimento da instituição – que cobrem período mais longo do que os três meses – constatei que as recomendações de remédios e vitaminas para fraqueza e anemia eram bem recorrentes.

hora certa. Ou seja, é necessário acompanhar os momentos de oferta das alimentações ou dos produtos alimentícios, conhecer os lugares que oferecem tais oportunidades, manter boas relações com instituições, vizinhança. Enfim, é necessário participar desse circuito itinerante, de modo a aproveitar os pontos e momentos certos para suprir essa necessidade básica.

É também a alimentação que expõe uma situação particular do mundo da rua, a qual também se revela em outras dimensões da corporalidade em questão. Pelos embates, classificações e práticas - que serão expostas agora - que envolvem a obtenção, o preparo e o consumo do alimento, é possível perceber que uma sociabilidade e uma organização, dinâmicas e fragmentadas, são criadas nesse universo, sobrepondo-se aos mecanismos de aparente “incivilidade” que a dificuldade para obter com regularidade o alimento diário e os utensílios que o cercam sugerem.

Há basicamente dois circuitos relativos à comida que podem ser observados na rua: o primeiro é aquele no qual o morador de rua obtém alimentação pronta a partir de espaços outros que não o da rua: a rede de atendimento que o envolve, os restaurantes e vizinhos com quem ele negocia a obtenção de pratos de comida. Esse primeiro circuito tem como base as práticas de viração e de interações com os outros segmentos sociais com os quais interage cotidianamente, isto é, entidades assistenciais, restaurantes populares e comerciantes à sua volta.

O segundo circuito diz respeito ao processo de encontrar, elaborar e comer o alimento na própria rua. Isto depende da condição do alimento que encontram e da possibilidade para cozinhá-los e comê-los. Esse circuito tem a propriedade interessante de trazer a cozinha para a rua. Esta, usualmente associada ao mundo privado, aqui persiste no domínio público, revelando a escassez de alimentos fora do circuito institucional e as poucas condições de higiene para elaborá-los.

A comida e as instituições

Dentre as possibilidades de oferta de alimento por estabelecimentos ou entidades na cidade de São Paulo, podemos pensar em três formas: (i) as marmitas, os pratos e os lanches oferecidos por donos de restaurante, padaria ou por moradores da vizinhança do habitante de rua; (ii) as sopas e os lanches distribuídos nas ruas por entidades assistenciais, não necessariamente conveniadas à Prefeitura; e, por fim, (iii) as refeições oferecidas em albergues, restaurantes populares, tendo sido o refeitório a primeira iniciativa gratuita.

Como já foi observado, é necessário estar atento às ofertas e aos seus horários para conseguir se alimentar. Para comer no albergue e no refeitório, por exemplo, é necessário chegar bem antes do horário, enfrentar filas, aguardar vagas. Muitos dos moradores de rua ou estão trabalhando, ou estão procurando serviços ou outros recursos, e demoram a chegar aos estabelecimentos. Há pessoas que ainda estão conhecendo esse circuito e só se interam dos horários tardiamente. Foram vários os casos de homens e mulheres chegando ao refeitório quando não havia mais comida. Nesse sentido, procurar assegurar uma ou as várias refeições do dia torna-se um dos motivos centrais das andanças.

Por vezes, é necessário arranjar táticas. Uma delas é tornar as refeições o centro de referência do dia. Inúmeros usuários do refeitório chegavam cerca de duas horas antes de cada refeição. Alguns deles compareciam nos dias em que havia o café da manhã, esperavam do lado de fora do estabelecimento lá dentro era efetuada a limpeza, e retornavam à posição de espera quando o refeitório abria novamente para o almoço, cerca de nove e meia da manhã⁴⁴. Outra estratégia percebida se passou na oferta das sopas à noite na rua. Para garantir a alimentação, as pessoas com quem conversei nas abordagens noturnas da Prevenção de HIV/DST interromperam os diálogos em vários momentos, mais precisamente, a cada oferecimento de sopa feito por entidades que passavam pela área central.

O fornecimento de marmitas e refeições por parte de restaurantes ou da vizinhança é recorrente, mas não é extensiva nem generalizada. Os moradores de rua que se beneficiam dela podem ser os que vivem exclusivamente da mendicância em uma circulação contínua e que “batem de porta em porta” para obter o mínimo da alimentação diária. Mas a prática é reforçada particularmente entre os que têm algum vínculo territorial – moram no lugar já há um tempo, têm boas relações com os vizinhos e comerciantes da região bem como têm pouca possibilidade de cozinhar, pela falta de estrutura e, muitas vezes, de condição física.

Dona Lina e Seu Rubens pareciam fazer parte deste último segmento. Nenhum dos dois possui qualquer utilitário de cozinha. Dona Lina me contou que ganha comida de um estabelecimento próximo à praça. Divide o que consegue com Seu Rubens. Sentam-se juntos na habitação de Dona Lina a compartilhar a marmita. Pelo que foi observado em seu cotidiano, a

⁴⁴ Em uma de minhas idas ao café da manhã, notei que, quando as portas do refeitório se fecharam às nove horas, muitas pessoas ficaram aguardando a reabertura na calçada. Quando as portas foram reabertas novamente às nove e meia, cerca de 30 pessoas entraram para aguardar o almoço. (Caderno de campo, 20.06.02).

oferta não se faz necessariamente todos os dias, então ela precisa sair à procura de pequenas doações de vizinhos.

A oferta de sopas e sanduíches – mais comumente da primeira – é mais abrangente e regular. Ocorre quase sempre à noite e na área mais central da cidade, a dizer: a Sé, o calçadão do Anhangabaú, a Praça da República, etc. São várias entidades assistenciais, praticamente todas religiosas, que chegam em vários horários para distribuir as sopas. Em algumas áreas de muita concentração de pessoas dormindo, como é o caso dos calçadões centrais, da área próxima ao Mercado Municipal e Largo São Bento, entidades se espalham quase simultaneamente para dar conta da quantidade de pessoas.

Em geral as sopas são servidas em fundos de garrafas *pet*. Em alguns casos, copos de plástico, o que não agrada à Secretaria da Assistência Social, que considera que a sopa servida nas ruas e desta maneira não corresponde às demandas da lei de proteção à população de rua. No entanto, a Secretaria não cria obstáculos para a prática contínua que acaba por suprir as necessidades básicas noturnas. Nos calçadões das áreas centrais, os grupos de distribuição dividem-se entre a doação de sopas e a de cobertores, buscando atender a demanda imediata em áreas visíveis de aglomeração na cidade. À noite, o centro se cobre da manta assistencialista.

A distribuição de sopas constitui uma prática já sedimentada no universo da rua, é parte da antiga cultura caritativa de “dar sopa aos pobres”, a qual se estende historicamente por vários contextos geográficos, religiosos e culturais. Em São Paulo, a oferta é garantida aos moradores de rua há décadas, ainda que antigamente em menor escala.

Na década de 1970, concomitantemente à entrega da sopa embaixo de viadutos, havia uma prática diferenciada de membros da OAF (Organização do Auxílio Fraternal): eles aguardavam com os moradores de rua o fim da feira, ajudavam-nos a recolher as sobras e cozinhavam a sopa conjuntamente embaixo do viaduto⁴⁵. A ação conjunta foi uma prática à parte: a sopa é um momento de interação rápida na rua e mantém seu caráter de serviço prestado.

Muitas vezes, para as pessoas que dormem nas ruas, a sopa é a única refeição do dia. Como tal, é insubstancial⁴⁶. Serve como manutenção da condição mínima de existência. A busca pela repetição contínua em vários momentos da noite sugere uma tentativa insistente de garantir

⁴⁵ Essa prática foi o início de um procedimento que a OAF adotou para todas as suas atividades até hoje: o de fazer junto com o morador de rua e não para o morador de rua.

⁴⁶ KAWASH, *op.cit.*

uma energia que já se sabe gasta. A cada busca, repetem-se os mesmos mecanismos de espera, obediência, agradecimento. A saciação parcial da fome é, nesse sentido, mantenedor de uma dependência dos moradores de rua com as instâncias que operam em seu limiar, ao mesmo tempo em que alimenta o circuito assistencial.

O refeitório

As refeições oferecidas nas instituições de atendimento – albergues, casas de convivência e refeitórios – são as mais freqüentes no contexto de rua. Ainda que a oferta de serviços não dê conta de abrigar a população de rua como um todo, a estruturação desta rede de atendimento concretizou uma teia de lugares onde a relação entre as instituições que agem nesse limiar e o segmento atendido ganha densidade. Destas relações cotidianas em torno do ato de comer, é possível entrever questões importantes, como o teor da troca entre o poder institucional e os sujeitos atendidos, a maneira de os moradores de rua lidarem com a comida e sua postura frente aos serviços que lhes são oferecidos.

Para entender melhor o funcionamento do refeitório, descreverei o almoço, que constitui a principal refeição oferecida pela instituição. Diferentemente das sopas e do café da manhã, ela é oferecida diariamente e atende cerca de 400 pessoas. O refeitório abre para o almoço em torno de dez horas da manhã. A essa altura já existe uma fila de usuários aguardando na calçada. Ao entrar, dão seu nome e recebem uma ficha para trocar pela refeição e por um copo de plástico para tomar água. Sentam-se e ficam esperando, lendo jornais, assistindo à televisão situada na parte de cima ou dormindo com a cabeça repousada em cima das mesas.

Neste ínterim, os funcionários do refeitório organizam os espaços para colocar a comida, que já chega pronta ao local. Na parte de cima, arrumam a cozinha, preparam as jarras de água para colocar nas mesas. No andar de baixo, arrumam algumas mesas de modo a dispor panelas e pratos, além do saco de pães, os quais ajudam a complementar o prato. Providenciam o papel higiênico do banheiro, fornecem informação sobre os serviços da rede para os interessados, enfim, fazem a manutenção do refeitório.

Entre onze e meia e meio-dia, a entidade religiosa que oferece diariamente o almoço chega em uma Kombi, trazendo a comida dividida em panelas enormes. São entre quatro e cinco encarregados em geral, todos membros da entidade. As panelas são carregadas por alguns deles

que recebem a ajuda dos funcionários do local e dos voluntários para servir o almoço, entre os quais, alguns usuários. As panelas são então distribuídas para os andares de cima e de baixo. Dois grupos se organizam - contando com os membros da entidade religiosa, funcionários do refeitório e voluntários - e se dividem em ambos os andares, a fim de organizar os pratos e servi-los.

As pessoas destes grupos devem utilizar toucas e luvas de plástico. Carolina, a nutricionista, entra na cozinha para avaliar a qualidade da alimentação e verificar se alcançam a quantidade de calorias requerida. O trabalho da nutricionista é uma demanda da Prefeitura, que tem se preocupado com a substancialidade das refeições oferecidas à população de rua.

Em seguida, as equipes da cozinha e da mesa do andar de baixo passam a distribuir as comidas nos pratos, enquanto membros da entidade fazem uma pregação religiosa. Uma vez prontos os pratos e feita a reza, começa a distribuição dos mesmos, já com as colheres. Quando a fila se esgota, começa a repetição. Os moradores de rua vão saindo das mesas, colocam os pratos em caixas de plástico próximas à saída e dão lugar aos demais, que continuam na fila ao lado de fora.

Quando termina a distribuição, as equipes se dividem: os membros da entidade religiosa passam a recolher suas panelas e levá-las ao carro; os funcionários do refeitório que até então serviam começam a lavar pratos, colheres e demais utensílios; e os voluntários e demais funcionários passam a limpar as mesas, mesmo quando algumas delas ainda estão ocupadas. Os membros da entidade religiosa costumam, após o recolhimento das panelas, rezar em local próximo à porta antes de irem embora. A essa altura, restam os funcionários do refeitório e alguns voluntários varrem o chão, limpam banheiros e cozinha, e uns poucos moradores de rua que ficam por ali mais um tempo para conversar.

Nas noites de sopa, algumas entidades espíritas trazem-na pronta, outras instituições a preparam na própria cozinha do refeitório⁴⁷. Isso era possível porque o número de usuários no refeitório não chega a 100 durante a noite; portanto, a quantidade é menor, possível de ser feita no próprio local. A entidade que cozinhava ali chegava bem mais cedo e tinha, portanto, mais

⁴⁷ Com relação às outras refeições oferecidas, os procedimentos seguem uma base geral única, mas há algumas pequenas variações. O café da manhã e o jantar demandavam bem menos pessoas na organização e distribuição do alimento. Nos dois dias do café da manhã, a quantidade de usuários é bem menor, mas ainda maior que no jantar, e ambos os andares do refeitório são utilizados. O café da manhã é oferecido por entidades espíritas. Os pães com manteiga, o café e o leite já vêm prontos. Aparentemente, o tempo de pregação costuma ser mínimo. Após o café, o refeitório fecha para a limpeza e abre meia hora depois.

chance de interagir com os usuários. Somente o andar de cima é utilizado e raramente enche. Lá ficam cerca de dois funcionários do refeitório.

As três refeições evidenciam as relações sociais no refeitório. No entanto, a hora do almoço pareceu-me ser o momento mais revelador das possíveis interações e conflitos na instituição, também porque particularmente é a mais performática neste sentido. Quando a entidade religiosa chega ao refeitório, o espaço - já ocupado por múltiplas interações - está preparado para sua recepção. A partir desse momento, ela passa a ser o ator que articula as funções principais em torno do fornecimento da comida. As definições do tempo de organização da comida, de administração do sermão religioso que antecede a sua distribuição e de outras pequenas alterações acabam por serem ditadas pela organização filantrópica.

O nível de interação da entidade filantrópica com os usuários é consideravelmente pequena, se comparado à relação destes últimos com o dos funcionários do refeitório⁴⁸. Estende-se a certos usuários de longa data, a quem essas entidades intercedem por oração ou oferecem um pequeno serviço. Já a relação destas instituições com os funcionários é ambígua e relativamente variada. Além de estarem no estabelecimento durante o dia todo, os funcionários estão envolvidos em outras atividades que não a distribuição de comida – palestras, jogos, oficinas. Os que trabalham na limpeza e na distribuição de comida passam a ser relativamente subordinados à entidade religiosa, uma vez que na hora de servir a comida eles têm de apoiar a logística da entidade.

Esse deslocamento das entidades para o papel de ator principal por ocasião da hora do almoço pode gerar conflitos e fissuras. A coordenação do refeitório age de maneira cordial com relação às instituições que fornecem a comida, mas não há como evitar embates pontuais. Procedimentos anteriormente decididos pela equipe coordenadora para os funcionários e usuários são em alguns momentos desafiados, seja no momento de determinar como os grupos se dividirão, seja na maneira de servir os usuários ou colocar as comidas nos seus pratos. Há um impasse contínuo no instante da pregação religiosa, prática que não condiz com a política da Prefeitura - dona do local e fomentadora do convênio – e que é rediscutida a todo o momento com a entidade, que cotidianamente, acaba por adotá-la à revelia do governo municipal.

⁴⁸ Nos albergues e casas de convivência, apenas uma instituição é a responsável por todas as atividades da casa: oferecer banho, lavagem de roupa, comida, atividades lúdicas e educativas, oficinas de trabalho, entre outras.

Curiosamente, a entidade religiosa do almoço é a mais assídua e também a que tem maior contato com o refeitório. Muitas regras, portanto, já foram compreendidas e aceitas por ela. No entanto, permanecem alguns impasses que revelam diferenças de visão a respeito da equipe do refeitório, do perfil do serviço e dos próprios moradores de rua. Essas diferenças têm sido debatidas e equacionadas de forma bem lenta nos três anos de existência do Penaforte. A natureza dos conflitos parece revelar que, na relação de parcerias, a instituição que doa a comida – e, portanto, a que detém poder sobre a função principal do refeitório – cria uma *performance* do alimentar, sobrepõe suas práticas e valores às dos demais parceiros.

Nas visitas ao refeitório, convivi intensamente com as equipes que organizam e distribuem a comida, no almoço e no jantar. Em outros momentos, atuei na entrada, anotando o nome dos usuários, distribuindo fichas e copos. Durante esse período foi possível apreender uma série de interações, conflitos, representações. Mas creio que destes registros três reflexões interessam de forma relevante para a problemática da atual pesquisa e que serão desenvolvidas abaixo.

As relações de troca pela comida

Para boa parte dos moradores de rua da cidade, a rede de atendimento é praticamente seu único recurso para se alimentar. Nesse sentido, é estabelecida uma relação de dependência. As agências responsáveis pelo atendimento de moradores de rua, ao mesmo tempo em que trabalham para reduzir os sofrimentos dos mesmos, criam, como coloca Brognoli, a “*necessidade de sua própria existência, prestando serviço que só ela pode oferecer*”. A oferta dos imprescindíveis serviços – entre eles, o da alimentação – constitui, assim, uma institucionalização do dom. A comida nesse contexto funciona, fundamentalmente, como uma troca material e simbólica entre entidades assistenciais e população de rua.

É possível afirmar que a maioria absoluta das entidades que fornecem alimentação, na rua ou em albergues, é de natureza religiosa: católica, espírita, evangélica, budista⁴⁹. Os membros destas entidades consideram a população de rua um segmento privilegiado para o exercício da compaixão e da benevolência, sobretudo devido a sua condição expoente de pauperização.

⁴⁹ No guia de serviços para a população de rua lançado pela Prefeitura, várias dessas instituições se encontram ali registradas. Mas há uma série de outras instituições religiosas que se espalham pela metrópole à noite para servir sopas, tornando difícil sua listagem.

Assim, procuram minimizar a fome que passam e, por meio desta atividade bem intencionada, reforçar a fé que os membros das entidades partilham entre si. Ocorre que cada perspectiva religiosa possui seu caráter missionário, o qual dota de sentido a razão daquele serviço prestado. Assim, quase toda entidade religiosa que oferece comida exerce-a acompanhada de pregações religiosas.

Durante a pesquisa, presenciei-as no refeitório e na rua, tendo apenas a oportunidade de acompanhar esta prática com entidades evangélicas e espíritas. No Penaforte, as pregações eram diárias, particularmente no almoço e no jantar, com características diferenciadas de acordo com cada perfil religioso. Desta forma, os usuários freqüentes do refeitório – que vinham de duas a três vezes ao dia – ouviam ao menos dois sermões de natureza e tons diferentes por dia. As pregações eram feitas assim que a comida estivesse pronta para servir. Algumas vezes, os pratos eram montados enquanto o membro da entidade falava.

A pregação religiosa antes da comida gerava, como já dito, uma contínua briga com o poder público, desde o início do funcionamento do refeitório. Para a Prefeitura, o sermão religioso constituía, naquele contexto, uma “barganha” com a população de rua e era necessário convencer as entidades religiosas a não fazê-lo⁵⁰. A sugestão era para que elas convidassem para pregações após a refeição ou mesmo em outro lugar. As negociações eram feitas entre os coordenadores do refeitório, assim como outros membros da Rede Rua, e as entidades. Gradualmente, as pregações religiosas, cuja duração era de 20 a 30 minutos, passaram a ter entre 5 e 10 minutos. Mas não cessaram.

Na dinâmica cotidiana, esse limite de tempo é continuamente desafiado pelas instituições que fazem o sermão. Logo que voltei às visitas ao refeitório na última etapa de campo, fui informada de que as entidades haviam “aliviado” a duração do sermão. Fiquei então surpresa quando, em uma noite fria, o coordenador do grupo religioso que oferecia a sopa ficou a pregar ininterruptamente, ultrapassando o tempo determinado. A sopa já estava esfriando nos pratos. A hora da distribuição – oito da noite – já havia passado, e muitos usuários que aguardavam ali havia algum tempo ficavam impacientes. Momentos como estes provocam uma tensão contida, latente, que envolve os moradores de rua e os funcionários do albergue. Quando o tempo do sermão excede, a coordenadoria volta a negociar com as entidades.

⁵⁰ Entrevista com Adelina Baroni. São Paulo, 28/05/2002.

A pregação religiosa é um momento performático que, para as entidades, sacraliza a doação feita e faz da sopa um alimento divino a ser compartilhado no universo da miséria. Nessa *performance*, os usuários do refeitório participam como ouvintes “da palavra” e no final são convidados a rezar em conjunto. Os temas são similares nas pregações religiosas dos diversos grupos: em geral, versam sobre leituras ou pregações de Cristo que abordam as situações de sofrimento e miséria social, assim como a necessidade da fé para superar tal situação.

De início as pregações eram feitas utilizando apenas a própria voz. Dois membros da entidade se dividiam entre o andar superior e o inferior para fazer a pregação. Dada a má acústica do local, as duas vozes se cruzavam, criando uma profusão de frases fragmentadas, faladas em voz muito alta, e mesclando-se a um burburinho, fruto de escapes de conversa entre alcoolizados alheios ao que se passava e usuários já ansiosos pela comida. Já no último ano da pesquisa, o Penaforte passou a utilizar microfones para fazer debates sobre filmes e temas sociais. Os mesmos eram utilizados em praticamente todas as pregações. Na hora do almoço, com o auxílio do microfone, o tom da pregação tornou-se ainda mais alto, forte e dramático.

A palavra da Bíblia e a vida e calvário de Jesus Cristo servem como base das pregações da entidade evangélica. Contudo, é recorrente a recomendação de que, para ter acesso ao mundo divino, é necessário negar o mundo da rua. Nos discursos ministrados, o álcool, a devassidão, o desemprego, a condição da mendicância são frequentemente relacionados à figura do diabo. A pregação torna-se então um convite ao exorcismo e, conseqüentemente, à mudança de vida. Com intenso movimento de cabeça e mãos, as quais às vezes sustentam o livro sagrado, os oradores intercalam palavras do Livro Sagrado com frases como:

“Meus irmãos, é preciso mandar embora o diabo que vive dentro de vocês, que traz o álcool e a devassidão à vida de vocês (...) vamos orar juntos para que possamos fazer a palavra de Deus prevalecer sobre este local (...)”⁵¹.

Ao final da pregação, há um convite à reza, em geral realizada com cada um em seu lugar, com as mãos levantadas para cima e os olhos fechados. Em seguida, os moradores de rua levantam-se para formar as filas e receber o almoço. Algumas vezes, após a comida, quando o refeitório estava quase vazio, a entidade religiosa, antes de ir embora, fazia uma longa oração

⁵¹ Caderno de campo, 04/05/2003.

com alguns dos usuários que pediam ajuda. A *performance* corporal se repetia, com falas altas a exorcizar o mal e ecoar pelo local, mãos dadas, mãos na cabeça, olhos fechados.

Manifesta em uma *performance* radicalmente corporal, a pregação religiosa da entidade colocou em destaque as relações de troca demandadas na oferta da comida. Através do alimento diário oferecido, requer-se recepção e reflexão sobre o mundo divino e seu oposto: a vida na rua. Transportada para o cenário da rua, tal *performance* reitera seu caráter de exorcismo.

Em uma das visitas de prevenção de HIV/DST, próximo ao Largo São Bento, na Barão de Duprat, rua que concentra centenas de moradores de rua à noite, a cena era cinematográfica⁵². Chegando lá, deparei-me com uma perua da entidade evangélica que distribui o almoço no Penaforte. O carro se encontrava parado junto ao meio-fio, sob as luzes amareladas e escuras que parcamente iluminavam o local. Perto da perua, uma fogueira feita pelos moradores que ali se encontravam reluzia.

Encostadas em um muro, na calçada, próxima à perua, por volta de 60 pessoas aguardavam a distribuição da sopa. Do outro lado da rua, mais dezenas de moradores de rua estavam sentados em seus papelões, esperando que a fila andasse. Um membro da entidade religiosa falava com um megafone; andava de um lado para outro, perto do carro, dirigindo-se às pessoas concentradas nas duas calçadas. O conteúdo era praticamente o mesmo: livrá-los pelas palavras de Deus do mal que esse mundo da miséria e da rua traz. O demônio, que agia ali, na rua, através do álcool, da discórdia, do auto-abandono, era um personagem fundamental na pregação⁵³.

Qual a reação dos moradores de rua? Como contrapartida, mantinham, em sua maioria, o silêncio e a aparente aquiescência. Na Rua Barão de Duprat, a imobilidade da fila que aguardava a sopa era marcante. Do outro lado da rua, o silêncio era intercalado com conversas ocasionais.

⁵² Caderno de campo, 21/05/2003

⁵³ Foi impossível perceber as representações elaboradas no imaginário dos moradores de rua em torno do discurso religioso. Mas uma das preocupações dos educadores da coordenadoria do refeitório era de que a dureza desses discursos afetasse a auto-estima dos usuários e sensibilizasse excessivamente as pessoas que portavam um certo sofrimento mental. Não é possível dizer até que ponto tal discurso é foi de fato assimilado. Das feições observadas, várias eram as expressões de angústia e desamparo ao ouvir referências ao mundo da rua. Mas considero-as apenas um possível indício de que as figurações religiosas podem ser incorporadas ao universo da rua a ponto de se tornarem uma metáfora de seu mundo para os que dele participam.

Na hora do lanche, durante um fim de semana, um homem, após se alimentar, foi se despedindo dos funcionários do refeitório e da entidade espírita responsável pela comida. Aproximou-se de mim e disse: “*porque a gente tem que agradecer, né? Eu agradeço, olha sabe, que eu sou espírita, né, mas é aquela coisa, tem muita coisa do diabo na rua, né(...)*” (Caderno de campo, 03/05/2003).

No Penaforte, em meio ao silêncio impassível dos usuários, era possível observar as mais variadas expressões: uns prestavam atenção, rezavam baixo; outros liam jornal ou dormiam, alheios à pregação; alguns pareciam irônicos nos olhares de soslaio ao pregador; e finalmente outros, em menor número, manifestavam sua impaciência e seu desagrado, atravessando as pregações com murmúrios e gestos de aborrecimento.

No entanto, os termos do acordo implícito na oferta da comida se expressam claramente entre os moradores de rua, que se rendem à escuta – cúmplices ou não – e da espera disciplinada em troca da alimentação. Na verdade, a aparente rendição aos mecanismos disciplinadores não é uma prerrogativa exclusiva dos serviços de alimentação; está presente nos demais serviços à população de rua. Porém, o silêncio e a concordância encobrem uma resistência sutil mas persistente, na maioria das vezes, aos discursos, às posturas e às formas disciplinares que lhe são impostas.

Da disciplina e a (in)civilidade

Na oferta da comida, há vários embates e ajustes que envolvem as diferenças classificatórias entre os atores que interagem neste processo. Por um lado, as entidades que oferecem o alimento se pautam por mecanismos disciplinadores demasiadamente incisivos, reforçando o estigma da população de rua como “incivilizada”. Por outro, os moradores de rua, acostumados à postura assistencial que envolve seu universo, vivenciam essa relação de forma ambígua: ao mesmo tempo em que se submetem relativamente à disciplina institucional, procuram inverter, durante o ato da troca, a “inferioridade hierárquica” que lhes é imputada, tratando quem os serve como “serviçais”.

Para o Penaforte, esses embates constituíram um desafio. A perspectiva da coordenadoria é também educativa, mas pretende suavizar a forma de atendimento já tão criticada em albergues. Sendo assim, intenta fazer do local um ambiente de diálogo com o morador de rua, onde este possa se sentir acolhido e à vontade para expressar sugestões e reclamações. No entanto, não se eliminaram as regras, naturalmente. A equipe está ciente de que determinadas fronteiras de comportamento têm de ser continuamente reforçadas, assim como, em casos de grande tensão, certas imposições não de ser mais rígidas. Porém, tomam como objetivo primeiro conversar em particular e calmamente com os usuários causadores de possíveis problemas.

Para tanto, várias regras foram se modificando no decorrer dos três anos de sua existência: o cadastro, efetuado a partir de 2002, serviu para agilizar o atendimento na entrada e evitar filas muito grandes do lado de fora, evitando assim a reclamação de vizinhos. Entrementes, a entrada passou a ser o lugar do refeitório no qual os educadores se preocupavam com o tratamento aos usuários, a fim de reforçar o aconchego. Já a preocupação com a conscientização da higiene dos banheiros levou-os a promover, no último ano, pequenos debates a respeito do assunto coordenados por Carolina, a nutricionista do refeitório⁵⁴. As conversas pareceram surtir mais efeitos, segundo ela, na conservação e limpeza do local.

Uma mudança significativa ocorreu no modo de servir. De início, os usuários permaneciam sentados e os pratos eram levados até a mesa. Quando a água das jarras terminava, um funcionário ia à mesa trocá-las. Com o tempo, os funcionários passaram a ser vistos como “garçons”: eram chamados a toda hora para trazer água, tratados por vezes com aspereza. Decidiu-se então formar filas próximas aos locais onde fica a comida; ali, o usuário despeja sua ficha em um prato e recebe sua refeição.

Do mesmo modo, houve no primeiro ano muito desperdício de alimento. Quando a comida desagradava ou o usuário não queria comê-la, deixava uma quantidade substancial no prato, e, ao invés de limpá-lo e colocá-lo em uma caixa na saída, como solicitado, deixavam-no cheio em cima da mesa. Após recomendações públicas contínuas e conversas particulares dos coordenadores com usuários que repetiam o ato, a prática diminuiu consideravelmente. Participando da entrega dos pratos e da limpeza posterior das mesas, observei que a distribuição de alimentos nos primeiros estava mais equilibrada. Carolina também me relatou que a comida havia melhorado consideravelmente naquele ano, e os usuários manifestaram essa satisfação.

Impasses como os descritos acima revelam que o ajuste no diálogo entre instituição e morador de rua enfrenta dissonâncias reveladas por este último pelo desafio concreto às regras educativas ou disciplinadoras voltadas para ele. No caso dos albergues, a postura disciplinadora é bem mais rígida; conseqüentemente, há mais conflitos e este fato constitui uma das justificativas da constante recusa da ida a essas instituições por parte do morador de rua. No refeitório, as conversas e negociações amenizam os impactos das tensões e dos conflitos que vêm à tona. Mas,

⁵⁴ Carolina trabalha desde abril de 2001 no refeitório. Como nutricionista, cabe a ela fazer visitas periódicas às instituições que preparam a comida, ver preparo, higiene, dar orientação de catálogo, fazer grupos de higienização no refeitório; instruir os funcionários quanto à higiene. Entrevista com Carolina, 14/05/2003.

de qualquer maneira, os moradores de rua, no contrato social instituído com os agentes institucionais, manifestam sua discordância dos gestos e expressões que respondem aos mecanismos disciplinares⁵⁵.

Já nos ocasionais tratamentos hostis com os funcionários do Penaforte e voluntários, os usuários revelam outras marcações distintivas. Uma boa parte dos funcionários, particularmente os responsáveis pela limpeza e distribuição dos pratos, é ou foi albergada, ou passou um tempo na rua. Pela proximidade com o universo da rua, têm menos tolerância com usuários. Ainda que conheçam os frequentadores do refeitório e tenham boas ligações com eles, em alguns momentos são desafiados. De outro lado, os mesmos funcionários parecem ainda reproduzir uma visão bastante comum em funcionários institucionais, particularmente os de albergues, a dizer, estar prestando serviço a quem não trabalha, a quem bebe etc.

Nas distribuições de sopa, pediram-me que ficasse do lado de fora da cozinha, entregando os pratos, pois Dante, um dos funcionários, preferia ficar do lado de dentro: *“Vai você servir eles do lado de fora; eu não dou pra isso, não. Não tô pra agüentar esses homens folgados”*⁵⁶. Outros funcionários são mais flexíveis, mas a posição mais geral difere da posição da coordenação, cuja atenção está voltada exatamente para como os vínculos operam. Também porque, em termos de distinção social, encontram-se distantes desse universo. Nos momentos em que determinados usuários provocam tensão, coordenadores e funcionários se envolvem e então as regras da instituição são reiteradas com firmeza e, muitas vezes, dureza.

No caso dos usuários que trabalham como voluntários, há momentos em que os conflitos são superdimensionados, justamente em função de ser um igual na posição hierárquica do disciplinador. Alguns desses voluntários, sentindo-se em uma posição diferenciada daqueles a quem servem, reiteram os gestos e as falas imperativas associados a esse papel. Para os usuários,

⁵⁵ O desagrado com e o desprezo pela comida, por exemplo, têm um efeito bem contundente neste universo da rua, onde é preciso batalhar o tempo todo pelo alimento. Já no caso da higiene do banheiro, Carolina crê que o passar do tempo de contato com boa parte dos usuários do refeitório, somado às conversas persistentes sobre a importância da manutenção da higiene acabaram por minimizar manifestações hostis, particularmente no banheiro masculino, como palavras ofensivas escritas com fezes nas paredes e vasos sanitários entupidos propositadamente, o que a nutricionista viu como formas de ressentimento ali expressas.

⁵⁶ Caderno de campo, 08/04/2003.

que na rua convivem em uma dinâmica que anula qualquer relação efetiva de poder entre eles⁵⁷, é inadmissível que um igual seja imperativo com eles.

Jonas era um jovem voluntário do refeitório. Chegava antes das refeições e ficava conversando com os amigos nas mesas; ajudava a limpar o espaço para colocar as panelas, carregava-as, ajudava a distribuir a comida e a limpar. Por vezes, ficava na entrada, ajudando a entregar as fichas. Em uma dessas vezes, eu o acompanhava na entrada, com mais um funcionário. Na fila, um homem deu seu nome e ficou esperando a ficha. O funcionário se confundiu e se instaurou a dúvida: o homem teria recebido a ficha? Jonas se adiantou: *“Pegou a ficha, sim, vai sentar.”*

“Como é que é?”

“Pegou a ficha sim, vai sentar e ficar quieto ali, ó, não dá uma de esperto não”

*“Olha, aqui, cara, como é que você acha que pode falar comigo assim? Até há pouquinho tu tava lá na rua comigo, hã, cara”*⁵⁸

Para pessoas submetida a cotidianas humilhações pela situação de estar nas ruas, tal assimetria posta por um igual provoca reações imediatas. O conflito começou, o que demandou dois funcionários para apartar os homens e duas decisões da coordenadoria: a de colocar coordenadores na entrada para amenizar conflitos como aquele; e a de fazer uma espécie de curso de formação para os voluntários⁵⁹.

No entanto, um dos maiores desafios da coordenadoria era a atenuação da linguagem e de gestos disciplinares das entidades que ali faziam suas atividades. Não que fosse fácil manter os acordos de ordem estabelecidos no refeitório. Filas sendo desordenadas, bêbados criando conflitos com outros usuários, pessoas mentindo sobre seus nomes na entrada, enganando na entrega da ficha; enfim, eram inúmeras as táticas desafiadoras da ordenação institucional. Porém, a intervenção das entidades nos casos de conflito observados revelou gestos que fazem mais do que restaurar a ordem: parecem projetar no outro a imagem da incivilidade, como com uma criança ou um bêbado.

⁵⁷ Brognoli, *op.cit*

⁵⁸ Caderno de campo, 20/06/2002.

⁵⁹ Apenas para tornar claro, os voluntários não são apenas usuários. Qualquer pessoa interessada em participar das atividades do refeitório pode participar, como foi meu caso.

Frases como “*sente aí agora e espere; ninguém mandou repetir agora, volte para seu lugar*”, acompanhadas de gestos de autoridade como o dedo apontado para o lugar para o qual o usuário deveria retornar, as maneiras imperativas de apaziguar tensões, dar o prato de mão em mão para controlar o que e quem repetia - tudo isso constitui um conjunto de relações que, de uma forma ou de outra, contribuem para a manifestação de assimetria de poder, naquele momento, entre o que dá e o que recebe. Como contrapartida, os usuários que se sentiam humilhados e maltratados reagiam. Se alcoolizados, tornava-se mais fácil reagir agressivamente; senão, soltavam imprecações, expressões como “vou te pegar lá fora”, ou reclamavam com a coordenadoria.

Por fim, os funcionários do refeitório também tiveram que disciplinar as entidades na feitura da comida. Carolina tinha como tarefa visitar as entidades para verificar como era preparada a comida, como era conservada, se havia higiene na cozinha em que era preparada, entre outras coisas. Carolina contou o caso de uma instituição que ela nunca havia visitado porque seu trabalho estava apenas começando. Na refeição da tal instituição sempre havia feijão estragado e a salada era intolerável, o que fazia com que a nutricionista impedisse que a comida fosse servida. Ao visitá-la, descobriu que a entidade deixava a comida fora da geladeira até as 16 horas do dia seguinte. Carolina deu as orientações necessárias e quando a entrevista não havia mais problemas.

Carolina comentou aos poucos que o leite que serviam juntamente à comida tinha efeito ruim na combinação com a carne. Mas, segundo ela, era necessário ter tato para convencer as instituições quanto à necessidade de seguir os procedimentos em um trabalho voluntário. Pelo seu depoimento, pude perceber que levou um certo tempo até que a qualidade da alimentação tomasse as boas proporções de hoje. Carnes estragadas e saladas murchas eram constantes, o que justificava as reclamações dos usuários.

Do paladar e das maneiras de comer

A comida do refeitório é, em geral, saborosa e nutritiva. O que sobra é partilhado entre os funcionários e voluntários. Usualmente são servidos arroz, feijão, carne moída, salsicha ou caldo de galinha (pés e pescoço), ou pedaços de frango; verdura ou legume cozido (berinjela, abobrinha, chuchu), às vezes, batata; salada de alface e tomate temperada; farinha e pão. Em

alguns dias somava-se o macarrão. À noite, as sopas são bem caudalosas e grossas, com legumes variados e de vez em quando pedaços de carne ou caldo de carne. Carolina calcula que o prato do almoço é suficiente, acreditando-se que eles possam complementá-lo durante o dia⁶⁰.

Em 2001, não se oferecia carne a não ser ocasionalmente. As entidades doadoras não possuíam recursos financeiros para arcar com as despesas. Em 2002, os coordenadores requisitaram à Prefeitura que comprasse a carne para complementar o almoço, o que passou a ser feito. Compram-se carne moída, salsicha ou frango. Para Carolina, a sopa é mais difícil de ter seus nutrientes calculados; mas aparentemente tem os elementos necessários para compor uma refeição, ainda que a nutricionista ache mais recomendáveis os alimentos sólidos.

Apesar de alimentarem-se de doações, os moradores de rua são seletivos com o que comem. Ainda segundo a nutricionista, em assembléia com os usuários, quando foi solicitado que fizessem observações sobre o refeitório em geral, eles se concentraram na crítica à comida. Quando satisfeitos, elogiavam-na. Porém, eles a consideram pouco temperada. Reclamam da carne moída e da salsicha⁶¹; bem como das vezes em que se oferece arroz empapado. Quando ela está muito ruim, eles dizem: *“Essa comida não dá pra dar nem pra cachorro.”*⁶²

Carolina admite que, dada a grande quantidade de comida, às vezes fica faltando o tempero. Mas não compreende os comentários negativos. Segundo ela, a comida nunca está ideal para eles: *“eu não sei, a gente também almoça essa comida, eu não sei porque, mas alguma coisa deles que nunca tá satisfeita (...) daí as psicólogas têm alguns argumentos, mas nunca tá completamente explicado(...)”*⁶³. Esse padrão de exigência com relação às entidades também se repete na rua, ao menos discursivamente. Andando pelo calçadão perto do Vale do Anhangabaú, em uma das visitas noturnas para a prevenção de HIV/DST, encontramos uma senhora deitada, coberta, conversando. Ao abordá-la, como procedimento usual, identifiquei-me como sendo do refeitório e perguntei-lhe se já tinha estado lá:

⁶⁰ De acordo com a nutricionista, o parâmetro considerado é de 2.900/3.000 calorias diárias. Dessas 3.000 cal; 10 a 15% tem que ser de proteína, 20 a 25% de gordura e quase 60% de carboidrato. O prato padrão brasileiro é adequado: arroz, feijão, carne e salada. No caso do refeitório, é necessário levar em conta a quantidade, porque se supõe que aquele prato talvez seja o único. A média é que o prato do almoço tenha de 800 a 1.000 calorias; isto representa algo em torno de 33% da quantidade de alimento necessário do dia; seria necessário complementar com o jantar e talvez o lanche ou um café da manhã.

⁶¹ Carolina considera o valor nutricional da carne moída comprada equivalente aos da carne não moída; possui as mesmas quantidades de proteína. Na opinião dela, este tipo de carne é o que é oferecido para eles nos demais lugares.

⁶² Entrevista com Carolina, *op.cit.*

⁶³ Entrevista com Carolina, *op.cit.*

*“O refeitório, aquele lá perto da Nove de Julho? Conheço, andei por lá no ano passado. Mas, viu, desisti de lá porque, olha, a comida era boazinha, mas não tinha carne(...) olha, aqui no Bom Prato (restaurante popular a R\$ 1,00) tem carne de porco, lá naquele outro restaurante ali tem carne de panela. Ah, não, daí é melhor, né(...) não quero ir lá no refeitório não(...)”*⁶⁴

Levando em conta a impossibilidade de essa senhora pagar diariamente pelo almoço nesses restaurantes populares, surpreendi-me com a afirmação. No entanto, observei que sua fala estava imersa em um contexto no qual a proposta de alimentação feita pela rede de atendimento é considerada tendo em vista não apenas alimentá-los, mas cumprir “bem” a tarefa, com um padrão que se coloca, no senso comum brasileiro de um bom prato: arroz, feijão, mistura. Em outras palavras, ela compartilha o imaginário do bem-alimentar, e exige da rede que a atende essa referência. Nesse sentido, as reivindicações pela qualidade revelam que há uma resposta à imposição assimétrica entre quem doa e quem recebe, a qual os retira da posição passiva do “aceitar qualquer coisa”.

Apesar das reclamações, os usuários do refeitório pareceram-me, em geral, satisfeitos com sua refeição. Muitos elogiavam a comida, faziam uma ou outra sugestão. Vários usuários repetiam de duas a três vezes, quando ainda havia comida. Quando jogam a comida fora é porque em geral não gostaram, ou porque o excesso de álcool ingerido os impede de comer. Mas Carolina considerava que o desperdício não era exagerado. No entanto, a comida deixada no prato gerava reclamações dos próprios usuários. *“Tanta gente aí na fila aí fora esperando pra comer e o cara aí deixa esse tanto de comida, isso é mesquinhará.....”*, dizia-me um senhor que havia acabado de comer e olhava o prato abandonado por outro.

De um modo geral, os usuários assíduos percebiam o cuidado que a instituição tinha para com eles. Segundo Carolina, o que mais comentavam era com relação à higiene do lugar e ao tratamento usual dos funcionários. Como consequência, salvo os impasses descritos anteriormente, o refeitório mantinha-se consideravelmente limpo, e seus usuários se alimentavam, na sua maioria, de forma silenciosa. Estavam, inclusive, atentos à higiene: observei pedidos de troca de colher em razão de sujeira. E se queixavam de seus vizinhos “pouco

⁶⁴ Caderno de campo, 14/05/2003.

educados”, geralmente usuários demasiadamente alcoolizados que dispersavam comida ao redor do prato, ocasionalmente brincavam com ela, ou se debruçavam sobre a mesa.

Reforço o fato de que o alimento é uma das principais alavancas que movem a dinâmica entre instituições e moradores de rua. Nesse sentido, ele costura a fronteira entre essas duas dimensões sociais – a rua e o aparato institucional –, expondo as construções e os conflitos gerados em torno da necessidade de alimentar e ser alimentado, e do disciplinar e não se deixar ser “domesticado”. No cotidiano, essa pulsação se faz aos poucos, nos pequenos encontros de entidades governamentais, não-governamentais, religiosas e habitantes da rua.

Quando a cozinha vai à rua

Fora da alçada institucional, os recursos alimentícios diminuem consideravelmente, mas são possíveis de se obter. Para tanto, exige-se uma persistência na coleta de sobra de alimentos em feiras livres ou doações ocasionais, bem como criatividade na elaboração da comida. O número de moradores de rua que vive nesse circuito restrito é bem menor, mas bastante significativo. São em geral pessoas ou que se fixam mais em determinadas praças e viadutos e permanecem praticamente isoladas dos circuitos institucionais e cotidianos⁶⁵, ou são os andarilhos cujo mundo itinerante é limitado a seu território na rua.

Para eles, basicamente há dois modos de obter alimentos. O primeiro é um recurso menos usual do que imaginado: vasculhar os lixos orgânicos. Embora não seja tão raro ver “mendigos” abrindo lixos e selecionando comida na paisagem urbana, não é uma prática necessariamente inerente à situação de rua. Vasculham lixos aqueles que se encontram em condição de extrema embriaguez, ou que, em seu trajeto pela rua no dia, não puderam encontrar uma doação ou um abrigo institucional sequer, o que é raro. Há casos também de pessoas com transtornos mentais que, territorializados em alguma praça ou calçada, praticamente sem comunicação com ninguém, recorrem às sobras mais próximas.

Quando essa prática ocorre, é marcante na paisagem urbana. No Parque D. Pedro II, presenciei uma cena dessas. Agachado próximo a um poste de luz, um homem revirava cerca de

⁶⁵ Entre os quais se incluem as pessoas que constroem “favelas temporárias” embaixo de viadutos; algumas delas têm como atividade vasculhar os lixões da cidade.

três sacos de lixo. Encontrara um pote de *catchup*; abriu-o ao meio e lambia o molho⁶⁶. Foi, contudo, um momento raro no contexto da pesquisa e nos depoimentos dos agentes institucionais.

Observei que Dona Lina mexia nos lixos próximos ao prédio da Febem, na esquina da Praça metrô Brás. Ela procurava algumas sobras de comida, colocava em pratinhos de alumínio e distribuía aos cachorros. Regina também olhava os lixos deixados perto de sua habitação e da de Carmem, mas foram papelões, trapos de roupa, entre outros objetos, que a vi tirar de lá.

No universo dos pesquisados, os restos orgânicos são postos no lugar ao qual usualmente pertencem no ambiente doméstico “tradicional”: no próprio lixo. No caso da Praça do metrô, os sacos de lixo ficavam distantes das habitações; eram usualmente jogados nas cestas da rua. Havia concretamente uma afirmação de distância com relação ao lixo não reciclável, assim como com os alimentos passados, estragados, abandonados. Em uma das visitas noturnas, conheci um grupo que habitava uma estreita calçada de um viaduto da Avenida Abolição. Nessa pequena faixa, viviam Elias e sua companheira, José, Zilda e mais dois amigos, todos carrinheiros. Elias me contava dos alimentos que recebiam:

“Às vezes, a gente pede uma água ou um pão ali no bar [na esquina], mas os caras nem se ligam na gente. Então, aqui perto, tem um varejão, sabe, e a gente pede e eles nunca dão nada. Daí quando acaba o dia, de vez em quando, eles vêm aqui dar uns alimento. As melancias que eles dão vem todas cheias de água, fermentadas. Os tomates: tudo podre! Que é isso, oh! A gente vai lá, devolve, e diz pra ele: ‘quem é que vai comer isso? Você vai? Cachorro vai? Porque a gente não vai, obrigado!’ E a gente devolve(...)”⁶⁷

Essa recusa, acompanhada de muita indignação, era uma constante nas conversas com os moradores sobre os eventos que aconteciam na rua. Comidas com gosto ruim ou envelhecido são jogadas fora. Habitualmente associados ao lixo e à extrema pauperização pelo imaginário urbano, os moradores se sentem impelidos a marcar sua “desassociação” com o que é materialmente deteriorado, desintegrado, podre. Na relação com o lixo, a expressão popular “a gente é pobre, mas é limpo” ganha outra conotação. Não se trata apenas de marcar limites de limpeza, mas de reforçar as fronteiras de humanidade que lhes são questionadas a partir dos momentos de escassez que vivenciam.

⁶⁶ Caderno de campo, 27/06/02.

⁶⁷ Caderno de campo, 07/05/2003.

O segundo modo de obtenção de alimentos ocorre nas horas finais das feiras livres e por meio de doações ocasionais de transeuntes ou vizinhos solidários. Ou seja, conseguem pedaços de verduras e folhas restantes ou com aparência menos atraente para o consumidor; pão, leite, beliscos de padaria; às vezes, arroz, farinha, açúcar, café. Alguns acumulam latas de molho de tomate, pimenta, óleo, sal, para poder cozinhar o alimento. Com composições irregulares, os moradores de rua elaboram seu cardápio, cujo mote principal é “aproveitar tudo”. Como coloca Luce Giard, os “novos pobres” da cidade tratam de agir da mesma maneira que os camponeses da Idade Média, à margem da abundância: *“escolher, combinar, preparar são gestos da cidade ‘quando já se tem o que fazer’”*⁶⁸. Curiosamente, apesar da abundância alimentar das cidades, exige-se a criatividade desse segmento para lidar com a exigüidade.

Cozinhar na rua é uma prática associada aos moradores de rua que geralmente perfazem uma circulação menos intensa, com maior fixação em calçadas, praças ou viadutos. Nessa situação, podem mapear as possibilidades cotidianas de obtenção de alimento nos arredores do espaço que habitam, ao mesmo tempo em que podem estocá-lo por determinado tempo, assim como os utensílios de cozinha. A circulação desse segmento está associada, sobretudo, à obtenção dos materiais recicláveis, e determinadas atividades relacionadas usualmente ao âmbito do doméstico – como é o presente caso – são vivenciadas nos arranjos habitacionais.

Nestes, alguns utensílios são indicativos da disposição para o cozinhar. Há aqueles que, como Lourdes, possuem fogão ou fogareiro, o que é raro. Em geral, fazem uma pequena fogueira rodeada de latão ou de tijolos e apóiam por cima destes uma chapa ou tela de qualquer metal que possa sustentar os recipientes. Estes podem ser panelas de fato ou grandes latões de tinta vazios. A maior parte das habitações dos que cozinham era guarnecida de coador de pano de café – bebida recorrente entre os moradores de rua – e de instrumentos básicos para as refeições, como garfos, facas, colheres, copos de plástico ou vidro, xícaras, vasilhas de plástico para servir a alimentação ou para guardar algum alimento.

O modo de cozinhar depende do espaço de que dispõem em sua organização interna e dos produtos disponíveis no dia. Depende também da quantidade de água que os moradores conseguem para esse fim. Na Praça Metrô Brás, uma das primeiras cenas registrada durante a pesquisa foi a de Lourdes, que se encontrava do lado de fora de sua casa, sentada em uma

⁶⁸ De CERTEAU, et al, 1997, página 240.

cadeira, “catando feijão” em uma bacia. Possivelmente, no caso, parte da tarefa culinária era feita do lado de fora, uma vez que sua habitação era estreita e escura. Mas ela preparava o feijão do lado de dentro de seu barraco. Nesse sentido, ela mantinha a privacidade visual de sua “cozinha”.

O que não é o caso dos demais habitantes do local. Regina e Osório faziam uma pequena fogueira e tinham um latão ao lado de sua habitação sem teto, próximo a um retângulo de concreto. Cozinhavam ali os restos da feira que lhes eram doados. Osório era quem trazia os alimentos; Regina apenas aguardava. Depois, preparavam juntos a comida. O fogo demorava a esquentar o latão. Não havia pressa e tampouco a tarefa era regular. A quantidade excessiva de álcool limitava-os em sua agilidade e na tolerância à comida. O casal passava ali tardes inteiras, entre tomar pinga, arrumar sua habitação, dormir. Nas habitações onde havia a possibilidade de cozinhar, o lugar para fazê-lo estava sempre demarcado à parte; porém, dada a contigüidade dos espaços, era difícil distingui-los.

Próximo às habitações de Carmem e de Regina e Osório, havia a “galera da maloca”, como os chamava Carmem, por serem, segundo ela, as pessoas que nada faziam no Brás (“ficavam vadiando”). Entre eles, estavam alguns que assaltavam em volta⁶⁹. Eram pessoas que dormiam e viviam na praça, juntamente a outras pessoas que ficavam nos seus arredores. Sentavam-se entre os retângulos de concreto, perto de uma árvore, e ali acendiam uma fogueira, onde ficavam durante as tardes tomando pinga, assando alguns alimentos ou esquentando marmitas.

Carmem cozinhava pouco, a despeito de possuir equipamentos mínimos para a tarefa e mais recursos garantidos na praça. No que tange à apropriação e preparo da alimentação, Carmem vivia uma realidade particular. Quando a conheci, ela desfrutava de dois recursos: recebia o dinheiro da bolsa-escola das crianças e auxílio financeiro irregular de Manoel, seu segundo companheiro. Segundo ela, Manoel catava papelão e a ajudava a levantar algum recurso para comprar alimento. Juntando os dois auxílios e eventuais doações, comprava comida.

⁶⁹ O agrupamento parecia demasiadamente heterogêneo, mas era bastante fechado, o que dificultou o acesso às informações. Esta característica, somada ao fato de que Carmem requisitava minha atenção nas conversas, impediu que eu me aproximasse destes moradores da Praça. No entanto, observações mais gerais puderam ser feitas.

Quando, um mês mais tarde, Manoel deixou de morar com Carmem, ela já recebia uma cesta básica, com de uma entidade filantrópica⁷⁰.

Mesmo com uma oferta mais regular de mantimentos, o preparo de comida não costumava ser parte de seu cotidiano, como ocorria com Lourdes, com o casal ao lado ou com Seu Joaquim. Enquanto estávamos conversando, ela costumava dar dinheiro a Moa e mandá-lo comprar marmita. Ela acrescentou que, vez por outra, dizia a Moa e Priscila que pedissem dinheiro na porta de uma padaria que ficava em uma das esquinas da praça. Afirmou-me que cozinhava pouco porque faltavam condições para fazê-lo com regularidade.

O modo como regularmente Carmem lidava com a comida gerou uma reação contrariada de Lourdes, sua vizinha e comadre”, que também recebia cesta básica. Lourdes, abordando-me um dia, reclamou:

“Olha, por que é que a Carmem começou a receber cesta básica, quem é que pôs isso pra ela? Porque, olha, a Carmem não usa nada da cesta não. Você vai se arrepender de ter dado pra ela. A Carmem não gosta de cozinhar, não. Sabe o que ela faz? Ela vende os produtos da cesta pros outros aqui, faz o Moa esmolar e vai lá compra marmita. A Carmem não tá aí pros filho, não. Sabe que o Moa chega muitas vezes chorando de fome. Então não é justo ela receber, né?”⁷¹

Carmem, de fato, parecia negociar certos alimentos da cesta, embora não se desfizesse de todo o seu conteúdo. Os benefícios recebidos estavam relacionados ao fato de ser mãe de família em uma situação de rua. Ao que parece, sua troca de alimentos por dinheiro não parecia render tão bem quanto cozinhar os mantimentos para as crianças. Presenciei as discussões de Moa com a mãe porque sentia fome. Diante de minha interrogação a respeito da raiva do menino, Carmem disse-me:

“É, ele tá emburrado porque tá com fome. Mas eu não vou dar dinheiro agora pra ele, não, senão de noite não tem o que comer. Esse menino também vive com fome, o dinheiro não dá pra isso tudo não (.....)”⁷²

⁷⁰ Carmem passou a receber a cesta após a entrevista que Alderon, membro da Rede Rua, fez com ela para o Jornal *O Trecheiro* (entrevista da qual participei como ouvinte). Esta entrevista ocorreu na metade de minha última etapa de campo.

⁷¹ Caderno de campo, 27/05/2003.

⁷² Caderno de campo, 27/05/2003.

A reclamação de Lourdes trouxe à tona uma outra questão. Os recursos alimentícios, assim como roupas, são eixos de troca e interações sociais entre os vizinhos de rua. É cena comum um morador de rua ou agrupamento elaborar uma refeição e oferecer aos que dormem a seu lado. Na praça, essa prática acontecia bastante com o cafezinho, que Carmem oferecia a todos os seus visitantes, incluindo Lourdes. Na “maloca”, as pessoas juntavam alimentos para comer juntos.

Por outro lado, a comida também provoca conflitos e disputas. Carmem já havia questionado por que apenas Lourdes recebia até então uma cesta básica, se os demais moradores da área não tinham o mesmo benefício. Lourdes fazia o inverso: dizia que se a primeira não era capaz de alimentar seus filhos, então por que ela ganharia uma cesta básica? Carmem, que abrigara Laura em sua habitação por cerca de duas semanas, disse-me, após um conflito com a moça, a qual acabou se mudando para a casa de Lourdes:

“Ela disse que eu botei ela pra fora. Não foi assim, mas nas condições que tavam não dava, ela não tava respeitando minha casa. Ela ficou chateada de sair, se apegou na Priscila, mas não tem jeito. Quando eu conheci, achei que a amizade ia da certo, mas você vê (...) essa menina aí tem uma mania (...) assim, ela comprava arroz, e precisava ficar falando que comprou? (...) Bem que a cesta podia chegar. Acabou tudo, ainda mais com a menina [Laura] aqui. Ela trazia o arroz, mas comia um bocado (...) depois foi falar mal de mim lá pra Lourdes.”⁷³

A comida, assim como outros poucos recursos fundamentais na rua – roupas, pinga –, é um motor que atualiza relações de solidariedade e conflito. A sua oferta ou falta encadeia: as relações de sobrevivência; as concepções de moralidade na rua – pautadas significativamente pela disputa de quem merece tais recursos – as negociações sobre a permanência em determinado espaço, uma vez que certos conflitos em torno do desperdício de alimento, da avareza em dividi-lo, geraram a impossibilidade de pessoas em posições antagônicas permanecerem em territórios contíguos.

Há uma particularidade nessa dinâmica do cozinhar no Brás que instiga a algumas reflexões sobre os espaços marcados por gênero. Na praça, o hábito doméstico de cozinhar ganhava mais visibilidade pelas mulheres, ainda que este não fosse necessariamente concretizado

⁷³ Caderno de campo, 19/05/2003.

por elas. Carmem e Regina, por exemplo, aguardavam em casa que seus companheiros trouxessem os mantimentos para serem preparados. Já Lourdes, vista como uma mulher extremamente forte e bastante respeitada no Brás, era quem comandava as tarefas domésticas em sua habitação. Deslocando o olhar para o viaduto da Abolição, era Zilda quem comandava a cozinha no lugar. Ela dizia: *“tenho que cozinhar, porque meus amigos da rua não podem comer comida ruim, não é? Eu faço isso pros meus amigos (...)”*.

Creio que essa particularidade possa se estender a outros locais de concentração de moradores de rua, mas que, pelo fato de concentrar menos mulheres, tenham essas relações mais diluídas. Sendo mais evidente o perfil do morador de rua sozinho, o ato de cozinhar não é uma prática exclusivamente feminina. Mas, nos diálogos apresentados, as mulheres assumiam, ao menos discursivamente, a tarefa de cozinhar como um dever. Porém, do mesmo modo que os seus companheiros faziam a atividade de coleta de materiais recicláveis ou arranjavam serviços de forma irregular, as donas de casa não obrigatoriamente se dispunham ao trabalho doméstico. Regina preparava a comida juntamente com Osório; Carmem dificilmente cozinhava; Lourdes parecia ser a mais sistemática, mas, mesmo assim, não parecia seguir horário algum para as refeições.

Por fim, a comida é outro dos elementos que articulam a relação entre as práticas concretas na rua e a representação sobre as mesmas. A forma mais evidente em que essa relação aparece é na exposição da comida a padrões de limpeza e sujeira. Se, no refeitório, os moradores de rua exigiam práticas higienizadoras que previnisses a poluição do alimento e assimilassem um padrão de limpeza considerado “normal”, no código normativo usual, na rua este é relativizado, gerando uma constante fricção entre o parâmetro civilizador e as fronteiras nubladas do público/privado, poluído/sacralizador.

Carmem me contou da padaria situada na esquina da praça: de onde eu estava, em sua habitação, eu conseguia ver o local. Ao reparar que a padaria estava fechada, comentou:

“Ih, deve ser a vigilância sanitária. Outro dia uma moça foi comprar um doce aí, achou uma perna de barata. Já fechou um monte de vezes. Tem que fechar mesmo, fica vendendo coisa estragada, com bicho pra gente (...)”⁷⁴

⁷⁴ Caderno de campo, 29/04/2003.

Em outro momento, conversávamos na frente de sua habitação; Regina e Osório cozinhavam. Perguntei a ela o que achava que o casal estava cozinhando. Carmem comentou:

*“Ah, o velho ali traz umas coisas da feira e eles fazem aí um rango. Mas vê só, é aquela coisa, né, não lavam a mão, não limpam as coisas pra cozinhar, tão sujos mesmo, comerem com a mão (...) eu heim, credo, nem dá pra comer (...)”*⁷⁵

Carmem demonstrou duas formas de distinção social que operam na relação da higiene com a comida. A primeira reafirma o padrão classificatório que o morador de rua tem nas relações fronteiriças com seu universo. Uma vez considerados parte da esfera do poluído e do sujo, procuram reverter seu estigma a partir do compartilhamento das representações sobre a alimentação com o restante da sociedade, a qual procura mantê-los na posição estigmatizada. Nesse sentido, tornam-se exigentes com relação à higiene e ao bom tratamento dos estabelecimentos alimentares com os quais se relacionam.

Uma segunda distinção social foi marcada em relação ao casal vizinho, a partir das mesmas representações. No mundo da rua, estar mais limpo do que o outro, cuidar-se mais do que o outro, como já dito, marcam diferenças nas formas de estar nas ruas. Regina e Osório estão para Carmem em “fim de linha”. Praticamente não tomam banho, não se relacionam com seus vizinhos, permanecem constantemente bêbados, cozinham em meio à sujeira. Em contraste com a organização corporal e do espaço de Carmem e seus filhos, há uma diferença relativamente visível no que diz respeito à limpeza e ao ordenamento.

No entanto, nessa marcação distintiva, é preciso relativizar os limiões classificadores entre sujeira e limpeza. A casa de Carmem, ainda que mais “limpa”, mantinha a mistura de plásticos, papéis e jornais, facilitando o acúmulo visível de poeira. Neguinha, a cadelinha de estimação que dormia em uma casinha de madeira bem próxima à entrada do seu barraco, Carmem vivia brincando com os cachorros de outras pessoas da praça, todos com sarna. As sobras de marmiteix eram guardadas dentro do barraco, junto ao colchão de dormir. Na bacia de água onde lavava potes que acabara de encontrar, lavava também os copos e outros utensílios.

Em outras palavras, o universo da rua é uma realidade exposta a constante sujeira: pó, restos orgânicos, vento, presentes nos espaços urbanos abertos. Os utensílios utilizados são encontrados em lixos, ou quando chegam a eles, que já pertenceram a muitos donos. As fronteiras

⁷⁵ Caderno de campo, 23/04/2003.

físicas entre os limitados espaços de cada morador de rua são demasiadamente nubladas. Desse modo, ainda que as concepções de higiene e limpeza normativas sejam reafirmadas pelos moradores de rua em seus discursos e na avaliação de seus pares, é impossível reproduzi-las concretamente como práticas na sua integridade.

Porém, no rol de representações formadas pelos habitantes de rua, marcar a distinção com a sujeira da rua – portanto, com o território do que é poluído e poluidor – é uma forma de distanciar-se das representações sobre o espaço da rua explicitadas pelos códigos sociais dominantes e, ao mesmo tempo, de reafirmar códigos de um processo civilizador que fazem parte de sua trajetória antes da rua e agora têm que ser adaptados a ela. As representações sociais marcam uma distinção social que muitas vezes se dilui nas práticas efetivas do ambiente em que vivem. Dentro desse contexto, a diferenciação com seus pares, cujo processo de “largação” corporal se manifesta, é fundamental.

O evento mais representativo desse processo aconteceu no viaduto da Avenida Abolição, citado mais acima⁷⁶. Na estreita calçada abaixo do viaduto, enfileiravam-se, acostados à parede, dois sofás, um colchão se encontrava enrolado. Além deste, um fogão vermelho, de quatro bocas. Logo ao seu lado, outro colchão e, por fim, uma carroça. Quando chegamos para fazer a atividade de prevenção de HIV/DST, seus moradores se espalhavam pelo espaço com um comportamento festivo. Enquanto eu e outro educador conversávamos com Elias e sua companheira, que sentavam quietos no sofá, os demais educadores mantinham um animado papo com Zilda, seu companheiro e outro dos moradores. Estes já estavam bebendo pinga havia algum um tempo - o cheiro de álcool se espalhava pelo estreito local.

Após as conversas de esclarecimento do assunto, juntamo-nos todos em uma roda informal, em pé. Zilda estava eufórica, um tanto trôpega. Olhou para mim e para Carolina – a nutricionista do refeitório e disse: *“Olha aqui no fogão. Eu cozinhei pros meus amigos aqui. Cozinhei tudinho, porque eu cozinho bem. Fiz aqui pra eles, aí tá tudo fresquinho. Receita tudo do Rio de Janeiro, que eu sou carioca (...)”*. Olhei para o fogão. Sobre ele, três recipientes enfileirados separavam os pratos da refeição: em uma vasilha retangular, havia sardinha, envolvida em farinha, pronta para fritar.

⁷⁶ Caderno de campo, 07.05.2003.

Em dois potes menores, cujo conteúdo ela me descreveu: no primeiro, havia chuchu refogado com pedaços de palmito; no segundo, beterraba cozida com cebola. Por fim, ao lado deste, uma panela com arroz. No chão à direita, um botijão de gás e uma lata grande, cujo o conteúdo eu não enxergava, pois as luzes das ruas eram fracas. Olhando para a esquerda do fogão, no colchão que quase se encostava a ele, três cachorros, visivelmente com sarna, se coçavam. O lugar cheirava a pinga e asfalto.

Elogiamos Carmem por ter conseguido cozinhar em um espaço tão estreito, com tão poucos recursos. Satisfeita e já trôpega, decidi convidar-nos a experimentar o sabor do tempero carioca: *“olha, vocês duas, provem um pouquinho desse chuchu, pra vocês verem. É, a galera aqui gosta da minha comida. Dá uma provadinha, passei a tarde inteira fazendo esse rango”*. Formou-se um impasse, uma hesitação de minha parte e de Carolina. A visão da comida era atraente, mas a imagem do entorno - os cachorros, a pinga derrubada no chão, o cheiro característico da rua - não era nada animadora. E se o chuchu estivesse passado? E onde ela havia conseguido aquele palmito?

Por outro lado, não aceitar poderia soar como uma desfeita. Havíamos praticamente invadido sua morada, onde nos receberam bem. A recusa poderia parecer algum enojamento por eles ou pelo seu espaço. Abrimos a mão e experimentamos. O legume estava muito bem temperado e saboroso. Zilda então insistiu que provássemos seu feijão, *“feijão carioca”*. Não havíamos visto o feijão: ela apontou para a lata no chão. Carolina olhou-me aflita. Perguntou a Zilda quando ela havia feito o feijão, advertindo-a de que este alimento fermentava se não ficasse em geladeira. Zilda disse-nos: *“Não, fiz hoje mesmo, tá fresquinho, e tá gostoso, com o tempero lá do Rio”*. Ela mexeu o feijão com uma colher de pau, pegou um pouquinho e nos ofereceu. Diante dos comentários de Carolina, fiquei de fato temerosa. Por fim, aceitei, assim como a nutricionista, e me surpreendi. Feijão do dia, temperadíssimo, muito gostoso. Nós a elogiamos novamente, enquanto os outros educadores já se preparavam para ir embora.

O episódio marcou minhas reflexões. Em meio àquela confusão de pessoas, cachorros, colchões, o fogão parecia um lugar isolado, mantido à parte. A comida e sua criativa elaboração, junto com a pinga pareceram garantir a vitalidade daquele agrupamento. Nos modos de cozinhar e comer, expõe-se um embate constante entre um parâmetro civilizador idealizado e a realidade subtrativa na qual as formas de cozinhar e de comer têm que ser adaptadas. E, desse conflito,

emergem formas criativas e inusitadas de exercício do mundo doméstico no espaço público, bem como uma enunciação clara de agenciamentos corporais dinâmicos, sobreviventes e reformuladores dos códigos sociais que se pretendem homogêneos.

5.

CONTENÇÃO E VIOLÊNCIA NA MOVIMENTAÇÃO URBANA: O CORPO VULNERÁVEL



J. Risa entre mendigos. Gravura de J. Bellouge.

INTRODUÇÃO

O ciclo da rua cria um movimento contraditório, que incorre em um círculo vicioso. Por meio de um contínuo processo de des-posseção e subtração material e simbólica, o morador de rua se depara com esta como seu espaço de sobrevivência e vivência. Mas, uma vez que sua utilização contingente dos espaços urbanos coloca os sentidos oficiais do “público” e dos planos e projetos urbanos em risco, cria-se uma incessante tentativa de negar esse corpo já desabrigado. Dessa forma, os habitantes de rua adentram em uma lógica circular que tem como força motriz central a tentativa de sua eliminação.

A arquitetura antimendigo em São Paulo – lembrando, as grades em torno de igrejas e monumentos de praças, a retirada de marquises de prédios, o óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, água a molhar periodicamente os possíveis locais de pernoite de habitantes de rua¹ – e o fechamento de banheiros públicos na cidade são dispositivos físicos que materializam as representações de ameaça criadas a respeito desse segmento sobre a legibilidade da cidade que se pretende funcional e hegemônica².

Por um lado, essas intervenções urbanísticas nos lugares de passagem são interdições que fazem mais que intimidar o cidadão; elas atuam no corpo porque o forçam a desviar dos lugares e, a partir daí, definem diferentes diagramas de circulação³. Como afirma Souza, enfocando o que as grades exprimem, podemos vê-las como interpelações urbanísticas as quais não se pode ignorar: as grades de ferro possibilitam uma linha de distinção territorial entre supostos agressores e agredidos. Nesse sentido enunciativo, podem ser vistas como co-extensivas ao corpo de quem circula pela rua⁴. No caso dos moradores de rua, as interdições territoriais fazem mais que desviar trajetos de passagem – bloqueiam sua permanência.

Por outro lado, a concretização da arquitetura antimendigo, somada ao conteúdo das justificativas urbanísticas que geram, encerram uma forma de nomear e apontar os contornos do inimigo, os supostos agressores, a ameaça. Em outras palavras, as grades expressam algo que

¹ A arquitetura antimendigo foi descrita no Capítulo 2.

² De Certeau, 1994, *op. cit.*

³ P. de Souza, 2001.

⁴ Pedro de Souza parte de uma interessante abordagem da análise do discurso para pensar a relação de enunciação sujeito-objeto com relação às grades que cercam os espaços de passagem urbanos, particularmente, no tocante às interdições territoriais impostas aos que vivem nas ruas. De seu ponto de vista, o enunciado da interdição interpela o sujeito pedestre e indica que “*os limites entre os espaços abertos e fechados estão sendo significados diferentemente no nível da forma material do significante*”. (*Idem*, p.71). Considero sua análise inspiradora para entender a visibilidade dos embates sociais e políticos criados pela arquitetura antimendigo, do ponto de vista discursivo.

não está apenas nelas; elas indicam a suspeita da violência, da “indigência ameaçadora”. Ao cerrar e proteger os logradouros onde os moradores de rua ficam e dormem, “*remetem a efeitos de sentido que geram a identificação de um lugar a um sujeito e de um sujeito a um lugar*”.⁵ Assim, reitera-se a imagem já estigmatizada dos habitantes de rua de poluidores do espaço urbano.

Para além dos obstáculos físicos, há os mecanismos que, em nome do zelo pela unicidade funcional do espaço urbano, continuam a intervir nas poucas posses materiais e demandar obediência dos habitantes de rua, como é o caso das ações interventoras da limpeza pública ou policial. Tais atividades projetam cenas de humilhação às quais este segmento não tem outra alternativa a não ser se submeter, sob pena de agressão ou pressão. Por outro lado, para terem acesso aos serviços oferecidos nas ruas, também hão de se submeter a uma lógica disciplinadora e de “reintegração social”, o que supõe igualmente a limitação de seu comportamento nesses espaços.

Em suma, por meio da redução psicológica, emocional e de suas posses materiais, reverte-se, como coloca Kawash, o caminho de extensão desses indivíduos – “que é próprio de um sujeito ‘próprio’” – para o caminho da compressão⁶. Em geral, esse ciclo é mantido pela reiteração da violência simbólica ou física. Para a autora, o corpo errante funciona na medida em que o lugar permite e emerge em resposta ao corpo. A não tenacidade em sustentar uma propriedade, um lugar próprio, coloca o *homeless* em uma condição vulnerável:

“(...) enquanto o corpo faz um lugar para si, a formação mútua de lugar e corpo afeta o significado de ambos. (...) deste modo, o lugar faz o corpo, assim como o corpo faz o lugar, sugerindo que os lugares feitos pelos homeless podem não desafiar seu status como excluídos, e o corpo vem mais a funcionar como o signo e a incorporação da exclusão”.⁷

Como resposta, o morador de rua adapta seu corpo a essa geografia compressora; vai se reconfigurando na medida em que o espaço o limita e molda de forma contingente o extravasamento de suas emoções – raiva, angústia, euforia, medo, solidão, dor, alegria – na própria mobilidade. Essa corporalidade pode ser traduzida ora na imobilidade e na retenção de movimentos, a evitar conflito com transeuntes e caber nos lugares mínimos para os quais são expulsos, ora ao externar explosivamente seus gestos, sua fala, sua agressividade, seus desejos.

⁵ *Idem*, p. 77.

⁶ Kawash, *op. cit.*, p. 331.

⁷ *Idem*, p. 336. (Tradução minha).

Por outro lado, os moradores de rua também alteram em sua movimentação itinerante essas interdições territoriais. Boa parte das cercas de arame que envolve os viadutos foi furada e muitas pessoas moram ali, invertendo o seu sentido funcional ao tomá-las como uma proteção a mais para si mesmas. Muitos se sentam entre as lanças de ferro que cobrem escadas laterais de igrejas. Quanto aos lugares cobertos por óleo e água, são abandonados por um tempo e retomados depois, quando os donos de loja já não mais atêm atenção à questão. Se explicitamente deslocados de algum local pela polícia ou por agentes urbanos, tornam a utilizá-lo mais tarde.

Essas práticas de subversão da ordem urbanística não têm em si o propósito de demarcar espaços permanentes, mas sua ocorrência contingente erige novas fronteiras identitárias e de pertencimento, marcando lugares, como coloca Arantes, “*de atores e cenários ambíguos, simbolicamente invisíveis e poluidores*”.⁸ Tais práticas, que se estendem também aos meninos de rua, demarcam uma territorialidade flexível que se ergue exatamente no diálogo com os vários usos e enunciações que atribuem sentido àquele espaço, constituindo-o como espaço público.⁹

Nem a adaptação corporal aos limites espaciais, nem a re-significação momentânea da racionalidade urbanística feita pelos atos “transgressores” diminuem a violência sobre o morador de rua ou impedem sua retração material e simbólica nas ruas da cidade. Os registros da rua, suas interdições e compressões ecoam no corpo desse segmento, reiterando os obstáculos para a expansão deste. Para Kawash, a aparente subversão de significados do “público”, praticada pelos habitantes de rua, não é suficiente para contrapô-lo efetivamente ao espaço que o molda. A “desnaturalização” desses significados oficiais representa um perigo, que é, por sua vez, combatido com a violência. A autora aponta com propriedade os efeitos desse ciclo de opressão.

É possível que as respostas táticas dos habitantes de rua não causem mudanças estruturais ou mesmo efetivas no espaço urbano. Porém, os deslocamentos delinquentes¹⁰, limiares, que as caracterizam, organizam *lugares* nos espaços em questão¹¹, criando uma transversalidade de

⁸ Arantes, *op.cit.*, p. 107.

⁹ R.P. Leite, 2002, *op.cit.*

¹⁰ Aqui lembro novamente de De Certeau, ao tratar do relato do espaço praticado como um relato delinquente: “*Se o delinquente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem, mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do percurso sobre o estado, o relato é delinquente. A delinquência social consistiria em tomar o relato ao pé da letra, tomá-lo como o princípio da existência física onde uma sociedade não mais oferece saídas simbólicas e expectativas de espaços a pessoas ou grupos, onde não há uma outra alternativa a não ser o alinhamento disciplinar e o desvio ilegal, ou seja, uma forma ou outra de prisão e a errância do lado de fora.*” (De Certeau, *op.cit.*, p. 216).

¹¹ Tomo aqui a noção de Proença de lugar como referencial. O autor afirma a formação de um lugar a partir dos significados atribuídos pelo seu uso. Para Proença, o lugar pode ser entendido como uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço; este é qualificado pelos usos e pelos sentidos diferenciados atribuídos a ele por esse

códigos aos quais imprimem de forma contínua ou ocasional uma fronteira territorial. E, ainda que não revertam de forma estrutural as fronteiras de ordem dos lugares urbanísticos, eles a confundem e “constituem outras racionalidades e contratualidades em contextos espaço-temporais flexíveis e repolitizam o que se configura como lugar público por excelência”.¹² Os habitantes de rua reforçam sua existência nessa dinâmica.

De qualquer modo, é na aspereza da adaptação ao circuito que os comprime que os habitantes de rua reconstroem suas resistências e vulnerabilidades corporais. Embora já tenhamos visto re-significações de marcas e usos do corpo nos capítulos anteriores, tratarei aqui de algumas experiências corporais que têm como referência principal estas formas de contenção, as relações de violência e algumas das tentativas materiais e simbólicas de diminuição do morador de rua que emergiram em minha pesquisa, e, também, perceber quais as possíveis maneiras de responder dos habitantes de rua.

Fragmentos de contenção e expansão corporal no espaço urbano

Avenida Paulista com a Consolação. Paisagem de poder, área “nobre” da cidade, *locus* da centralidade que deixou o centro da cidade nos anos em meados do século XX¹³. Ao lado de um grande supermercado, na frente das portas fechadas de uma loja – cujo dono havia colocado as grades baixas para evitar que alguém ali se sentasse – há um homem sentado. Moreno, pele encardida, cabelo comprido e desgrenhado, roupa rasgada. Estava sentado de lado, o corpo espremido em função da grade, as pernas dobradas; encontrava-se notavelmente imóvel, as mãos cobrindo parcialmente o rosto. Lúcido em seus movimentos tímidos, o olhar era distante¹⁴.

Cenas como esta são comuns nas ruas de São Paulo: homens e mulheres parados em pé ou sentados em calçadas, em geral isolados entre si, em bancos de praças, portas de estabelecimentos comerciais, com pernas juntas, braços cruzando o peito, ombros encolhidos, quase dobrados em si mesmos. Em alguns momentos, a cabeça muito baixa; em outros, o olhar vago para a rua sem

uso: “Um lugar é, assim, um espaço de representação, cuja singularidade é construída pela ‘territorialidade subjetiva’ (Guattari, 1985), mediante práticas sociais e usos semelhantes”. (Proença, *op.cit.*).

¹² Arantes, *op.cit.*, p. 108.

¹³ Oliveira, *op.cit.*

¹⁴ Caderno de campo, 05/06/2002.

se deter em nada ou ninguém. Ficam em seus cantos calados, às vezes falando com eles mesmos. As expressões do rosto impassíveis, fechadas. Quando caminham, fazem-no lentamente¹⁵.

Este corpo imóvel provoca efeitos ambíguos: facilita seu mimetismo com a paisagem urbana, em uma espécie de colagem do corpo encardido e envolto em roupas acinzentadas com a calçada e o asfalto, e, ao mesmo tempo, gera um contraste com a movimentação frenética dos transeuntes. O grau de imobilidade varia conforme o processo de despojamento corporal – e, portanto, de tempo de permanência na rua. Quanto maior o grau de isolamento social, de distância dos serviços de atendimento, de sujeira aderida ao corpo, maior a ausência ou lentidão de movimentos. A apatia é um estado psicológico que acompanha tal comportamento.

A retenção dos movimentos corporais aparece menos naqueles que moldam uma sociabilidade mais duradoura na rua, como é o caso dos moradores da Praça Metrô Brás. Poucos ali permaneciam nessa imobilidade descrita. Ela era percebida em geral nos que chegavam ao local para um ou dois pernoites e não conheciam ninguém, ou em freqüentadores da “galera da maloca”. No entanto, a contemplação no vazio, codificada pelo olhar e pela atitude absorta em si mesma, era reconhecida em Regina e Osório ou mesmo em Seu Joaquim, em seus dias de lamento e recolhimento.

Nas observações das atrizes do Lume¹⁶, no estágio de sua preparação da mimese corpórea com a qual iam às ruas observar as pessoas, essa gradações também aparecem:

“Os corpos variavam entre os ativos, cujo ritmo na execução das ações era semelhante à grande parte das pessoas; esses normalmente se ocupavam vendendo pequenos objetos encontrados nos lixos, ou lavando roupa e limpando o local onde dormem. Os superativos, que realizavam

¹⁵ O comportamento imóvel de pessoas nas ruas chamou-me a atenção em outros países também. Na Inglaterra, os *homeless*, jovens e mais velhos, permanecem o dia inteiro, no inverno ou no verão, sentados sobre sacos de dormir, pernas cruzadas, ao lado de caixas de bancos eletrônicos, mãos paradas, um pote para receber moedas à frente. Muitas vezes estão olhando para baixo, o olhar vazio. Em outras, olham para o pedestre a pedir, em voz muito baixa – própria da *performance* da mendicância –, “*may I have a change, please*”. Observando alguns deles em vários períodos do dia, registrei uma absoluta permanência no mesmo lugar, na mesma posição, durante muito tempo. De acordo com minhas observações, feitas em 2002, essa é a forma mais visível do estar nas ruas dos *homeless* que dormem nas cidades inglesas.

Também na Guatemala, país que visitei em razão de um congresso em 2001, cenas como esta emergiram constantemente em minha visita, na capital do país, Ciudad de Guatemala, e particularmente em Antigua, cidade que constitui patrimônio histórico guatemalteco e que sediava o Congresso. Sendo um país formado na sua maioria por uma população indígena e com um índice muito alto de pobreza, os moradores de rua da região se espalhavam pelos corredores dos prédios de arquitetura espanhola, os corpos pequenos de homens e senhoras indígenas, sentados com as pernas dobradas para trás, a pedir dinheiro com uma voz inaudível, um gestual marcadamente tímido, envoltos em mantos coloridos – vestuário típico do país. A imagem dessas pessoas se assemelhava à de estátuas colocadas nos cantos dos lugares turísticos.

¹⁶ Lume – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Teatrais da Unicamp.

*ações em ritmo muito acelerado, muitas delas sem nenhum sentido prático, talvez sob o efeito de alguma droga; os muito lentos, que variavam entre o entorpecimento provocado pelo álcool e a droga, que os fazia ficar horas dormindo no asfalto fervendo, em posições totalmente desconfortáveis e os que, devido a fome, frio e privações, chegavam quase ao nada, à ausência de ações, quase um ser amorfo, cuja respiração era o único indício de vida”.*¹⁷

No caso dos que estão em um grau máximo de isolamento social, esse comportamento é a manifestação de seu mundo particular. Entre os “loucos de rua”, por exemplo, há as pessoas portadoras de sofrimentos mentais avessas a diálogos e sociabilidades, cuja imobilidade e circunscrição de trajetos solitários no meio da multidão enunciam o lugar próprio que encontraram no espaço urbano. Refiro-me aos homens e mulheres que, entre suas explosões aparentemente psicóticas¹⁸, delírios e alucinações andam pela cidade continuamente, bem sujos, com as roupas rasgadas e apodrecidas, em meio ao ritmo frenético dos transeuntes em calçadas e calçadões, como que imersos em outro mundo, um lugar privado construído a partir das fronteiras corporais da sujeira, do corpo abjeto que assusta e afasta.

Curiosamente, embora o olhar dessas pessoas, voltado para o chão ou para a frente através das coisas e dos transeuntes, encaixe-se no estágio do olhar ausente, que não se comunica com o exterior, que a equipe do Lume captou, surpreendeu-me perceber que, em suas andanças feitas em meio a uma profusão de pedestres, esses moradores de rua não se encostam em ninguém. Atravessam multidões esquivando-se dos transeuntes, mesmo sem vê-los, e denunciando a percepção da movimentação a seu redor. Da mesma forma, quando sentados e quietos, aparentemente alheios a tudo, percebemos que captam a dinâmica ao seu redor, adaptando assim suas posturas contidas.

Já para determinados “loucos de rua”, homens e mulheres cujos desatinos se tornam experiências ainda solitárias, mas mais comunicativas, por meio da produção de suas vestimentas, espaços e discursos lúdicos na cidade, essa imobilidade de olhar vago parece trazer a cidade, sua movimentação e barulho para dentro de seu espaço circunscrito, transformados em elementos de

¹⁷ Colla *et alli*, *op.cit.*, p. 117.

¹⁸ Os surtos psicóticos nas ruas, apenas brevemente referidos no presente texto, ainda é uma ampla nomeação diante de reações psíquicas adversas, que não pude identificar com precisão. No entanto, foram as manifestações mais próximas do que usualmente classificamos como comportamentos psíquicos “anormais”: a ausência de comunicação completa, o olhar parado, movimentos nervosos de mãos e pés, entre outros.

adequação de seu cotidiano, dos inúmeros fluxos de espaço e tempo que se cruzam a sua frente¹⁹. Seu percurso na cidade é feito muitas vezes na imobilidade observadora dos fluxos urbanos.

Em outros casos, a imobilidade corporal dos habitantes de rua é provocada pelo efeito do álcool e das drogas ou pela presença de ferimentos que afetam os seus pés ou pernas, ou pelas dores no corpo que lhes acomete depois de muito tempo de deslocamento. Porém, estes fatores não totalizam as explicações para tamanha imobilidade. A contenção corporal não está presente apenas pelas limitações físicas produzidas nesse circuito. É um comportamento mais generalizado, que se traduz em um modo de estar nas ruas, gerado a partir da ausência de trajetos definidos e possibilidades asseguradas de modificar sua situação socioeconômica, e mantido como uma resposta aos mecanismos de opressão e de rejeição que agem sobre eles.

A contenção das emoções e dos gestos, que culmina não raro nessa imobilidade corporal, é um patamar de comedimento construído gradualmente, moldando-se a limites geográficos – e igualmente sociais – na rua. Tidos como fora do lugar e, conseqüentemente, postos na posição de perigosos, os habitantes de rua incorporam estes mecanismos de contenção com os quais diminuem os conflitos com os transeuntes, obtêm mais sucesso na mendicância, preservam relativamente sua tão frágil privacidade. Quando tais mecanismos não são suficientes, deslocam-se para outro ponto.

A imobilidade corporal é um comportamento ausente entre meninos e meninas de rua. A aparência vulnerável da infância e do início da adolescência e o fôlego próprio a essa idade auxiliam, nesse sentido, a mobilidade intensa pelas ruas, bem como facilitavam o exercício de suas técnicas corporais de sobrevivência e obtenção de bens de seu interesse²⁰, como é o caso da mendicância e do roubo. Quando se encontram em estados mais adiantados da adolescência, o corpo se fortalece; meninos e meninas perdem o ar frágil e passam a ser vistos como perigosos.

Mas poucos meninos de rua continuam na mendicância à medida que vão ficando adultos. Quando o fazem, a mendicância assume, muitas vezes, caráter agressivo. Enlaçados gradualmente por redes ligadas ao circuito da criminalidade, seguem outras vias de obtenção de recursos. Os mecanismos criados pelas crianças e adolescentes de rua se pautam muito mais pela agilidade, pela capacidade performática veloz e pela rapidez dos deslocamentos²¹.

¹⁹ M. Chnaiderman, 1999, *op.cit.*

²⁰ Frangella, 1996, *op.cit.*

²¹ *Idem*, 2000, *op.cit.*

Os modos de contenção corporal estendem-se igualmente para dentro dos albergues e outras entidades de atendimento. Nestes espaços, as regras de comportamento são ditadas pelas entidades, as quais, como já dito anteriormente, utilizam-se de mecanismos disciplinadores. Estes reforçam a atitude contida, aparentemente passiva, vista na rua, especialmente porque as fronteiras territoriais são construídas por outros que não os habitantes de rua. Procedimentos de vigilância nos cômodos e banheiros das instituições²², repreensões severas para quem quebrar qualquer regra circunscrevem os limites espaciais para os que os utilizam.

Chamou-me a atenção particularmente as muitas horas de espera e as formas de se esperar pelo acesso aos serviços oferecidos nessa rede de atendimento. Como já dito, tendo como realidade a falta de serviços e de lugares para permanecer – mesmo pernitando em albergues, pois nestes não se pode estar durante o dia –, homens e mulheres de rua passavam manhãs ou tardes inteiras a esperar por cada serviço oferecido na casa de convivência, no refeitório, ou a esperar pela hora da sopa na rua. Sabiam a hora em que cada atividade acontecia, mas, uma vez que não tinham mais nenhum outro lugar a ir, esperavam.

Tomo como ilustração o refeitório. Tendo a oportunidade de acompanhar por vários meses a dinâmica do local e perceber sua movimentação desde o momento que abria e fechava, a questão da espera emergiu como fato significativo. Boa parte dos usuários chegava cedo, cerca de duas horas antes do almoço. Alguns vinham para o café da manhã e, após este, esperavam pela próxima refeição. Entravam, davam o nome ou mostravam a carteirinha do cadastro, sentavam-se. O mais comum era deitarem a cabeça sobre os bancos e repousarem, ou cruzarem os braços e ficarem olhando para frente. Quando o refeitório disponibilizou uma televisão, passaram a se concentrar nela. A maior parte conversava pouco ou quase nada.

Permaneciam lá durante as duas horas. Percebiam o movimento: quem sentava perto; mudavam de lugar quando se incomodavam com quem estava próximo. Ocasionalmente, levantavam-se, iam ao banheiro ou tomar água, e retornavam a seus lugares. À noite, o processo se repetia, criava-se um contraste entre a maioria dos usuários calados aguardando e os “arruaceiros”, pessoas que chegavam alcoolizadas ou nervosas e movimentavam a cena do

²² Em uma das instituições que visitei, havia no refeitório um adesivo escrito: “Sorria, você está sendo filmado”. Surpreendi-me e perguntei à funcionária que me mostrava o estabelecimento se havia de fato câmeras de vigilância ali. Ela respondeu: “Não, não tem não, mas é para eles pensarem que tem, o que facilita, não?” (Caderno de campo, 18/05/2001).

refeitório. A quietude da espera foi um comportamento que se estendia a todas as categorias que por ali apareciam, desde os albergados até os moradores da rua superalcoolidos.

O comedimento entre os pares é uma forma de tentar organizar suas relações. Evitar brigas e ataques aos vizinhos das áreas que habitam, marcar as regras da divisão dos recursos que compartilham e manter acordos mínimos de respeito à integralidade física dentro do agrupamento fazem parte dessa maneira de se socializar, ainda que nem sempre ela seja bem-sucedida. Um dos momentos em que a contenção corporal mais se evidenciava para os agentes de atendimento e outras pessoas – como o meu caso – era na fala.

Nas reuniões semanais da coordenadoria da revista *Ocas* com os seus vendedores, a organização da fala era essencial para o bom andamento do trabalho, mas também bastante difícil de administrar. Nesses encontros, os vendedores participavam de várias discussões: davam opiniões sobre a revista publicada naquele mês, organizavam todos os problemas concernentes à venda da revista ou à interação com os transeuntes e com os demais vendedores. A cada assunto, os vendedores eram convidados a falar um a um, em ordem circular.

Porém, em decorrência da oportunidade oferecida para falar sobre determinado assunto, os vendedores aproveitavam o espaço da fala para narrar acontecimentos pessoais, justificar sua vida na rua e organizar pensamentos fragmentados. As falas individuais, conseqüentemente, ampliavam-se, geravam um clima impaciente e certa hostilidade entre os vendedores: sentiam sua vez de falar roubada²³.

Em um contexto cujo isolamento, em maior ou menor grau, cria poucas oportunidades de falar sobre suas vidas, o encontro com as pessoas que os abordavam nas ruas era sempre um despejar de histórias. Na rua, a grande dificuldade residia igualmente no respeito à hora de cada um falar. Na primeira vez em que fui à Praça metrô Brás com Alderon, encontramos quatro homens, entre 30 e 45 anos, freqüentadores de albergues no bairro. Estavam sentados em um dos retângulos de concreto, conversando. Chegamos, apresentamo-nos e entregamos o jornal, *O Trecheiro*.

Os homens começaram a falar. Josiel, nordestino recém chegado à cidade, narrou sua saga até a instalação no albergue. Os demais o ouviram, mas, no meio da fala do rapaz, Cristiano –

²³ Os momentos da reunião também revelaram tensão em função das disputas de ponto de venda da revista, de competição entre os vendedores e de inúmeras classificações sociais entre a população de rua em falas implícitas e referências indiretas sobre as falhas e inabilidades de seus pares que invariavelmente geravam conflitos (Caderno de campo, 28/04/2003).

outro homem do grupo – interrompeu para falar das relações turbulentas com seu pai na Paraíba. Josiel se calou, deixou a frase pelo meio, olhando com raiva para Cristiano. Quando este começou a hesitar, Josiel retomou: “*deixa eu terminar, que você não deixou?*”. Cristiano se calou, contrariado. No meio do conflito, José desviou a atenção de Alderon para contar parte da sua história. A conversa seguiu cheia de frases entrecortadas, quebras emotivas de diálogos. A tensão era latente.

Corpos curvados, imóveis, comedidos, controlados por linhas invisíveis de limitação espacial, por imposições disciplinadoras dos segmentos sociais com quem têm relações liminares. Contidos em fronteiras da apatia, da vergonha, da solidão. Esta dimensão da corporalidade dos moradores de rua está presente na pesquisa das atrizes do Lume, análoga a outras percepções corporais – como o corpo torturado pelas ações do Holocausto²⁴ e o corpo retido, apático e vago dos animais presos no zoológico –, resultando em matrizes da situação de trauma traduzida em seu espetáculo.

A relação comum entre essas corporeidades é verossímil e significativa dos processos das formas de aprisionamento que se imprimem sobre os corpos. E, sobretudo, chamou-me a atenção pelo fato de que, nas ruas, contraditoriamente, tal aprisionamento não se faz com as grades e armas que os encerram em um espaço fechado, mas com formas simbólicas e materiais de modo a mantê-lo encerrado em seus limites no espaço aberto.

No entanto, se, por um lado, os mecanismos de contenção corporal permeiam as várias relações vivenciadas pelos moradores de rua nos espaços por que circulam, não impedem, por outro, as brechas de explosão das emoções e dos gestos, contingentes e intensas. Estas me levam a uma interessante observação de Raquel e Cristina a respeito de suas impressões sobre o corpo observado na rua²⁵. Na amplitude do espaço aberto da cidade, disseram ambas, as emoções são vividas em uma intensidade plena. A euforia é intensa, assim como a dor; a risada se contrapõe

²⁴Na explicação do procedimento metodológico da mimese corpórea construída para esse espetáculo, entre vários fragmentos de textos acadêmicos e de literatura, estavam as descrições do corpo esquelético dos campos de concentração na Rússia feitas por Primo Levi, que serviu como grande inspiração para o corpo torturado acima descrito. (Colla, *et alli*, *op. cit.*)

²⁵ Refiro-me aqui às observações das atrizes do grupo feitas na mesa em que participávamos apresentando nosso trabalho “*O Corpo da Rua – o corpo do morador de rua e o espaço urbano*” no evento *Se essa rua fosse nossa – Semana de Reflexão sobre Arte, Morador de Rua e Extensão Universitária*, realizado no Centro de Convenções da Unicamp, de 8 a 14 de abril.

ao choro com o mesmo tom dramático e real²⁶. Assim, as fronteiras de comedimento rompem em ações desmedidas.

Outra peça de teatro resultante da pesquisa em imitação de corporeidades de moradores de rua²⁷ – do Matula Teatro de Campinas – transpôs para o palco a realidade das ruas revelada em falas e gestos corporais intensos: as rodas de conversa e pinga, os conflitos nessa frouxa sociabilidade, a apresentação dos dramas afetivos. Neste caso, as referências eram exclusivamente os habitantes de rua. Curiosamente, ao conversar com eles, fui informada de que a pesquisa de observação desse universo corporal não havia sido feita nas ruas, mas em um albergue, onde muitas experiências da rua estão concretamente ausentes. Mas manifestava-se no corpo de seus usuários, que expressavam ali a gestualidade vivenciada do outro lugar.

No capítulo anterior, vimos brevemente as explosões da sexualidade e da intimidade do afeto. Os fragmentos expostos neste capítulo revelam outras formas de expansão corporal tanto na rua quanto em espaços fechados, as quais ocorrem invariavelmente entre hiatos desse comedimento corporal. Poderíamos dizer que ambos os movimentos – de contenção e expansão das emoções – relacionam-se em uma dinâmica de atrito, sendo experienciados de acordo com a resposta contingente que o habitante das ruas há de dar em seu percurso cotidiano.

Com o tempo de observação, percebi que a imobilidade disciplinada esconde uma impaciência latente, um esforço para se adequar às imposições espaço-temporais que ocorrem durante a busca dos recursos de sobrevivência. A espera aparentemente passiva revela um acordo tênue entre o habitante de rua que se submete às relações de dependência com os mantenedores de sua sobrevivência e a posição disciplinadora dos que os atendem. Porém, o quadro pode se reverter facilmente em explosões de impaciência e reclamações contínuas se o acordo sofrer

²⁶ Na construção dessa corporeidade, feita por meio de uma observação profissional do todo e do detalhe, das informações evidentes no corpo observado, assim como das que estão subjacentes, como ritmo, impulso, energia, entre outros, tiram-se ações e expressões, um material coletado ao qual é dado vida pelo autor. As três atrizes – Raquel, Cristina e Naomi, também diretora –, a partir dos diversos materiais coletados, exploraram qualidades de energia nas matrizes corporais que compõem os personagens que vivem a situação de trauma. Denominam essas qualidades corpo mole, corpo poderoso, corpo torturado, corpo ativo, corpo louco e corpo vazio. (Colla *et alli*, *op.cit*, p. 119).

²⁷ Em maio de 2000, por ocasião de um projeto de iniciação científica do então aluno de Artes Cênicas da Unicamp Eduardo Okamoto, formou-se um grupo de pesquisa interessado em investigar a imitação de corporeidades de moradores de rua da cidade de Campinas. Essa técnica, também chamada mimese corpórea, foi desenvolvida pelo Lume e transmitida aos atores pelo ator-pesquisador Renato Ferracini ao longo de dois anos de intenso treinamento.

Os frutos desse trabalho foram tantos e tão animadores que ao final de 2001 o grupo já tinha em seu repertório dois espetáculos: Pedra de Coração (espetáculo de rua, criado pelo grupo com base em poesias de moradores de rua) e Vizinhos do Fundo (espetáculo de palco, dirigido por Verônica Fabrini – atriz e diretora da Boa Cia. Este último é resultado direto da pesquisa em imitação de corporeidades de moradores de rua.

alguma ameaça. Tais explosões deixam claras a ansiedade e a atividade corporal intensa forçosamente controladas no dia a dia.

No refeitório, a imobilidade da espera da comida começava a diminuir à medida que se aproximava a hora da entidade que a fornecia chegar. Atrasos eram comuns, ainda que não grandes, atrasavam quinze minutos a meia hora no máximo. Mas suficientes para tornar o ambiente do local mais tumultuado. Reclamações feitas em voz alta, pessoas começando a andar pelo refeitório. Nesses dias, a pregação que antecedia a refeição era ouvida com muita inquietação. Alguns usuários sobrepunham suas vozes à dos pregadores, reclamando continuamente de sua fome e testando a capacidade disciplinadora da entidade em questão. Os mais indignados largavam as fichas e os copos e iam embora, nervosos, sem comer.

Essa impaciência – assim como outras emoções contidas – se transforma em relação tumultuosa quando ela é expressa coletivamente. Essa experiência não é tão evidente ao olhar cotidiano, pois há uma evitação da aglomeração de habitantes de rua tanto por parte das instituições que os atendem, quanto dos próprios moradores de rua, cuja permanência em bandos, salvo em lugares de pouca circulação como embaixo de viadutos, imprime medo aos transeuntes e cria o risco de atrair medidas repressivas.

No entanto, a participação em uma festa junina no refeitório permitiu refletir sobre a tensão que irrompe na formação da multidão. O “arraial do refeitório” estava marcado para as dez horas da manhã de um sábado e foi divulgado a seus usuários, sem restrições. A festa foi programada em conjunto, pela equipe do refeitório e entidades filantrópicas que contribuem com as refeições. Cada uma delas montaria uma barraquinha de comida ou bebida sem álcool, de prendas e de outras diversões. As entidades chegariam às sete e meia para montar as barracas.

Avisei que chegaria mais tarde. Às nove e meia da manhã, cheguei à esquina da Rua Penaforte Mendes com a Barata Ribeiro, cruzamento bem próximo ao refeitório. Cerca de 200 moradores de rua estavam à frente do estabelecimento esperando para entrar. Soube que boa parte deles estava ali desde as oito horas da manhã. A imagem, forte, assustadora, um conglomerado de pessoas com roupas acinzentadas e gastas, movimentando-se, juntas, impacientes. As que estavam mais próximas da porta do refeitório se empurravam e aglomeravam, ficavam batendo à porta, pedindo para entrar. Eu já considerava impossível que eu conseguisse entrar à frente da multidão, mas um funcionário me puxou para dentro.

Dentro do refeitório, as barracas ainda não estavam prontas. Os membros das entidades diziam “calma, eles vão esperar”. Mas a tensão aumentava na porta. Pouco antes de abrir, foi combinado que três funcionários homens do refeitório estariam na porta para controlar a entrada, enquanto eu e mais outras duas pessoas estaríamos em uma mesa localizada relativamente distante da porta a entregar os brindes e ingressos para comida e bebida. Ao abrir a porta, que é estreita, as pessoas começaram a se empurrar e passar por cima das outras.

Outros funcionários se juntaram para empurrá-los de volta e estabelecer regras para a entrada. Até que um fluxo considerável de pessoas entrasse, o “empurra-empurra” permaneceu, misturado a discussões e brigas do lado de fora. Ao mesmo tempo, os funcionários agiam com a voz forte, disciplinadora, em um esforço incomensurável para controlar a multidão. Esse episódio trouxe às minhas observações o registro de corpos ativos, forçosamente contido e diminuído, mas passível de reações explosivas e contingentes, uma vez que não há nenhum espaço em que possa ordenar de forma explícita essas emoções.

Já enfocando as práticas lúdicas da rua, podemos pensar que alguns “loucos de rua”, ao salvaguardar seu espaço ficcional particular e criar relações imaginárias e concretas a partir deste espaço, transformam muitas vezes as explosões e angústias em atos cenográficos: diálogos com seres invisíveis marcados pela gestualidade e pela fala²⁸. Seu Rubens, o vizinho de Dona Lina, tinha esse hábito peculiar. Em minhas observações feitas de cima do metrô, presenciei cenas entre ele e um interlocutor imaginário. Era chamado pelos vizinhos de o “homem que fala sozinho”²⁹.

Ele ficava sempre na área ao lado do colchão em que Seu Rubens dormia e que era dobrado todas as manhãs. Seu Rubens cruzava os braços à frente de seu corpo; às vezes colocava a mão no queixo, pensativo. Enquanto isso, falava. Tirava a mão do queixo e apontava para essa figura imaginária, como quem dava conselhos. Abria as mãos e gesticulava. Em outros momentos passava a falar com o chão, muito compenetrado. Em seguida, ajoelhava-se e beijava o chão com reverência.

²⁸ Chnaiderman, 1999, *op.cit.*

²⁹ Em uma das definições dos sujeitos que trabalham com a rua a respeito do falar sozinho e dos surtos mentais, José Luiz, coordenador do refeitório, disse-me: pessoas com dois anos na rua têm problemas psicológicos; acima disso, criam um mundo particular, falam sozinhos. Embora essa definição coincida com algumas de minhas experiências de observação durante anos de contato com a rua, considero de difícil precisão conceituar os surtos mentais a partir desses mecanismos solitários dos monólogos, uma vez que as condições de isolamento social e o tempo vago em um amplo espaço podem convidar a outras expressividades e a formas bastante individuais de se espacializar.

Em alguns desses casos performáticos, os gestos exagerados passavam a ser direcionados para transeuntes, incluídos nos delírios da fala. À medida que se estendem para fora de sua fronteira espacial – que representa, na maioria das vezes, apenas o próprio corpo –, esses códigos podem provocar a interação entre os dois sujeitos ao receio do controle do limite do habitante da rua; ou seja, de uma breve *performance* interativa nas ruas da cidade à repreensão e “re-limitação” do sujeito performático em questão.

Entre outras manifestações das emoções estão a explosão da raiva, do ressentimento social da violência, bastante significativas nesse contexto. Em alguns momentos, esta última é instigada pelo uso exacerbado do álcool. Mas, no geral, ocorre quando o limite da obediência e da tolerância nas esferas geográficas e sociais às quais está contido se esgota. As barreiras de contenção das emoções, sustentada até então para garantir sua segurança e sobrevivência, rompe-se em sentimentos desmedidos, e simples conflitos podem chegar a sérios ferimentos.

O comportamento obediente com relação às entidades se desfaz quando o habitante de rua se sente explicitamente humilhado ou desfavorecido. No refeitório ou em albergues, atitudes agressivas ou humilhantes por parte dos funcionários criam reações raivosas, que terminam em frases como “*quando você estiver lá na rua, sozinho, a coisa vai pegar*”. Se estiver dentro das entidades de atendimento, ainda que perca o controle de sua raiva, expressa apenas em gritos e gestos de desafio, o morador de rua é rapidamente contido pelos funcionários e levado para fora. Uma vez que se vê impotente naquele espaço, a resposta ameaçadora se projeta no mundo de fora, da rua, no mundo onde as regras do espaço fechado se diluem e outras regras, vividas como próprias, emergem.

As manifestações de conflito violento são muito evidentes entre esses moradores. Discussões adormecidas, guardadas, são trazidas à tona, provocadas por pequenos e fúteis motivos, e abrem espaço para o enfrentamento da agressão física. O conflito se arma rápida e intensamente. Na rua, munidos de pedras, paus e facas, a briga pode incorrer em ferimentos graves ou morte. Quando não se chega a esse nível de gravidade, ocorrem deslocamentos territoriais. As pessoas, até então reunidas naquele agrupamento, separam-se e se reagrupam em outros pontos.

Nos espaços fechados, como nos albergues ou no refeitório, não havendo a facilidade do deslocamento espacial na hora do conflito, as manifestações de agressividade emergem até o limite da intervenção dos funcionários do espaço, gerando um ambiente de muita tensão. No

refeitório, a política da coordenação é evitar a vigilância sobre os usuários e resolver os conflitos pelo diálogo. Dessa maneira, não há seguranças e não se faz revista de armas; apenas recomenda-se aos que possuem facas ou outros instrumentos perigosos que os deixem na entrada, sob os cuidados de algum funcionário.

Essa postura proporcionou espaço para que os próprios usuários procurassem manter as regras estabelecidas pelo refeitório. Quando algum conflito eclodia, os colegas à volta, ajudadas pelos funcionários, procuravam separar e expulsar os agressores do estabelecimento. Mas, ainda assim, as explosões ocorriam, e era difícil controlar a posse de armas. Uma vez, repentinamente, um usuário saía dos fundos do refeitório – onde há uma área atrás da cozinha, uma espécie de varanda – com a testa sangrando. Disse que outro homem com quem conversava *“fez uma treta e o agrediu”*.

Outras duas cenas de conflitos repentinos chamaram-me a atenção. Marcos, o jovem moço que trazia ocasionalmente sua mulher, esteve envolvido nos dois episódios. O primeiro ocorreu nas horas que antecediam o almoço. Marcos estava sentado no andar de baixo³⁰. Ele subiu a rampa para o primeiro andar, e disse para mim e para Carolina: *“Olha, tô indo embora, porque não dá não. Tem um nego ali que tá apontando a faca pra mim. Vocês precisam ver quem traz faca pra cá, pô”*. Carolina chamou um outro funcionário para verificar.

Nesse ínterim, o suposto agressor sobe a rampa: um homem mais velho, barba longa, enfurecido, com a mão dentro do casaco. Carolina perguntou o que estava acontecendo. O homem narrou sua versão ao mesmo tempo em que eu chamava o outro funcionário. Quando voltei, ele mostrava uma grande faca de cozinha para Carolina. Marcos já havia saído do refeitório e estava na esquina. O outro homem foi atrás dele. Espantada, perguntei à equipe do refeitório o que poderia ser feito. Carolina me disse: *“Nada. Isso aí é treta deles da rua, que eles vieram resolver aqui. Como eles sabem que não podem fazer aqui, vão resolver lá fora”*.³¹

As regras do refeitório são claras, e os geradores de conflito são expulsos por meses do local. Não há seguranças que impeçam esses atos; mas, surpreendentemente, ajudados pelo suporte dos próprios usuários, os conflitos acabam sendo transferidos para a rua. No entanto, isso não é garantido. No ano seguinte ao episódio narrado, quando voltei ao refeitório, os funcionários me falaram que Marcos e seu agressor ficaram suspensos por muito tempo, porque deram

³⁰ Como dito no capítulo anterior, o andar de baixo está fora da visão dos funcionários, até a hora de servir o almoço.

³¹ Caderno de campo, 28/06/2002.

continuidade a seus conflitos. O homem de barba havia atacado Marcos em um outro dia, atravessando a faca em região próxima à sua axila, dentro do refeitório.

Já neste último ano, outro conflito envolveu Marcos, ao final de uma refeição noturna da qual eu participava. Ele esbarrou em um jovem rapaz, aparentemente alterado por álcool ou drogas, que xingou a mãe de Marcos e o peitou. Marcos revidou: “*que é que tá falando da minha mãe, aí, ô?*”. Ficaram se desafiando até que Marcos empurrou o rapaz e começou a briga, separada pelos funcionários, apesar da força do conflito. Flaviano falou para que resolvessem o problema lá fora. Na saída, o rapaz mostrou uma faca retirada de sua jaqueta e disse a Marcos: “*te pego ali na Praça, mano*”, lugar de pernoite deste último. Nos dias seguintes, verifiquei que nada havia acontecido entre eles.

As cenas apontam para um conjunto de ações similares que constituem os conflitos: a enunciação de uma discordância, gerada no momento ou em razão de conflitos anteriores; posição desafiadora dos corpos se “peitando”; a agressão propriamente dita; a ameaça com a faca, que pode ser cumprida ou não. As demonstrações de força física redefinem a territorialidade delimitada na rua, cujas fronteiras se estendem para as outras espacialidades que compõem esse universo. Mesmo que em alguns agrupamentos haja formas de lideranças, estas são constantemente contrapostas por uma dinâmica que se constitui “anti-hierárquica”,³² na qual os indivíduos marcam a igualdade de condição muitas vezes no confronto violento.

O Rapa: violência direta na intervenção urbanística

Uma forma de violência bastante referida pelos moradores de rua na cidade de São Paulo é a ação do *Rapa* – assim denominado por esse segmento –, uma forma de controle urbano baseado em critérios de limpeza e ordem da metrópole³³. É uma função da limpeza pública

³² Brognoli discute esse aspecto da anti-hierarquia, presente nos agrupamentos de trecheiros e de pardais. A formação de lideranças nos grupos seria circunstancial, acompanhando a flutuação das alianças sociais feitas na rua. Segundo ele, depende de quem tem mais dinheiro para a pinga (goró), de quem deu alguma demonstração de força física ou que derrotou o oponente em uma desavença (Brognoli, *op.cit.*, p. 88). Em minha experiência de campo, a percepção dessas lideranças foi pequena: aconteceu em alguns pequenos agrupamentos que freqüentavam o refeitório. Tornou-se mais evidente a flutuação das relações do que a permanência de hierarquias grupais. O que não quer dizer que não possam estar presentes.

³³ Não foi possível obter dados para confirmar se ações como a do *Rapa* se espalham pelas grandes cidades brasileiras. No entanto, pela descrição de moradores de rua oriundos do Rio de Janeiro, assim como denúncias de revistas e jornais, foi possível registrar a ocorrência dessas intervenções de limpeza das ruas na capital fluminense, criado pelas subprefeituras do Rio de Janeiro e ações similares ocorrem em Belo Horizonte, desde a década de 1990.

municipal que consiste na retirada das habitações e arranjos informais desse segmento, assim como dos materiais recicláveis que guardam para vender, forçando-os a deslocamentos espaciais.

Um caminhão pertencente ao poder público passa pelos locais de concentração de habitantes de rua coletando colchões, compensados e papelões, panelas, sofás e outros móveis. A ação do *Rapa* é relativamente regular, quinzenal ou semanal, mas ocorre sem dia certo, na intenção de surpreender. A operação, no momento da pesquisa, era organizada pelas subprefeituras da cidade, muitas vezes contrariando diretrizes da Secretaria de Assistência Social, que, no entanto, não chegava a bloquear a operação³⁴.

O *Rapa* é uma modalidade de intervenção urbana, voltada diretamente para os moradores de rua. Diversamente das grades, cuja interdição se estende silenciosamente a outros pedestres, a ação da limpeza pública é abertamente excludente e focada nesse segmento. A justificativa primeira para a operação é a ordem e limpeza da cidade. Nesse sentido, a operação apenas reitera o ciclo estigmatizante que promove a imagem do morador de rua como sujeito poluidor.

A segunda justificativa, de acordo com funcionários das entidades de atendimento e agentes do poder público, seria a de evitar aglomerações das moradias provisórias, ou a de recolher entulhos – como são chamados os objetos que habitantes de rua comercializam. Esta é uma forma de controle disciplinador do “olhar oficial”, que estabelece uma relação de perseguição e escape contínuo, na medida em que, apesar das expulsões, muitos desses locais passam a ser habitados novamente ou por novos moradores ou pelos mesmos.³⁵

O *Rapa* atinge em geral os habitantes de rua que utilizam espaços de forma relativamente mais fixa. Os moradores da Praça Metrô Brás viviam temerosos quanto à data provável da operação, que poderia acontecer a qualquer hora do dia, embora parecesse acontecer mais de manhã e à noite. Este acaba sendo um tema recorrente em suas conversas. “*O Rapa leva tudo. Se bobear, leva você junto*”, Carmem me disse. O esperar o *Rapa*, temer por ele, são alguns dos focos de tensão emocional com que a população de rua tem de conviver.

No dia em que conheci Carmem, ela havia recebido uma notificação da subprefeitura avisando-a para que deixasse o lugar onde estava. A notificação oficial é um dos procedimentos adotados para prenunciar a operação, embora não seja muito comum. Muito provavelmente, no

³⁴ O dissenso entre Prefeitura e as Regionais foi percebido em conversas e discussões que presenciei entre os agentes do poder público e membros de entidades de atendimento, quando reclamando da violência do ato de intervenção.

³⁵ Esse mesmo processo ocorre com os meninos de rua, mas no caso destes a relação de deslocamento e perseguição pareceu-me mais intensa, dada a sua extrema circulação e dada a habitação de mocós muito provisórios, onde o uso de *crack* trazia muita visibilidade e, conseqüentemente, repressão (Frangella, 1996, *op.cit.*, p. 148).

caso de Carmem, a notificação oficial ocorreu em função de ela estar com crianças. Quando não recebem as cartas oficiais, os moradores são surpreendidos por visitas de funcionários da prefeitura avisando-lhes que o *Rapa* passará em breve. Em alguns casos, a relativa regularidade da operação já era suficiente para deixá-los atentos: assim era com o agrupamento da Abolição que visitei em uma noite, cujos integrantes falavam muito do *Rapa*.

O aviso sugere que se separem seus objetos pessoais, mantendo-os à parte, e fiquem “de malas prontas”, segundo relatos dos próprios moradores da praça. As semanas seguintes à visita, o *Rapa* tornou-se um dos assuntos centrais das conversas no local. Carmem havia arrumado seus poucos objetos pessoais. Depois que Manoel se foi, ela passou a se preocupar com a presença contínua de alguém por ali, para que a operação não os pegasse de surpresa e levasse as suas coisas, a sua mala.

Assim, todos os dias havia uma tensão no ar. Comecei a me preocupar também, com a expectativa sombria de que pudesse chegar algum dia à plataforma do metrô, olhar para a praça e ver as casas desfeitas. Sentimentos contraditórios me assolavam: estava prestes a presenciar o momento iminente desse conflito, o que seria importante para perceber as interações; por outro lado, o temor do ato agressivo me angustiava. Um dia, conversando com Carmem na frente de seu barraco, um caminhão atravessou a praça. Ela parou de falar por um momento; logo identificou que não era o *Rapa*. Essa sensação ameaçadora, no entanto, continuava presente.

Uma manhã bem cedo, cheguei ao Brás para visitar a Rede Rua. As habitações estavam normais e em seu lugar: Dona Lina parecia ter aumentado o número de sacolas à sua volta, o seu “canto” estava volumoso. Seu Rubens, já acordado, sentava-se ao sol. A casa de Carmem estava fechada, ela dormia. Tudo parecia tranquilo. À tarde, quando retornei ao local, comecei a perceber mudanças. O “canto” de Dona Lina desaparecera, um número menor de suas sacolas estava em um dos retângulos de cimento; um dos colchões já não se encontrava.

*“O Rapa levou um monte de coisas nossas. Quase tudo. Eles só não levaram mais porque eu pus ali, ó [mostrou um pequeno canto ao lado]. Eles levaram quase tudo meu. Levaram até meu açúcar, tia. Mas o que se há de fazer, né? Deus há de nos proteger (...)”*³⁶

³⁶ Caderno de campo, 19/05/2003.

Saí dali para a casa de Carmem, preocupada. Sua habitação, assim como a de Seu Joaquim permaneciam aparentemente inteiras. Carmem havia persuadido a assistente social que acompanhou o trabalho:

“É, eu expliquei que meus filhos tavam na escola aqui perto, e como é que eu ia sair daqui? Daí eles falaram pra eu falar com a assistente social que estava aqui. Eu falei com ela e ela deixou a gente ficar aqui até quarta-feira, quando eles vão passar de novo e aí vão levar tudo”.

“E o que a senhora vai fazer?”

“Não sei, me virar. Ah, mas tudo bem, minhas coisas pessoais também já tão arrumadas. Eu espero eles passarem e aí faço o barraco de novo. Eles mesmos me disseram – se você quiser fazer seu barraco de novo depois aqui faz, mas a gente vai tirar as tábuas”.

Em contraste, a habitação de Osório e Regina havia sido praticamente desfeita. Haviam levado os caixotes que formavam suas paredes, o latão com o qual cozinhava, além de outros objetos. Regina estava com algumas roupas sentada sobre o colchão que lhe restara. Ainda que sua “casa” não tivesse teto e fosse bem precária, configurava uma espécie de invólucro que agora estava ausente e parecia ainda mais vulnerável.

O *Rapa* funciona como uma espécie de ritual que reitera a demarcação fronteira entre o sujeito poluidor e a imagem asséptica da cidade. E traz à tona de modo conflituoso o embate entre percepções ordenadoras que se constituíram historicamente nas cidades e as condições materiais e simbólicas de vivência do morador de rua, conformadoras do estigma da abjeção que mancha a assepsia pretendida do espaço urbano. Esse ritual, no entanto, traz ambigüidades.

Por um lado, a operação do *Rapa* marca de forma violenta a impotência absoluta dos habitantes de rua para assegurar seu espaço próprio. As violências simbólica e física caracterizam o ato. Na “limpeza” da Praça, Seu Rubens e Dona Lina confirmaram-me a presença da Guarda Municipal. *“Vieram e ficaram ali, olhando”*. No viaduto da Avenida Abolição, Elias me dizia:

*“O que que a gente vai fazer, né? A gente tem que ficar aqui, olhando, não podemos fazer nada. Eles vêm com os guardas aqui. Um dia, um colega nosso aqui foi reclamar, tomou porrada na boca. Tudo o que a gente pode fazer é olhar (...)”.*³⁷

³⁷ Caderno de campo, 07/05/2003.

As denúncias de violência são muito recorrentes. Márcio e Eliete saíram do Canindé quando o *Rapa* passou em seu barraco vazio – nenhum dos dois estava presente – e levou tudo. Diz Márcio:

“O Rapa é assim, eles vão levando tudo. Chegam e dizem: tirem suas coisas pessoais daqui e vão botando tudo no caminhão. Tem cena que dá vontade de chorar. Sabe que lá no Rio não é assim não. Se chega assim para tirar logo, leva bala. É diferente também em Campinas, São Carlos, etc. Só aqui é assim”.³⁸

A afirmação de diferença de comportamento violento nas cidades não é confiável. Em um artigo da revista *Ocas*, encontrei reclamações sobre a movimentação violenta de um processo similar chamado informalmente por “Cata-Tralha” no Rio de Janeiro³⁹. Em ambas as realidades, a presença da Guarda Municipal nesse contexto traz em si o conteúdo da repressão física e da expulsão imediata.

Por outro lado, o ritual de limpeza pública provoca um deslocamento tênue, desafiado pelas respostas resistentes dos que ali habitam. Os agentes responsáveis por essa operação também sabem que boa parte das pessoas sobre as quais ele se volta ficará ali. Então, o *Rapa* já avisa que vai passar, fala para as pessoas que guardem consigo seus objetos pessoais, porque eles levarão as “tábuas”. Elias me falou que o *Rapa* passa na Abolição de 15 em 15 dias, mais ou menos, e, geralmente, à noite. Então, ele disse:

“Daí que a gente tem que se preparar, né... eles levam tudo isso aqui, esse sofá, aquelas coisas ali; mas não levam o fogão. Nem nossos objetos pessoais. Mas agora a gente faz assim, a gente pega as coisas [que o Rapa levaria] antes e leva lá pra cima (indica a rua)”. E riu.

Essa negociação reflete já o longo diálogo que a Prefeitura tem com a população de rua em São Paulo. As pessoas tiram suas coisas pessoais, observam impotentes o *Rapa* levar a maior parte dos objetos, depois reconstróem algum espaço ali mesmo ou em outro lugar por perto. Apesar das reclamações da precariedade do espaço, do perigo que dormir nesses lugares representa, o lugar conquistado importa. Esse ritual não passa incólume; imprime nesse universo contínuas chagas de opressão. Mas essa interdição não elimina em hipótese alguma sua permanência nas ruas e calçadas em questão.

³⁸ Caderno de campo, 29/04/2003.

³⁹ *Revista Ocas – saindo das ruas*, 2002, Disponível em: www.ocas.org.br#<http://www.ocas.org.br>.

No dia seguinte à ação do *Rapa*, Osório e Regina recomeçaram a construir sua casinha. Osório foi à feira com seu pequeno carrinho e, gradualmente, foi preenchendo as paredes novamente. No lugar em que Dona Lina estava, uma outra mulher espalhou algumas poucas sacolas. A senhora lavadeira se deslocou para os retângulos de concreto, perto de alguns daqueles pilares.

O *Rapa* funcionava por uma negociação dinâmica: no viaduto da Abolição, deixava o fogão, objeto central de produção da sobrevivência e sociabilidade daquele espaço. Carmem podia adiar continuamente com o *Rapa* em função da permanência de seus filhos nas escolas ao redor. A casa de Lourdes sequer foi tocada. Fui informada pelos colegas da Rede Rua que Lourdes já passara por muitos deslocamentos forçados, mas sempre voltava. Sua presença passou a ser gradualmente tolerada na praça, o que gerou, obviamente, questionamentos de Carmem quanto à “estabilidade” espacial de sua vizinha.

Enfim, casos heterogêneos que revelaram a adequação do diálogo dos agentes urbanísticos com os moradores de rua. O modo como estes lidam com o *Rapa* revela sua resposta cotidiana ao discurso urbano dominante e à complexidade da dinâmica dos territórios que utilizam, principalmente os viadutos e as praças, lugares em que o poder público marca incessantemente como espaços públicos de passagem. Mesmo que essa resistência não seja sempre efetiva, é uma resposta concreta e materializada à sua rejeição. Carmem sentenciou:

“Xii..., o Rapa vem, quebra chave, arromba a porta e leva tudo. Mas não tem nada não. Se ele vier, já fico com minha mala prontinha, esperando. Daí vou ali pra cima (aponta para a continuação da rua, onde há outra praça que acompanha a linha do metrô) e monto meu barraco ali. Daqui eu não saio”.

A violência noturna

A violência é um dos elementos intrínsecos ao universo dos moradores de rua. Suas formas estão relacionadas, implícita ou explicitamente, às questões discutidas neste trabalho. Ou seja, a violência pode ser enfocada nos conflitos territoriais; nas práticas sexuais ou opressões de gênero entre os próprios habitantes de rua; nas intervenções materiais e simbólicas agressivas concretizadas pelos agentes urbanísticos; ou no discurso, no plano da ofensa recorrente dirigida a esse segmento, alimentando o ciclo estigmatizante de sua imagem.

Mas um aspecto da violência e da agressividade se destaca no cotidiano desse segmento, por tornar evidente de forma extrema a vulnerabilidade corporal no espaço da rua. Falo da agressão corporal efetuada sobre os moradores de rua, que ocorre particularmente à noite, na hora em que procuram dormir, quando a presença de transeuntes é mínima ou nula, e os agressores operam com um nível significativo de anonimato. Essa forma de violência parece ser sempre iminente para as pessoas que dormem nas ruas e gera um quadro de tensão nervosa.

A agressão física neste contexto, no geral, é acionada a partir de três combinações diferentes entre agressor e agredido: há a situação em que ambos os atores são habitantes de rua; há o caso de estes serem atacados por grupos diversos – grupos de extermínio contratados por comerciantes e empresários, policiais, jovens que agredem por mera diversão⁴⁰ – e, por fim, há a agressão do morador de rua contra o transeunte. Em todas as formas referidas, o agressor pode ou não ser identificado. Algumas vezes, as agressões são explicitações físicas de conflitos iniciados anteriormente. Em outras, são resultados de necessidades e disputas contingentes por território e recursos.

Faltam dados sistemáticos ou substanciais sobre a violência cometida contra ou pelo morador de rua em São Paulo, e mesmo no Brasil. O mesmo se dá no caso dos meninos em situação de rua. Os casos registrados na polícia são poucos. A imprensa às vezes noticia algumas ocorrências. Consultando um estudo feito no Reino Unido pelo Instituto de Pesquisa de Política Pública, constatei que a sistematização dos dados a respeito das agressões contra e pelo *homeless* que dorme nas ruas (*rough-sleepers*)⁴¹ de cidades grandes do país – Londres, Glasgow e Swansea – permitiria entender melhor as dinâmicas desse tipo de violência⁴².

⁴⁰ Vale notar aqui que, entre os jovens, estão os meninos de rua como ocasionais agressores. Tanto em minha pesquisa anterior quanto na que resultou neste trabalho, surgiram referências de agressões aos moradores de rua adultos. Poucos são os casos formalmente registrados. São usualmente brincadeiras agressivas nas quais os moradores de rua funcionam como “cobaias”. Mesmo assim, é difícil definir a recorrência desses atos. E registrá-los não elimina a afirmação de que os mesmos tipos de agressão sejam cometidos contra os meninos e meninas na rua, inclusive por parte dos que costumam estar alcoolizados. Ou seja, o grau de vulnerabilidade é o mesmo.

No entanto, minha intenção ao apontar a diferença que estes dois segmentos fazem entre si está em minha crença de que, nas ruas, a marca classificatória de faixa etária é muitas vezes aludida pelos meninos de rua, em uma afirmação de força e “invencibilidade” destes contra os “fracassados” adultos de rua. Já no caso da visão de alguns dos moradores de rua adultos, as crianças e jovens de rua são os que trazem a bagunça e a violência para a mesma. Ainda que muitas vezes compartilhem a mesma área, a distinção é marcada entre eles (Frangella, 1996, *op.cit*).

⁴¹ Como já colocado no Capítulo 1, a categoria *homeless* se refere no geral a pessoas sem casa e sem trabalho, demandando do governo inglês medidas que cumpram a lei concernente aos que estão em situação de rua. *Os rough-sleepers* (podemos traduzir por aquele que “dormem no duro, no áspero”) são os *homeless* que dormem nas ruas; isto é, os que, por motivos variados, não estão alocados em casas comunitárias e não recebem benefícios do governo.

⁴² S. Ballentyne, 1999.

No estudo apresentado, o autor reclama igualmente da falta de informações oficiais sobre a relação entre violência e habitantes de rua⁴³. Em uma tentativa de diagnosticar o problema e sugerir soluções ao próprio governo britânico e às instituições que trabalham com a população de rua, Ballentyne organizou, por meio de pesquisa de campo, entrevistas com moradores de rua e entidades de atendimento, informações sobre os tipos de crime contra os que dormem nas ruas, os delitos cometidos por estes últimos e a relação entre os habitantes de rua e a polícia⁴⁴.

Em um trabalho detalhado, Ballentyne considera dados que vão desde a ofensa verbal a assaltos e extorsões. A ausência de informações acompanha uma tendência notória de obscurecimento dos processos vividos por essa população. O fato reflete, como coloca o autor, o pouco caso com a realidade desse segmento, ao mesmo tempo em que reforça unilateralmente a imagem dos moradores de rua mais como agressores (*offenders*) do que como vítimas, uma vez que os casos cometidos por estes são comumente registrados pelas vítimas, enquanto o registro de violência praticada contra a população de rua é praticamente inexistente.

No caso de São Paulo, embora recentemente dados demográficos e socioeconômicos tenham sido produzidos de maneira mais fidedigna no que diz respeito a essa população, informações que considerem os comportamentos violentos são bem mais difíceis de serem obtidas, seja pela recusa da população de rua em denunciar os males sofridos, seja pela sua grande mobilidade territorial, ou mesmo pelo descuido de autoridades⁴⁵ policiais em registrar as ocorrências. De uma maneira mais generalizada, porém, podemos avaliar minimamente os atos de agressão corporal, a partir da junção de artigos de jornal, relatos de moradores de rua, informações advindas da CAP e de funcionários da rede de atendimento.

Apesar de muitas das relações apresentadas por Ballentyne guardarem suas devidas diferenças de contexto urbano e sociocultural – o que implica formas de violência urbana, ações

⁴³ Os *rough-sleepers*, por exemplo, não estão incluídos no *British Crime Survey* (Levantamento sobre Crime na Grã-Bretanha), documento que oferece uma compreensão melhor dos processos de vitimização no país (*Idem*).

⁴⁴ A pesquisa referida ocorreu no ano de 1998 e durou sete meses, de maio a dezembro. A metodologia do trabalho envolveu 120 entrevistas profundas com moradores de rua, discussões de grupo, mesas-redondas com serviços de atendimento e organizações voluntárias, entrevistas com voluntários, levantamento de dados junto ao corpo policial e a instituições públicas (*Idem*).

⁴⁵ A CAP, por exemplo, que atende chamadas de denúncia sobre agredidos e agressores na rua traz um levantamento mensal sobre seus atendimentos. No entanto, os critérios de classificação dos números levantados não incluem os tipos de problemas encontrados quando respondem às chamadas telefônicas para socorrer, atender ou intervir junto a moradores de rua. Assim, para mapear os casos de violência em seus arquivos, tive de recorrer a fichas individuais, algumas das quais não estavam preenchidas corretamente, ou então a descrição do educador era enviesada demais em classificações estereotipadas. A coordenadora do projeto disse-me que, apesar do treinamento dados aos profissionais que atuam no atendimento, nem todos vêem como necessário escrever relatos completos. (Caderno de campo, 16/04/2003).

do Estado, e comportamento policial diferenciados –, há ressonância de sua análise no caso paulistano em ao menos dois aspectos. O primeiro diz respeito à similaridade dos delitos cometidos pelos moradores de rua contra outros segmentos da população. No estudo britânico, os dados levantados indicaram que os atos mais recorrentes eram desordem pública, roubos em lojas e arrombamentos. Acusações mais sérias como assaltos, agressões corporais intencionais e não intencionais eram menos numerosas⁴⁶.

De acordo com Ballentyne, os delitos mais comuns são decorrência direta necessidade. Para o autor, a vida nas ruas incitaria o comportamento adaptativo criminoso como mecanismo de sobrevivência. Quanto aos atos criminais mais violentos e aos crimes de desordem pública, isso ocorre em função das condições hostis da rua: *“Vivendo no mundo público onde a violência é uma ocorrência comum, como testemunhado pelo alto nível de vitimizações, pode aumentar a tendência de os rough-sleepers agirem mais que esperarem pelo que eles vêem como inevitável”*⁴⁷. Embora a questão da necessidade não me pareça ser o único motivo que mova os tipos de agressão nas ruas, ela aparece como um fato condicionante importante, tanto de alguns comportamentos que incluem delitos, quanto das justificativas que os moradores de rua utilizam para legitimar determinados atos ilícitos.

No caso de São Paulo, não há dados que permitam sistematizar o assunto. Mas, de acordo com depoimentos colhidos durante a pesquisa e com observações empíricas, o conjunto das atitudes de delito parece seguir o mesmo perfil. Em geral, os habitantes de rua agredem outras pessoas quando reagem a situações de humilhação ou agressão corporal. Quando se encontram alcoolizados, a agressão é mais do que reativa; torna-se uma forma de provocação. Também cometem pequenos furtos – roubos de carteira e de produtos em lojas – ou assaltos à faca, em lugares relativamente isolados e, especialmente, à noite. Há também determinados agrupamentos que se organizam para arrombamentos ou “enquadramento” de transeuntes⁴⁸. No entanto, esse segmento dificilmente atua como perpetrador regular de atos criminosos.

Ballentyne indica que a questão da situação de rua não é considerada relevante para muitas das forças policiais no contexto britânico, por não constituírem agressões graves à vida

⁴⁶ Os números das três cidades estudadas mostram que, dos pesquisados, 62% eram acusados de desordem pública, 63% de roubos em lojas, 33% de roubos de pessoas, 28% de arrombamentos, 27% de assaltos, 35% de ataques a pessoa. Os roubos a carros (28%) e o crime contra a pessoa ocorriam menos, mas os que os cometiam eram normalmente reincidentes (Ballentyne, *op.cit.*, p. 29).

⁴⁷ *Idem, ibidem.* (Tradução minha).

⁴⁸ “Enquadrar”, no jargão da rua – inclusive entre os meninos de rua –, significa cercar uma pessoa para assaltá-la.

humana ou à propriedade⁴⁹. No caso brasileiro, embora a polícia tenha relações ambíguas muitas vezes hostis, com essa população, os moradores de rua também não parecem ser uma preocupação para essa instituição. Em São Paulo, a CAP é acionada nas reclamações de cidadãos sobre barulhos ou agressões verbais de moradores de rua. A polícia intervém quando estes utilizam algum tipo de violência. Mas, no geral, o segmento da população de rua não constitui um parâmetro de criminalidade.

A necessidade é, de fato, o fator preponderante que move os atos ilícitos nas ruas. Porém, imersos em um universo de contínua hostilidade e tensão, poder-se-ia esperar dos moradores de rua comportamentos ainda mais agressivos e mesmo práticas organizadas entre eles. Em meio técnicas corporais aprendidas na rua, estão a mendicância agressiva, os furtos habilidosos, por exemplo⁵⁰. A agressividade da população de rua cometida contra os demais segmentos sociais é contida em uma fronteira corporal rígida, embora nem sempre controlada. Isso se deve ao fato de que o grau de superexposição desse segmento social no espaço público (podendo ser localizados facilmente), o imperativo de garantir territórios e manter boas relações com a vizinhança, bem como a necessidade de marcar uma imagem moral positiva que solape o peso do estigma que lhes é projetado limitam atividades criminosas sistemáticas.

No entanto, é necessário se considerar que há uma movimentação subjacente ao circuito da rua na qual determinados sujeitos criam uma ameaça potencial de práticas delituosas. A possibilidade de se manter o anonimato na rua – por meio da ausência de documentos e do deslocamento contínuo – assegura a presença de pessoas ligadas a experiências criminais frequentes: fugitivos de prisões que procuram se esconder misturando-se nesse universo da rua, assaltantes ou autores de crimes por encomenda que, na fuga do ato, dormem ocasionalmente em pontos de concentração de moradores de rua, autores de assassinatos em outros estados que foram a São Paulo para escapar do cumprimento de penas ou de vinganças, ou pessoas que estão envolvidas com o tráfico de entorpecentes.

Alguns desses personagens passam de fato a morar nas ruas. Outros apenas pernoitam nelas. Por se encontrarem na mira do corpo policial, procuram agir discretamente, vivendo nos mesmos moldes que os demais moradores de rua. É muito difícil distinguir os criminosos neste universo, mesmo porque nem todos os delitos da rua podem ser creditados a eles. Porém, sua

⁴⁹ “*Poucas forças policiais registram delitos cometidos pelos rough-sleepers como uma categoria específica*”. Ballentyne, *op.cit.*, p. 32 (Tradução minha).

⁵⁰ Magni, 1994, *op.cit.*; Frangella, 1996, *op.cit.*

presença gera hostilidade e medo nos demais segmentos da população de rua, embora a convivência entre eles seja uma realidade. Foram recorrentes as referências de usuários dos albergues e dos moradores da Praça Metrô Brás aos “maloqueiros”, “à gente ruim”, “tem gente aí, ó, que não presta”, com os quais conviviam. Essas classificações eram ambíguas. Na maior parte das vezes, as pessoas não eram nomeadas ou mesmo caracterizadas⁵¹; permaneciam incógnitas em uma mistura de trajetórias presentes na rua. Mas revelavam de qualquer maneira uma linha fronteira do mal entre o “nós” e o “eles”.

As classificações sobre o mundo do “mal” diziam mais respeito à potencialidade de atos mal-intencionados no mundo da rua, e tornados realidade por determinadas pessoas. Em um seminário no qual participei sobre a questão da população de rua e a atuação universitária⁵², um senhor, morador de rua de Campinas, que assistia às palestras, ao tomar o microfone para fazer suas observações, colocou a seguinte frase: “tem três tipos de morador de rua: o nocivo, o passivo e os que querem sair da rua”. Esta distinção chama a atenção: uma vez que a rua é um amplo universo, torna-se, em princípio, terra de ninguém. Há quem a utilize como lugar para exploração de outrem, há quem o faça como viração temporária. Nesse sentido, as territorialidades marcadas pelo valor da honestidade e pela violência criminosa estão em permanente confronto e se tornam um desafio para os moradores de rua que se encontram vulneráveis à violência e às projeções estigmatizantes.

O outro aspecto do estudo de Ballentyne que remeteu a reflexões sobre o contexto paulistano diz respeito aos delitos cometidos contra os moradores de rua. Segundo o estudo, 78% dos *rough-sleepers* pesquisados já haviam sido vítimas de alguns desses crimes. As formas mais recorrentes de agressão a essa população são comuns em ambos os contextos urbanos: abuso verbal (64%), comportamento ameaçador (55%), ataques à pessoa (45%), roubos(52%). Há também na listagem do autor, em menor frequência⁵³, a extorsão (13%), o assalto (29%). Ao comparar os dados obtidos em sua pesquisa com dados publicados no *British Crime Survey*, Balentyne constatou que os *rough-sleepers* estão em posição quinze vezes mais vulneráveis a

⁵¹ Em alguns momentos, as afirmações sobre os “maloqueiros” pareciam ser feitas em uma tentativa de se contrapor à moral negativa do mundo do crime.

⁵² Seminário Arte e exclusão social: investigação estética e participação comunitária envolvendo moradores de rua. Unicamp - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

⁵³ No estudo britânico, não foram citados casos de morte resultante de possíveis crimes, mas Ballentyne indicou essa possibilidade em seu estudo.

ataques pessoais que a população britânica em geral e têm tendência 35 vezes maior a sofrerem ferimentos⁵⁴.

Dada a falta de estudos disponíveis, não houve meios de fazer uma comparação estatística com o estudo britânico, pois não há dados substantivos sobre a questão em São Paulo. Mas as queixas de moradores de rua, suas marcas corporais, as denúncias de instituições de atendimento e casos durante a pesquisa remeteram a um perfil semelhante do tipo de ocorrência. Há, sobretudo, similaridade no fato de que o crime contra a pessoa e o de agressão física constitui uma ameaça diária e latente à população de rua. A maior dificuldade das pessoas que vivem nas ruas está na proteção de seus pertences e de seu próprio corpo. Dormir nas ruas exprime o mais alto grau de vulnerabilidade corporal deste segmento.

As ofensas verbais e ameaças são práticas recorrentes contra a população de rua e podem acontecer a qualquer hora: expulsões feitas por comerciantes, insultos de transeuntes, ameaça da polícia, atitudes jocosas de crianças e adolescentes – entre estes, meninos de rua –, como já vimos. Já os roubos e agressão física também ocorrem durante o dia, mas é à noite que se multiplicam e se agravam, levando muitas vezes a ferimentos graves e à morte. Estes delitos são, na sua maioria, de autoria anônima. É difícil para um morador de rua precisar quem o atacou. Não são incomuns desavenças anteriores que culminem em ataques noturnos. Há também os casos de pessoas que se encontram nas rodas de pinga e, depois de um estado alcoolizado significativo, tendem a hostilizar seus companheiros. Nesses casos, os conhecidos aparecem como os agressores em questão.

Mas há uma forma de agressão e ataque pessoal nas ruas que não segue nenhuma das especificações anteriores. Houve inúmeros depoimentos de habitantes de rua acordarem com pancadas, pauladas ou fogo sobre seus corpos, sem ter noção sequer da direção de que viera seu agressor. A afirmação sobre o medo de dormir nas ruas por não saberem o que pode acontecer e por desconhecerem de quem ou de onde surge o ataque é sucessivamente repetida nesse universo. Quando eu acompanhava a perua da CAP no recolhimento e acompanhamento dos moradores de rua para os albergues, conheci Roberto, um senhor que havia acabado de sair do hospital. Havia passado uma noite na instituição, recuperando-se de uma agressão que sofrera na noite anterior. Perguntamos a ele o que havia acontecido:

⁵⁴ Ballentyne, *op.cit.*, p. 24.

“Olha, eu tava dormindo dentro do meu carrinho [de coletar material reciclável] de noite, na calçada de uma rua. Daí, acordei com as pauladas na minha cabeça, não deu nem tempo de ver quem era. Não vi nada, a cara de ninguém. Sei que me tiraram pra fora do carrinho e me jogaram ali no chão. Daí, minha cabeça já tava doendo. O carrinho, tudo bem, a gente refaz; mas e pra dormir de novo?”⁵⁵

Acontecimentos como este são relatados e suas vítimas atendidas semanalmente nas instituições que abrigam para pernoite os moradores de rua. Algumas possibilidades da autoria desses ataques são consideradas. As agressões podem ser praticadas por outros moradores de rua, em tentativas de roubo ou disputa de território. Podem ser provocações da polícia, com a qual a população de rua possui uma relação ambígua⁵⁶. Há os “grupos de extermínio”, pagos por comerciantes para retirar este segmento dos arredores de seus estabelecimentos. E, por fim, incluem-se cidadãos em brincadeiras e aventuras pelas ruas desertas da metrópole – brincadeiras essas traduzidas em ataques à população de rua, travestis, homossexuais, entre outros ocupantes noturnos da rua.

A dificuldade para estabelecer uma autoria dos atos de agressão pode estar baseada em dois fatores. O primeiro diz respeito à própria dinâmica de circulação na rua, a qual permite deslocamentos rápidos, esconderijos em espaços ociosos e possibilidades de circular em uma situação relativamente anônima⁵⁷. Além disso, as calçadas e praças centrais onde dormem habitantes de rua são escuras, mal iluminadas. De modo que, na calada da noite, torna-se difícil a identificação dos que atacam⁵⁸. Além disso, no caso de o agressor ser também um morador de rua, dificilmente o agredido irá denunciá-lo, pois as relações entre os pares seguem regras internas à sociabilidade de rua. Nessas situações, a própria vítima se recusa até a ir aos hospitais.

⁵⁵ Caderno de campo, 27/05/2003.

⁵⁶ No caso de São Paulo, como de Campinas, as polícias militar e civil parecem manter uma relativa “tolerância” com relação a essa população do que no tocante à Guarda Municipal, atualmente considerada por moradores de rua e meninos e meninas de rua como um de seus maiores agressores. O mesmo parece acontecer no Rio de Janeiro (*Escorel, op.cit.*).

⁵⁷ O anonimato nas ruas está potencialmente presente. Ou seja, ao mesmo tempo em que se pode “desaparecer” nas ruas, desarticular-se de seus laços anteriores e mudar nomes, aos poucos os circuitos pelos quais passam vão decodificando seus passos e este deixa de ser incógnito naquelas redes territoriais.

⁵⁸ Simone, uma funcionária da CAP, ao discutir alguns atendimentos comigo, narrou-me o caso de um homem que foi encontrado em uma calçada com um pedaço de pau colocado em seu ânus. A violação deixou-o sem se mexer por algumas horas e ele teve que ser socorrido com uma ambulância. Perguntado sobre o ocorrido, disse que não sabia precisar quem eram as pessoas que o haviam atacado. Disse apenas que era um grupo “desses jovens que circulam por aí”, não deixando claro se eram meninos de rua ou jovens aventureiros. (Caderno de campo, 27/05/2003).

Já o segundo fator está associado às ocorrências em que o possível agressor não habita as ruas da cidade. Há um descaso que o circuito institucional demonstra com relação à apuração dos casos denunciados. As autoridades policiais e alguns agentes institucionais costumam associar, de forma generalizada, esses delitos com as brigas comuns entre os próprios habitantes de rua⁵⁹. O argumento tem como pressuposto o olhar estigmatizante das autoridades em questão, que consideram o estado de degradação alcoólica daqueles como justificativa potencial para qualquer tipo de violência que envolve esse segmento.

Mas pode ser também uma forma de manter incógnitos os reais agressores. É preciso lembrar que a morte de Galdino dos Santos nas ruas de Brasília em 1997⁶⁰ apenas ganhou repercussão e mereceu investigação porque a vítima possuía uma identidade clara e, como membro de uma comunidade indígena que reclamou por investigações, chamou a atenção da imprensa. Para que a investigação dos casos de violência ou de morte se estenda até possíveis esclarecimentos, é preciso haver pressões externas de movimentos sociais ligados à defesa dos direitos humanos, ou de instituições que acompanhavam ou acompanham as vítimas em seu cotidiano.

A agressividade incógnita mantém o ouvido e olhar da população de rua atentos à tensão iminente. Nos albergues, não é diferente. Uma das justificativas das pessoas pesquisadas para não permanecer lá é que a “gente ruim” também procura abrigo nesses locais⁶¹. Isto é, também nos albergues, há possibilidade de usuários serem atacados. Quando na rua, procuram se armar com o que podem. Alguns deles possuem os cachorros para indicar o perigo e auxiliarem na defesa. Mas, em geral, facas ou objetos cortantes funcionam como um recurso defensivo mais imediato. Cesinho, amigo de Carmem e ex-morador da Praça do Metrô Brás, narrou-me uma cena:

“Tava eu e a mulher dormindo aqui [mostrou uma das vigas de concreto] o cara chegou e quebrou uma garrafa em cima da gente. Na hora, na defesa, né, arranquei os dois facões e cortei o cara. Nossa, foi horrível, cortei o pescoço dele aqui, quase morreu o cara (...) daí se vê,

⁵⁹ Ballentyne afirma que, para a polícia britânica, os delitos ocorrem sobretudo entre os *rough-sleepers*. Mas o autor pondera que a opinião da autoridade policial decorre do fato de que, em geral, os policiais são chamados pelo “público” (usado aqui no sentido dos segmentos variados que circulam pela cidade) ou por policiais, quando ocorre alguma cena cujo barulho gera incômodo (Ballentyne, *op. cit.*). No caso brasileiro, essa opinião costuma se manter mesmo quando a reclamação parte de um morador das ruas. Os casos são, na sua maioria, ignorados.

⁶⁰ Nesta data, o índio pataxó teve seu corpo incendiado, quando dormia no banco de um ponto de ônibus, por quatro adolescentes, filhos de famílias de classe média da cidade. O caso teve repercussão internacional.

⁶¹ Novamente, essa acusação não recai sobre personagens nomeados. O que foi dito nas falas dos moradores de rua é que possíveis redes de tráfico de drogas funcionam nos albergues, assim como conflitos causados por vingança e outras divergências são comuns nesses lugares, apesar da presença de agentes institucionais vigilantes.

*né, a pinga sobe na cabeça da gente (...) eu e a mulher fugimos (...) e eu nem sei do cara.*⁶²

Os tipos de agressão noturna mais comuns contra os habitantes de rua são feitos com pedaços de madeira ou de ferro, pedras e objetos perfurantes. Raramente são utilizadas armas de fogo. Como recurso defensivo, muitos moradores de rua preferem andar em pequenos agrupamentos nos quais possam se proteger uns aos outros. As mulheres, no geral, como vimos no capítulo anterior, procuram sempre se acomodar próximo à presença de homens na hora de dormir. Mas mesmo a aglomeração não é arma suficiente para prevenir os ataques súbitos. Em alguns casos, estes são feitos por agressores que atacam o agrupamento todo⁶³.

Porém, há uma forma de agressão noturna que se destacou no percurso da pesquisa: o incêndio de moradores de rua. A prática é menos freqüente do que os ataques a “pauladas”, mas não é um crime excepcional. O caso mais recente de grande repercussão foi a morte do índio pataxó. Mas, durante a pesquisa, a menção a novos casos – alguns veiculados na mídia⁶⁴, outros reportados por funcionários de entidades de atendimento e pelos próprios moradores de rua – fez-me ver que atear fogo nos moradores de rua é um recurso bastante utilizado na linguagem da violência.

Depoimentos de médicos do Hospital do Tatuapé – especializado em tratamento de queimados – informaram que, em 1997, era registrada na instituição uma média de dois habitantes de rua por mês com queimaduras pelo corpo⁶⁵. Muitas vezes apenas os poucos pertences pessoais das vítimas são queimados, como documentos e roupas. No entanto, na maioria das ocasiões, são os corpos dos habitantes de rua a serem atingidos. Quando acordam e percebem, já estão com parte da pele comprometida. De acordo com conversas com as pessoas na rua, os que sobrevivem dificilmente voltam ao território ocupado na ocasião da agressão.

⁶² Caderno de campo, 17/04/2003.

⁶³ Basta pensar no episódio marcante da chacina da Candelária, em 23 de julho de 1993, quando policiais militares abriram fogo contra um grande agrupamento de crianças e adolescentes que dormiam nas imediações da Igreja da Candelária, matando oito meninos. Por represálias aos meninos e também por estarem envolvidos com grupo de extermínio a mando de comerciantes do local, os policiais foram presos; alguns já foram condenados, outros ainda estão sendo julgados. Esse caso constitui a forma de agressão narrada acima, com suas características realçadas.

⁶⁴ Particularmente após o ataque a Galdino, vários casos de incêndio em corpos de moradores de rua apareceram. Localizei cerca de sete casos divulgados pela imprensa entre 1997 e 2001.

⁶⁵ *Diário Popular*, “Fogo atinge 2 mendigos por mês”. São Paulo, 23 abr. 1997.

A maior parte dos casos não é registrada em delegacias ou hospitais⁶⁶. E os agressores são tampouco identificados. Ou porque são os já referidos agressores externos ao universo da rua e irreconhecíveis para essa população, ou porque estão demasiadamente envolvidos com as vítimas, tornando perigoso para essas denunciar o atacante. Muitas dessas queimaduras são frutos de dívidas de moradores de rua para com os fornecedores de *crack*, ou de assuntos mal-resolvidos entre os pares nas relações construídas na rua⁶⁷. A utilização do fogo para ferir ou matar moradores de rua tornou-se um expediente comum. Mas não parece se tratar de uma tática circunstancial, ou passional, na qual o agressor utilizaria o que tem nas mãos de forma inconseqüente.

Essa prática fecha um ciclo na rua em que o fogo tem lugar de destaque: ele é fundamental para manter a sobrevivência na rua (para cozinhar, para aquecer do frio, para permitir o banho); é uma peça constituinte da sociabilidade “da cachaça” nos agrupamentos; e, ao mesmo tempo, é signo da violência nas disputas territoriais e das formas de eliminação física e simbólica do morador de rua. O fogo é um elemento natural cuja domesticação dependeu, para além de uma maestria técnica, de sua subjugação às formas históricas de organização social e tradição social, as quais permitiram suas diferentes formas de controle e de uso. O controle do fogo na sociedade ocidental, coloca Goudsblom⁶⁸, da mesma maneira que o controle dos costumes e da agressividade descritos por Norbert Elias, foi “civilizado”, confinado aos bastidores da vida social, especializado, distante do corpo físico vulnerável⁶⁹.

No entanto, o fogo carrega consigo uma ambivalência: ao mesmo tempo em que a organização social é capaz de controlar o fogo cada vez mais em funções especializadas, ela não

⁶⁶ Tal informação foi dada repetidas vezes por agentes institucionais no contexto da pesquisa. Em conversas informais com policiais e profissionais dos hospitais, concluí que a busca pelos registros em delegacias e hospitais não daria idéia da dimensão do problema.

⁶⁷ Há também os casos de acidentes domésticos que envolvem fogo, como acidentes causados por descuido dos moradores de rua para com as fogueiras que acendem para se aquecerem do frio ou pelo uso indevido de isqueiros e velas em suas habitações feitas de papelão.

⁶⁸ Goudsblom investiga as maneiras de domesticação e utilização do fogo que foram criadas ao longo da história, desde a época pré-história humana até o período da era industrial. O argumento do autor é o de que o aprendizado humano de controlar o fogo foi e continua sendo uma forma de civilização. Goudsblom sofreu uma forte influência de Norbert Elias, de quem foi colega de departamento acadêmico e amigo pessoal, e toma a noção de civilização do autor alemão como guia de sua reflexão. Particularmente Goudsblom quer entender a noção de civilização como um processo, não no sentido de diferenciar culturas que são ou não civilizadas, mas de analisar formas de organização sócio-culturais que se particularizariam historicamente. Embora ele não possa fugir de um plano cronológico subjacente aos modos de desenvolver técnicas associadas ao fogo, ele aponta para características similares de estágios particulares observados em diferentes períodos (Goudsblom, 1994).

⁶⁹ (*Idem*, p. 198). Esse controle atual do fogo o autor denomina “*fire regime*”. Neste contexto, incêndios premeditados são objetos de medo e condenação.

elimina o outro potencial desse elemento natural, a dizer, é de usar seu poder destrutivo – que é feito em um nível de ação individual⁷⁰. O incêndio premeditado, muito além de ser patológico, é uma enunciação de conflitos latentes, de insatisfações sociais e individuais, enfim, uma forma cabal de obter o que não se consegue nas formas de controle civilizatórias⁷¹.

A peculiaridade do fogo está no seu efeito rápido, irreversível, doloroso e extensivo ao corpo todo, provocando o risco iminente da mutilação ou da morte. Mais do que isso, atear fogo significa a tentativa de consumição do corpo do morador de rua. Significa aniquilar o único suporte material e simbólico do morador de rua que lhe é irredutível. Uma vez que a autoria desta prática não é apenas limitada às interações sociais dentro do universo da rua, mas extrapola esse círculo, seria difícil dizer que este é um significado ritualizado de eliminação corporal. Porém, o próprio efeito do fogo e a intencionalidade do ato levam a reforçar simultaneamente a condição de vulnerabilidade extrema em que se encontra esse segmento social e os contínuos atos de sua eliminação.

As observações sobre as agressões noturnas trouxeram-me uma questão: poderia o corpo vulnerável dos moradores de rua ser traduzido como o expoente do corpo incircunscrito, aberto a intervenções, privado da proteção dos direitos individuais? Teresa Cadeira descreve em seu trabalho a existência do corpo incircunscrito no Brasil; isto é, este é aqui considerado um “locus de punição, justiça e exemplo”⁷². Usualmente, são os corpos dos dominados – crianças, mulheres, negros, pobres ou supostos criminosos –, abertos a intervenções punitivas e sobre os quais não são projetados direitos individuais⁷³.

Dito aqui de modo sucinto, Caldeira justifica a gênese desse corpo no processo histórico brasileiro, que não passou necessariamente por uma seqüência que caracterizaria usualmente o modelo de cidadania e democracia consolidado atualmente em determinados países, isto é, uma forma de cidadania que se consolidou, entre outros fatores, pelo controle progressivo da violência

⁷⁰ “O problema do atear fogo emerge quando os indivíduos tomam o poder destrutivo do fogo para sua – real ou imaginária – vantagem, contra os interesses de outros”. (*Idem*, p. 201). Segundo o autor, enquanto o século XX tornou mais elaborado e organizado o controle social do fogo, o incêndio premeditado, praticado pelo indivíduo, cresceu assustadoramente.

⁷¹ *Idem*, p. 202.

⁷² Caldeira, 2000, p. 370.

⁷³ Para Caldeira, no caso brasileiro, as intervenções ou manipulações no corpo de outras pessoas ou no próprio revelam a incircunscrição de duas maneiras: um é o corpo sem barreiras claras de evitação ou separação, que se torna permeável a manipulações que não são consideradas problemáticas, como a exploração e a exibição dos corpos no Carnaval. Por outro lado, o mesmo corpo incircunscrito está desprotegido por um sistema de direitos que os circunscrevem (*Idem, ibidem*).

e circunscrição protetora do corpo, criado por meio do processo civilizatório que Elias descreveu, ou por meio da disciplina de corpos que gerou a forma de exercício de um poder político o qual tem como princípio fundador a idéia de cidadania universal e seus direitos⁷⁴.

Segundo a autora, a história brasileira traça outro caminho:

“as associações de disciplina, direitos individuais e enclausuramento nunca aconteceram. Os direitos individuais não são legitimados nem protegidos, e o corpo não é respeitado em sua individualidade e privacidade. Corpos e direitos civis são sempre conectados, tanto em países como o Brasil como naqueles em que os corpos são circunscritos e os direitos civis, respeitados. Na sociedade brasileira, o que domina é a noção incircunscrita do corpo e do indivíduo”⁷⁵

Os corpos incircunscritos, portanto, estão em permanente diálogo com as tradições liberais de cidadania que circunscrevem os indivíduos. No caso brasileiro, esse diálogo não impulsionou o fortalecimento dos direitos civis e, como consequência, particularmente para os “dominados”, os direitos de autonomia e proteção corporais não foram sedimentados. Há então uma abertura, uma fragilidade material e simbólica que mina a delimitação de proteção sobre os corpos.

Falar de todos os sujeitos que Caldeira cita como vítimas dessa incircunscrição não cabe no presente trabalho. Ao pensar nos moradores de rua particularmente, a noção de um corpo incircunscrito – do ponto de vista da ausência da proteção dos direitos individuais – pareceu-me traduzir bem a condição vulnerável que formata a dinâmica desse segmento e ameaça especialmente sua hora de dormir. O próprio descaso com o levantamento de dados que pudessem auxiliar nas formas de combate aos ataques anônimos e as incessantes agressões cometidas denunciam um corpo cuja delimitação não é controlada pelo indivíduo, mas está antes constantemente sujeita a intervenções.

No entanto, no que diz respeito a esse segmento social, não creio que a noção do corpo incircunscrito seja uma exclusividade brasileira ou de países latino-americanos que sofreram processos históricos similares, expressando a falta de garantia dos direitos individuais. Atear fogo em moradores de rua não é uma prerrogativa local; há casos de mendigos queimados em Londres e Paris⁷⁶. Aparece também em imaginários sobre a cidade: o tema do fogo ameaçador sobre a

⁷⁴ *Idem*, p. 374.

⁷⁵ *Idem*, *ibidem*.

⁷⁶ *O Estado de S. Paulo*, “Garotos ingleses pegam 7 anos por queimar mendigo”. São Paulo, 10 nov. 2001.

população de rua está presente em histórias em quadrinhos de heróis americanos – como o Homem-Aranha, por exemplo – que necessitam combater esquadrões de incendiários que donos de propriedades de grande especulação imobiliária no centro da metrópole contratam “*para resolver o problema com os sem-teto*” em Nova York⁷⁷.

O tipo de agressão que envolve espancamentos e expulsões de moradores de rua tornou-se atividade padrão no cotidiano dos mesmos em várias cidades. No filme *Ironweed* – situado na década de 1930, época da Depressão Americana, na cidade de Albany –, um agrupamento de *homeless*, reunido em um terreno baldio, dorme. Durante a madrugada, o grupo é surpreendido por um súbito ataque de pessoas a expulsá-los do terreno, com o provável interesse de tornar este um empreendimento imobiliário. Homens são acordados a pauladas, jogados ao chão, as instalações onde dormem são queimadas. Francis, o protagonista do filme, vê seu amigo Rudy ser espancado. Leva-o ao hospital, onde Rudy morre⁷⁸. O filme traz às cenas os elementos que retratam os contínuos movimentos violentos de expulsão presentes nas realidades das metrópoles atuais.

É preciso levar em conta que, a estrutura de proteção social sedimentada em contextos urbanos localizados em países como Inglaterra, França ou Estados Unidos, somada à história da circunscrição corporal via direitos civis e a construção da noção de cidadania nestes locais fazem com que a violência sobre os corpos dos cidadãos seja mais controlada⁷⁹. No entanto, no caso dos moradores de rua, o descaso com sua condição e, conseqüentemente, com seus corpos “universaliza”-se. É como se a passagem pelo mundo da rua – provisória ou alongada – retirasse de seus habitantes o reconhecimento como indivíduo, consolidado no universo da cidadania como um sujeito portador de direitos. Este reconhecimento somente lhe é devolvido quando deixa de situar nas ruas.

O Estado de S. Paulo, “Jovens ateam fogo a mendigo em Paris”. São Paulo, 19 mar. 1996.

⁷⁷ Homem Aranha, Justiceiro e Dentes-de-Sabre, 1994.

⁷⁸ *Ironweed*, USA, 1987, *op. cit.*

⁷⁹ Em minha passagem pela Inglaterra durante a pesquisa, deparei-me com uma cena curiosa. Em uma movimentada estação de metrô em Londres, ponto de mendicância de alguns *homeless*, um policial observava uma mochila encostada em um canto, aparentemente abandonada. Como recomendação generalizada no país, em função da vigilância às bombas terroristas, a polícia é instruída a investigar sacolas e bolsas largadas em espaços públicos. O guarda então se aproximou da sacola para inspecioná-la. Foi então que no meio da multidão o dono da mochila – um dos *homeless* que circulava sempre pelo local – puxou a sacola da mão do policial e soltou algumas imprecações contra a autoridade. Esta, por sua vez, devolveu-lhe a bolsa e se afastou calmamente. (Caderno de campo, 09/12/2002). Cenas como esta seriam impossíveis no contexto brasileiro, não apenas com os moradores de rua, mas com qualquer pessoa codificada como “pobre” ou “de aparência suja”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os habitantes de rua amoldam seus corpos à geografia urbana que os acolhe e os repele. Essa adequação constitui o eixo norteador da construção de sua corporalidade. Para tanto, a errância é uma movimentação necessária. A dinâmica fragmentária do urbano, movida por práticas pedestres que reformulam continuamente os sentidos de lugar e criam territorialidades sobrepostas, incita aqueles que vivem nas ruas ao deslocamento, por meio do qual recriam seu território na interface com seus pares e com outros segmentos sociais. Por meio de tal mobilidade, eles elaboram suas práticas de sobrevivência, suas formas de sociabilidade, e as maneiras de se acomodar nas ruas. Armam-se de criatividade para “se virar” com os recursos materiais disponíveis à sua volta.

Os moradores de rua se localizam territorialmente, sobretudo, através do seu corpo. Por um lado, suportam as mazelas físicas e morais impressas pelas interdições feitas à sua presença, sofrem uma tensão latente que encurva e amarra seus movimentos, comprimem os corpos de maneira a caber nos interstícios e espaços ociosos dos quais se apropriam. Por outro, desviam dos obstáculos, moldam técnicas corporais de sobrevivência, demarcam lugares de intimidade, arranjam maneiras de saciar suas necessidades corporais, tornam-se miméticos ao espaço acomodando sua presença à paisagem urbana e criam visibilidades desnorteantes quando necessitam se fazer notar. Essa corporalidade pressupõe resistência à sua eliminação. E se não há tenacidade possível na manutenção de uma propriedade material, há na forma de manter sua existência material e simbólica e subjetividade garantindo o corpo vivo.

A construção do corpo na rua está indissociavelmente ligada às propriedades temporais e espaciais dessa territorialidade. As intensidades do movimento errante e o tempo de rua marcam a composição da corporalidade, justamente porque esta se faz nas respostas diversas dadas em deslocamento. O embate entre a manutenção do comportamento “civilizador” *encorporado* em sua trajetória pessoal e na ausência de condições materiais e simbólicas para manter tal padrão de comportamento nas ruas revela o efeito do tempo e do deslocamento sobre o percurso territorial, subjetivo e social dos moradores de rua. O expoente de tal efeito está naquele em que o grau de “largação” corporal evidencia sua desconexão com outros *loci* sociais que estão em interface com a rua, como os meios institucionais.

Como vimos por meio de alguns aspectos no presente trabalho, sustentar essa resistência corporal não é uma tarefa fácil. A corporalidade na rua reside no avesso do corpo que o imaginário urbano e o planejamento urbanístico criam e formatam. A abjeção provoca reações

estigmatizantes imediatas e rigorosamente excludentes. O corpo envelhecido, descuidado e com saúde precária frustra as expectativas contemporâneas do projeto do *self*, o qual não cria respostas que se adaptem à escassez de recursos econômicos e tecnológicos para tratar do corpo. E, por fim, a contenção corporal que surge como reação aos mecanismos de interpelação urbana marca uma movimentação corporal contrária a elementos que marcam as metrópoles, como a velocidade, o conforto¹.

A dimensão corporal é a referência, afirma Sennett, que pautou e pauta historicamente os projetos urbanos. A imagem idealizada do corpo serviu durante muito tempo como uma metáfora de integridade e inteireza para as conformações urbanas. Ao mesmo tempo, tais conformações incidiam sobre os corpos em uma tentativa de civilizar não sem processos dolorosos². Essa dimensão metafórica, no entanto, não acompanhou a dimensão fragmentária da cidade. Particularmente, com as ampliações dos espaços urbanos europeus no século XVIII, da circulação de pessoas pelos mesmos, o corpo deixou de ser inspiração analógica dos modelos urbanísticos, e o ir e vir de corpos perdeu-se no vazio³.

Com a sedimentação contemporânea da idéia de circulação, de velocidade, e com a tecnologia operando sobre o espaço e sobre o corpo, as analogias entre estas duas dimensões vão dando espaço a uma complexidade urbana à qual escapam o controle e o molde corporal, criando uma desconexão entre espaço e corpo, denunciada nas relações históricas e conflituosas em que um não se reconhece mais no outro. O corpo tornou-se silencioso, solitário, passivo. Tomando essa perspectiva como reveladora, em parte, da relação entre as duas escalas referidas, o corpo do morador de rua estaria longe de incorporar os projetos corporais voltados para a cidade contemporânea e deslocados dos espaços da sociabilidade contemporânea. Nesse sentido, poderia ser visto como um parâmetro exemplar da dissonância entre essas duas dimensões.

Porém, o próprio Sennett vê na mobilidade a contraposição desse processo de pacificação e isolamento. A circulação, a presença de grandes prédios e dos carros, a velocidade, são elementos que simultaneamente colocam os indivíduos no perigo do isolamento total, mas que permitem ainda um “deslocamento de multidão”, plural, disforme e, portanto, afeito a mecanismos de resistência à dominação e à exclusão presentes na ordenação urbana:

¹ Sennett, *op.cit.*

² *idem*, página 24.

³ *idem*, página 244.

“A cidade tem sido um locus de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem. Mas também foi nelas que essas imagens se estilhaçaram, no contexto do agrupamento de pessoas diferentes – fator de intensificação da complexidade social – e que se apresentam umas às outras como estranhas. Todos esses aspectos da experiência urbana – diferença, complexidade, estranheza – sustentam a resistência à dominação.”⁴

A mobilidade dos corpos no espaço cria outras formas de estar no espaço urbano e a experiência corporal dos moradores de rua é uma delas. Uma vez que o movimento itinerante está sempre em relação de dependência com o circuito sedentário com o qual estabelece fronteiras tênues, esse segmento manipula, principalmente pelo do corpo, relações sociais e conteúdos materiais que emergem no deslocamento entre estas fronteiras. Nessas brechas liminares, os habitantes criam uma subjetividade ambígua, na qual os códigos territoriais se desmantelam e se rearticulam em relações significadoras das experiências dessas zonas fronteiriças.

A procura da manutenção de um lugar próprio no espaço urbano – um espaço marcado pela impessoalidade e pela funcionalidade homogeneizadora da circulação urbana – coloca esse segmento em uma posição social e política “atravessada” com relação aos sentidos de público construídos na cidade. Desta forma, são vistos como fora de lugar. Porém, os *contra-usos* que evidenciam a passagem dos habitantes de rua pelos espaços públicos possibilitam a construção de novos lugares onde os habitantes de rua “cabem” por um determinado tempo e espaço. Se, por um lado, estão apartados das unidades de pertencimento que garantiam suas referências identitárias até a chegada às ruas⁵, por outro, a conquista de um lugar, ainda que transitório, garante sentidos políticos, sociais e subjetivos que não podem ser deixados de lado.

Não se trata de discutir condições ideais de vida. Está evidente o grau de sofrimento dessa população decorrente dos embates cotidianos com o “público”. Os moradores de rua sempre foram e ainda são tidos como *outsiders*. Eram responsabilizados por desgraças sociais no imaginário místico da Idade Média; caracterizados pela psicanálise freudiana como conteúdo reprimido da norma social e sedentária de comportamento; foram uma fonte de problemas higiênicos e da ordem pública na patologia médica do século XX⁶. Ao longo dos séculos foram e

⁴ *Idem*, página 24.

⁵ Escorel, *op.cit.*

⁶ Thomas, *op.cit.*, p.118.

são (até hoje), qualificados de vagabundos, preguiçosos, doentes. Os habitantes de rua carregam o fardo da auto-imagem da “estranheza” de sua errância.

Porém, uma vez nas ruas, sendo *outsiders* – e, portanto, colocados em uma relação com o “outro” que os estigmatiza – os moradores de rua não se mantêm passivos. Os mecanismos de circulação permitem-nos aí entrever uma persistente resistência à conformação excludente, tal resistência não tenha uma direção, ainda que não seja reconhecida por uma arena pública. É uma resistência que se faz nos seus passos e expõe a recusa de uma ordem que os periferiza e de uma ordem marginal que os instrumentaliza para outros fins como o criminosos. A forma de resistir é andando, manipulando códigos sociais que entremeiam os deslocamentos, criando novas territorialidades e codificação.

É desse movimento – entre vivenciar dolorosamente a permanência na contramão e “localizar-se” cotidianamente no espaço público – que a corporalidade dos habitantes de rua parece emergir. É através do corpo que afirmam algo que é seu. D. Lina, no dia em que foi desalojada do seu “canto” pelo Rapa, disse-me: *“Mas Deus sabe o que faz. Eles podem levar aquilo [suas sacolas]. As coisas passam. Os cachorros passam. Vou tocando a minha vida.”* Questiono: *“Mas a senhora vai continuar no Brás?”*. Ao que ela respondeu: *“Num sei não. Se tiver que sair daqui saio. Agora segurar, ninguém me segura não.”* Tal resistência não subverte a sua situação de pauperização e opressão. Mas, por meio dela, os moradores de rua enunciam as marcas de uma territorialidade, de um lugar que é mais do que a simples sobrevivência, embora esteja completamente formatado pelas necessidades básicas. Traduz um sentido de lugar, contingente, transgressor, efêmero, mas um sentido próprio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E TESES

- ALVAREZ, Sonia e DAGNINO, Evelina. (1995). *Para além da democracia realmente existente: movimentos sociais, a nova cidadania e a configuração de espaços públicos alternativos*, mimeo.
- ANDERSON, Nels. (1923). *The Hobo – The Sociology of the Homeless Man*. Chicago, University of Chicago Press.
- ANDERSON, Nels. (1998). *On hobos and Homelessness*. Chicago, University of Chicago Press.
- ARANTES, Antônio Augusto. (1999). *Paisagens Paulistanas – Transformações do espaço público*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- ARANTES, Antônio Augusto. (org). (no prelo). *Cidade e política: novas perspectivas*. Campinas, Editora da Unicamp.
- BALLENTYNE, S. (1999). *Unsafe Streets: Street homelessness and crime*. Londres, IPPR.
- BRANDON, D. (1973). *Homeless in London*. Londres, homeless in Britain Pamphlet.
- BROGNOLI, Felipe Faria. (1999). “Com a cara no mundo: seguindo o rastro de nômades urbanos”. In: MARQUES, Ana Claudia [et al.]. *Andarilhos e Cangaceiros: A Arte de Produzir Território em Movimento*. Itajaí, Editora da Univali.
- BUTLER, Judith. (1990). *Gender Trouble – feminism and the subversion of identity*. New York/London, Routledge.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (2000). *Cidade de Muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Editora 34 / Edusp.
- CHNAIDERMAN, M. (1999). “Escrituras Urbanas”. In: PEREIRA, Maria R. C. (org.). *Leituras de Psicanálise, estéticas da exclusão*. Campinas, Mercado de Letras.
- CHNAIDERMAN, M. (2003). “Rua: espaço de diversidade e criação”. In: *Folha Opinião*. São Paulo, 19 jan. 2003.
- COLLA, A. C.; SILMAN, N. e HIRSON, R. S. (2002). “Um dia.... – Um passo adiante”. In: *Revista do Lume*, nº 4, Unicamp, pp. 85-129.
- COSTA, Alderon Pereira da e MAGALHÃES, Pierre Sodré. (2002) *Com a palavra, a imagem: moradores em situa o de rua e o movimento dos sem terra*. São Paulo, Trabalho de Conclusão de Curso apresentado   Universidade Anhembi-Morumbi.

CSORDAS, Thomas. (1994). "Introduction: the body as representation and being-in-the world". In: *Embodiment and experience – the existential ground of culture and self*. Csordas, T (ed). London, Cambridge University Press.

DAGNINO, Evelina. (1994). "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania". In: DAGNINO, E. (org.). *Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

DA MATTA, Roberto. (1991). *A casa & a rua – Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan.

DE CERTEAU, Michel. (1994). *A Invenção do Cotidiano: as artes de fazer*. Petrópolis, Vozes.

DE CERTEAU, Michel et al (1997). *A Invenção do Cotidiano 2 – Morar, cozinhar*. Petrópolis, Vozes.

DI FLORA, M. C. (1987). *Mendigos - por que surgem, por onde circulam, como são tratados?* Petrópolis, Vozes.

DIAFÉRIA, Lourenço. (2002). *Brás: sotaques e desmemórias*. São Paulo, Boitempo Editorial.

DO RIO, João. (1997). *A alma encantadora das ruas – crônicas*. Organização Raul Antelo. São Paulo, Companhia das Letras.

DOUGLAS, Mary. (1978). *Simbolos Naturales*. Espanha, Alianza.

ELIAS, N & SCORSON, John L. (1994). *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ELIAS, N. (1990). *O Processo Civilizador*. Vol 1, RJ, Jorge Zahar.

ESCOREL, Sarah. (1999) *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro, Fiocruz.

FEATHERSTONE, M. e TURNER, B. (1995). "Body and Society: an Introduction". In: *Body and Society*. Vol.1, nº1, mar.

FILHO, Walter Fraga. (1995). *Mendigos Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, HUCITEC/EDUFBA.

FOUCAULT, Michel. (1988) *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 1ª. ed. Rio de Janeiro, Graal.

FRANGELLA, S. M. (1996). "Capitães do Asfalto": a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas 'de rua' em Campinas". Dissertação de Mestrado. Campinas, Unicamp.

- FRANGELLA, S. M. (2000). “Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua”. In. *Cadernos Pagu: Revista do Núcleo de Estudos de Gênero*, (14), Campinas.
- GENET, Jean. (1986). *Diário de um ladrão*. Rio de Janeiro: Rio Gráfica.
- GEREMEK, Bronislaw. (1995). *Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia, 1400-1700*. São Paulo, Cia. Das Letras.
- GIDDENS, A. (1992). *A Transformação da Intimidade*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista.
- GOFFMAN, Erving. (1978). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- GOUDSBLOM, Johan. (1994). *Fire and Civilization*. London, Penguin Books.
- GREGORI, M. F. (2001). *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GREGORI, M. F. (1993). *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, queixas violentas e a práticas feminista*. São Paulo, Paz e Terra/ ANPOCS.
- GROZS, E. (1999). “Bodies-Cities”. In: Price, Janet e Margrit Shildrick (eds.) *Feminist Theory and the Body*. New York, Routledge.
- GUATTARI, Felix. (1985). “Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade”. In. *Espaço & Debates*. nº 16, p. 110.
- HOMEM Aranha, Justiceiro e Dentes-de-Sabre – Genes Fabricados*. (1994). São Paulo, Ed. Abril Jovem.
- JAYME, Juliana Gonzaga. (2001). *Travestis, Transformistas, Drag-queens, Transexuais: Personagens e Máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa*. Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp.
- KAWASH, S. (1998). “The Homeless Body”. In: *Public Culture*. 10 (2): 319-339.
- LECZNEISKI, L. (1995). “Corpo, virilidade e gosto pelo desafio: marcas de masculinidade entre os guris de rua”. In: *Horizontes Antropológicos – Gênero*. Publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, ed. UFRGS.
- LEITE, Rogério Proença. (2001). *Espaço Público e Política dos Lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Campinas, Tese de Doutorado apresentada à Unicamp.

- LEITE, Rogério Proença. (2002) “Contra-usos e espaço público: nota sobre a construção dos lugares na *Manguetown*”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, nº49, junho, p. 115-134.
- LEVI, Primo. (1997). *A trégua*. Tradução de Marco Lucchesi. São Paulo, Companhia das Letras.
- MACHADO, Alcântara. (1997). *Brás, Bexiga e Barra Funda*. São Paulo, Klick Editora.
- MAGNI, C. T. (1994). *Nomadismo Urbano: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- MAGNI, C. T. (1995). “Povo da Rua: um estudo sobre nomadismo urbano”. In: *Coleção Cadernos da Cidade*. v. 2, no. 4, Porto Alegre, jun.
- MAGNI, Claudia Turra. (2002). *Images du meme et de l'autre: Ethnographie des ateliers artistiques pour des personnes sans domicile à Paris*. These de Doctorat. Ecoles des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.
- MARQUES, Ana Claudia; BROGNOLI, Felipe Faria; VILLELA MATTAR, Jorge Luiz. (1999). *Andarilhos e Cangaceiros: A arte de Produzir Território em Movimento*. 1ª ed. Itajaí, Editora da Univali.
- MARTÍNES, Tomás Eloy. (2002). *El vuelo de la reina*. Buenos Aires, Alfaguara.
- NASSER, A.C.A. (2001). *Sair para o Mundo – trabalho, família e lazer na vida dos excluídos*. São Paulo, Hucitec/Fapesp.
- OLIVEIRA, Marcelo A. Nahuz. (1998). *Avenida Paulista: a Produção Contemporânea de uma paisagem de poder*. Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp.
- PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera Silva. (1996). *Direitos Sociais: Conflitos e Negociações no Brasil Contemporâneo, mimeo*.
- PASINI, Elisiane. (2000). *Corpos em Evidência, pontos em ruas, mundos em pontos; a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo*. Dissertação de Mestrado/IFCH, Campinas, UNICAMP.
- PASSARO, Joanne. (1996). *The unequal homeless – men on the streets, women in their place*. New York: Routledge.
- PERLONGHER, N. O. (1986). *O Negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. Campinas, sn.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. (1994). *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo*. São Paulo, Edusp.

PIRANI, Denise. (1997). *Quand les lumières de la ville s'éteignent: minorités et clandestinités à Paris – les cas des travestis*. Tese de Doutorado, Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris.

PONCIANO, Levino. (2001). *Bairros Paulistanos de A a Z*. São Paulo, Editora SENAC.

RAUTY, Rafaëlle. (1998). “Introduction”. In: Nels Anderson. *On hobos and Homelessness*. Chicago: University of Chicago Press.

REIS, D. Santos e IYAMA, M. Shozo. (1999). *Saúde Mental na População de Rua*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), PUC/SP, Faculdade de Serviço Social.

RODRIGUES, José Carlos. (1999). *O corpo na História*. Rio de Janeiro, Fiocruz.

ROLNIK, Raquel. (1999). *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de SP*. 2ª edição. São Paulo, Studio Nobel/FAPESP.

ROSA, C. M. M. (1999). *Vidas de rua, destino de muitos*. São Paulo, CD-ROM. apoio: Instituto de Estudos Especiais da Pontificia Universidade Católica de São Paulo - IEE-PUC-SP. Acesso em: <http://www.pucsp.br/~iee/vidas>.

ROSA, C. M. M. (org). (1995). *População de Rua – Brasil e Canadá*. São Paulo, Hucitec.

SANO, Kunio. (s/d). “Informal Shelters in Large Cities: Homeless people and their design”. In: *Voice of Design*. v. 5-1, 25 April 1999.

SANTOS, M. C. Loschiavo e PEREIRA, A. Franco. (1999). “Packaging, Re-function and Mal function. From consumer Society to homeless Material Culture”. In: *First International Symposium on Environmental Conscious Design and Inverse Manufacturing*. IEE Computer Society. Fev. 1-3, pp. 492 –496.

SANTOS, M. C. Loschiavo. (1994). “Outro Espaço: Aspectos do design e do habitat informal nas grandes metrópoles”. In: *Revista de Psicologia da USP*, vol 5, números 1-2, pp. 145-155.

SANTOS, M. C. Loschiavo. (1999b). “Discarded products, design and homeless' material culture in Global cities”. In: NYSTRÖM, Louise (org.). *City and culture: Cultural processes and urban sustainability*. pp. 261-269.

SANTOS, M. C. Loschiavo. (s/d). *Vidas embrulhadas ou aspectos do design no habitat informal das grandes cidades: São Paulo, Los Angeles e Tóquio*. s.l.

SANTOS, M. M. e NASCIMENTO, T. A. (2000). *Da Rua para a Terra – o MST como conquista da cidadania*. São Paulo, Pontificia Universidade Católica.

SENNET, R. (1997). *Carne e Pedra*. Rio de Janeiro, Record.

SMITH, N. (1996). “Spaces of vulnerability – The space of flows and the politic of scale”. In: *Critique of Anthropology*, vol 16, pp.63-77.

SMITH, N. (2000). “Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica”. In: *O Espaço da Diferença*. Campinas, SP, Papirus.

SNOW, D. e ANDERSON, Leon. (1998). *Desafortunados – um estudo sobre o povo da rua*. Petrópolis, Vozes.

SOUZA, Pedro de. (2001). “Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade”. In: ORLANDI, Eni (org.). *Cidade Atravessada – Os sentidos públicos no Espaço Urbano*. Campinas, CNPq/LABEUB/Pontes.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. (1977). *Os mendigos na cidade de São Paulo – ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

THOMAS, Hélène. (1997). *La production des exclus – Politiques sociales et processus de désocialisation socio-politique*. Paris, Presses Universitaires de France. (Collection Sociologie D’Aujourd’hui).

VARGAS, Eduardo Viana. (2000). “O que pode um corpo? Esta e outras questões na agenda teórica sobre corporalidade”. *Paper* apresentado na XXII Reunião da ABA, Brasília, 16 a 19 de julho.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. (1992). “Cortiços em São Paulo: velhas e novas formas da pobreza urbana e da segregação social”. In: BÓGUS, Lucia Maria M. e WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *A Luta pela Cidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez.

VIVEIROS DE CASTRO, EDUARDO. (1996). “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. In: *Mana – estudos de Antropologia Social*, vol. 2, n. 2. Rio de Janeiro, Contra Capa, pp. 115-144.

ZUKIN, S. (1991). *Landscapes of Power -From Detroit to Disney World*. Berkeley, University of California Press.

FILMES

A MARGEM da Imagem. Direção de: Evaldo Mocarzel. Produção: Ugo Giogetti. Roteiro: Evaldo Mocarzel e Maria Cecília Loschiavo dos Santos. Edição: Marcelo Moraes. São Paulo, SP Filmes de São Paulo, 2003., vídeo-documentário (72 min.), VHS.

AMORES Brutos (Amores Perros). Direção de: Alejandro Gonzáles Iñárritu. Produção: Zeta Films e Altavista Films. Roteiro: Guillermo Arriaga Jordán. Intérpretes: Emilio Echevarría; Gael Garcia Leal; Goya Guerrero; Vanessa Bauche; Jorge Salinas. Cidade do México, Altavista, 2000.

COISAS que você pode dizer só de olhar para ela (Things You Can Tell Just By Looking At Her). Direção de: Rodrigo Garcia. Intérpretes: Glenn Close, Calista Flockhart, Cameron Diaz, Holly Hunter, Kathy Baker. USA, 2000, (112 min). Jon Avnet, Lisa Lindstrom, Marsha Oglesby.

DIZEM que sou louco. Direção: Miriam Chneiderman. Produção de: Reinaldo Pinheiro. Roteiro: Miriam Chneiderman. Edição: Cássio Maradei, André Macedo, Adelson Munhoz, Miriam Chneiderman. São Paulo, 1994, (12 min.), 16mm.

IRONWEED. Direção de: Hector Babenco. Produção: Keith Barish e Marcia Nasatir. Roteiro: William Kennedy. Intérpretes: Jack Nicholson, Meryl Streep, Tom Waits. Los Angeles, Worldvision, 1987. VHS.

MUNDANÇA. Direção: Alexandra Lima. Produção: Fabiana Victor. Roteiro: Alexandra Lima, Fabiana Victor. Campinas, Imaginário Produções, 1998. vídeo/betacam.

O PESCADOR de ilusões. (The Fischer King). Direção de: Terry Gilliam. Intérpretes: Robin Williams, Jeff Bridges e Mercedes Ruehl. Columbia, 1999, (138min.), VHS.

OS AMANTES da ponte neuf. Direção de: Leos Carax. Intérpretes: Juliet Binochet, Denis Lavant, Marie Trintignant. França, 1991, (126 min.).

QUE Droga de Vida. (Life Stinks) Direção de: Mel Brooks. Produção: Mel Brooks. Roteiro: Mel Brooks, Rudy de Luca, Steve Haberman. Intérpretes: Mel Brooks; Lesley Ann Warren. Los Angeles, BrooksFilms, 1991, VHS.

RECICLAR: I Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis/ I Marcha Nacional da População de Rua. Produção: Rede Rua de Comunicação. São Paulo, Rede Rua, jun/2001, vídeo.

ARTIGO DE REVISTA

Revista Veja. “Mendigo por uns dias: empresa holandesa tem pacote especial para quem quer experimentar a vida nas ruas”. São Paulo, 31 jul. 2002, p. 52.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Arsenal da Esperança Uma casa que acolhe. s/d.

Associação minha rua, minha casa Associação minha rua, minha casa. s/d.

Dossiê Moradores de Rua. Polis/Rede Rua, 1995.

OAF. Organização do Auxílio Fraternal. *Dá para ajudar, dá para mudar: só não dá para esperar*. s/d.

Razin.- Atendimento Médico.Gráfico, [base três meses]. Texto de circulação restrita., s/d.

Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social. (1994). *Contagem da População de Rua da Cidade de São Paulo*, São Paulo, Prefeitura Municipal de SP.

Secretaria Municipal da Família e Bem-estar Social. (1996). *Pesquisa sobre a População de Rua no Município de São Paulo*, São Paulo, Prefeitura Municipal de SP.

Secretaria Municipal da Família e Bem-estar Social. (1998). *Contagem da População de Rua no Município de São Paulo e Perfil dos usuários de Albergues Municipais*, São Paulo, Prefeitura Municipal de SP.

Secretaria Municipal de Assistência Social. (2001). *População de Rua tem seus Direitos Garantidos*. Lei 120316/97 – Decreto 40.232/ Serviços de Atenção.

Secretaria Municipal de Assistência Social. (2002). *Acolher – Reconstruindo Vidas*. São Paulo.

Secretaria Municipal de Assistência Social. (2002b). *Projeto Sempre Vivo*. São Paulo. (Texto de circulação restrita).

Secretaria Municipal de Assistência Social/FIPE. (2000). *Censo de Moradores de Rua da Cidade de São Paulo*. São Paulo, PMSP.

Secretaria Municipal de Assistência Social/FIPE. (2003). *Relatório Final – Estimativa do Número de Moradores de Rua e Estudo dos Resultados Obtidos com o SIS Rua*. São Paulo, out.

Secretaria Municipal do Bem-Estar Social. (1992). *População de Rua – Quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, HUCITEC.

UNICAMP. *Arte e exclusão social: investigação estética e participação comunitária envolvendo moradores de rua*. Campinas, 2001.

SITES CONSULTADOS

“No frio ligue para o (CAP) atender os moradores de rua”. Disponível em: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/assist_social/2003/08/0009

Folha Online. *Pesquisa aponta aumento no número de moradores de rua em SP*. São Paulo, 05 nov. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2003/11/05>

Fórum Centro Vivo. *Site*. Vários documentos: participantes, proposta, funcionamento, manifesto dos movimentos populares, etc. Disponível em: <http://www.forumcentrovivo.hpg.ig.com.br/sociedade>

Fórum Centro Vivo. *Site*. Vários documentos: participantes, proposta, funcionamento, manifesto dos movimentos populares, etc. Disponível em: <http://www.forumcentrovivo.hpg.ig.com.br/sociedade>.

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/noticias/noticias14050205.asp>

O Trecheiro, “Arquitetura anti-moradores de viaduto”. São Paulo, set. 2003. Disponível em: <http://www.rederua.org.br>

OLIVEIRA, Marcelo. (2003). “São Paulo abandona famílias em abrigo”. *Folha On Line*. São Paulo, 17 mar. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u71344.shtml>

Revista Ocas - Saindo das Ruas, São Paulo, ano 1, nº5 nov/dez 2002. Mensal. Projeto organizado pela Organização Civil de Ação Social. Disponível em: www.ocas.org.br
<http://www.ocas.org.br>

Secretaria da Habitação. (2003). *Prefeitura transfere 160 para alojamento provisório*. São Paulo, 7 mar. PMSP. Disponível em: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/habitacao/2003/03/0001>

Secretaria Municipal de Assistência Social. (2003b). *Censo de população de rua aponta aumento dos moradores albergados em São Paulo*. São Paulo, 5 nov. 2003. Disponível em: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/sec/assist_social/2003/11/0001

Secretaria Municipal de Assistência Social. *Projeto Boraceia*. São Paulo, PMSP, 10 mar. 2003. Disponível em: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/projetoboraceia/0002

União dos Movimentos de Moradia/ Unificação das Lutas de Cortiço/ Fórum dos Cortiços e Sem Teto de SP. *Morar perto do Centro*. São Paulo, 17 jan. 2002. Disponível em: <http://www.chasque.apc.org/guifont/psh12.htm>

União dos Movimentos de Moradia/ Unificação das Lutas de Cortiço/ Fórum dos Cortiços e Sem Teto de SP. *Morar perto do Centro*. São Paulo, 17 jan. 2002. Disponível em: <http://www.chasque.apc.org/guifont/psh12.htm>

ENTREVISTAS

BARONI, Adelina. Entrevistadora: Simone Miziara Frangella. São Paulo, 19 abr. 2001.

CHNAIDERMAN, Miriam. Entrevistadora: Simone Miziara Frangella. São Paulo, 29 nov. 2003.

GOMES, Valéria Cristina. Entrevistadora: Simone Frangella. São Paulo, 27 jun. 2002.

LUIZ, José – Refeitório Penaforte. Entrevistadora: Simone Frangella. São Paulo, 14 mai. 2003.

SILVA, José Luiz Paulo da. Entrevistadora: Simone Frangella. São Paulo. 20 abr. 2001.

CAROLINA. Entrevistadora: Simone Frangellaa. São Paulo. São Paulo. 14 mai. 2003.

MATÉRIAS DE JORNAL

Diário de Pernambuco, “IBGE desconsidera excluídos”, Recife, 25 jun. 2000.

Diário Popular, “Fogo atinge 2 mendigos por mês”. São Paulo, 23 abr. 1997.

Diário Popular, “Igreja repudia estacionamento sob os viadutos”. São Paulo, 15 jul. 1994.

Diário Popular, “Moradores de viaduto expulsos por regional”. São Paulo, 5 fev. 1993.

Estado de S. Paulo, “Marta tenta levar moradores de rua para albergues”. São Paulo, 16 jul. 2002.

Folha da Tarde, “Limpurb quer contratar mendigos”. São Paulo, 1 fev. 1997.

Folha da Tarde, “Nova lei pode expulsar mendigos que ‘moram’ debaixo de viaduto”. São Paulo, 18 jul. 1994.

Folha da Tarde, “Prefeitura quer retirar sem-teto de ruas e praças do centro de SP”. São Paulo, 12 set. 1994.

Folha de S. Paulo, “Administrador defende obras antimendigo”. São Paulo, 12 set. 1994.

Folha de S. Paulo, “Catadores de papel fazem protesto”. São Paulo, 6 abr. 1985.

Folha de S. Paulo, “Censo ignora brasileiros que moram nas ruas e disfarça a miséria do país”, São Paulo, 29 jan. 1992.

Folha de S. Paulo, “Cidade cria arquitetura antimendigo”. São Paulo, 4 set. 1994.

Folha de S. Paulo, “Falta de estrutura ameaça Operação Centro”. São Paulo, 19 fev. 1997.

Folha de S. Paulo, “Filme mapeia loucos de rua de São Paulo”. São Paulo, 9 mai. 1993.

Folha de S. Paulo, “Há 5 tipos de moradores de rua”. São Paulo, 3 set. 1995.

Folha de S. Paulo, “No Centro eles já são 8 mil”. São Paulo, 9 mai. 1983.

Folha de S. Paulo, “Onde vivem os Homens de Rua em SP”. São Paulo, 22 abr. 1991.

Folha de S. Paulo. Caminhão mata menino. São Paulo, 12 set, 1994.

Folha de S. Paulo, “PM tenta operação tolerância zero no centro”. São Paulo, 18 fev. 1997.

Folha de S. Paulo, “PM usa ‘olhômetro’ na seleção de suspeitos”. São Paulo, 19 fev. 1997.

Folha de S. Paulo, “Prefeitura exige saída das famílias de antigo terminal”. São Paulo, 19 out. 1984.

Folha de S. Paulo, “Prefeitura tira poucos mendigos da cidade”. São Paulo, 26 abr. 1989.

Folha de S. Paulo, “Questão de polícia, diz delegado”. São Paulo, 9 mai. 1983.

Folha de S. Paulo, “Viadutos de São Paulo viram favelas improvisadas”. São Paulo, 16 jun. 1991.

Folha de S. Paulo, “Viadutos não será mais toca de mendigo, diz vereador”. São Paulo, 8 jul. 1994.

Jornal Cambuci-Aclimação, “Glicério, dois anos embaixo do viaduto. Sair para onde?”. São Paulo, 24 jun. 1986.

Jornal da Tarde, “Famílias em crise. Na rua”. São Paulo, 19 jul. 1991.

Jornal do Cambuci, “Mudanças na Cetren e a criação de uma rede de albergues”. São Paulo, 28 nov. 1984.

Metro News, “Projeto da Prefeitura”. São Paulo, 11 set. 1989.

O Estado de S. Paulo, “Arquitetos lamentam artefatos antimendigo”. São Paulo, 27 abr. 1998.

O Estado de S. Paulo, “Arquitetura antimendigo espalha-se por SP”. São Paulo, 26 abr. 1998.

O Estado de S. Paulo, “Estudo mostra quem mora nas ruas da cidade”. São Paulo, 20 jul. 1991.

O Estado de S. Paulo, “Firmas demitiram quase metade dos moradores de rua”. São Paulo, 17 jan. 1998.

O Estado de S. Paulo, “Garotos ingleses pegam 7 anos por queimar mendigo”. São Paulo, 10 nov. 2001.

O Estado de S. Paulo, “Jovens ateiam fogo a mendigo em Paris”. São Paulo, 19 mar. 1996.

O Estado de S. Paulo, “Para OAB, forma de ação é inconstitucional”. São Paulo, 20 fev. 1997.

O Estado de S. Paulo, “Polícia inicia operação nos cruzamentos”. São Paulo, 16 fev. 1997.

O Estado de S. Paulo, “Prefeitura quer ajuda de mendigos na limpeza urbana”. São Paulo, 1 fev. 1997.

O Estado de S. Paulo, “São Paulo adota arquitetura anti-mendigo”. São Paulo, 26 abr. 1998.

O São Paulo, “Cercas vão expulsar os catadores”. São Paulo, 9 a 15 nov. 1984.

OAF, “O nosso jornal já tem um nome: ‘UNIÃO’”. São Paulo, 14 set. 1980.

Shopping News, “Debaixo dos Viadutos- Lazer e Cultura”. São Paulo, 15 out. 1989.

ANEXO 1

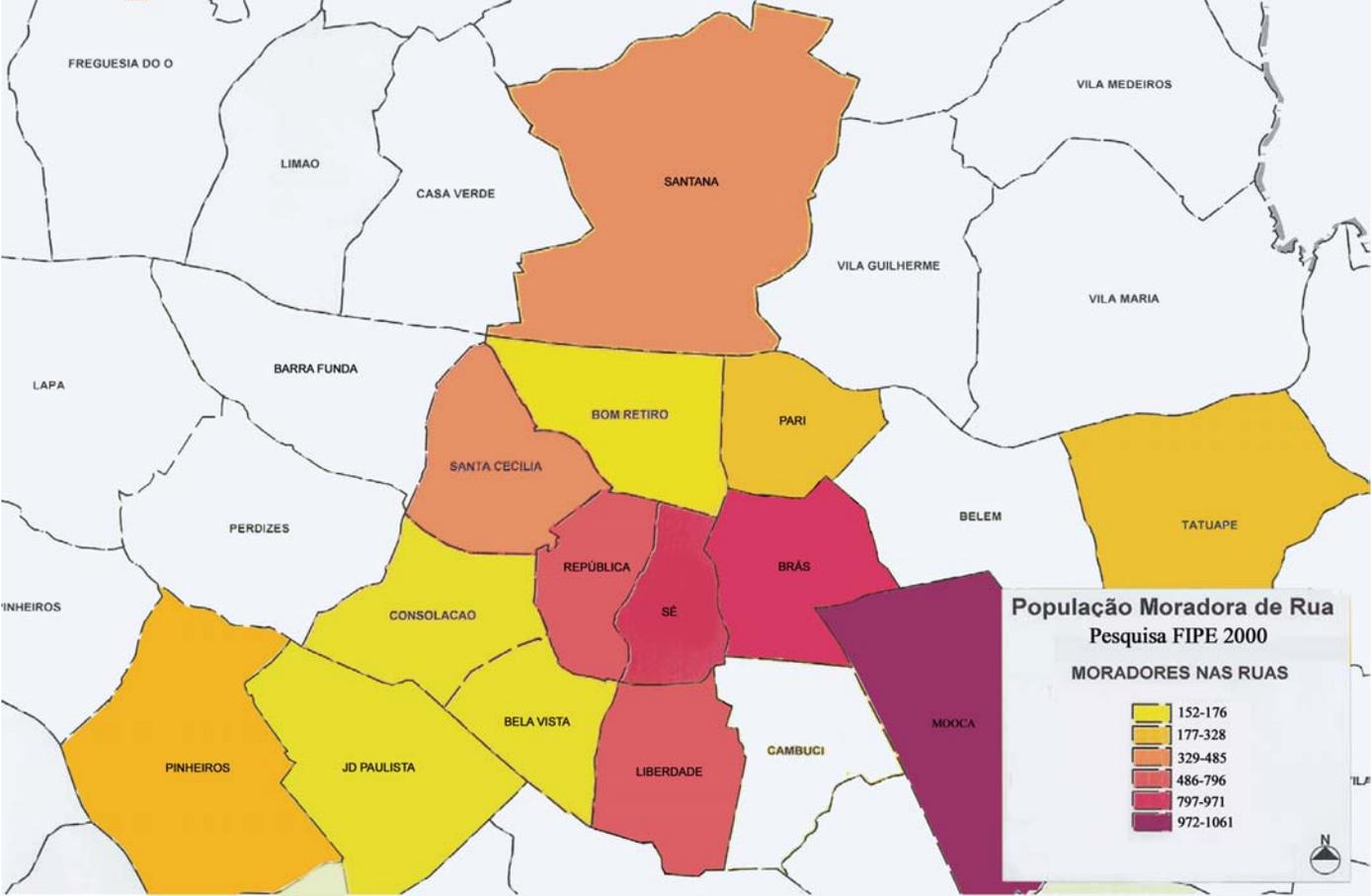
Os mapas que se seguem indicam a concentração da população de rua na cidade de São Paulo observada nos censos de 2000 e 2003. Ambos são baseados no mapa apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social na estimativa efetuada em 2003.

Não há nos mapas a contagem exata de cada região, porque a apresentação dos dados foi diferente em cada documento. No Censo de 2000, foram apresentados números exatos da contagem para cada bairro. Já em 2003, o relatório apresentado pela Prefeitura indicava porcentagens e a concentração populacional das áreas, mas não o número exato. Além do mais, naquele ano, a contagem de uma parte das regiões em 2000 foi feita de forma amostral.

Diante das diferenças, optei por manter as mesmas cores e a indicação populacional das áreas para ambos os mapas, na intenção de mostrar claramente a diferença de movimentação. O Brás, particularmente, sofre uma redução significativa da concentração populacional no percurso de três anos.

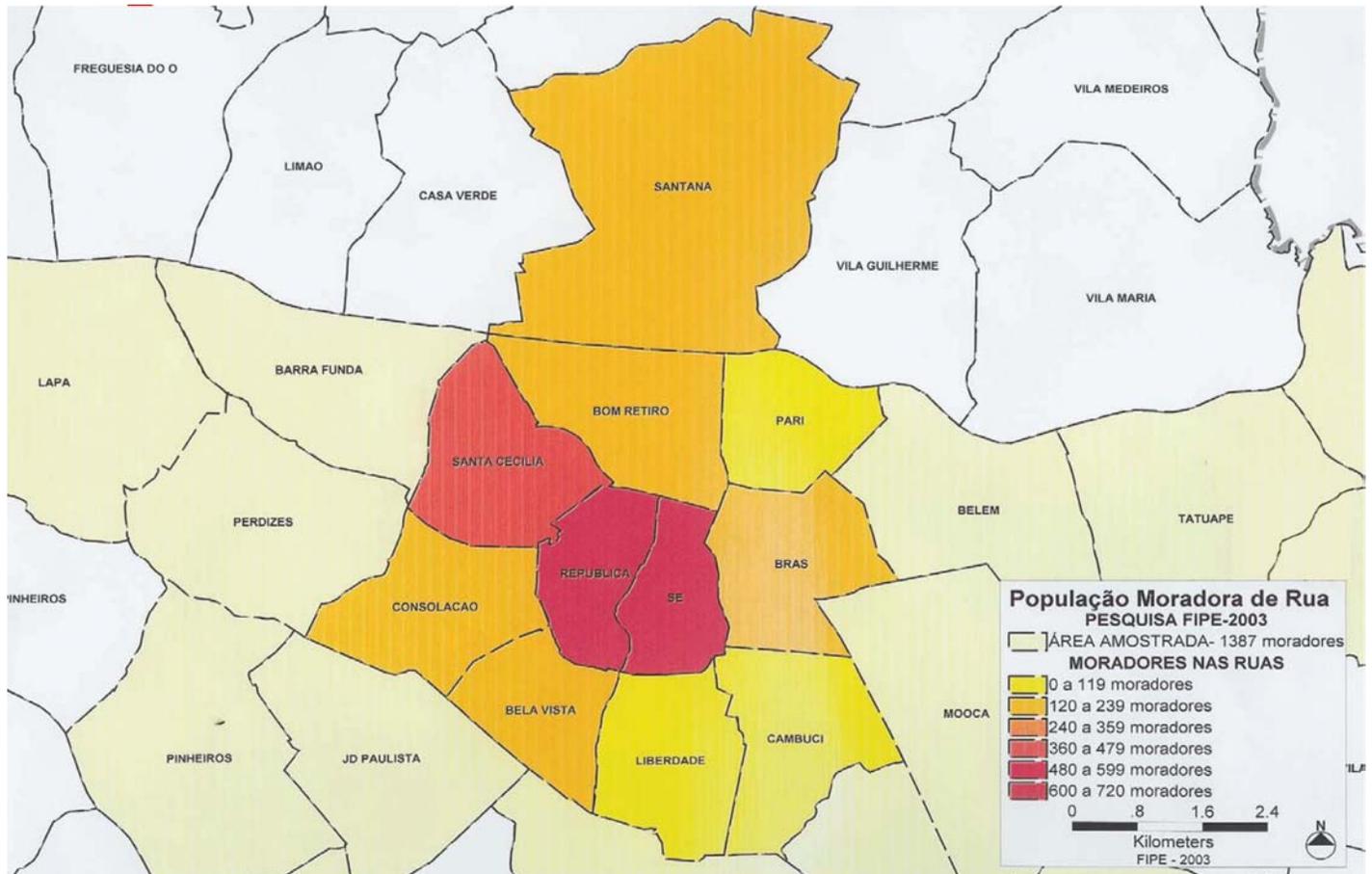
Uma vez que os dados de 2003 foram publicados ao final de minha pesquisa, não foi possível estudá-los a fundo. Porém, os números, apesar de indicarem um aumento geral da população, mostram que a maior parte está nos albergues. Este fato pode estar associado à solidificação dos serviços da rede de atendimento.

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
PESQUISA FIPE – 2000**



Baseado no mapa da Secretaria Municipal de Assistência Social/FIPE - 2003, página 6.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA PESQUISA FIPE – 2003



Baseado no mapa da Secretaria Municipal de Assistência Social/FIPE - 2003, página 6.

Anexo 2

Segue um mapa da Praça Benemérito José Brás, ou Praça Metrô Brás, acompanhado de uma breve descrição dos sujeitos pesquisados e identificados na mesma. As pessoas caracterizadas abaixo constituíram o núcleo de “informantes” mais constantes da pesquisa. O propósito da descrição é fornecer elementos de personagens analisados durante a pesquisa.

Reitero a observação de que estas pessoas não foram as únicas com quem mantive contato na praça. Mas elas foram os pontos de referência centrais. Foi também por intermédio delas que fui apresentada a outros personagens.

Carmem foi o meu mais forte contato. Mora no final da praça, tem 34 anos, dois filhos do primeiro casamento – um menino e uma menina, com, respectivamente, 9 e 6 anos. O primeiro marido, pai das crianças, faleceu na praça. Quando a conheci, morava com um segundo companheiro, de quem se separou no decorrer da pesquisa. Ela está há três anos na praça, tendo passado anteriormente por albergues no mesmo bairro e, em seguida, morado em áreas mais distantes. Carmem recolhe papelão e materiais recicláveis ocasionalmente, e recebe benefícios do poder municipal, como bolsa escola (os dois filhos estão matriculados em escolas).

Seu Joaquim, homem de cerca de 60 anos, é vizinho de Carmem na praça e a acompanha há bastante tempo. Ele se deslocou com ela para as diferentes moradias. Seu Joaquim construiu sua habitação no outro lado da viga de concreto na qual Carmem escorou seu barraco. Ele sobrevive do recolhimento diário de materiais recicláveis.

D. Lina é uma senhora de aproximadamente 60 anos que mora encostada a um pilar na área do centro da praça, embaixo da plataforma do metrô, no lado oposto ao de dona Carmem, cercada de caixas de papelão e cachorros. Dona Aparecida está há dois anos na praça, cinco no Brás e sete na rua. Como os demais moradores que acompanhei, passou por albergues, asilos e voltou para a rua. Segundo ela, veio “da roça” tempos atrás.

Seu Rubens é vizinho de D. Lina, dorme em seu colchão ao lado de um pilar ao lado da senhora. As conversas foram curtas com ele, que não me deu informação alguma sobre sua

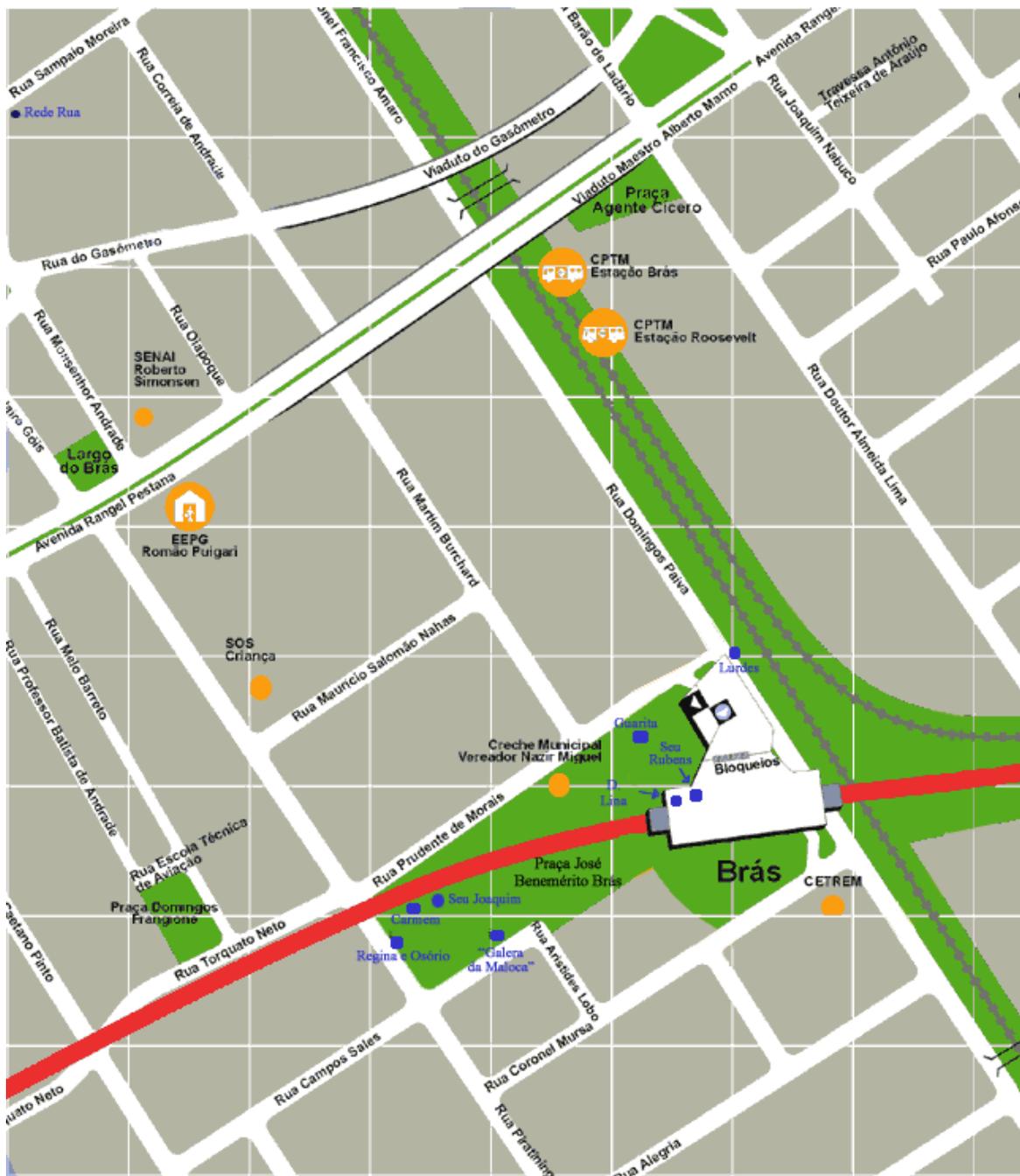
trajetória. Costumava compartilhar a comida com D. Lina e foi qualificado por outros moradores da praça como “o tio que fala sozinho”.

Lourdes é moradora de uma habitação construída junto ao muro da Estação Brás. Está no mesmo local há cerca de sete anos. Sem companheiro naquele momento, tem cerca de 45 anos e três filhos jovens. Um destes se encontrava na Febem; os outros dois, um casal de adolescentes, moravam com ela. Lourdes tem uma presença forte na praça, onde a respeitam e a temem. Suas relações se estendem para além da praça: possui um diálogo regular com a Rede Rua e com a polícia, que muitas vezes atende a suas chamadas.

Regina e Osório formam um casal. Vivem em uma precária instalação encostada a uma viga próxima à de Carmem. Ambos andavam permanentemente alcoolizados. Pela impossibilidade de diálogo mais substancial a minha aproximação junto ao casal foi pequena. Porém, o cotidiano do casal na praça pôde ser observado e eles tornaram-se importantes referências para pensar as dinâmicas corporais de rua.

A “galera da maloca” é um termo designado por Carmem e por Lourdes para um agrupamento de pessoas reunidas diariamente próximo à casa de Carmem. A maioria delas dormia na própria praça, outros vinham da vizinhança. Sentavam-se perto de uma árvore e passavam o dia a beber pinga, conversar, compartilhar comida. Embora os moradores da praça com quem conversei projetassem sobre esse agrupamento qualidades negativas, mantinham relações com eles, conflituosas ou solidárias.

MAPA DA PRAÇA JOSÉ BENEMÉRITO BRÁS: PRAÇA METRÔ BRÁS



Baseado no mapa presente no site: <http://www.metro.sp.gov.br/redes/vermelha/bras/tebras.shtml>

Copyright 2004 - Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô

CADERNO DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS

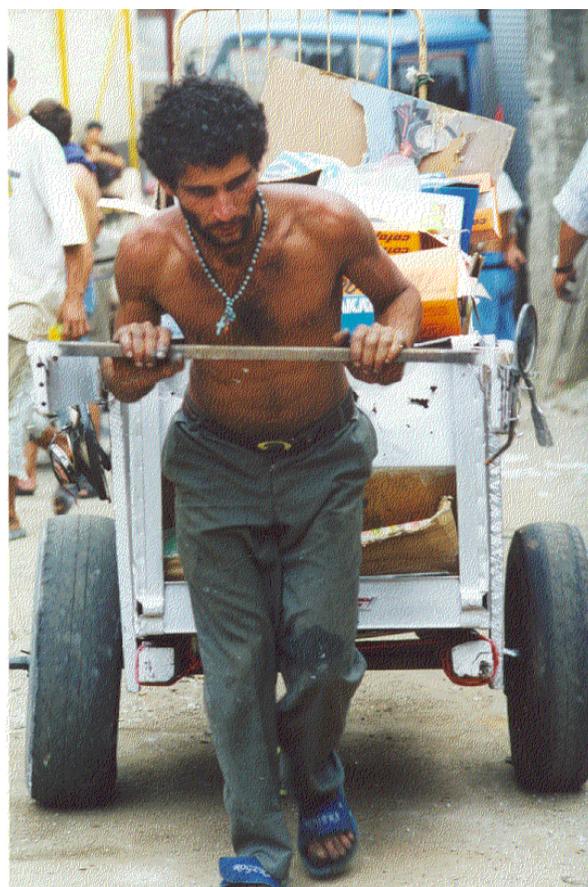
As fotografias abaixo foram reunidas no percurso da pesquisa de campo, ao longo dos três anos em que circulei pela Praça Metrô Brás, pelo Refeitório Penaforte, pela Rede Rua e por outros cantos do centro da cidade de São Paulo. Agregam-se ao presente trabalho minhas próprias fotos e as imagens produzidas pela Rede Rua. O objetivo deste caderno é oferecer um conjunto de imagens das quais se destacaram os temas levantados em minha experiência etnográfica. De maneira bem evidente ou de modo implícito, os aspectos da corporalidade enunciados no trabalho escrito podem ser observados nas fotos em questão.

Assim, optei por selecionar e agrupar as fotos obedecendo a uma perspectiva: focar nas imagens os temas relacionados à construção corporal sobre a qual me debrucei. Desta forma, a junção as fotos sob esse olhar abordam as questões levantadas ao longo do período da pesquisa. No entanto, ao olhar as imagens e a diversidade de expressões da vida nas ruas que elas traziam, notei que todas estas questões podem entrecruzar-se, extrapolando, como um conjunto visual, ao recorte temático. Portanto, embora a organização das fotos tenha como referência fundamental as questões temáticas, a idéia de fazê-las como um caderno decorreu exatamente da necessidade de mostrá-las em relação umas às outras e expressar tal diversidade.

PÉS – ITINERÂNCIA E DIVERSIDADE

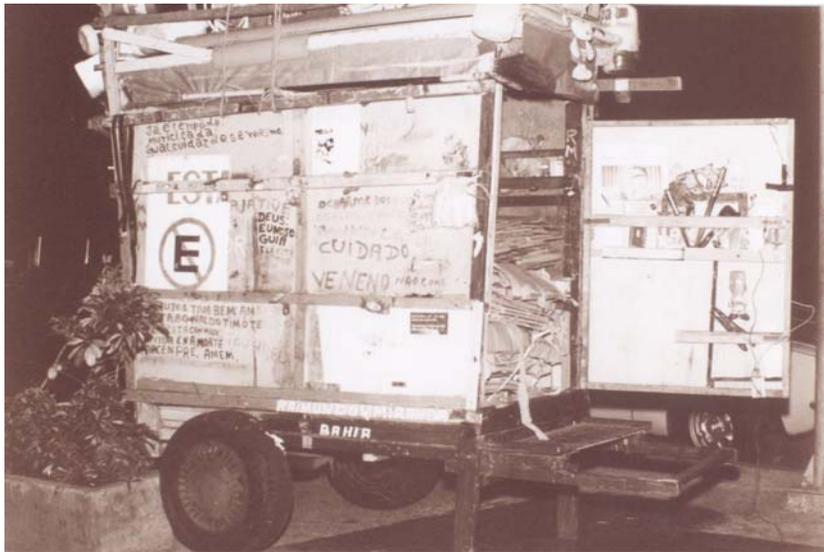
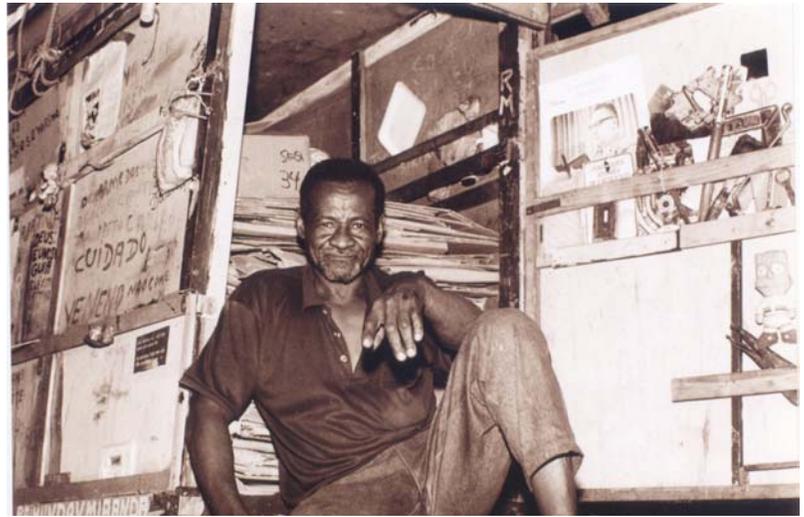


O CORPO CARREGA PESO



Fotos: Luciney Martins – Rede Rua

MORADAS – CARRINHOS – TERRITÓRIOS EM DESLOCAMENTO



Fotos:
Luciney Martins – Rede Rua

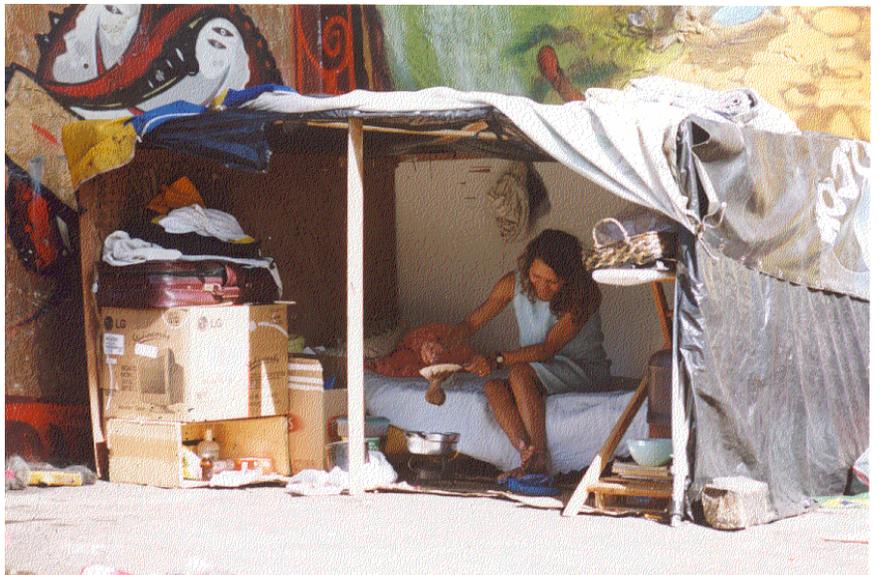


Foto: Luciney Martins – Rede Rua

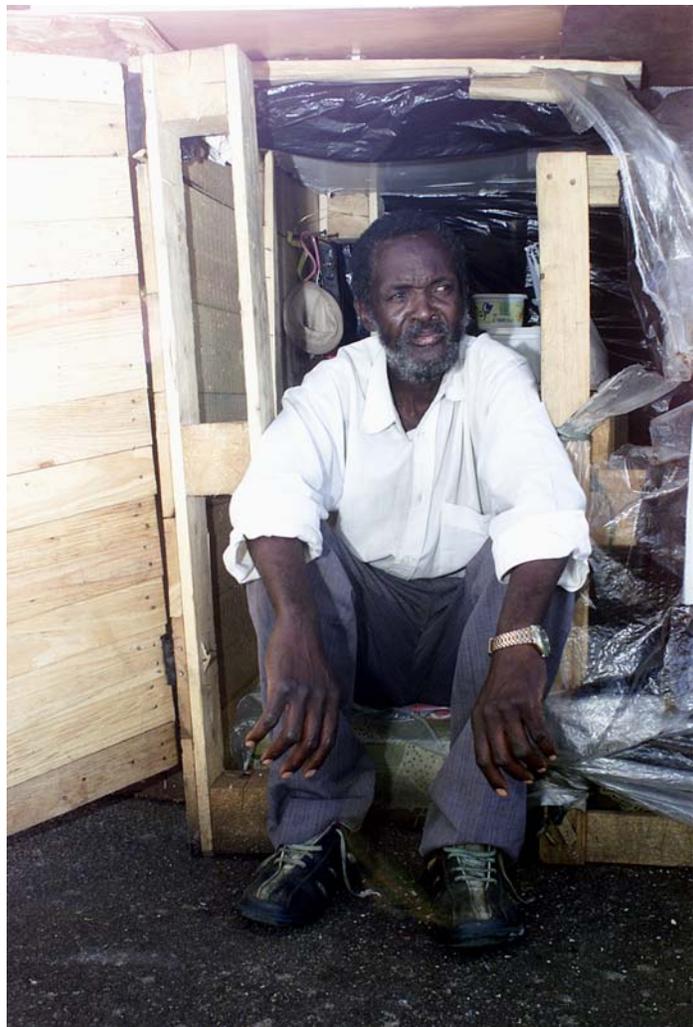
DOS MODOS DE ESTAR



Fotos: Simone Frangella



Fotos: Luciney Martins – Rede Rua



Fotos: Luciney Martins – Rede Rua



Fotos: Simone Frangella

DAS PRÁTICAS ORDINÁRIAS NA RUA



Foto: Luciney Martins – Rede Rua



Foto: Simone Frangella



Foto: Simone Frangella



Foto: Luciney Martins – Rede Rua



Foto: Luciney Martins – Rede Rua



Foto: Simone Frangella

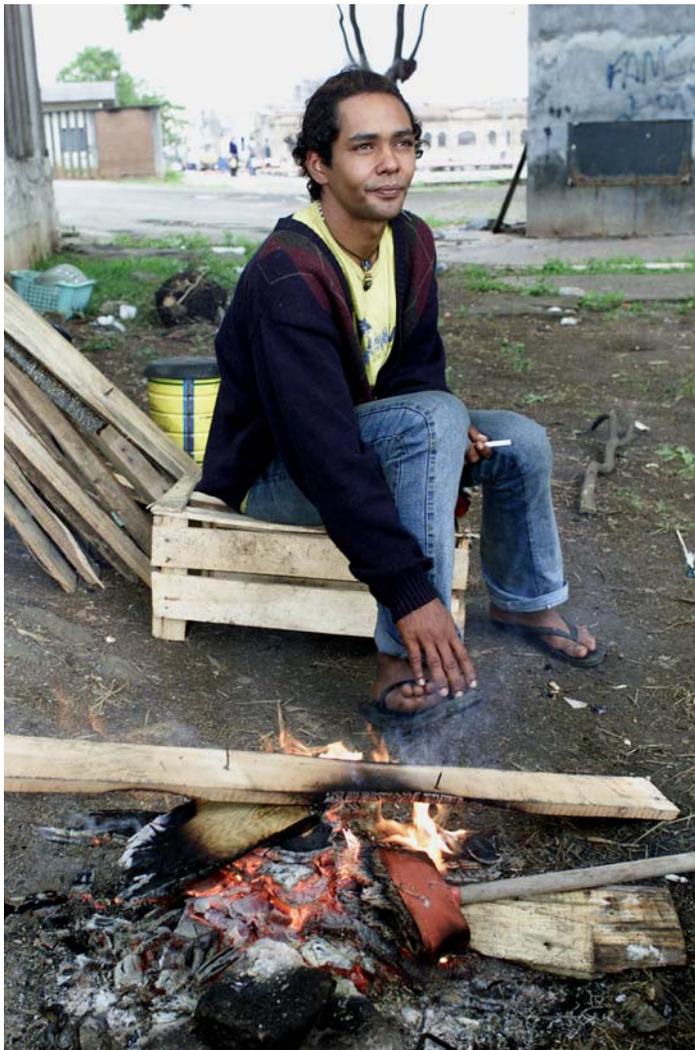


Foto: Luciney Martins – Rede Rua

FOGO – NECESSIDADE E SOCIABILIDADE



Fotos:
Luciney Martins/
Rede Rua



Fotos:
Luciney Martins/
Rede Rua

O CORPO E OS EFEITOS MIMÉTICOS



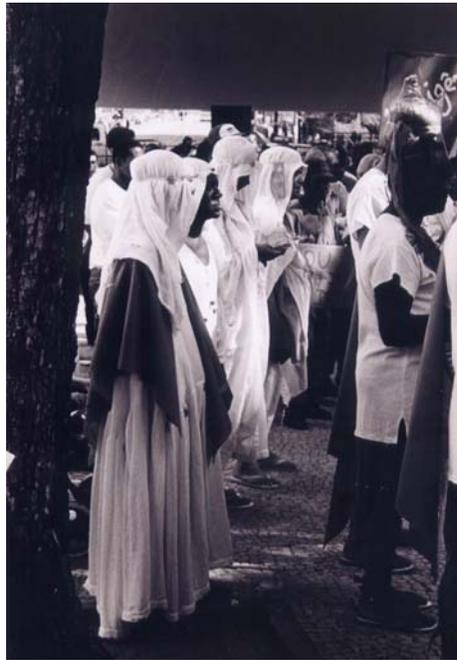
Foto: Luciney Martins - Rede Rua



Fotos:
Luciney Martins/
Rede Rua



Fotos: Luciney Martins - Rede Rua



Fotos: Simone Frangella

COMIDA / VIRAÇÃO

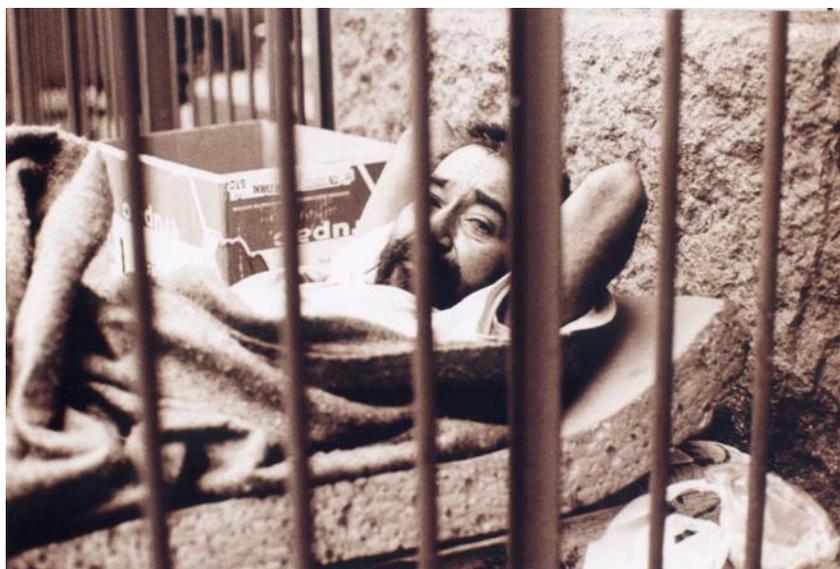


Fotos:
Luciney Martins/
Rede Rua

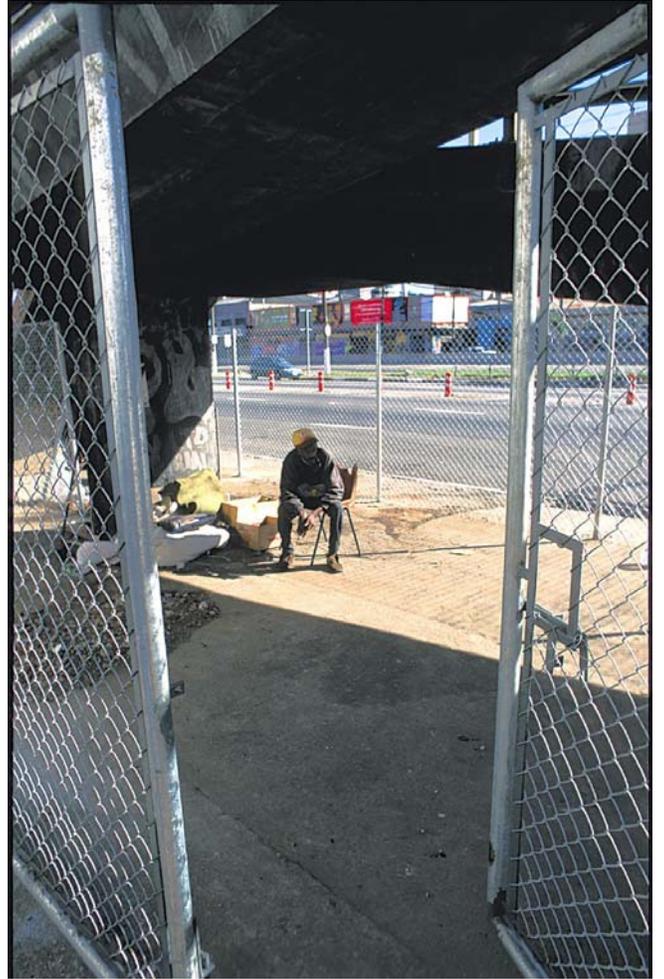


Fotos:
Luciney Martins/
Rede Rua

EMBATES COTIDIANOS



Fotos:
Luciney Martins/
Rede Rua



Fotos:
Luciney Martins/
Rede Rua



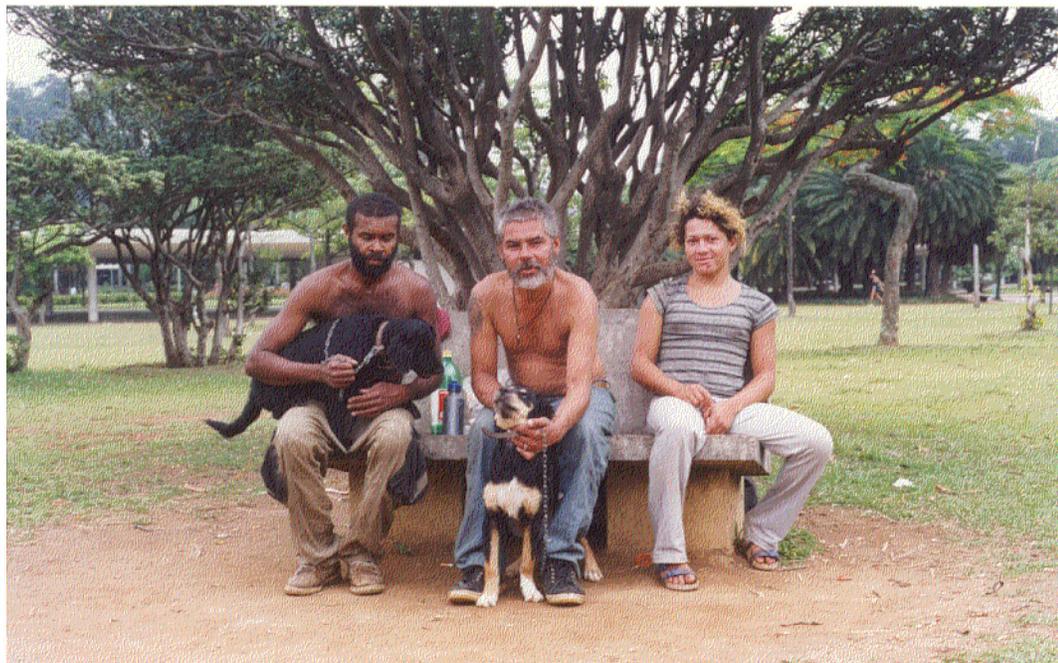
Foto: Simone Frangella

VAIDADE



Foto: Simone Frangella

CACHORROS



Fotos: Alderon Costa -Rede Rua



Foto: Luciney Martins - Rede Rua